

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**  
**DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

**PROFISSIONAIS DA MÍDIA EM SÃO PAULO: UM  
ESTUDO SOBRE PROFISSIONALISMO, DIFERENÇA E  
GÊNERO NO JORNALISMO**

**AUTORA: ALINE TEREZA BORGHI LEITE**

**PROFA. ORIENTADORA: DRA. MARIA DA GLÓRIA BONELLI**

**SÃO CARLOS**

**2015**

**ALINE TEREZA BORGHI LEITE**

**PROFISSIONAIS DA MÍDIA EM SÃO PAULO: UM  
ESTUDO SOBRE PROFISSIONALISMO, DIFERENÇA E  
GÊNERO NO JORNALISMO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Sociologia, sob a orientação da Profa. Dra. Titular Maria da Glória Bonelli.

**SÃO CARLOS**

**2015**

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar  
Processamento Técnico  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L533p Leite, Aline Tereza Borghi  
Profissionais da mídia em São Paulo : um estudo  
sobre profissionalismo, diferença e gênero no  
jornalismo / Aline Tereza Borghi Leite. -- São  
Carlos : UFSCar, 2015.  
234 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São  
Carlos, 2015.

1. Sociologia das profissões. 2. Carreiras  
profissionais. 3. Gênero. 4. Jornalismo. 5. São  
Paulo. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Aline Tereza Borghi Leite, realizada em 20/05/2015:

Prof. Dra. Maria da Gloria Bonelli  
UFSCar

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima  
UFSCar

Prof. Dr. Jordão Horta Nunes  
UFG

Profa. Dra. Isabel Pauline Hildegard Georges  
UFSCar

Profa. Dra. Paula Melani Rocha  
UEPG

*Ao meu querido irmão, meu melhor amigo, Diego, e aos meus amados pais, Iracema e Wilian. Dedico este trabalho a vocês, com todo o meu amor e sincera gratidão.*

## AGRADECIMENTOS

O meu mais profundo agradecimento à minha querida orientadora, professora Maria da Glória Bonelli, pela generosidade, gentileza, profissionalismo e valiosos ensinamentos durante todo o doutorado. Agradeço imensamente sua orientação, disponibilidade, auxílio e correções atenciosas, e especialmente seu apoio e confiança em mim, que me possibilitaram finalizar esta tese.

A todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, em especial aos professores Richard Miskolci, Valter Silvério, Jacqueline Sinhoreto e Cibele Rizek, que tanto contribuíram para minha formação.

Aos professores Isabel Georges e Jacob Carlos Lima, pelas importantes contribuições na banca de qualificação e por participarem da banca de defesa. Ao professor Jordão Horta Nunes, por ter me apresentado a temática da sociologia do trabalho e gênero ainda na graduação em Ciências Sociais na UFG e agora fazer parte de minha banca de defesa de doutorado. À professora Paula Melani Rocha, por sua ajuda e sugestões no projeto de seleção ao doutorado e por ser membro da banca de defesa. Aos professores Maria da Rosa Lombardi e Richard Miskolci por aceitarem ser membros suplentes da banca de defesa da tese.

Ao professor Carlos Leão, meu querido orientador da graduação, pela amizade e pelo incentivo em seguir na carreira acadêmica.

À professora Marta Rovey de Souza, por sua orientação no mestrado, suas observações críticas, recomendações e indicações de contato em São Paulo.

Aos colegas do grupo de estudos de sociologia das profissões, liderado pela professora Maria da Glória Bonelli, pelos trabalhos e reflexões produzidos, que me auxiliaram na elaboração da tese.

Aos colegas de doutorado, que tornaram esta experiência mais leve e divertida, em especial ao Augusto, Fernando, Natália, Jacqueline, Danilo e Paulo.

À Ana Suficiel Bertolo, pelo apoio e sensibilidade. A todos os funcionários da secretaria pelo auxílio, em especial à Silmara.

À minha querida amiga, Magali Fernandes, por me incentivar constantemente e me amparar nos momentos mais difíceis. A todos os meus amigos, que me apoiaram e torceram por mim, em especial, Cleo, Gloriete, Luciana, Mireilli, Henrique, Silvana, Vicente, Kelma, Cinthia, Janaína, Marcos, Bivek e Gabriela.

Aos meus queridos alunos, por me motivarem diariamente.

Aos colegas do Cebrap, pelas discussões, reflexões e participação em pesquisas, que me auxiliaram na elaboração do projeto de doutorado.

Aos colegas da PUC-Goiás, pelo apoio e compreensão nos momentos finais de elaboração da tese.

Aos jornalistas, homens e mulheres, entrevistados na pesquisa, pela disposição em compartilhar suas experiências.

À toda a minha família, pela torcida e incentivo. Agradeço especialmente aos meus tios Evaldo Luís Kolcenty e Lídia Kolcenty.

À minha mãe, Iracema Tereza Leite, pelo exemplo de força e fonte de amor, carinho e apoio. Agradeço sua companhia, esforço, dedicação e entusiasmo por minhas realizações.

Ao meu pai, Wilian Nelson Borghi Leite, por me acompanhar, por se interessar por meus estudos, por se dispor a ler meus trabalhos e me apoiar sempre.

Ao meu irmão, Diego Vinícius Borghi Leite, que esteve presente durante todos os momentos, torcendo por mim, desde a entrega do projeto, nas viagens a São Carlos e na redação da tese.

À minha avó, Lourdes Borghi Leite, por ser minha inspiração na vida.

## RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar de que forma se articulam profissionalismo, diferença, gênero e geração na carreira de jornalismo, a partir do exame dos discursos de jornalistas da cidade de São Paulo. Empregamos o conceito de profissionalismo e o referencial teórico da sociologia das profissões, embasados nas contribuições de Eliot Freidson e Julia Evetts, para entendermos os valores do jornalismo, as representações em torno do que seria a função do jornalista, o significado das mudanças na profissão, com a emergência de um novo perfil de jornalista, as relações da profissão com o aprendizado nas universidades e nas redações, as mudanças históricas quanto à orientação dos jornais e dos profissionais, e suas especificidades no que se refere ao processo de profissionalização do jornalismo no Brasil. Nosso propósito é compreender como as profissionais do jornalismo são representadas em distintos discursos da diferença. Para isso, nossa abordagem apoiou-se nos pressupostos teóricos de Avtar Brah, com destaque para o conceito de diferença como categoria analítica e seus vários significados. Também fundamentamos nossa análise em outros representantes dos estudos culturais, que tratam do descentramento do sujeito e de sua identidade, assim como da diversidade interna que caracteriza o gênero. Foram entrevistados 15 profissionais do jornalismo, mulheres e homens, que residem e exercem suas atividades profissionais no município de São Paulo, de diferentes gerações, que atuam em diversos tipos de mídia e com distintos tipos de contratação em suas relações de trabalho. A seleção das entrevistadas procurou contemplar profissionais solteiras, casadas, com e sem filhos, com diferentes jornadas de trabalho, que representam o tempo dedicado à vida pessoal e profissional, correspondendo ao impacto da vida pessoal na construção da carreira e às possibilidades de equilibrar estas duas dimensões da vida social.

**Palavras-chave:** carreiras profissionais; diferença; gênero; jornalismo; São Paulo; sociologia das profissões.



## ABSTRACT

The aim of this study is to analyze how professionalism, difference, gender and generation in the journalism career are articulated, from the exam of the journalists' discourses in the city of São Paulo. We use up the concept of professionalism and the Sociology of the Professions theoretical reference, based on the contributions of Eliot Freidson and Julia Evetts to understand the values of journalism, the representations around what it would be the journalist's function, the meaning of the changes in the profession, with the emergency of a new journalist's profile, the relations of the profession with the learning at the universities and at the editorial rooms, the historical changes according to the orientation of the journal and the professional, and their specificities with reference to the process of professionalization of the journalism in Brazil. Our aim is to comprehend how female journalists are represented in different discourses of difference. For this, our approach is set on the Avtar Brah's theoretical assumptions, highlighting the concept of difference as an analytical category and its several meanings. We have also based our analysis on other cultural studies agents that discuss about the decentralization of the subject and its identity, as the internal diversity that characterizes gender. Fifteen journalists were interviewed, women and men, who live and work in the city of São Paulo, of different generations who act in different types of media and with different types of hire in their relations of work. The selection of the interviewed women searched, contemplate single women professionals, married, with or without children, with different time of work, that represent the time dedicated to the personal and professional lives, corresponding to the impact of personal life in the construction of the career and to the possibilities to balance between these two dimensions in the social life.

**Key words:** professional careers; difference; gender; journalism; São Paulo; sociology of the professions.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABRARJ – Associação Brasileira de Revistas e Jornais

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CFM – Conselho Federal de Medicina

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CONAR – Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária

ECA/USP – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo

ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONGs – Organizações Não Governamentais

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PJ – Pessoa jurídica

PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SJSP – Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo

STF – Supremo Tribunal Federal

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNIP – Universidade Paulista

USP – Universidade de São Paulo

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1:** Jornalistas diplomados por Família CBO 2002 e por sexo – Brasil – 2013 100
- Tabela 2:** Jornalistas diplomados por Família CBO 2002 e por sexo – São Paulo – 2003-2013 102
- Tabela 3:** Jornalistas diplomados por Família CBO 2002 e por sexo – São Paulo – 2010 104
- Tabela 4:** Remuneração média (R\$) de jornalistas “Profissionais do Jornalismo”, por função e por sexo – São Paulo – 2010 105
- Tabela 5:** Remuneração média (R\$) de jornalistas “Especialistas em Editoração”, por função e por sexo – São Paulo – 2010 106
- Tabela 6:** Remuneração média (R\$) de jornalistas da função “Repórter de rádio e televisão”, por função e por sexo – São Paulo – 2010 108

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>1. PROFISSIONALISMO E JORNALISMO</b>	17
1.1. Dois modelos de jornalismo: o anglo-americano e o francês	30
1.2. O processo de profissionalização do jornalismo no Brasil	35
<b>2. PROFISSÕES, GÊNERO E DIFERENÇA</b>	41
2.1. Nota metodológica da pesquisa	53
2.1.1. Perfil dos entrevistados	58
<b>3. A CARREIRA DE JORNALISTA – UMA PROFISSÃO EM TRANSFORMAÇÃO</b>	61
3.1. As especificidades e competências tradicionais dos jornalistas	62
3.2. Múltiplas realidades do jornalismo - a emergência de um novo “perfil” de jornalista	68
3.3. As interpretações da sociologia do jornalismo e dos estudos da comunicação acerca dos novos cenários da profissão	83
<b>4. AS DIFERENÇAS DE GÊNERO NO JORNALISMO</b>	94
4.1. As diferenças no jornalismo expressas em números	98
4.2. As culturas do jornalismo	111
<b>5. AS PERCEPÇÕES SOBRE O GÊNERO E A DIFERENÇA NA CARREIRA DE JORNALISTA</b>	121
5.1. As percepções sobre as trajetórias profissionais	121
5.2. As percepções sobre a diferença na carreira – Os significados da profissão	147
5.2.1. A heterogeneidade dos grupos dentro do jornalismo	159
5.2.2. As diferenças entre profissionais e leigos	168

5.2.3. A obrigatoriedade do diploma de jornalismo	176
5.3. As percepções sobre as diferenças de gênero na carreira	184
5.3.1. Discursos contestados da diferença	184
5.3.2. Construções fixas da diferença	191
5.3.3. A experiência da discriminação de gênero	206
5.3.4. A construção de vivências históricas coletivas	211
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	217
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	221
<b>APÊNDICES</b>	231

## INTRODUÇÃO

No Brasil, o jornalismo, seguindo a tendência das demais profissões com maior presença de diplomados, vem apresentando, nos últimos anos, aumento dos vínculos de tipo informal, com a participação significativa dos *freelancers*<sup>1</sup> e dos profissionais que prestam serviço como pessoa jurídica, aumento da autonomização dos profissionais, que podem definir seu horário e local de trabalho, mão-de-obra abundante, com a explosão de faculdades de comunicação social, aumento do número de mulheres, redução da duração dos vínculos e maior concentração nas empresas de “fora da mídia”, do segmento “extra-redação”, como as assessorias de imprensa e de comunicação<sup>2</sup>.

A análise desta profissão teve como referencial teórico a sociologia das profissões, que consiste em um campo de conhecimento que se empenha em compreender este tipo de organização do trabalho. A escolha do jornalismo deve-se à possibilidade de problematização de temas centrais abordados pela sociologia das profissões, como *expertise*, competência, qualificação, identificações profissionais, controle do mercado de trabalho, disputas e limites jurisdicionais.

Esta pesquisa busca estudar o jornalismo, a partir da interseção entre profissionalismo, diferença, gênero e geração, com o objetivo de compreender quais são os discursos dos profissionais acerca da diferença de gênero em uma carreira que está em transformação. Esta profissão não está se encaminhando somente em direção a uma maior precarização. Há evidências de que além de uma maior banalização da profissão, o jornalismo também se direcione a uma maior profissionalização e autonomização dos profissionais.

---

<sup>1</sup> Profissional sem vínculo empregatício que presta serviço na redação de uma empresa jornalística ou no setor extra-redação e cuja remuneração se baseia no número de caracteres ou de linhas escritas.

<sup>2</sup> Segundo o SISP, o mercado de trabalho do jornalismo divide-se em cinco grandes áreas: setor extra-redação, agências de notícias, emissoras de rádio e televisão, jornais impressos e revistas. No setor extra-redação, estão empregados os profissionais que são considerados como “fora da mídia”, atuando nas assessorias de imprensa e nas universidades e se diferenciam dos jornalistas que trabalham nas redações, em empresas jornalísticas.

Nesta profissão, nada é fixo, nem singular, a não ser na fala do grupo que quer construir o discurso dominante. Apoiamos nossa análise nas contribuições de Julia Evetts, que compreende o profissionalismo como discurso. Apesar do cenário complexo que caracteriza o jornalismo e que aponta para diversas direções, há um discurso nesta profissão que busca fazer a representação do todo. Como afirma Evetts (2012), o profissionalismo, analisado como discurso, tem sido frequentemente usado pelos grupos com o propósito de ser imposto “de cima”, podendo ser visto como uma estratégia dos mais poderosos da profissão.

Buscamos neste trabalho apresentar as contradições do discurso dominante, que procura convencer que os jornalistas de “dentro”, que exercem suas atividades nas redações, formam o grupo mais importante e valorizado da profissão, em oposição ao grupo dos jornalistas “de fora” da mídia, isto é, os assessores de imprensa e todos os profissionais que não estão inseridos em empresas jornalísticas. Nosso argumento é de que, a despeito do discurso do profissionalismo, que tenta produzir uma visão hegemônica e coesa do grupo, como alternativa única, que associa o setor extra-redação à precarização e as redações à profissionalização, observamos um cenário de múltiplas realidades na profissão, que não se apresenta por fronteiras muito sólidas. Podemos afirmar que esta profissão é multifacetada. Os profissionais estão transitando de uma função à outra, sendo “multiplataformas”, exercendo diversos tipos de contrato de trabalho, algumas vezes simultaneamente. São processos articulados de banalização e profissionalização do jornalismo. Estes fenômenos foram generificados, com as mulheres se concentrando mais nos processos de precarização e banalização, e os homens, mais no processo de *expertise*.

Adotamos a tipologia proposta por Avtar Brah, que considera que “a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão [...] é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política” (BRAH, 2006, p. 374).

Embora objetivamente as mulheres assumam distintas “posições de sujeito”, que condicionam sua localização dentro das relações de poder do jornalismo – conforme seus vínculos de trabalho, áreas do jornalismo em que atuam, exercendo diferentes funções, umas mais precarizadas, outras mais valorizadas no mundo do jornalismo – as percepções sobre a diferença são diversas – e seus “discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados” (BRAH, 2006, p. 374) – não estando restritas às noções de desigualdade, opressão e hierarquia entre os gêneros, devendo, portanto, ser considerado na análise o sentido subjetivamente atribuído por cada profissional.

Partimos da ideia de que as representações sobre as mulheres dentro de uma profissão não podem ser estabelecidas *a priori*, como se estivessem sendo definidas anteriormente à pesquisa. Consideramos que a experiência, as identificações dentro da profissão, bem como o sujeito profissional, são contingentes, sendo construídos permanentemente nas práticas culturais. A percepção da profissional sobre as mudanças em curso no mundo do trabalho do jornalismo, sobre a diferença na carreira e principalmente sobre a diferença de gênero no jornalismo se forma à medida que é culturalmente construída no interior da profissão.

A geração também é entendida como um aspecto da diferença. Consideramos ser uma maneira de observar as diferenças na carreira. As distinções entre gerações foram utilizadas nesta pesquisa como estratégia metodológica de análise dos discursos por definirem percepções diferenciadas sobre a carreira profissional e sobre como as mulheres se veem no jornalismo. O contraste geracional representa formas diferentes de como os profissionais incorporaram histórica e socialmente as concepções sobre a carreira, distinguindo as percepções acerca da expectativa e das realidades da profissão.

Neste trabalho, a organização dos capítulos estrutura-se da seguinte forma:

No Capítulo 1, “Profissionalismo e Jornalismo”, buscamos apresentar os principais autores da sociologia das profissões, com ênfase para as contribuições



de Eliot Friedson, que considera o conceito de profissionalismo como um tipo ideal e de Julia Evetts, que o interpreta como discurso. Abordaremos também o processo de profissionalização do jornalismo, além das mudanças na regulamentação da profissão, que alteraram as exigências e os mecanismos de ingresso na carreira.

No Capítulo 2, “Profissões, Gênero e Diferença”, pretendemos expor os procedimentos metodológicos mais relevantes à construção desta pesquisa, apresentando a relevância e originalidade da abordagem proposta, o desenho da amostra, os instrumentos de coleta de informações, o perfil dos entrevistados e a tipologia criada para a análise dos resultados.

No Capítulo 3, “A Carreira de Jornalista – Uma profissão em transformação”, pretendemos apresentar o contexto de múltiplas realidades do jornalismo, enfatizando as transformações pelas quais vem passando nas últimas décadas, e que se expressam por meio de alterações quanto ao perfil dos profissionais – feminização, rejuvenescimento, aumento da qualificação acadêmica, precarização das relações de trabalho e autonomização profissional – a introdução da tecnologia nos meios midiáticos, os impactos da Internet, das novas tecnologias e das redes sociais no exercício da atividade dos jornalistas, com a diversificação das formas de criar e distribuir informação.

No Capítulo 4, “As Diferenças de Gênero no Jornalismo”, procuramos abordar as distinções expressas em números, mostrando como o ingresso feminino na profissão foi ampliado em virtude do aumento do número de mulheres com diploma. A partir de dados da RAIS para Brasil e São Paulo, analisaremos as diferenças entre homens e mulheres na profissão, quanto à proporção de jornalistas diplomados e às diferenças de remuneração por função.

No Capítulo 5, “As Percepções sobre o Gênero e a Diferença na Carreira de Jornalista”, pretendemos, a partir da análise das entrevistas, entender como as mulheres percebem as diferenças na carreira e como interpretam suas experiências nas trajetórias profissionais, contrastando com as percepções dos pares masculinos sobre o gênero e a carreira de jornalismo.

# 1. PROFISSIONALISMO E JORNALISMO

O presente capítulo tem o suporte analítico do quadro proposto por Eliot Freidson, que considera a profissão como um tipo específico de trabalho especializado, isto é, um tipo especial de ocupação dentro das modernas classificações oficiais. Apoiamos nossa análise também nas contribuições de Julia Evetts, que compreende o profissionalismo como discurso.

Os primeiros estudos da sociologia das profissões foram feitos pelas teorias funcionalistas, que consideravam as profissões liberais como modelo superior e completo que não estava ao alcance das ocupações (RODRIGUES, 1997). Estavam preocupados com o papel que as profissões ocupavam nas sociedades modernas. Os funcionalistas classificavam as atividades, julgando quais poderiam ser consideradas como “profissão”, por possuir um conjunto específico de qualidades, dentre as quais, destacava-se a formação de nível superior. Carr-Saunders e Wilson inauguraram esta área de estudos na década de 1930, pesquisando quais grupos poderiam ser qualificados como profissões na Inglaterra. Estabeleceram como critério “a existência de um corpo organizado, que dominava um conhecimento baseado num sistema de ensino e treinamento, com seleção prévia através de exame. Eram possuidores de código de ética e conduta” (BONELLI, 1993, p. 21).

O termo “profissões” estava reservado às atividades que preenchiam as exigências relativas às profissões liberais. Somente recebiam o status de “profissões” os grupos que conseguiam se organizar em associações autônomas e reconhecidas e impedir o exercício profissional aos não membros, que não tivessem as credenciais exigidas (DUBAR, 2000).

Ainda na década de 1930, com Talcott Parsons, nos Estados Unidos, as profissões passaram a ser entendidas pelo modo como conseguiam atender às necessidades da sociedade, por meio da relação profissional-cliente, como “o

reinado da preocupação com a qualidade do serviço prestado ao cliente, com a autoridade adquirida com base no conhecimento” (BONELLI, 1993, p. 22).

O paradigma funcionalista dominou a produção da sociologia das profissões até a década de 1960. Em seguida, as profissões passaram a ser concebidas como formas de controle e monopolização do poder. Na perspectiva do interacionismo simbólico, da Escola de Chicago, a abordagem passa a considerar não somente a formação superior, mas também o processo de socialização do profissional (DUBAR, 2000). Ao invés de se examinar as etapas que cada grupo precisaria percorrer para ser classificado como “profissão”, a preocupação se volta para identificar as profissões a partir das interações e conflitos entre os indivíduos. Evidencia-se o caráter de “processo” de transformação das ocupações em profissões. E assim ganham destaque as reivindicações e os discursos acerca do saber e do conhecimento especializado. A perspectiva interacionista da sociologia das profissões, de um modo geral, procura compreender como as profissões foram construídas e se consolidaram, analisando em que medida elas se alteraram neste percurso, e investigando de que forma determinada profissão obteve status social.

A maior referência da abordagem interacionista das profissões é Everett Hughes (1981), que procurava entender quais as circunstâncias que fazem um grupo sair da condição de uma ocupação e se tornar uma profissão. Segundo ele, o diploma (*licence*) e o mandato (*mandate*) dizem respeito aos recursos capazes tanto de separar o profissional dos demais, quanto de legitimar a missão social delegada a este profissional. Em virtude disso, as instituições que asseguram a importância do diploma e a manutenção do mandato de seus membros são fundamentais para o processo de profissionalização deste grupo, que detém o uso exclusivo das funções de selecionar, formar, treinar e disciplinar seus membros. Para o autor:

Uma ocupação consiste, em parte, de uma reivindicação bem-sucedida de algumas pessoas em ter permissão de cumprir determinadas atividades as quais outras pessoas não são autorizadas, e fazê-lo em troca de dinheiro, mercadorias ou serviços. Aqueles que possuem tal permissão irão, se tiverem algum senso de autoconsciência e solidariedade, também reivindicar um mandato a fim de definir o que

se constitui como uma conduta apropriada dos outros quanto aos assuntos referentes ao seu trabalho (HUGHES, 1981, p. 78)<sup>3</sup>.

Nesse sentido, o saber é central para a profissionalização, por se configurar como um segredo, confiado a um grupo que tem o mandato de seu uso. O diploma consiste numa permissão para desempenhar certas atividades técnicas, assim como pode se referir a um direito de usufruir de um estilo de vida particular ao grupo profissional.

Eliot Freidson conserva em suas análises características dos dois paradigmas. Para Freidson (1996), a profissão constitui um tipo específico de trabalho especializado. Nesse esquema, o lugar da profissão no universo do trabalho poderia ser assim descrito: a profissão é um tipo de trabalho formalmente recompensado, realizado em tempo integral. É uma atividade desempenhada na economia reconhecida oficialmente. Não se deve, contudo, desconsiderar o universo do mercado informal, já que “muitas profissões tiveram suas origens na economia informal e só depois se tornaram reconhecidas oficialmente” (FREIDSON, 1996, p. 143). Uma profissão é uma especialização, isto é, “um conjunto de tarefas desempenhadas por membros da mesma ocupação, ou donos do mesmo ofício” (FREIDSON, 1996, p. 142). A profissão é de caráter especializado, de base teórica, e apenas seus membros têm competência para julgar sobre uma área do saber.

Com base nesse referencial, a profissão é entendida como um tipo de ocupação que conseguiu mobilizar recursos sociais que a distinguem dos demais tipos de trabalho. Em geral, uma profissão depende e está associada à ciência, em termos de reconhecimento e prestígio social. Portanto, a profissão definida como uma ocupação reconhecida oficialmente distingue-se por sua posição elevada nas classificações da hierarquia ocupacional, dado o tipo de conhecimento e de

---

<sup>3</sup> “An occupation consists, in part, of a successful claim of some people to licence to carry out certain activities which others may not, and to do so in exchange for money, goods or services. Those who have such licence will, if they have any sense of self-consciousness and solidarity, also claim a mandate to define what is proper conduct of others toward the matters concerned with their work” (HUGHES, 1981, p. 78). Tradução livre.

habilidade exigidos para seu desempenho. O profissionalismo pode ser definido por meio das circunstâncias típico-ideais que permitem que os profissionais mobilizem recursos capazes de fazê-los controlar seu próprio trabalho e, assim, criar e aplicar aos assuntos humanos o discurso, a disciplina ou o campo particular sobre os quais têm jurisdição.

Em suma, na definição de Freidson (1996), a profissão, entendida em sua dimensão típico-ideal, pode ser considerada como uma ocupação que utiliza um corpo especializado de conhecimentos e qualificações, que é reconhecida oficialmente, dentro de um mercado formal, e é fundamentada em conceitos e teorias abstratos. Além disso, a profissão detém jurisdição sobre um corpo especializado de conhecimentos e qualificações, bem como o controle ocupacional da prática desse corpo de conhecimentos e qualificações no mercado de trabalho, através da reserva de mercado de trabalho.

De acordo com Freidson (2001, 1996), o profissionalismo pode ser considerado como uma terceira lógica de organização da divisão do trabalho. Ao contrário do que ocorre na lógica de livre-mercado e na lógica burocrática, sob a lógica do profissionalismo, as profissões estabelecem e controlam sua própria divisão do trabalho.

Dessa forma, há três métodos particulares que podem ser utilizados para constituir e organizar a divisão do trabalho, num contexto histórico específico, conforme o exercício do poder político e econômico. São eles: 1) método ocupacional de controle do trabalho; 2) controle da seleção e da organização dos trabalhadores pelas escolhas dos consumidores individuais no livre-mercado; 3) controle dado por uma administração monocrática e racional-legal externa à profissão (FREIDSON, 1996).

A lógica do livre-mercado é regida pela competição entre os prestadores de serviço que são escolhidos livremente pelos consumidores. Nestas circunstâncias, o controle é exercido pelos consumidores, enquanto na lógica burocrática, o controle é exercido pelo Estado. No profissionalismo, por outro lado, o controle do mercado é exercido pelos pares, que têm autonomia para

tomar decisões e independência em relação aos consumidores e ao Estado. Esse controle ocupacional do mercado é feito por meio do credenciamento, o que garante a autonomia da profissão em relação aos interesses do mercado, dos consumidores ou do Estado. É importante destacar que esta autonomia dos profissionais não pode ser assegurada sem o exercício do poder do Estado. Como consequência, na concepção do autor, o Estado é a variável mais importante para o profissionalismo, e diz respeito ao poder do capital econômico ou político, que vai além do único recurso inerente à ocupação: o corpo de conhecimentos e qualificações.

Na teoria do profissionalismo desenvolvida por Freidson (1996), a atividade qualificada, que requer treinamento prolongado, está presente tanto no trabalho profissional quanto no trabalho de ofício. Na chamada “especialização criteriosa”, o que diferencia o trabalho das profissões do trabalho dos ofícios é precisamente o tipo de conhecimento e qualificação empregados no exercício do julgamento. Isto é, podemos dizer que o trabalho das profissões se distingue do trabalho dos ofícios por ser uma “especialização criteriosa teoricamente fundamentada” (FREIDSON, 1996, p. 143). Em outras palavras, o ofício refere-se a uma especialização criteriosa apoiada na experiência e no treinamento prático. Já a profissão baseia-se na “formação de conceitos e teorias abstratas”.

Enquanto a especialização mecânica remete ao trabalho representado por ações simples e repetitivas, a especialização criteriosa consiste no “trabalho especializado que não pode ser desempenhado mecanicamente, pois as contingências de uma tarefa em particular variam tanto [...] que o trabalhador precisa ter considerável discernimento para adaptar seu conhecimento e sua qualificação a cada circunstância, a fim de trabalhar com sucesso” (FREIDSON, 1996, p. 143). A seguir, o autor aponta as diferenças entre o modelo de ofício e o modelo profissional:

O método de controle do treinamento vocacional pelo ofício tem lugar tipicamente dentro do mercado de trabalho. É realizado na forma de treinamento no próprio trabalho, nos locais rotineiros onde trabalham os membros do ofício. Em contraste, o treinamento profissional ocorre fora do mercado de trabalho, em salas de aula e, às vezes, em

instalações para a prática, que são segregadas dos locais rotineiros de trabalho (FREIDSON, 1996, p. 145). Grifos do autor.

O sistema de treinamento de ofício é feito no local de trabalho. Já nas profissões, o treinamento é institucionalizado, o que favorece, em grande medida, a criação e extensão do discurso, das disciplinas e dos campos, que expressam o corpo de conhecimentos e qualificações da profissão. O ensino das profissões, desse modo, representa uma evolução na tentativa de dar sentido e justificativa à jurisdição da profissão em relação a outras ocupações, expressando um método de controle sobre seu trabalho mais efetivo que o empregado pelos ofícios, que está apoiado na proficiência técnica.

O controle ocupacional do próprio status no mercado de trabalho pode ser feito pelo treinamento vocacional. No modelo de ofício, o sistema de treinamento é realizado no local e no mercado de trabalho. No entanto, “A credencial para o mercado de trabalho típica do profissionalismo coloca em primeiro plano a importância estratégica do treinamento vocacional para aquilo que é teoricamente distinto no trabalho profissional” (p. 145). O treinamento vocacional consiste no elemento central para distinguir as formas de controle ocupacional de profissões e ofícios à medida que acentua as diferenças quanto ao conteúdo do treinamento oferecido e à natureza da credencial obtida.

No modelo profissional típico, característico das profissões, o treinamento é institucionalizado, o que resulta na criação e extensão do discurso, das disciplinas e dos campos. Os profissionais possuem conhecimento abstrato e autoridade sobre um campo do saber especializado, obtido fora do mercado de trabalho, nas Instituições de Ensino Superior. De um modo geral, nas sociedades contemporâneas, as profissões exercem seu controle sobre a prática profissional com base na exigência de credenciais obtidas no ensino superior. Sob a lógica do profissionalismo, então, as credenciais exigidas comprovam o domínio da *expertise* dos profissionais e asseguram uma reserva de mercado capaz de restringir o mercado de trabalho aos profissionais credenciados.

Para se distinguir das outras ocupações que não possuem sua credencial para exercer de forma legítima sua profissão, os grupos profissionais frequentemente almejam o domínio da educação formal de nível superior. Está no centro das preocupações dos estudos acerca da institucionalização da identidade profissional dos jornalistas a dicotomia entre o saber teórico e o prático, por representar, em certos aspectos, um impedimento à consolidação da profissionalização da atividade jornalística<sup>4</sup>. Com efeito, a existência de um corpo próprio de saber especializado – o conhecimento formalmente obtido pela formação escolar – diz respeito a um critério necessário à legitimação da profissão, e, nesse sentido, faz parte do processo de afirmação profissional dos jornalistas, na medida em que as profissões, de um modo geral, são concebidas como ocupações fundamentadas no conhecimento, com domínio sobre uma área do saber. Isto é, profissões acumulam conhecimento, utilizando-o como uma forma de capital monopolizador, conferindo a seus profissionais o monopólio do campo de atuação, limitando a competência à área de domínio de seus membros.

Segundo o argumento de Freidson (1996), o controle advindo da lógica profissional tem legitimidade para ter o monopólio sobre a atividade profissional na medida em que gerencia um conhecimento especializado valorizado pela sociedade. Isto é, se for entendido como importante socialmente que o mercado de trabalho seja circunscrito aos profissionais devidamente credenciados. Nesse sentido, é a formação acadêmica que pode conferir uma exclusividade ao profissional<sup>5</sup>. No caso do jornalismo, discute-se se existem funções nesta profissão que somente um jornalista diplomado na área pode executar.

---

<sup>4</sup> Esta é uma preocupação que está presente em diversos estudos que se dedicam ao questionamento da qualidade dos cursos superiores de jornalismo e da própria ideia de relevância dos estudos acadêmicos na área da Comunicação. Frith & Meech (2007), em sua pesquisa sobre os resultados e particularidades dos últimos trinta anos de mudanças da ocupação dos jornalistas no contexto britânico – “*Becoming a Journalist: Journalism Education and Journalism Culture*” – ressaltam que dois processos ganham destaque: o recrutamento de graduados para serem jornalistas – ao invés do aprendizado *on the job* de não-graduados – e o treinamento de jornalistas nas universidades, com a oferta de cursos superiores de jornalismo nas universidades britânicas a partir de 1970. Na sociedade britânica, pesquisada por Frith & Meech (2007), no final da década de 1990, ocorre, na opinião dos autores, uma ruptura entre a realidade de como as pessoas de fato se tornam jornalistas e a ideologia de como elas deveriam se tornar.

<sup>5</sup> Há casos, como o de Direito, que é o exame da OAB que confere a credencial, para além da formação acadêmica.



O controle ocupacional de uma divisão do trabalho requer, portanto, o controle de seu mercado de trabalho. Na verdade, podemos afirmar que o profissionalismo consiste num elemento capaz de legitimar práticas profissionais que exigem uma reserva de mercado, o que ocorre quando, a partir do controle ocupacional de seu próprio mercado de trabalho, a profissão consegue convencer a sociedade de que apenas seus profissionais especializados podem ter o domínio exclusivo da atividade.

No caso das profissões tradicionais, como Direito e Medicina, o controle do mercado de trabalho está assegurado aos seus profissionais por meio da OAB e do CFM. Estas organizações têm legitimidade para autorregular os profissionais, baseando-se no modelo de profissionalismo, em detrimento do burocrático e do de mercado. Assim, nas profissões liberais, os diplomas, que se constituem como credenciais para os profissionais atuarem de forma legítima no campo profissional, e os Conselhos Federais servem como instrumentos legais para delimitar a atividade, ao assegurar uma reserva de mercado aos profissionais.

Por não ter a posse de um monopólio sobre uma área de conhecimento, o que tornaria fechado o campo profissional somente a seus membros, estabelecendo concretamente os limites entre os profissionais e os leigos (ou amadores, *outsiders*, enfim, os não jornalistas), o jornalismo tem seu caráter profissional frequentemente colocado em discussão. O que se questiona é: até que ponto os jornalistas têm uma *expertise*, uma capacitação técnica tão específica que pode ser reconhecida como um saber monopolizado por seus profissionais. Nesta profissão, que se trata de uma atividade intelectual de produção de ideias, os profissionais possuem uma técnica, aprendida ou nos cursos universitários ou na redação. No entanto, os jornalistas não detêm o domínio especializado sobre sua profissão, por não possuírem uma reserva de mercado de trabalho.

Este modelo de profissionalismo que se observa na carreira de jornalista tem implicações sobre a valorização do profissional, sua qualificação, o processo

de profissionalização e a proteção de seu emprego. Isso porque as estratégias do ensino das profissões são, em geral, mais eficazes do que os métodos dos ofícios de controlar a prática das qualificações e os termos de seu emprego (FREIDSON, 1996).

Contrastando com as profissões mais tradicionais, como Direito e Medicina, que adotam mecanismos seletivos de entrada na profissão e meios formais de autorregulação, o jornalismo demonstra ter uma dificuldade histórica para delimitar seu território. Como veremos adiante, até a década de 1940, nenhum treinamento educacional na área do jornalismo era oferecido nas universidades brasileiras.

Sendo assim, o profissionalismo, entendido por Freidson (1996, p. 143), como um “método logicamente distinto de organizar uma divisão do trabalho” – método ocupacional de controle do trabalho – diz respeito a uma condição em que as “ocupações negociam limites jurisdicionais entre si, estabelecem e controlam sua própria divisão do trabalho”. O profissionalismo refere-se ao domínio de conhecimentos especializados, isto é, de uma *expertise*, o que permite que os profissionais exerçam de forma legítima certa exclusividade sobre o cotidiano de sua prática profissional.

O controle ocupacional do próprio mercado de trabalho pode ser definido pela reserva de mercado, quando a profissão convence a sociedade de que somente seus profissionais especializados e devidamente credenciados podem ter o domínio exclusivo e, com isso, podem apresentar uma “senha” para ingressar no mercado de trabalho. Assim, as carreiras que possuem o monopólio da profissão são aquelas que detêm jurisdição sobre sua atividade, não apenas quanto ao exercício da profissão, mas também quanto ao monopólio do saber especializado. As tarefas não são realizadas conforme o desejo de gerentes, executivos, ou dos consumidores. Nas palavras de Freidson (1996, p. 144):

Em um mercado de trabalho ocupacionalmente controlado, não se permite que os consumidores individuais empreguem quem eles queiram: apenas podem escolher entre os membros adequadamente autorizados da ocupação, que detêm jurisdição sobre as tarefas que pretendem ver executadas.

Em seu processo de profissionalização, o grupo profissional dos jornalistas dedicou seus esforços à obtenção de um status social comparado ao das profissões liberais, como a medicina, o direito e a engenharia. Contudo, se pensarmos nos atributos profissionais que conduzem uma ocupação a se elevar à categoria de profissão, veremos que são imprecisas e “inacabadas” (FIDALGO, 2006) as fronteiras que delimitam o espaço profissional dos jornalistas.

De acordo com Fidalgo (2005), que estuda os jornalistas portugueses e suas dificuldades em construir suas fronteiras profissionais, os jornalistas precisaram passar por um longo percurso histórico para terem seu ofício reconhecido como uma profissão de fato. Segundo o autor, esta profissão tem como especificidade a necessidade de seus profissionais de estarem sempre reafirmando o caráter nobre e autônomo de sua atividade. As particularidades desta profissão se evidenciam em virtude de que não há outro grupo que tenha o costume de utilizar o termo profissional para se definir na tentativa de distinção dos chamados não profissionais, amadores, aprendizes ou principiantes. Não dizemos “professor profissional, advogado profissional ou agricultor profissional”, mas o jornalista tem, dentre outros esforços no percurso da profissionalização de sua atividade, o hábito de linguagem de se autodenominar “jornalista profissional” (FIDALGO, 2005). Nesta profissão, há, portanto, uma dificuldade de delimitação das fronteiras da atividade jornalística, como observou Ruellan (2004a), o que vai gerar uma definição muito precária de seu território, já que não se sabe, ao certo, quem é e quem não é jornalista.

No argumento de Freidson (1996, p. 146), no modelo de profissionalismo típico, em que o treinamento é feito fora do mercado de trabalho, em instituições credenciadas, o corpo docente é responsável por codificar o conjunto de conhecimentos e qualificações dos profissionais. Este corpo docente, por se apoiar “em um mercado acadêmico, e não comercial, se isola das demandas práticas do mundo cotidiano e é livre para se engajar em pesquisa ‘pura’ ou ‘básica’, ou em investigações e raciocínios sem relevância imediata para os problemas cotidianos” (FREIDSON, 1996, p. 146).

No Brasil, o conteúdo acadêmico dos cursos de jornalismo, expresso nas grades curriculares, revela um enfoque mais voltado às disciplinas técnicas e das Ciências Humanas em geral (que também são de domínio dos cientistas sociais, historiadores e economistas) do que propriamente com uma preocupação em considerar o jornalismo como *ciência*. Esta questão resultaria no argumento de que o diploma não “qualifica” o profissional do jornalismo ou, ao menos, não se traduz como a referência mais importante, levando – ou não representando impedimentos – as empresas jornalísticas a recrutar profissionais de outras áreas, como é o caso do cientista social – assim como o economista e o historiador –, que passam a ocupar um lugar nas redações dos jornais. A formação acadêmica em jornalismo não garantiria o monopólio sobre a atividade jornalística.

Segundo Rocha (2004, p. 102), no jornalismo, o reconhecimento do profissional não advém do domínio do conhecimento, da posse de diplomas ou dos cursos universitários. Os profissionais com maior reconhecimento dentro desta profissão têm uma atuação diferenciada na mídia: “Os mais famosos e conhecidos são aqueles que aparecem principalmente nos telejornais, por serem vistos e ouvidos por um público maior, pertencente a todos os estratos sociais e faixas etárias”. No que se refere à valorização profissional do jornalista, destaca-se, então, a “atuação do profissional na mídia” (ROCHA, 2008), em detrimento do domínio do conhecimento e das garantias provenientes da formação acadêmica, o que faz com que o jornalismo não tenha um status profissional consolidado como o de outras profissões. Para a autora, o fato de o jornalismo não ser uma profissão consolidada nem possuir o status profissional de Direito e Medicina faz com que o mercado seja mais procurado por um maior número de profissionais mulheres do que pelos homens.

Podemos afirmar, desse modo, que o jornalismo não possuiria uma *expertise*, isto é, não faz parte das profissões que detém um conhecimento específico. O jornalismo não se define como uma carreira que detém o monopólio ou domínio do mercado de trabalho e, como resultado, não possui jurisdição sobre a atividade, não apenas a respeito do exercício da profissão, mas também quanto ao monopólio do saber especializado. Essa dificuldade em

assegurar um monopólio para desempenhar certas atividades que outros estariam impedidos de cumprir leva a um questionamento com relação à capacidade da profissão de justificar sua jurisdição diante da competição com outras ocupações. Os profissionais do jornalismo não possuiriam o monopólio de jurisdição, o que abrange o uso legítimo sobre o saber especializado, lembrando-se que a fixação de jurisdição diz respeito ao ato de delegar as tarefas subordinadas e monopolizar as tarefas mais nobres e valorizadas, tanto com profissões fronteiriças, quanto dentro da mesma profissão.

Nesta profissão, a construção das trajetórias profissionais bem-sucedidas não se limita propriamente à trajetória escolar, sendo definida também por outros atributos, como experiências pessoais e “espírito investigativo”, assim como pela posse de ativos sociais, que correspondem às redes de relações pessoais, além das habilidades artísticas e domínio da escrita. Dentre os atributos ou valores essenciais do jornalismo exaltados no discurso do profissionalismo, destacam-se a liberdade de exercício profissional, a manutenção de um grau de independência profissional, a capacidade de formar opinião, exercendo poder ao produzir ou traduzir uma opinião pública, de demonstrar senso crítico em relação às esferas empresarial e governamental, de construir uma agenda pública, transmitindo informações que condicionem os interesses do que o público deve ler.

Segundo Evetts (2013), o trabalho profissional tem se transformado nos últimos tempos, em função de um aumento significativo do contingente de profissionais, como é o caso dos jornalistas, o que torna mais difícil o controle ocupacional por parte de seus profissionais sobre seu mercado de trabalho, conduzindo a uma necessidade de repensar as teorias e conceitos usados para analisar as profissões.

Evetts (2012) entende o profissionalismo como discurso, analisando-o “como um poderoso instrumento de transformação ocupacional e controle social nos níveis macro, médio e micro em várias ocupações e nas mais diversas

relações e condições de trabalho e emprego” (EVETTS, 2012, p. 5)<sup>6</sup>. A autora considera que o discurso do profissionalismo geralmente é utilizado para promover a imagem dos profissionais como grupo dominante dentro da profissão e como distinto dos “outros”, servindo também nas negociações políticas no intuito de assegurar o mercado. Segundo a autora, no contexto atual, o discurso do profissionalismo tem sido usado também como *slogan* de propagandas da profissão, como forma de recrutar ingressantes e clientes. O profissionalismo também está presente nas declarações das organizações para motivar os profissionais.

Nessa perspectiva, podemos dizer que os grupos profissionais dominantes dentro do jornalismo buscam realizar uma “manipulação bem-sucedida do mercado” (EVETTS, 2012), tentando produzir um discurso hegemônico e criando uma estratégia de convencimento de que sua fala representa o todo.

Aldridge & Evetts (2003) usaram o caso do jornalismo para repensar o conceito de profissionalismo. Examinando os jornalistas britânicos, as autoras observaram que as formas de controle ocupacional da profissão têm um sentido ambivalente. Os jornalistas mostram-se contraditórios em relação ao seu “projeto profissional”: apesar de resistirem às estruturas que caracterizam as profissões tradicionais à medida que valorizam a vocação e o aprendizado nas redações, os jornalistas têm buscado aderir à ideia de profissionalismo. As autoras propõem investigar, então, em que medida o discurso do profissionalismo, entendido como um conjunto de valores e identidades, pode ser mobilizado pelos profissionais como uma forma de disciplinar e autorregular a profissão. O caso do jornalismo, que é reconhecido por seu “mito ocupacional”, consiste em um importante exemplo de como este processo tem favorecido a imposição de mudanças significativas na organização do trabalho.

Segundo Aldridge & Evetts (2003), as recentes transformações na composição social da profissão podem indicar que os jornalistas, que sempre

---

<sup>6</sup> “[...] as a powerful instrument of occupational change and social control at macro, meso and micro levels and in a wide range of occupations in very different work, organizational and employment relations, contexts and conditions” (EVETTS, 2012, p. 5). Tradução livre.

buscaram cultivar uma autoimagem de socialmente periféricos em comparação com as profissões tradicionais, atualmente aspiram ao reconhecimento profissional convencional. Para as autoras:

[...] nós acreditamos que o novo significado de profissionalismo na sociedade mais ampla, seus múltiplos significados na própria ideologia ocupacional do jornalismo, as mudanças demográficas e na formação acadêmica da profissão, servem para envolver os jornalistas em um reconhecimento, um respeito profissional a que eles têm tradicionalmente resistido (ALDRIDGE & EVETTS, 2003, p. 5)<sup>7</sup>.

De acordo com as autoras, desde o início da profissão na Inglaterra, no século XIX, os jornalistas discordaram sobre se deveriam almejar as estruturas convencionais e os padrões sociais ligados ao que seria uma “profissão” nas sociedades anglo-americanas.

Veremos a seguir dois modelos de referência da profissão: o anglo-americano e o francês. Nosso objetivo é apresentar as características do modelo que orientou as práticas jornalísticas no Brasil e que teve implicações para o processo de profissionalização do jornalismo.

### **1.1. Dois modelos de Jornalismo: o anglo-americano e o francês**

As diferenças quanto aos modelos de jornalismo representam distintas orientações aos profissionais, resultando em dois modelos de profissionalismo, com especificidades em relação à carreira, ao reconhecimento profissional, à competência profissional e, principalmente, à exigência do aprendizado das técnicas jornalísticas em cursos universitários.

O perfil da imprensa de alguns países está relacionado à história do jornalismo, principalmente no período que se inicia após a Revolução Industrial, em que se dividiram as formas de pensar e fazer o jornalismo, em especial entre

---

<sup>7</sup> “[...] we shall suggest that the changing meaning of professionalism in the wider society, its multiple meanings in journalism’s own occupational ideology, demography and unplanned changes in journalism education are all combining to enfold journalists in a respectability that they have traditionally resisted” (ALDRIDGE & EVETTS, 2003, p. 5). Tradução livre.

os Estados Unidos e a França. Com isso, segundo uma classificação interna desta profissão, dois modelos de jornalismo se opõem: o de língua inglesa e o jornalismo francês.

O modelo anglo-americano caracteriza-se objetivamente pela coleta de informações, com referência à figura do jornalista como um profissional voltado à busca por notícia. Neste modelo, os fatos ocupam uma centralidade, designando ao profissional a função de reconstituição dos eventos, em que, por meio de um discurso da objetividade, a informação se distancia do comentário.

O modelo de profissionalismo vinculado ao modo anglo-americano de fazer jornalismo requer técnicas necessárias ao cumprimento de seu objetivo: a busca pela informação. Podemos entender, dessa forma, que as habilidades exigidas no jornalismo de orientação anglo-americana, simbolizadas pelo desenvolvimento da reportagem, o domínio da situação da entrevista, o relato de campo, a capacidade para tomar notas e apurar a informação, representam uma valorização da atividade do repórter no caso dos Estados Unidos:

Associando assim à prática jornalística tarefas, competências, uma escritura irreduzível à de atividades preexistentes (escritores, políticos), o modelo anglo-americano fez do jornalismo uma atividade pensável como uma profissão à parte, abrindo a seus praticantes perspectivas de carreira (NEVEU, 2006, p. 23).

Isso implica dizer que esse estilo anglo-americano, em que os acontecimentos são precisamente descritos, os fatos objetivamente reconstituídos e submetidos à observação supostamente imparcial, através de uma escrita marcada pela sobriedade, transformou-se em norma profissional para os jornalistas desta corrente. Este modelo de jornalismo, portanto, exige o aprendizado das técnicas em cursos universitários.

Na concepção de Chalaby (2003), ao exercer, desde o século XIX, papel importante nas questões práticas e cotidianas dos Estados Unidos, a imprensa assume um status de atividade empresarial. Em virtude disso, o jornalismo anglo-americano está associado à atividade mercantil, dos chamados “barões de imprensa”, de lógica empresarial, desvinculando-se do engajamento partidário.



Tais características, expressas pelo utilitarismo, a dinâmica de empresas capitalistas, o distanciamento das forças políticas, a busca por uma escrita normatizada e o domínio de técnicas especializadas conduziram a uma profissionalização compulsória dos jornalistas anglo-americanos.

Na concepção defendida por Chalaby (2003), o jornalismo é uma “invenção anglo-americana”. Os jornalistas anglo-americanos foram os responsáveis por inventar e desenvolver “práticas discursivas próprias”, como a reportagem e a entrevista, que constituem as práticas e estratégias que caracterizam o jornalismo. Para este autor, o contexto de surgimento do jornalismo deu-se no século XIX: “A profissão de jornalismo e o discurso jornalístico é produto da emergência, durante este período, de um campo especializado e autônomo de produção discursiva, o campo jornalístico” (p. 29-30).

O jornalismo é considerado uma invenção do século XIX, traduzindo, assim, uma “revolução discursiva” à medida que nos Estados Unidos e na Inglaterra o discurso jornalístico tornou-se um gênero distinto de texto, considerando-se que o conceito de notícia designa um tipo específico de escrita. Este “fenômeno discursivo” é descrito por Chalaby (2003, p. 30): “agentes do campo jornalístico desenvolveram as suas próprias normas e valores discursivos, tais como a objetividade e a neutralidade. O modo de escrita jornalística passou a caracterizar-se por estratégias discursivas e práticas que não são de natureza literária nem política”.

Por outro lado, de inclinação literária e política, o jornalismo francês não requer de seus “escritores” nenhuma competência profissional específica. O jornalista francês é um escritor de talento, que tem opiniões políticas bem definidas e habilidade para não apenas reconstituir o acontecimento, mas contar histórias a respeito do que pensa, com o domínio da retórica. Nas palavras de Neveu (2006, p. 29):

A excelência profissional se fixa sobre o domínio e o brio do estilo, a capacidade de defender uma linha editorial. Os conteúdos de informação jornalística, que valorizam críticas, pequenos artigos e

crônicas, traduzem o peso do comentário, de um metadiscorso sobre a atualidade que privilegia a expressão das opiniões e transforma o acontecimento em pretexto para exercícios de estilo brilhantes e desenvolto.

Assim, no caso do jornalismo francês, em que a excelência profissional se define pela expressão das opiniões, comentários e críticas, feitas por “escritores de talento” e colaboradores, uma orientação jornalística mais subjetiva, opinativa e interpretativa pode, em certo sentido, “explicar a pequena quantidade de jornalistas franceses formados numa das escolas de jornalismo” (NEVEU, 2006, p. 21). A figura do repórter estaria associada a do escritor, sendo estimadas a competência literária e a manifestação das opiniões políticas e tendências partidárias dos jornalistas.

Este modelo representa uma recusa à lógica de carreira profissional, já que não se trata de um trabalho à parte; seus colaboradores posicionam-se entre as carreiras da literatura e da política. Como consequência, o modelo de jornalismo francês não requer um curso de formação universitária de credenciamento dos profissionais.

Nos Estados Unidos e na Inglaterra, o significado maior da imprensa corresponde a um meio de informação. No modelo francês, em especial até o século XIX, articulavam-se ao mundo da imprensa os valores e normas literárias de escritores, poetas, romancistas, críticos de literatura, celebridades da escrita, o que confere à função de jornalista o status de ocupação provisória e não de profissão propriamente dita. Nesse terreno, em que o gênero literário sobressaía-se em relação à prática jornalística, a valorização do profissional/escritor estava condicionada à hierarquia estabelecida entre poetas, romancistas e dramaturgos, como Honoré de Balzac, Alphonse de Lamartine, Alexandre Dumas, Emile Zola e Victor Hugo, considerados mentores dos jornalistas.

A respeito da imposição literária sobre o jornalismo francês, Chalaby (2003, p. 40) afirma que: “As lutas e rivalidades pelas posições mais prestigiadas eram avaliadas segundo o capital literário de cada um. Assim, as posições de

liderança no campo do jornalismo eram conferidas a quem possuía maior legitimidade literária”.

Como resultado da influência dos valores e normas literárias, o jornalismo de tradição francesa manteve seu estilo literário, discursivo e opinativo, dando menos importância às notícias e à informação, e atendo-se à defesa ideológica de uma doutrina política. Com isso, os estilos de escrita nos dois modelos se diferenciaram, com distinções quanto ao reconhecimento da carreira jornalística nestes países, sem desconsiderar, certamente, as motivações políticas que realçavam as diferenças entre o jornalismo que se desenvolveu nos países anglo-saxões e na França. As lutas políticas mostravam-se mais complexas na França, promovendo o debate político e os posicionamentos partidários, enquanto nos Estados Unidos e na Inglaterra, prevalecia o bipartidarismo político, permitindo mais facilmente o enquadramento da luta política, fundamentando-se mais em notícias e informações e menos em opiniões e julgamentos políticos.

As normas da fórmula anglo-americana de prática jornalística tornaram-se referência em grande parte dos países. No Brasil, o processo de profissionalização do jornalismo recebeu influência do modelo jornalístico anglo-americano, que, por valorizar uma “habilidade profissional à base de técnicas” (NEVEU, 2006), pode ser aprendida em cursos de jornalismo nas universidades. Seguindo o padrão de referência anglo-americano, em que as práticas jornalísticas caracterizam-se pela objetividade, racionalização, capacidade de investigação, escrita normatizada e lógica empresarial, o jornalismo brasileiro passou a adotar, então, um sistema midiático interessado em promover uma “profissionalização forçada”. Isso porque o jornalista anglo-americano é, na verdade, como afirma Neveu (2006), “um assalariado” e percebe sua atividade como um trabalho à parte, orientado por uma lógica de carreira, com suas habilidades singulares e, por isso, com uma “condição de entrada” na profissão mais claramente definida.

## **1.2. O processo de profissionalização do jornalismo no Brasil**

No Brasil, durante muito tempo, jornalismo e literatura se misturaram. Como afirma Ribeiro (2003), até a década de 1950, o jornalismo era considerado um “subproduto das belas artes”. Os jornalistas eram considerados escritores. A autora explica que até a segunda metade do século XX, como o mercado editorial era incipiente, os escritores precisavam se dedicar a outras atividades e escolhiam o jornalismo, por ser uma atividade que naquele momento “permitia o livre desenvolvimento dos estilos pessoais” (RIBEIRO, 2003, p. 147).

O início do processo de profissionalização do jornalismo aproximou o jornalismo brasileiro do discurso do modelo de jornalismo anglo-americano. As práticas discursivas seguidas no Brasil optaram pelo lado da profissionalização, da transmissão “objetiva”, “imparcial” e “neutra” da notícia. O jornalismo brasileiro passou, então, a assumir um estilo mais imparcial, acompanhando a tendência geral de relacionar o jornalismo a textos informativos, às narrativas dos acontecimentos, pautadas pelo conceito da objetividade.

Assim, no jornalismo brasileiro, a partir da década de 1950, como expressão do modelo de jornalismo anglo-americano, ganha força o discurso da objetividade e neutralidade, com o uso de novas técnicas de redação e reportagem, que conferiram legitimidade e autonomia aos jornalistas, que fundamentavam seu discurso no “culto aos fatos” (TRAQUINA, 2005) e nas especificidades técnicas.

Com a modernização da imprensa brasileira nos anos 1950, que seguiu o padrão de jornalismo anglo-americano, com a implantação de um jornalismo de massa no país, nas empresas jornalísticas, a lógica empresarial passou a predominar sobre as determinações políticas. Ribeiro (2003) explica este momento na história do jornalismo brasileiro: “ao incorporar as novas técnicas e o ideal da objetividade, se afastando da literatura e recusando vínculos explícitos com a política, o campo jornalístico transformou-se numa comunidade discursiva própria e criou as condições sociais da sua eficácia” (p. 158). O Brasil se

distancia, então, do modelo francês, que ligava o jornalismo à literatura e à política e passa a incorporar as técnicas norte-americanas de redação. Para Ribeiro (2003, p. 148): “Através desse modelo, a linguagem jornalística começou a adquirir uma sistematização interna, e o jornalismo obteve uma certa dose de autonomização, se transformando numa comunidade discursiva própria”.

O processo de profissionalização foi favorecido, em certo sentido, pela industrialização da imprensa, quando o universo midiático passou a se constituir como “produto cultural e empreendimento comercial” (GARCIA, 2009, p. 25).

Por isso, a década de 1950 é marcada pelo processo de profissionalização do jornalismo. Com o aumento do salário dos jornalistas, a profissão deixa de ser vista como um “bico”, uma ocupação de caráter provisório, o que permitiu aos jornalistas ter uma imagem de “categoria profissional diferenciada da dos literatos e da dos políticos” (RIBEIRO, 2003, p. 152). Os jornalistas estavam se profissionalizando, assim como as empresas jornalísticas, que passaram a incorporar modernas técnicas de redação, padronizando os textos jornalísticos e assumindo a ideologia da objetividade, além de contratar profissionais especializados para cuidar da administração.

A profissionalização do jornalismo no Brasil se deu por meio de um processo histórico e envolveu diversos aspectos. A partir da década de 1930, teve início o processo de profissionalização, com a criação de sindicatos – como o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, que foi criado em 1937 –, de cursos universitários de jornalismo, e da exigência, pelo Decreto-Lei 972 de 1969, do diploma de graduação em jornalismo para o exercício da profissão, contribuindo para a regulamentação do jornalismo.

Em 1938, o Decreto-Lei n. 910 estabeleceu a primeira regulamentação do jornalismo enquanto profissão, instituindo a criação de escolas de preparação para os profissionais da imprensa e fornecimento de certificados, com o propósito de evidenciar a separação entre especialistas e leigos quanto aos saberes jornalísticos.

A criação do curso superior de jornalismo também favoreceu o processo de profissionalização dos jornalistas. Ribeiro (2003, p. 152) fala sobre o baixo nível intelectual dos jornalistas que predominava antes do processo de profissionalização: “Até então havia uma elite de profissionais, formada principalmente nas faculdades de direito, mas a grande maioria era mal preparada, não tendo sequer concluído o ensino médio”.

Neste processo, os profissionais perdem parte de seu ideal político e deixam de ser “formados na redação”, com a ajuda dos jornalistas mentores mais experientes que ensinavam os “macetes” da profissão. Começam a ingressar na universidade e a aprender a profissão nos cursos superiores.

Em 1943, o Decreto-Lei n. 5480 instituiu o curso de jornalismo no sistema de ensino superior brasileiro. Desde que teve início o primeiro curso de Jornalismo, na década de 1940<sup>8</sup>, o jornalismo brasileiro tem sido visto como um campo de interesse para as pesquisas da área da Comunicação. E é a partir da década de 1950 que o modo brasileiro de pensar sobre o jornalismo adquire visibilidade internacional nos estudos do campo do jornalismo (MARQUES DE MELO e MOREIRA, 2009).

A Lei de Imprensa de 1967, conforme o Decreto-Lei n. 5250, dispõe sobre a liberdade de informação e de pensamento. O jornalismo tornou-se uma ocupação de nível superior a partir de 1969, com o Decreto-Lei 972 que passou a exigir o diploma de jornalismo para o exercício de novos profissionais. O jornalismo passou, então, a exigir de seus novos ingressantes o nível superior. Ao se tornar uma ocupação de nível superior, o jornalismo passa a rejeitar o sistema de aprendizagem do ofício, adquirindo uma tradição mais acadêmica e menos vocacional. Porém, este caminho foi marcado por avanços e retrocessos.

Durante o percurso de profissionalização do jornalismo, as questões em torno da regulamentação profissional e do reconhecimento jurídico da necessidade de formação superior suscitou discussões acerca da exigência do diploma para o exercício da profissão. Com a criação de cursos de jornalismo,

---

<sup>8</sup> O primeiro curso de Jornalismo do Brasil é o da Fundação Cásper Líbero, que data de 1947. A Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo, ECA/USP, foi criada em 1966.

associações e sindicatos, e da exigência da obrigatoriedade do diploma de graduação em jornalismo para o exercício da profissão, a atividade jornalística passou por um processo de regulamentação, questionando-se, assim, a concepção de que se trata de uma ocupação que historicamente não demanda treinamento acadêmico formal e específico. Porém, há nesta profissão um debate acerca da existência no jornalismo de saberes especializados que garantiriam o uso exclusivo a seus profissionais das práticas definidoras da profissão.

Como explica Nascimento (2011a), nos últimos anos, o jornalismo, especificamente o saber jornalístico e sua regulamentação profissional, tem sido objeto de disputas judiciais. As decisões sobre o processo de profissionalização do jornalismo no Brasil não assumiram um caráter estritamente técnico, baseando-se nas qualificações e competências dos profissionais, mas foram influenciadas politicamente. As questões que envolvem as tensões do processo de profissionalização do jornalismo não estão restritas aos aspectos legais, assumindo também uma dimensão de poder. Nascimento (2011a) defende que o processo de profissionalização do jornalismo foi caracterizado por decisões políticas, devendo a análise abranger os interesses presentes nos discursos dos grupos envolvidos nos processos de negociação, com a definição das fronteiras que separam os profissionais dos membros de outras ocupações, os conflitos e disputas por áreas de atuação, o conteúdo político que conduz as decisões e fundamenta os dispositivos jurídicos. Nascimento (2011a) fala sobre uma “politização da expertise” argumentando que, em grande medida, as decisões judiciais estão estreitamente ligadas “a visões de mundo que embasam o uso da expertise no mundo do trabalho” (p. 3).

As concepções a respeito da definição do fazer jornalístico, seus valores e atuação profissional servem de fundamento para os argumentos referentes à regulamentação profissional. Em 2001, ficou decidido que o diploma de jornalismo não seria mais obrigatório para o exercício da profissão, com o objetivo de não restringir as liberdades de expressão e profissão. Segundo este argumento, exigir o diploma de jornalismo seria entendido como elitista e favoreceria os interesses das instituições que emitem as credenciais dos

profissionais. Nessa concepção, a análise da regulamentação de atividades profissionais não deve levar em conta apenas aspectos técnicos, mas também deve preocupar-se com a “defesa social” (NASCIMENTO, 2011a), garantindo à sociedade em geral a liberdade de expressão.

A justificativa que fundamenta este discurso é de que as virtudes e qualidades de um profissional do jornalismo não são aprendidas nos cursos universitários e que as qualificações profissionais do jornalista se expressam nas qualidades comunicativas. Isso significa dizer que o valor de um profissional seria definido conforme o domínio das técnicas de redação, habilidade da escrita, visibilidade social, bom uso das fontes de informação, o que poderia ser aprendido na prática, no ambiente de trabalho. Como resultado, o trabalho dos jornalistas, nesta concepção, não demandaria uma regulamentação profissional.

Em 2005, contrariamente à decisão de 2001, ficou definido que existem atividades específicas do jornalismo que exigem uma formação e uma certificação, o que sugere a necessidade de uma regulamentação profissional, considerando-se que a liberdade de profissão e a liberdade de expressão não se confundem. Entre 2001 e 2005, 13 mil pessoas (entre estudantes de jornalismo e profissionais sem diploma de jornalismo que já atuavam na área) obtiveram o registro precário ou “liminar” da profissão, elevando consideravelmente o número de profissionais registrados<sup>9</sup> (ROCHA, 2008).

Contudo, em 17 de junho de 2009, o STF declarou ser inconstitucional a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão (instituída pelo Decreto-Lei n. 972), seguindo o mesmo argumento defendido em 2001, o da defesa da liberdade de expressão e liberdade de exercício profissional.

Em resposta a esta decisão, foi apresentada ainda em 2009 a PEC 386/09, que objetiva restabelecer a necessidade de curso superior específico para atuar na profissão. Para o grupo dos “apoiadores do diploma”, representado nos discursos da FENAJ, do SJSP e das associações acadêmicas, a exigência do diploma não

---

<sup>9</sup> Somente no Estado de São Paulo, mais de 5.700 jornalistas obtiveram o registro profissional “precário” em 2005 (ROCHA, 2008).



representa um entrave à liberdade de expressão, devendo ser considerada condição obrigatória para a atuação profissional dos jornalistas.

Estas discussões serão retomadas no Capítulo 5, quando analisaremos os discursos dos profissionais a respeito da profissão, a partir dos seguintes questionamentos: a atividade jornalística requer qualificações profissionais específicas, obtidas na universidade? Quais são as particularidades desta profissão, que combina distintas percepções acerca do jornalismo “como formação” e do jornalismo como “realidade”? Em que se fundamenta o discurso do profissionalismo no interior desta profissão? Os jornalistas possuem um status específico, diferenciado de outras profissões? O saber exigido pela profissão de jornalismo é especializado a ponto de não poder ser obtido apenas no ambiente de trabalho, nas redações, devendo ser oferecido nos cursos universitários?

## 2. PROFISSÕES, GÊNERO E DIFERENÇA

Nesta pesquisa, procuramos fazer uma articulação entre gênero, profissionalismo e diferença a fim de compreender como as mulheres experimentam e percebem a diferença na carreira de jornalista. Qual é o significado que o termo diferença assume nos discursos das mulheres? Qual é a percepção que as mulheres jornalistas de São Paulo têm acerca da diferença de gênero na carreira? Quais são as representações que as mulheres constroem sobre si mesmas nesta profissão? Quais são as experiências sociais e as posições que condicionam a percepção das mulheres na carreira?

O conceito de gênero é pensado neste trabalho para tornar evidente o componente socialmente construído das relações entre homens e mulheres. Inicialmente, o campo de estudos de gênero foi utilizado pelas pesquisadoras feministas para assumir um enfoque mais histórico e relacional, substituindo os estudos sobre as mulheres, que predominaram até a década de 1970. Assim, o conceito de gênero trouxe ferramentas analíticas interessantes para a discussão e passou a ser usado para dar ênfase ao aspecto relacional, definindo homens e mulheres em termos recíprocos e não em estudos isolados. O texto “O Tráfico de Mulheres: notas para uma ‘Economia Política do Sexo’”, publicado originalmente em 1975, da antropóloga norte-americana Gayle Rubin consiste no primeiro das ciências sociais a estabelecer o conceito de gênero para pensar além dos estudos sobre mulheres. O texto avança no sentido de incorporar pela primeira vez a dimensão de gênero nos estudos, contribuindo para a desnaturalização das desigualdades de gênero. Criticando o pressuposto da naturalização da heterossexualidade, a autora ressalta a construção da atividade sexual humana como atividade social e, assim, desenvolve a ideia de sistema sexo/gênero. Este sistema, ou “aparato social sistemático”, consiste num conjunto de arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica, isto é, a matéria-prima (sexo) em produtos da atividade humana (gênero).

De acordo com Grossi (2004; 1999), no Brasil, os estudos de gênero não substituíram por completo os estudos sobre as mulheres. A autora afirma que é possível identificar distintos enfoques nas diferentes pesquisas produzidas no Brasil. Destacam-se, nessa concepção, os estudos sobre as mulheres, os estudos sobre os gêneros e os estudos feministas, bem como os estudos sobre masculinidades. Para Grossi (2004, p. 218), este campo de estudos constitui um espaço caracterizado pela pluralidade: “há vários tipos de pesquisas sendo realizadas atualmente no Brasil: pesquisas sobre mulheres, pesquisas sobre homens, pesquisas que analisam as relações de gênero, pesquisas preocupadas com questões teóricas, pesquisas sobre o movimento feminista e de mulheres”.

Os primeiros esforços de teorização do conceito de gênero buscavam contrapor a visão essencialista da diferença sexual, entendida em termos de conceitos biológicos que determinavam os papéis sexuais dos indivíduos. Essencializar remete à ideia de reproduzir permanentemente os lugares sociais femininos e masculinos. Na visão essencialista, a diferença sexual é entendida como inerente aos sexos e as identidades são vistas como fixas, unitárias, predefinidas e definitivas. Pensar assim significa fixar-se em estereótipos de gênero, ou seja, em aspectos simbólicos ou crenças que pressupõem a naturalização de comportamentos e características de homens e mulheres, desconsiderando, assim, sua construção social e cultural. Os estereótipos são as ações esperadas das pessoas em um determinado grupo; uma expectativa social de como o sujeito se comportaria se fizesse parte deste grupo. As representações estereotipadas fornecem um quadro pronto, uma classificação, uma resposta imediata, um entendimento preestabelecido.

Ao invés de essencializar o sujeito, tomando-o como coerente, e confiando nas representações sociais estereotipadas acerca de cada gênero, torna-se relevante, então, pensar sobre a experiência que criou o sujeito, buscando compreender quais são os referentes culturais que fizeram esta pessoa perceber a realidade desta forma e se representar a partir deste discurso. As pessoas não *têm* uma experiência, esta é, na verdade, construída no processo de socialização; elas não *têm* uma identidade, assumem, por outro lado, “posições de sujeito”.

Admitimos, nesta investigação, o caráter contingente e relacional das identidades, considerando que o sujeito é descentrado e possui incongruências de fala e de ação.

Berger e Luckmann (1973) escreveram sobre a “construção social da realidade”, argumentando que os fatos sociais são o resultado de um processo histórico de construção coletiva de conhecimento. As representações sociais podem ser entendidas como um significado que as pessoas atribuem à realidade social. A vida cotidiana se apresenta como uma realidade interpretada pelas pessoas e subjetivamente dotada de sentido. Isto é, a realidade é socialmente construída, cotidianamente, pelas práticas individuais, em que as pessoas redefinem e ressignificam permanentemente os símbolos sociais. Nesse processo, as pessoas, que são vistas como atores sociais, atribuem significado às suas ações, criando novas representações sociais e definições da sociedade. As realidades sociais são, ao mesmo tempo, objetivadas, pois é assim que são experimentadas e subjetivadas, por serem interiorizadas no processo de socialização. A realidade social é, portanto, um produto das representações sociais, que são construídas nas interações entre os indivíduos.

De acordo com Scott (1995), a fim de rejeitar as explicações biológicas e essencialistas, que criam uma essência do que é ser homem e do que é ser mulher, o conceito de gênero pode ser pensado para “se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres” (p. 75). À medida que se desconstrói as explicações que partem de diferenças naturais e essenciais entre os sexos, o enfoque se direciona para a compreensão da questão do poder na sociedade. Torna-se relevante, desse modo, perceber como se constituem as desigualdades entre os gêneros e como as identidades de gênero são construídas e interiorizadas. Para Scott (1995), as normas e regras de comportamento construídas por uma sociedade acerca do masculino e do feminino expressam relações de poder, definindo uma determinada organização social da relação entre homens e mulheres. Há, segundo a autora, duas proposições principais sobre o gênero: “1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e 2) o

gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Desse modo, o gênero está vinculado à dimensão da organização concreta e simbólica da vida social e às conexões de poder, nos termos da igualdade e desigualdade, uma vez que “as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente” (SCOTT, 1995). Assim, a autora busca reconstituir as relações de poder, numa determinada época e numa sociedade específica, entendendo o poder como contingencial, histórico e relacional.

Scott (2005, p. 14) argumenta, ao tratar do “enigma da igualdade”, que ao invés de estarem colocados em uma polarização, em lugares opostos, os indivíduos e grupos, igualdade e diferença são, na verdade, “conceitos interdependentes que estão necessariamente em tensão”, e que devem ser analisadas em seu contexto histórico específico. A autora apresenta o conceito de igualdade como um conceito político que pressupõe a diferença: a igualdade “não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração” (p. 15). Isso significa dizer que uma promessa universal de igualdade não necessariamente reconhece a diferença, pois não existe motivo para a reivindicação da igualdade entre indivíduos idênticos. Quanto à relação estabelecida entre a identidade de um grupo e a identidade individual, a autora afirma que esta tensão não pode ser resolvida, por ser uma “consequência das formas pelas quais a diferença é utilizada para organizar a vida social” (p. 22). É como se na prática, as características do grupo fossem vistas como opostas à individualidade. Isto é, no caso das mulheres, como indivíduo e como grupo, as chamadas “demandas pela igualdade” operam segundo um paradoxo: ao mesmo tempo em que as mulheres reivindicam, elas também repudiam as diferenças que de início não permitiram a igualdade. Trata-se de um paradoxo que funciona da seguinte maneira: “Os termos do protesto contra a discriminação tanto recusam quanto aceitam as identidades de grupo sobre as quais a discriminação está baseada” (p. 20).

No presente estudo, partimos da ideia de que uma das formas de escapar à essencialização das identificações é levar em conta que é possível descentrar as identidades. Isto é, considerar que as identidades são construídas culturalmente.

Trata-se de entender a profissão e outras identidades como profundamente ligados a questões sociais e históricas, sendo, por isso, instáveis e dinâmicos. Na perspectiva do descentramento dos sujeitos, as identidades são problematizadas, ao invés de serem percebidas como permanentes ou essenciais. O foco da abordagem desta pesquisa volta-se, então, à análise das práticas discursivas não essencialistas, à atribuição individual de sentido, às práticas e experiências sociais e ao caráter contingente e relacional das identificações, com o propósito de reconstruir a experiência que criou o sujeito, que é descentrado e que tem diversas identificações.

De acordo com Hall (1997), na modernidade, as identidades pessoais e profissionais dos indivíduos são transformadas, em face de uma fragmentação dos códigos culturais, como parte de um processo de descentramento do sujeito e de sua identidade. O autor parte da ideia de que as realidades são muito diversas e as identidades são múltiplas e conflitantes. Sendo assim, os sistemas de significação e representação cultural passam a ser caracterizados “por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis” (HALL, 2005, p. 13). Assim, considerando que a identidade é formada e transformada contínua e culturalmente, e rejeitando a concepção essencialista de que o indivíduo social é totalmente centrado, unificado e possuidor de localizações sociais específicas, Hall (1997, p. 11) sugere uma nova conceituação para o termo “identidades”:

O que denominamos “nossas identidades” poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente.

Dubar (2009) também fala em “modos de identificação”, que estão sujeitos à mudança, são historicamente variáveis e dependem do contexto em que são construídos. O autor chama esta perspectiva de “concepção nominalista de

identidade”, que se baseia em uma “identificação contingente” e se distancia da visão essencialista de identidade. Dessa forma, enquanto a concepção essencialista percebe a identidade como uma essência, como algo fixo, de caráter permanente e idêntico às origens, a concepção nominalista pensa em “existências contingentes” e descarta a ideia de que as diferenças singulares são definidas *a priori* e mantidas invariavelmente entre os sujeitos. Para Dubar (2009), os grupos familiares, profissionais e religiosos de que participam os indivíduos passam a ser vistos como derivados de escolhas pessoais e não como “designações herdadas”. Além disso, os pertencimentos na sociedade são múltiplos, sendo definidos pelo gênero, raça, sexualidade, origem cultural, geração, entre outros.

Os estudos culturais contribuem significativamente para a compreensão da questão da diferença. Segundo Hall (1997), as sociedades modernas são, na verdade, “caracterizadas pela diferença”, pois são marcadas por diferentes divisões sociais, como gênero, classe, raça, nacionalidade e sexualidade, que se articulam e produzem diferentes “posições de sujeito”, isto é, diferentes identidades.

Assim, os estudos sobre a diferença e o reconhecimento da alteridade entendem a questão da identidade como “posições de sujeito”, isto é, dinâmicas, instáveis, múltiplas e contraditórias, ao invés de pensar em uma essência fixa que pertence ao indivíduo. Nessa perspectiva, segundo Butler (2014), a identidade de gênero é construída por meio de uma “performance cultural”, de uma encenação que possibilita a invenção do eu, e que se expressa por meio dos discursos, que produzem a “construção fictícia do sexo”. Diz a autora: “o gênero é uma espécie de imitação persistente, que passa como real” (BUTLER, 2014, p. 8).

As questões de gênero tornam-se mais complexas à medida que a problemática da alteridade, diferença e heterogeneidade ganha destaque, dando fundamento ao tema do descentramento do sujeito e de sua identidade. A alteridade também se articula à diferença, por se referir ao “estado de ser outro ou diferente; diversidade; outriedade” (ASHCROFT, 1998, Apud ALMEIDA, 2002, p. 92). Os estudos que articulam o gênero e as profissões passam, então, a

considerar as teorizações sobre as diferenças entre os gêneros, as diferenças entre as mulheres e as diferentes masculinidades, com o argumento de que as meras oposições binárias e as polarizações não são confiáveis para explicar a complexidade das relações sociais.

Butler (2014) questiona a ideia de que a categoria das mulheres é construída como sujeito coerente, estável, com identidade invariável e universalidade presumida. A autora enfatiza a importância de se pensar em uma linguagem que dê conta de representar verdadeiramente a “categoria das mulheres” e que, dessa forma, possa conferir-lhes visibilidade política. A respeito de uma formação discursiva capaz de descrever as mulheres, a autora ressalta que:

O próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes. É significativa a quantidade de material ensaístico que não só questiona a viabilidade do “sujeito” como candidato último à representação, ou mesmo à libertação, como indica que é muito pequena, afinal, a concordância quanto ao que constitui, ou deveria constituir, a categoria das mulheres (BUTLER, 2014, p. 18).

Para Butler (2014), o gênero e sua dimensão relacional devem ser o foco dos estudos, em virtude do problema político quanto ao uso dos termos “feminino” e “mulher”, cujo significado remete a uma identidade comum, ao caráter universal da dominação patriarcal, à experiência singular de uma só condição, a chamada “condição feminina”. Na concepção da autora, esses termos não conseguem descrever nem representar as “mulheres”, pois partem de um princípio universal, que desconsidera os contextos culturais reais que podem explicar os mecanismos da opressão de gênero. Ao invés de se restringir a análise à especificidade do “feminino” ou a uma experiência compartilhada pelas “mulheres”, é preciso levar em conta os eixos de relações de poder, os marcadores sociais que produzem as identidades à medida que se articulam ao gênero. Nos termos de Butler (2014, p. 20):



Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.

Esta perspectiva requer que a questão de gênero seja inserida dentro da condição social específica das mulheres, uma vez que “mulher” não se trata de uma categoria unitária e homogênea; deve ser pensada dentro de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Trata-se da construção social de diferentes categorias de mulheres dentro de processos estruturais e ideológicos, buscando as variadas conexões que diferenciam internamente o grupo e condicionam sua percepção acerca da realidade. Observando nos discursos o quê seria relevante na estruturação da experiência das profissionais, podemos dizer que embora a “mulher” tenha suas especificidades, construídas a partir de configurações de relações de gênero – em suas relações de alteridade –, o gênero não se refere a uma estrutura autônoma, mas pode se articular com outros eixos de diferenciação social. As diferenças são percebidas como relacionadas aos eixos de diferenciação, que estruturam a posição das mulheres na carreira. Levando-se em consideração a diversidade das experiências das mulheres, nesta pesquisa pretendemos observar quais são os eixos de diferenciação que demarcam a posição da mulher na carreira do jornalismo, definem sua percepção e estão expressos em seus discursos. Buscamos, com isso, neste estudo, partir da experiência das mulheres em relação à diferença, sua percepção acerca da diferença na carreira, e das diferenças entre as mulheres. Para seguir esta orientação, nossa amostra de entrevistadas é formada por profissionais com filhos e sem filhos, casadas, solteiras, divorciadas, de diferentes gerações, e atuando em diversos tipos de mídia e com distintos vínculos de emprego. O gênero é pensado neste trabalho como central para entender as hierarquias desta profissão. No entanto, outras questões

entram na análise, como a geração da profissional, seu estado civil e o tempo dividido entre maternidade e trabalho.

Com efeito, a questão da diferença passou a ser relevante nos estudos culturais, pós-coloniais e feministas por fazer referência não apenas à diferença entre os gêneros, mas também como diferença entre as mulheres, evidenciando a diversidade de experiências e de reivindicações das diferentes mulheres. Assim, a abordagem proposta aqui é resultado do interesse de não limitar o enfoque à simples afirmação de que a “condição feminina” representa uma desvantagem universal, que define a “mulher” como grupo unitário e entende as relações de poder entre homens e mulheres como determinante quase exclusivo da subordinação das mulheres, negligenciando, com isso, a heterogeneidade que caracteriza os grupos sociais.

Segundo a concepção que norteia este trabalho, a “diferença” é construída diferentemente nos discursos das pessoas. Em virtude disso, procurando contemplar os diferentes grupos de profissionais, o objetivo é compreender trajetórias e experiências expressas nos discursos, a partir do exame dos eixos de diferenciação que seriam determinantes das diferenças na carreira.

Brah (2006) enfatiza a importância de se direcionar o foco da abordagem à análise da construção social de diferentes categorias de mulheres. A autora chama a atenção para a heterogeneidade da condição social feminina, afirmando que o gênero é constituído e representado de maneira diferente, conforme a localização de cada pessoa “dentro de relações globais de poder” (p. 341). Por isso, o exame da subjetividade e da identidade torna-se fundamental para a compreensão da dinâmica de poder da diferenciação social. As mulheres não existem simplesmente como mulheres dentro dessas estruturas de relações sociais, mas como “categorias diferenciadas”, que podem ser descritas segundo sua condição social específica: “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres imigrantes”. A forma como cada pessoa se insere nestas relações de poder está ligada aos condicionantes econômicos, políticos e ideológicos e é no nível do indivíduo que todas estas dimensões se articulam, forjando suas vidas. Como

consequência, a similaridade de experiências é construída a partir de um discurso inventado, que corresponde ao esforço de construir uma experiência compartilhada por um grupo que é heterogêneo na prática, mas que busca criar formas de enfrentar as “práticas de estigmatização, inferiorização, exclusão e/ou discriminação” (BRAH, 2006, p. 333), criando, assim, uma representação coletiva de si mesmo.

Utilizamos a diferença como categoria analítica e fundamentamos nossa análise nos pressupostos teóricos de Avtar Brah, levando-se em conta que por trás das definições expressas nas práticas discursivas, existem relações sociais, posições de sujeito e subjetividades.

Para Brah (2006) existem formas distintas de se perceber a diferença. Se partirmos da ideia de que o grupo experimenta práticas de discriminação, representando-o *a priori* como grupo unitário, entendendo a diferença automaticamente como sinônimo de desigualdade, estamos desconsiderando todas as outras formas de percepção da diferença. E somente a própria pessoa, que se construiu juntamente com sua experiência e que internalizou sua subjetividade a partir do processo de socialização, pode atribuir um significado à diferença.

A análise das entrevistas teve como principal referencial o esquema proposto por Brah (2006). A autora apresenta quatro formas de conceituar a “diferença”: diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade. Quanto à ideia de diferença como experiência, a autora afirma que a experiência é entendida como “construção cultural”, como “uma prática de atribuir sentido, tanto simbólica como narrativamente” (BRAH, 2006, p. 360). O sujeito e a experiência são construídos no processo e se formam permanentemente nas práticas culturais cotidianas, a partir da relação estabelecida entre o componente social e o subjetivo. Nessa perspectiva, não são os indivíduos que têm experiências, mas as experiências que criam os indivíduos: “contra a ideia de um ‘sujeito da experiência’ já plenamente constituído a quem as ‘experiências acontecem’, a

experiência é o lugar da formação do sujeito” (BRAH, 2006, p. 360). Assim, tais categorias – a formação do sujeito e a experiência – são contingentes e não essencialistas ou já existentes. A percepção do indivíduo é condicionada ao modo como este é culturalmente construído. Quanto ao discurso acerca do preconceito, na análise das entrevistas, identificamos a diferença como experiência quando o discurso expressa uma situação de discriminação vivenciada pelo entrevistado, ou seja, quando o relato de discriminação se der a partir do ponto de vista de sua experiência, partindo do pressuposto de que “o significado atribuído a um dado evento varia enormemente de um indivíduo para outro” (BRAH, 2006, p. 362).

A diferença como relação social é mobilizada por um grupo a fim de relatar suas experiências históricas coletivas nos discursos compartilhados. O conceito de diferença como relação social diz respeito às “trajetórias históricas e contemporâneas das circunstâncias materiais e práticas culturais que produzem as condições para a construção das identidades de grupo” (BRAH, 2006, p. 363). Considerando-se que o sujeito é descentrado e heterogêneo, sua subjetividade em processo é múltipla, instável e contraditória. Assim, identificamos a diferença como relação social nos relatos em que o evento se referir à vivência de outra pessoa, como por exemplo, a entrevistada relatar que tem conhecimento de que alguma colega foi vítima de preconceito no trabalho ou que ela testemunhou a situação de discriminação.

As percepções da diferença não se limitam aos relatos de discriminação, já que a diferença não se constitui necessariamente como um “marcador de hierarquia e opressão”, podendo significar inclusão e diversidade. Assim, o terceiro tipo de diferença, que é a diferença como subjetividade, remete à noção de interioridade, pensando os processos em que a subjetividade é formada como sociais e subjetivos, uma vez que as posições sustentadas pelo indivíduo são socialmente produzidas.

Por fim, a diferença como identidade faz referência ao processo de construção em que a subjetividade, que mesmo sendo múltipla e contraditória, é significada como tendo coerência, continuidade e um núcleo em permanente

mudança, que constitui o “eu”, já que a identidade é entendida como “multiplicidade relacional em constante mudança” (BRAH, 2006, p. 371). Nessa perspectiva, é o sujeito que atribui significado a seus discursos e práticas.

Bonelli (2012) realizou um estudo sobre as profissões jurídicas, em que intersecciona profissionalismo, diferença e gênero, baseando-se na conceituação de Brah (2006). Em sua pesquisa sobre a percepção de advogados e advogadas – em contraste com a de juízes e juízas – a respeito da diferença na profissão, a autora ressalta a variedade de formas como os discursos sobre a diferença na carreira são “constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados”. Quanto à definição de significados plurais de advogados e advogadas às diferenças na carreira, Bonelli (2012, p. 64) organiza uma escala de prioridades expressa em seus discursos:

Ambos deram maior ênfase ao preconceito, seguido da performance, da diversidade, e da percepção de que o gênero faz diferença. A partir daí a escala se distingue entre eles e elas. Para as advogadas a quinta posição refere-se à carreira e filhos; a sexta refere-se aos custos emocionais da carreira, e a sétima às questões de progressão e gênero. Para os advogados, a quinta posição é a percepção de que o gênero não explica diferenças na vida profissional; e empatados em sexto lugar estão a negação de preconceito entre os pares, os custos emocionais e a questão da carreira e filhos.

Em resumo, em nossa pesquisa, a diferença é definida a partir do lugar que se constitui como referência para a profissional produzir suas “posições de sujeito”, construir sua subjetividade, interpretar suas experiências singulares e compreender sua posição na sociedade e na carreira profissional. Nosso pressuposto é de que o lugar de onde a jornalista fala, isto é, sua posição dentro das relações de poder que operam no interior do contexto específico em que ela se insere – suas relações sociais e profissionais – tem implicações sobre sua percepção acerca do gênero, da carreira e de como ela se vê na carreira.

## 2.1. Nota metodológica da pesquisa

O campo empírico da pesquisa é constituído de entrevistas em profundidade e semiestruturadas com jornalistas que residem e exercem suas atividades profissionais na cidade de São Paulo. Foram realizadas 15 entrevistas, com 10 mulheres jornalistas e cinco homens jornalistas. As mulheres entrevistadas representam uma diversidade de gerações, experiências profissionais, veículos de comunicação, setores de atividade e tempo de carreira. A idade das mulheres está compreendida entre 23 e 66 anos e grande parte da amostra está na profissão há aproximadamente 15 anos, três mulheres têm entre três e quatro anos de experiência e uma profissional tem 49 anos de carreira. Todas são brancas, quatro são casadas, cinco são solteiras e uma é divorciada; duas têm filhos. As entrevistas tinham como propósito ouvir as jornalistas sobre suas carreiras, aspirações profissionais, frustrações, sacrifícios pessoais, negociações nas rotinas diárias de trabalho, a respeito de se e como o gênero influencia o tratamento e as oportunidades oferecidas às profissionais, se há diferenças entre o trabalho desempenhado pelo homem e pela mulher no jornalismo e áreas que concentram mais mulheres e mais homens, ou características que favorecem mais a um gênero do que a outro, e discussões sobre as mudanças recentes na profissão de jornalista<sup>10</sup>. Os homens foram entrevistados com o objetivo de entender como as mulheres jornalistas são vistas por seus pares masculinos.

Na seleção da amostra, buscamos, dentro das possibilidades, considerar os seguintes parâmetros que condicionam diferentes percepções sobre a carreira:

1) diferenças entre gerações: que possibilitam identificar os contrastes entre expectativa e realidade da profissão, observando as distinções quanto às percepções idealizadas das gerações mais jovens, o “choque” de realidade que

---

<sup>10</sup> O roteiro das entrevistas semiestruturadas, bem como o termo de consentimento, encontram-se no Apêndice.

experimenta a geração intermediária e a aceitação da realidade pela geração mais experiente. Consideramos que a análise das diferenças entre gerações é fundamental para se pensar sobre as diversas percepções dos “sujeitos em processo”. A seleção da amostra contempla, então, profissionais em vários níveis da carreira: jovens (com até nove anos de carreira), de 10 a 19 anos de carreira e com 20 anos ou mais de carreira.

2) a diversidade de mulheres: entrevistando mulheres com filhos, sem filhos, casadas, solteiras e divorciadas, com o propósito de observar como é ter filhos e estar casada na questão do tempo comprometido com o trabalho e nas possibilidades de obtenção de sucesso profissional.

3) diferentes vínculos de trabalho e áreas de atuação: que condicionam “localizações” distintas na carreira, entrevistando *freelancers*, profissionais que atuam no setor formal, que exercem suas atividades em empresas jornalísticas e “fora da mídia”, nas assessorias de imprensa e universidades. Na amostra, há quatro assessoras de imprensa, sendo que uma também atua como professora universitária, uma editora *freelancer* de mídia eletrônica, uma editora *freelancer* de revista cultural, uma editora de revista feminina, uma repórter *freelancer* de jornal e uma diretora, editora e repórter de televisão aposentada. Cinco mulheres já exerceram, em algum momento de sua trajetória profissional, algum cargo de comando. Dessa forma, procuramos garantir que a amostra escolhida represente as cinco grandes áreas em que se divide o mercado de trabalho do jornalismo, de acordo com o SJSP: setor extra-redação, agências de notícia, emissoras de rádio e televisão, jornais impressos e revistas. O caráter plural das mídias também orientou a escolha dos homens entrevistados: há um repórter de televisão, um assessor de imprensa e professor universitário, um coordenador de curso superior de jornalismo, um editor de revista masculina e professor universitário, e um repórter de jornal e um fotógrafo aposentado que atualmente é representante sindical.

A opção pela demarcação das diferenças entre as mulheres nestes grupos se deve ao leque de posições ocupadas na carreira. Quanto às “localizações” das

mulheres dentro da profissão, os grupos em que as mulheres se inserem têm, tipicamente, diferentes perfis:

a) Jornalistas *freelancers*: Por um lado, é considerado o grupo mais atingido pelas relações precárias de trabalho dentro da profissão, com garantias trabalhistas reduzidas e com menores salários. Segundo pesquisa de Grohmann (2012), 40% dos jornalistas *freelancers* de São Paulo ganham até R\$ 2 mil, posicionando-se na base da pirâmide salarial e 80% ganham até R\$ 4 mil. São marcados pela instabilidade, sendo sinônimo de “trabalho temporário”, já que 53,3% dos *freelancers* encontram-se há no máximo dois anos na mesma situação de trabalho. As mulheres em São Paulo compõem 70% deste grupo, que tem altos índices de diplomados (GROHMANN, 2012). Por outro lado, este tipo de trabalho também pode ser entendido como uma escolha das mulheres (“frila por opção”), conferindo-lhes maior liberdade e também a possibilidade de relacionar-se diretamente com seus clientes e, assim, vender seu trabalho para diversas empresas jornalísticas. As profissionais *freelancers* podem ter agendas menos atribuladas, com maior flexibilidade, podendo definir seu horário e local de trabalho.

b) Jornalistas com contrato formal de trabalho: Na amostra de entrevistadas, há mulheres “Profissionais do Jornalismo” e “Especialistas em Editoração”, que, de acordo com dados da RAIS de 2013, correspondem às duas categorias que juntas reúnem 90,67% das mulheres que exercem suas atividades no setor formal da profissão em São Paulo<sup>11</sup>. A localização profissional “Profissionais do Jornalismo” refere-se ao segmento que mais concentra

---

<sup>11</sup> A seleção utilizada nas bases de dados da RAIS de 2013 foi a CBO 2002 Famílias. De acordo com a definição da RAIS, os jornalistas registrados no setor formal da profissão estão divididos em quatro categorias (Família CBO 2002): **Profissionais do Jornalismo (2611)**, que incluem as funções de Arquivista pesquisador, Assessor de imprensa, Diretor de redação, Editor, Jornalista, Produtor de texto, Repórter (exceto rádio e televisão) e Revisor; **Especialistas em Editoração (2616)**, que correspondem às seguintes descrições: Editor de jornal, Editor de livro, Editor de mídia eletrônica, Editor de revista e Editor de revista científica; **Locutores, Comentaristas e Repórteres de rádio e televisão (2617)**, em que se encontram as funções de Âncora de rádio e televisão, Comentarista de rádio e televisão, Locutor de rádio e televisão, Locutor publicitário de rádio e televisão, Narrador em programas de rádio e televisão e Repórter de rádio e televisão e **Fotógrafos Profissionais (2618)**, que representam as funções de Fotógrafo científico, Fotógrafo publicitário, Fotógrafo retratista e Repórter fotográfico.



mulheres em São Paulo, reunindo 78,23% do total de 5.620 mulheres, e em que as mulheres recebem, em média, menos do que os homens, em praticamente todas as funções; 79,48% das mulheres neste grupo têm diploma. Há atualmente 7.752 jornalistas nesta categoria em São Paulo. Destes, 4.397 são mulheres, representando 56,72% (RAIS, 2013). “Especialistas em Editoração” consiste num pequeno grupo, concentrando 11,19% das mulheres que exercem suas atividades no setor formal de São Paulo, com maior proporção de diplomadas, alcançando o índice de 86,16%, e maior média de remuneração, em que as mulheres ganham, em média, mais do que os homens. Em São Paulo, as mulheres correspondem a 60,13% dos jornalistas desta categoria (629 no total de 1.046 jornalistas) (RAIS, 2013).

A amostra da pesquisa foi, em parte, composta por indicações dos próprios entrevistados. Participantes em potencial foram formalmente contatados por *email* ou por telefone, com a apresentação do termo de consentimento da pesquisa. Todos os entrevistados foram informados logo no contato inicial por escrito acerca do assunto geral que seria abordado na entrevista. As entrevistas em profundidade e semiestruturadas ocorreram predominantemente no local de trabalho dos jornalistas, sendo gravadas e transcritas, com exceção das últimas duas, que foram enviadas as questões de pesquisa e termo de consentimento por *email*. A entrevista com a profissional mais antiga na carreira, uma das primeiras jornalistas brasileiras, que foi indicada pelo SJSP, ocorreu em sua casa.

Como fonte de investigação, foi feita uma pesquisa exploratória, com o levantamento de dados junto ao SJSP, e uma entrevista com um jornalista e sindicalista, que compõe a amostra da pesquisa, em que foi possível a compreensão do discurso do sindicato acerca das mudanças quanto à obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional, que caracteriza as transformações recentes da profissão. Buscou-se também fazer uma pesquisa nas bases de dados oficiais, com a solicitação de senha junto ao Ministério do Trabalho e Emprego para a obtenção do acesso *online* às bases estatísticas da RAIS, que foi importante para dispor de dados desagregados até o nível das

profissões, com informações tanto para o Brasil quanto para o Estado e o Município de São Paulo e, assim, compreender como as hierarquias de gênero se estruturam na carreira, com o intuito de entender as “localizações” das mulheres na profissão. Isto é, para compreendermos a percepção das mulheres na carreira, foi preciso conhecer as posições que ocupam no jornalismo.

Analisando esta profissão e suas interseções com o gênero, agrupamos os distintos discursos da diferença e demarcamos alguns contrastes que produzem diferença na carreira. Como estratégia metodológica de análise dos discursos, definimos uma tipologia com três grupos de profissionais. Distribuimos homens e mulheres nestes grupos, separando-os conforme seu tempo de carreira. A opção pela divisão em três grupos geracionais se deve às diferentes percepções sobre as posições ocupadas na carreira.

Há, na amostra, três mulheres jovens e recém-formadas, seis mulheres e dois homens entre 10 e 19 anos de carreira e uma mulher e três homens com 20 anos ou mais de carreira.

A grande maioria dos homens entrevistados exercem simultaneamente duas funções dentro da profissão. Quatro estão no setor formal da profissão, como professores universitários, coordenador de curso universitário de jornalismo (setor extra-redação), sendo que um deles também atua como editor de revista masculina “pessoa jurídica” e outro como assessor de imprensa *freelancer*. Um dos jornalistas é repórter de televisão, que entra na descrição da RAIS de “Locutores, Comentaristas e Repórteres de rádio e televisão”. Trata-se de uma categoria que concentra apenas 5,9% de mulheres no setor formal de São Paulo e não aparece em nossa amostra de mulheres entrevistadas. É composta atualmente por 859 jornalistas, sendo 38,64% mulheres e 61,36% homens. E um jornalista é repórter fotográfico aposentado e atualmente trabalha no SJSP. A categoria “Fotógrafos Profissionais” concentra apenas 4,66% das mulheres e 8,60% dos homens e também não aparece em nossa amostra de entrevistadas.

Nossa amostra representa, em certa medida, o universo de mulheres jornalistas da cidade de São Paulo. Segundo dados da RAIS de 2013, 75,1% das jornalistas que atuam em São Paulo têm até 39 anos de idade, praticamente 80% está inserida em funções dentro da descrição “Profissionais do Jornalismo”, onde se encontram as assessoras de imprensa CLT e repórteres, e 84,64% das mulheres têm, pelo menos, o nível superior incompleto. Além disso, as mulheres representam 70% dos *freelancers* de São Paulo. Na amostra da pesquisa, nove mulheres têm até 39 anos de idade, duas mulheres são assessoras de imprensa (e uma é *social media*), cinco são *freelancers* e apenas uma mulher não tem diploma de graduação, por ter entrado na carreira na década de 1960.

Todos os entrevistados foram assegurados acerca do anonimato de suas informações e seus nomes foram substituídos por nomes fictícios. Os profissionais jovens receberam nomes que começam com a letra J, os profissionais que estão no ponto intermediário da carreira, começam com a letra I e aos profissionais mais experientes na carreira foram atribuídos nomes que começam com a letra E.

As falas são analisadas, não como um fato, ou em caráter de verdade, mas pertencentes a um contexto, a um lugar ocupado pelos profissionais, conforme suas “posições de sujeito”. O objetivo principal é ter uma pequena e diversa amostra que nos possibilite observar as diferenças na carreira, a partir das percepções das mulheres sobre a diferença de gênero na carreira e, em contraste, as percepções de seus pares masculinos acerca da profissão e das mulheres na profissão.

### 2.1.1. Perfil dos entrevistados

Grupo 01 – Profissionais jovens (com até nove anos de carreira)								
Nº	Profissional	Idade	Estado Civil	Filhos	Escolaridade	Mídia/Setor	Função	Tempo de carreira

1	Janete	23	Casada	Não	Jornalista pela Uninove	Revista	Redatora CLT	4 anos
2	Júlia	26	Solteira	Não	Jornalista pela FACCAMP	Assessoria de imprensa e Mídia online	Assessora de imprensa <i>freelancer</i> e repórter	3 anos
3	Jacqueline	24	Casada	Não	Jornalista pela Universidade Anhembi-Morumbi e Especialização em Assessoria de Comunicação e Mídias Sociais	Assessoria de imprensa	<i>Social Media freelancer</i>	4 anos

**Grupo 02 – Profissionais entre 10 e 19 anos de carreira**

Nº	Profissional	Idade	Estado Civil	Filhos	Escolaridade	Mídia/Setor	Função	Tempo de carreira
4	Isabel	35	Casada	1 filho	Graduação em Jornalismo pela PUC-SP e Especialização em Direção Editorial de Jornalismo pela ESPM	Agência de notícias	Editora <i>freelancer</i>	16 anos
5	Ingrid	33	Solteira	Não	Jornalista pela UNESP, Mestre e Doutoranda em Polícia Científica e Tecnológica pela UNICAMP	Jornal e Universidade	Repórter <i>freelancer</i> e professora de pós-graduação	13 anos
6	Isadora	34	Solteira	Não	Jornalista pela Universidade de Marília. Especialização em Teorias e Práticas da Comunicação	Assessoria de imprensa e Universidade	Coordenadora de Comunicação CLT e Professora universitária	16 anos
7	Iara	38	Solteira	Não	Jornalista pela Universidade Católica de Santos e Especialização em Gestão e Marketing Digital pela ESPM	Assessoria de imprensa	Assessora de imprensa CLT	17 anos

8	Iracema	34	Solteira	Não	Formada pela ECA-USP e Doutoranda em Cinema pela USP	Revista Cultural	Editora <i>freelancer</i> de revista	15 anos
9	Iolanda	34	Solteira	Não	Jornalista pela Cásper Líbero	Revista Feminina	Editora de revista	14 anos
10	Igor	34	Solteiro	Não	Jornalista pela FMU; Bacharel em Direito pela UNIP e Especialização em Literatura Brasileira	Revista sobre Saúde Universidade	Editor PJ de revista <i>online</i> e Professor Universitário	17 anos
11	Ítalo	35	Casado	2 filhos	Jornalista pela Universidade Metodista de São Paulo e Especialização em Jornalismo Internacional pela PUC-SP	Universidade	Coordenador de curso universitário de jornalismo e professor universitário	17 anos

**Grupo 03 - Profissionais com 20 anos ou mais de carreira**

Nº	Profissional	Idade	Estado Civil	Filhos	Escolaridade	Mídia/Setor	Função	Tempo de carreira
12	Elisa	66	Divorciada	1 filho	Não tem diploma	Televisão Jornal SJSP	Editora, diretora e repórter aposentada  Compõe o Conselho de Diretores do SJSP	49 anos
13	Emerson	59	Divorciado	2 filhas	Não tem diploma	SJSP	Repórter fotográfico aposentado e sindicalista	35 anos
14	Erick	39	Casado	2 filhos	Jornalista pela Cásper Líbero e Mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP	Assessoria de Imprensa e Universidade	Assessor de imprensa <i>freelancer</i> e prof. universitário	23 anos

15	Eduardo	45	Casado	Não	Jornalista Cásper Líbero	pela	Emissora de TV	Repórter de televisão	20 anos
----	---------	----	--------	-----	-----------------------------	------	-------------------	--------------------------	---------

### 3. A CARREIRA DE JORNALISTA: UMA PROFISSÃO EM TRANSFORMAÇÃO

O mundo do jornalismo já não é mais o mesmo. Muito comum no discurso dos jornalistas, esta declaração faz referência ao conjunto de transformações pelas quais vem passando a profissão a partir das décadas de 1970 e 1980, que apontam para várias direções e que tornam incerto o *métier* dos profissionais nos dias atuais, conduzindo à emergência de um novo “perfil” de profissionais.

O surgimento de um novo “perfil” de jornalista faz parte de um processo de recomposição profissional do grupo, que se tornou mais segmentado, jovem, feminino, diplomado e precário. Uma das mudanças mais significativas que vem ocorrendo atualmente no interior do jornalismo é o processo de feminização da profissão, principalmente nos ambientes existentes fora das redações tradicionais. Há pouco mais de 20 anos, havia metade do total de mulheres jornalistas que estão atualmente trabalhando com carteira assinada na cidade de São Paulo (RAIS, 2013). Praticamente ausentes até a década de 1970, e correspondendo a apenas 35% dos profissionais na década de 1980, hoje as mulheres representam quase dois terços do total de jornalistas brasileiros, de acordo com dados da FENAJ.

Neste capítulo, faremos uma exposição do cenário de transformações ocorridas na profissão de jornalista nas últimas décadas, com ênfase para os processos de segmentação, estratificação e feminização da carreira. Nosso propósito é apresentar os diversos processos em curso no mundo do trabalho do jornalismo. As transformações nesta carreira têm ocorrido a partir de processos simultâneos e distintos, marcados por uma banalização e precarização da profissão, bem como por uma profissionalização do jornalismo.

### 3.1. As especificidades e competências tradicionais dos jornalistas

No cenário atual, algumas competências que definiam tradicionalmente os jornalistas, como o monopólio da expressão legítima da opinião pública, vêm sendo contestadas. Para apreendermos as tendências que começam a se desenhar na carreira, é preciso inicialmente expor as abordagens que questionam acerca do quê consiste a competência específica do jornalista.

A compreensão do funcionamento do trabalho jornalístico como objeto de análise e investigação sociológica tem inspirado muitos estudos sociais. Já em 1910, Max Weber publicou um texto em que elabora um programa de pesquisa destinado à análise sociológica da imprensa, enfatizando que se trata de um campo impressionante para a investigação sociológica<sup>12</sup>. Considerada pela Associação Alemã de Sociologia como um tema para “um estudo genuinamente científico”, a sociologia da imprensa passaria a receber contribuições dos teóricos e profissionais no terreno prático da imprensa. A vida moderna, nos termos do autor, não poderia sequer ser pensada “sem o tipo específico do âmbito do público (*Publizität*) criado pela imprensa” (p. 186). Quanto à influência exercida pela imprensa sobre os “elementos culturais supraindividuais”, fundamentais para a conformação do indivíduo moderno, porque produzem os sentimentos coletivos – ao criar atitudes novas e destruir outras, consideradas antiquadas –, Weber (2002 [1910], p. 193) argumenta que:

A imprensa introduz, sem dúvida, deslocamentos poderosos nos hábitos de leitura e com isso provoca poderosas modificações na conformação, no modo e na maneira como o homem capta e interpreta o mundo exterior. A constante mudança e o fato de se dar conta das mudanças massivas da opinião pública, de todas as possibilidades universais e inesgotáveis dos pontos de vista e dos interesses, pesa de forma impressionante sobre o caráter específico do homem moderno.

---

<sup>12</sup> Publicado originalmente como discurso, proferido no Primeiro Congresso da Associação Alemã de Sociologia de 1910 em Frankfurt. O texto usado aqui foi o publicado na Revista Lua Nova, 2002, n. 55-56, p.185-194.

Com efeito, o próprio ato de conferir visibilidade para alguns assuntos e para outros não, mostra-se como um dos “poderes” do jornalismo. O que se torna público é o que, em última instância, a imprensa escolhe como válido para ser publicado. A esfera simbólica das atividades jornalísticas manifesta-se no poder da imprensa de se adaptar aos diferentes tempos, mentalidades e países, com a incumbência de definir os valores sociais ao enfatizar determinados temas e excluir outros (WEBER, 2002 [1910]).

Cardoso (1995) também discute sobre o papel desempenhado pela mídia na formação de um público. Conduzindo um estudo pioneiro no Brasil, Cardoso (1995) buscou definir o perfil dos profissionais de imprensa dos principais jornais e revistas do país. No intuito de ressaltar o papel da mídia na democracia, enfocando o caso brasileiro, que se apresenta como uma sociedade de democracia emergente, a investigação deste autor contempla uma análise das características sociodemográficas dos jornalistas, sua formação profissional, opiniões e atitudes acerca da ética jornalística e da democracia. As questões da pesquisa de Cardoso (1995) também se encaminham para a definição do papel dos jornalistas para a “conformação da notícia”. Levando-se em conta os chamados “condicionantes estruturais da confecção da notícia”, a seleção do que é ou não considerado como relevante para o debate público é definida segundo alguns fatores, que são destacados pelo autor:

[...] a posição de mercado da empresa; a oferta de notícias pelas agências, aspectos organizacionais do meio noticioso, como estruturas hierárquicas, grau de autonomia relativa de cada um, orientações editoriais; a qualidade das fontes; a qualificação profissional de cada jornalista e sua “bagagem social”; os valores que se levam para as redações e aqueles que se aprendem ali (p. 131).

Os trabalhos de Champagne (1998) denotam uma preocupação em desmistificar a ideia de que os jornalistas seriam os porta-vozes da opinião pública. O autor francês assinala que no jogo político os instrumentos de sondagem das pesquisas de opinião dos meios jornalísticos estabelecem uma



íntima relação com a *formação* da opinião pública – e não apenas com uma tradução da opinião pública já constituída. Em virtude disso, esta opinião pública mediada pela mídia nem sempre “está de acordo com o bem público e o interesse geral” (p. 79). Champagne (1998) considera que a noção de “opinião pública” é política, isto é, uma noção do senso comum político, não havendo uma definição científica de “opinião pública”. Nos termos do autor: “Assim, nas pesquisas ditas ‘de opinião’, tudo coopera para levar a produzir respostas e perguntas que, por engano, são assimiladas a opiniões. Isso significa [...] que a ‘opinião pública’ definida pelos institutos de sondagem é, em grande parte, o produto de seus métodos de pesquisa” (p.199).

Para Arbex Jr. (2005), na sociedade contemporânea, a mídia adquire um poder de construir a realidade a partir das imagens que são selecionadas e editadas e, por isso, fabricadas pelos meios de comunicação de massa, que fazem uso de mecanismos que têm o propósito de “explicar” o mundo, conferindo um status de verdade. Dessa forma, o autor problematiza a distinção entre os eventos que o indivíduo presencia e aqueles que são interpretados pela mídia. A respeito da confusão existente entre ficção e realidade, o autor explica que a mídia constrói a sua própria narrativa, divulgando-a com “objetividade jornalística”, como se esta “narrativa fosse a própria história do mundo” (p. 103). Diante da tela da televisão ou do jornal, os telespectadores ou os leitores entram em um “estado hipnótico”, acreditando que o que veem é o próprio mundo. Arbex Jr (2005) afirma que

A televisão é um polo ativo do processo de seleção e divulgação das notícias e também dos comentários e interpretações que delas são feitas. Ela não é mera “observadora” ou “repórter”: tem o poder de interferir nos acontecimentos. O telenoticiário diário adquiriu o estatuto de uma peça política, cuja lógica é determinada pelas situações de cada veículo da mídia com o sistema político, financeiro e econômico do país ou região em que ele se encontra (p. 98).

Este pensamento aproxima-se do “princípio de seleção” de que fala Bourdieu (1997) em “Sobre a Televisão” e que faz com que os meios modernos da comunicação deixem de ser um “instrumento de registro” – que supostamente

deveriam *informar* – para exercer sua função como “instrumento de criação da realidade”. Por sua “capacidade de impor princípios de visão do mundo”, os jornalistas produzem “efeitos no real”, buscando traduzir o ordinário, conforme o jogo habilidoso de palavras, naquilo que seria visto como sensacional, dramático, espetacular, trágico: “Os jornalistas, *grosso modo*, interessam-se pelo excepcional, pelo que é excepcional *para eles*” (BOURDIEU, 1997, p. 26).

Segundo Bourdieu (1997), o universo do jornalismo deve ser analisado como um campo, que está sujeito às pressões comerciais e, por isso, recebe influência do campo econômico por meio do índice de audiência, mas que também exerce uma pressão sobre os outros campos. O monopólio pretendido por este campo é o da formação da opinião pública, em virtude de o jornalismo operar regularmente uma “seleção e uma construção do que é selecionado” (BOURDIEU, 1997, p. 25)<sup>13</sup>. Segundo o autor, em razão das características do campo jornalístico, este pode ser analisado como um espaço no qual se manifestam relações de poder: por sua autonomia relativa, pela especificidade das “regras do jogo” que se processam entre os profissionais, e pela maneira peculiar de estruturação, que define a articulação existente entre a posição no campo – que traduz “condições objetivas interiorizadas” –, e as “disposições subjetivas dos agentes” (BOURDIEU, 2004), que estruturam representações e orientam as “categorias de percepção e de apreciação” e as “expectativas inconscientes” dos jornalistas. Sendo um espaço social relativamente autônomo, o campo do jornalismo estrutura-se segundo “posições de poder sistematicamente ocupadas” (BOURDIEU, 2004), mantendo uma correspondência com os demais campos sociais, como o campo político, o campo econômico e o campo acadêmico:

---

<sup>13</sup> As críticas direcionadas por Pierre Bourdieu ao campo do jornalismo passam por algumas fases, como esclarece Jairo Ferreira (2005), em seu artigo “Mídia, jornalismo e sociedade: a herança normalizada de Bourdieu”. São elas: a crítica aos conceitos de cultura de massa nos anos 1960, ao jornalismo como “produto cultural de distinção e reprodução” nos anos 1970-1980 e ao jornalismo como campo de autonomia incompleta, submetido às estratégias, interesses e censuras do campo econômico nos anos 1990, pela imposição frequente do assunto e das condições da comunicação. Neste último enfoque, o sociólogo francês praticamente isenta os jornalistas da responsabilidade de “fabricação” da informação e da programação, por serem “tão manipulados quanto manipuladores” (BOURDIEU, 1997, p. 21).

Penso então que atualmente todos os campos de produção cultural estão sujeitos às limitações estruturais do campo jornalístico, e não deste ou daquele jornalista, deste ou daquele diretor de emissora, eles próprios vencidos pelas forças do campo. E essas limitações exercem efeitos sistemáticos muito equivalentes em todos os campos. O campo jornalístico age, enquanto campo, sobre os outros campos (BOURDIEU, 1997, p. 80-1).

Assim, para Bourdieu (1997, p. 103), em cada um dos campos há dominantes e dominados, conforme os “valores internos do campo”. Cada jornal e cada jornalista ocupa um lugar nesse campo. Nessa perspectiva, os valores do campo do jornalismo podem ser medidos com base nos seguintes elementos: pelo grau de autonomia em relação às forças externas (expresso pela parcela de suas receitas vindas da publicidade e pelo grau de concentração de anunciantes); pela posição do jornal em que o jornalista está inserido no interior do campo (dominação entre os veículos de comunicação); pela posição do jornalista dentro do jornal ou qualquer órgão de imprensa, no que se refere às garantias trabalhistas (se o jornalista é efetivo, estagiário, *freelancer*, com contrato de duração determinada, etc., que são decisivos para indicar sua notoriedade e seu salário) e, por fim, pela capacidade do jornalista em produzir a informação de forma autônoma. Como consequência, as oposições objetivas e subjetivas que estruturam o campo jornalístico põem os jornalistas em uma rede de estratégias, rivalidades e solidariedades, que se manifestam segundo as distinções quanto às orientações jornalísticas e as posições públicas dos profissionais. Além disso, as relações de poder no interior deste campo podem ser ilustradas também pela segmentação quanto às formas distintas de acesso à informação, separando aqueles que podem ler os jornais de grande prestígio social, os jornais internacionais e ter acesso a diversas fontes de informação e, do outro lado, aqueles “que têm por toda bagagem política a informação fornecida pela televisão, isto é, quase nada (salvo a informação proporcionada pelo conhecimento direto dos homens e mulheres de destaque, de seu rosto, de suas expressões, coisas que os mais desprovidos culturalmente sabem decifrar)” (BOURDIEU, 1997, p. 24). Para o autor, o mundo dos jornalistas é dividido,

diferenciado, diversificado, hierarquizado, marcado por concorrências, tensões e divergências: “o jornalista é uma entidade abstrata que não existe, o que existem são jornalistas diferentes segundo o sexo, a idade, o nível de instrução, o jornal, o meio de informação” (p. 30). A importância dos jornalistas no mundo social advém do fato de que podem impor à sociedade seu “princípio de visão de mundo”, seus pontos de vista, pois têm o poder sobre os meios de se expressar e de existir publicamente e, com isso, de ter acesso à notoriedade pública. Assim, os jornalistas:

[...] detém um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação, e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama por vezes de “espaço público”, isto é, à grande difusão (BOURDIEU, 1997, p. 66).

Pesquisas que abordam o modo como os jornalistas definem o papel desempenhado socialmente pela mídia, como a empreendida no jornalismo norte-americano por Weaver & Wilhoit (1996), e replicada no Brasil por Herscovitz (2000), mostram que existe uma visão plural da profissão, em que sobressaem: uma concepção crítica, segundo a qual o papel da mídia seria de interpretar e investigar a informação; uma visão descritiva, em que a função social dos meios midiáticos seria a de disseminar a informação e, por fim, uma visão adversária, que sustenta que o papel da mídia é de ser adversária do poder político. De acordo com Herscovitz (2000), que investiga os valores profissionais e a satisfação no trabalho de jornalistas brasileiros, norte-americanos e franceses, há duas grandes correntes no jornalismo: a norte-americana e a europeia. Enquanto a corrente norte-americana faz uma abordagem do papel do indivíduo, grupos e interesses na produção do conteúdo jornalístico através de pesquisas quantitativas, a europeia faz uso do método qualitativo para estudar o papel das forças sociais, estruturais e coletivas que influenciam o conteúdo jornalístico.

Traquina (2005) explica que estando frequentemente vinculado à noção de liberdade de imprensa e de consolidação do regime democrático, o jornalismo é reconhecido como um serviço de interesse público que defende os valores

democráticos, com o propósito de contribuir para a definição dos limites da política. Quanto à concepção de que o jornalismo constitui um elemento fundamental da teoria democrática, Traquina (2005, p. 126) acredita que “o jornalismo é visto como um serviço público em que as notícias são o alimento de que os cidadãos precisam para exercer os seus direitos democráticos”.

### **3.2. Múltiplas realidades do jornalismo - a emergência de um novo “perfil” de jornalista**

Um dos processos de transformação em curso na profissão de jornalista consiste na precarização da profissão. De acordo com Galeazzi (2011, p. 259), o conceito de precarização do trabalho refere-se “a uma diversidade de situações atípicas que se tornaram expressivas nos anos 1990 como consequência da reestruturação produtiva sob égide neoliberal”. Há, nesse sentido, várias formas de inserção ocupacional precária, que se caracterizam por não serem definidas por “contrato de trabalho assalariado típico, e as condições de trabalho nelas encontradas tendem a um padrão inferior em frente à condição assalariada” (GALLEAZI, 2011, p. 260).

Lima (2006, p. 60) explica o que representa a flexibilização dos contratos de trabalho, que está intimamente associada à precarização: “flexibilizar significa temporalizá-lo, em função dos interesses empresariais: tempo determinado, número reduzido de horas, etc., além das mudanças na própria forma desse contrato, que poderá ser de assessoria, consultoria [...] enfim, formas de contrato que descaracterizam a relação salarial”. O autor também apresenta as características da flexibilização das condições de trabalho: “as novas formas de contrato podem significar maior intensidade na utilização da força de trabalho através da plurifuncionalidade no qual o trabalhador executa diversas tarefas [...], flexibilização dos direitos [...], a intermitência desses contratos, sua informalização” (LIMA, 2006, p. 60).

Segundo pesquisa da FENAJ de 2012<sup>14</sup>, os jornalistas brasileiros são majoritariamente mulheres brancas, solteiras e jovens (com até 30 anos). O perfil do jornalista brasileiro pode ser resumido da seguinte forma: 64% dos jornalistas são mulheres, mais de 70% são brancos, cerca de 60% têm até 30 anos e 80% têm até 40 anos de idade. Metade dos jornalistas que respondeu à pesquisa se formou há, no máximo, cinco anos, e no que se refere às condições de trabalho, 60% têm renda de até cinco salários mínimos e metade trabalha mais de 8 horas por dia.

As condições precárias de trabalho dentro da profissão atingem mais as mulheres. Segundo dados da pesquisa da FENAJ, as mulheres jornalistas ganham menos que os homens, são maioria em todas as faixas até cinco salários mínimos e minoria em todas as faixas superiores a cinco salários mínimos. Quanto às relações precárias de trabalho, as mulheres correspondem a 68,8% do total de jornalistas que atuam em empresas “fora da mídia” (setor extra-redação)<sup>15</sup>, majoritariamente em assessorias de imprensa ou de comunicação. Os jornalistas que atuam na mídia (em jornais, revistas, agências de notícia, emissoras de televisão e emissoras de rádio) são contratados predominantemente com carteira de trabalho assinada, chegando a 75% do total de jornalistas que trabalham nas redações. Por outro lado, entre os jornalistas que trabalham “fora da mídia”, somente 39% tinham carteira de trabalho assinada. Em resumo, as mulheres são maioria entre os jornalistas (64%), têm presença majoritária (quase 70%) entre os jornalistas que atuam fora da mídia e que, em função das condições de trabalho específicas deste segmento, estão mais sujeitas (mais de 60% dos jornalistas que trabalham “fora da mídia”) às relações de trabalho precárias, sem carteira de

---

<sup>14</sup> A pesquisa “Quem é o jornalista brasileiro: perfil da profissão no país” foi uma enquete *online* feita em 2012 com participação espontânea com 2.731 jornalistas, realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, em convênio com a FENAJ.

<sup>15</sup> O setor extra-redação é formado pelos profissionais que trabalham nas empresas não jornalísticas. Isto é, este grupo é formado pelos jornalistas que não trabalham em jornais, revistas, agências de notícias, emissoras de rádio e emissoras de televisão. Fazem parte do setor extra-redação os assessores de imprensa, os profissionais em empresas do setor público contratados como jornalistas, contratados pelas universidades, empresas públicas, empresas de economia mista, entidades de classe e em ONGs.

trabalho assinada, atuando como *freelancers*<sup>16</sup> (sem vínculo empregatício), ou como pessoa jurídica (PJ) ou com contrato com prestação de serviço.

Analisando os dados da RAIS, que expressam apenas os números relativos à atividade dos jornalistas que estão contratados pela CLT, seguindo um regime formal de trabalho, o que exclui as informações referentes aos *freelancers* (eventuais e fixos) e aos profissionais que prestam serviço como “pessoa jurídica”, observamos que a proporção de mulheres entre os jornalistas brasileiros diminui consideravelmente. Enquanto as mulheres representam, segundo dados da FENAJ, 64% dos jornalistas brasileiros, se restringirmos o enfoque apenas ao setor formal da profissão, as mulheres passam a representar 45,42% dos jornalistas, o que sugere que uma grande parcela das mulheres está envolvida nas relações precárias de trabalho do setor informal da profissão. Assim, segundo dados da RAIS, no Brasil, em 2013, havia 74.487 jornalistas. Destes, 40.656 eram homens e 33.831 eram mulheres, correspondendo a 45,42% dos jornalistas brasileiros que exercem suas funções no setor formal da profissão. Só para se ter uma ideia da dimensão que o setor informal assume na profissão, enquanto a RAIS informa que existem 74.487 jornalistas no Brasil, a FENAJ estima que existem atualmente 145.000 jornalistas, se também for levado em conta o setor informal da profissão.

Rocha (2004), que estudou as mulheres jornalistas no Estado de São Paulo entre 1986 a 2001, mostra que o número de profissionais registrados no Ministério do Trabalho e Emprego não corresponde ao número de profissionais atuando no mercado de trabalho do jornalismo. O número de mulheres supera o de homens no jornalismo. A autora se fundamenta nos dados da Delegacia Regional do Trabalho para afirmar que as mulheres ultrapassaram os homens desde 1995: “Enquanto em 1939 apenas 2,8% dos jornalistas na capital eram mulheres, em 1950 esse número aumentou para 7%. Chegou a 10% em 1970,

---

<sup>16</sup> Os *freelancers* e o “frila fixo” (forma irregular de contratação, em que o profissional está submetido a todas as condições de um trabalho com vínculo empregatício, mas sem o registro formal em carteira de trabalho) não têm contrato de trabalho formal e, por isso, não são contados nas estatísticas da RAIS (SATO, 2005).

40,2% em 1980 e atingiu a maioria em 1990. Em 1995, as mulheres já constituíam a maioria: 64,8% contra 35,2% de homens” (ROCHA, 2004, p. 90).

Em São Paulo, em pouco mais de 20 anos, o número total de jornalistas registrados na RAIS<sup>17</sup> quase dobrou. Em 1990, havia 6.462 jornalistas trabalhando na cidade de São Paulo. Destes, 2.836 eram mulheres, o que corresponde a 43,88% dos jornalistas registrados. Em 2013, o número de profissionais passou para 10.324, sendo que 5.620 eram mulheres, passando a representar 54,43% dos jornalistas que exerciam suas atividades no setor formal.

Do total de mulheres, 78,23% estão entre os “Profissionais do Jornalismo”, descrição da RAIS para designar as funções de Assessor de imprensa, Arquivista, Diretor de redação, Editor, Jornalista, Produtor de texto, Repórter e Revisor. A faixa etária que mais concentra as mulheres é de 30 a 39 anos, com 1.969 mulheres, o que corresponde a 35% do total. Entre as profissionais registradas na RAIS em São Paulo, 75,1% têm até 39 anos de idade. Já no caso dos homens, 67,47% têm até 39 anos de idade.

São Paulo é o Estado com maior número de jornalistas, concentrando 26,45% do total de jornalistas brasileiros. Segundo dados da RAIS de 2013, havia no Estado de São Paulo 19.705 jornalistas, com distribuição equilibrada entre os gêneros, sendo 9.832 homens e 9.873 mulheres. Segundo a pesquisa “Mudanças no mundo do trabalho do jornalismo” (FÍGARO, 2011), realizada junto aos jornalistas associados ao SJSP, 52,9% dos jornalistas do Estado de São Paulo exerce sua profissão na capital paulista.

Quanto ao nível de escolaridade dos profissionais referente ao ano de 2013, 84,64% das mulheres registradas na RAIS têm pelo menos o nível superior incompleto (incluindo superior incompleto, superior completo, mestrado ou doutorado). Do total de homens que exercem suas atividades no setor formal de São Paulo, 77,61% têm pelo menos o nível superior incompleto. Houve um

---

<sup>17</sup> A seleção utilizada nas bases de dados da RAIS de 1990 foi a CBO Grupo Base, com a escolha das seguintes categorias: **Jornalistas e redatores, Locutores e comentaristas de rádio e televisão e Escritores, jornalistas, redatores, locutores e trabalhadores assemelhados.**



aumento do nível de instrução dos jornalistas, já que em 1990, 79,7% das mulheres e 69,67% dos homens tinham, pelo menos, o nível superior incompleto.

As mulheres também predominam entre os estudantes universitários de Comunicação Social em São Paulo. De acordo com dados do INEP, as mulheres constituíam, em 2010, 55,2% dos matriculados nos cursos de Comunicação Social em São Paulo. Outra informação que pode ser sublinhada é o aumento expressivo no número de matriculados ao longo dos anos. Enquanto em 1991, foram registradas 18.949 matrículas nos cursos de Comunicação Social nas universidades paulistas, em 2010, este número passou a 82.016 matrículas, embora a década de 2000 tenha sido marcada por movimentos de questionamento quanto à importância do diploma universitário específico em Comunicação Social/Jornalismo para o exercício da profissão.

No grupo dos jornalistas *freelancers* de São Paulo, a maioria é formada por mulheres jovens e diplomadas, que estão na base da pirâmide salarial da profissão, e que exercem exclusivamente o trabalho de *freelancer*, mas em vários lugares. De acordo com o *survey* realizado por Grohmann (2012) sobre os jornalistas *freelancers* da cidade de São Paulo, as mulheres constituem 70% dos *freelancers* pesquisados. A maioria deles é jovem, sendo distribuídos da seguinte forma: 56,7% têm entre 21 e 30 anos, 26,7% têm entre 31 e 40 anos, 12,2%, 41 a 50 anos e apenas 4,4% têm mais de 50 anos. Apesar de se inserirem em condições de trabalho precárias, 92,2% dos *freelancers* têm nível superior. Destes, 24,4% têm especialização e 6,7% têm Mestrado. Além disso, 24,4% têm até cinco anos de formado e 28,9%, de cinco a 10 anos de formado. Quanto ao tipo de vínculo profissional, 47,8% atuam apenas como *freelancer* em vários lugares, 20% possuem dois empregos, sendo um como *freelancer* e o outro com registro em carteira de trabalho, 18,9% trabalham como “frila-fixo”, 10% como esporádicos e 3,3% com outro vínculo empregatício. Os baixos salários também são notados neste segmento, sendo que 40% dos *freelancers* de São Paulo recebem até R\$ 2 mil e 81,1% ganham até R\$ 4 mil (GROHMANN, 2012).

Um levantamento conduzido pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP)<sup>18</sup> apresentou resultados semelhantes à pesquisa da FENAJ. A pesquisa, concluída em 2013, buscou fazer uma análise do perfil profissional do jornalista do Estado de São Paulo, com o propósito de compreender quais são os impactos das mudanças no mundo do trabalho sobre o perfil profissional e os discursos dos jornalistas, baseando-se na análise das respostas de 538 jornalistas.

Segundo os resultados da pesquisa, as transformações que atingiram os meios de comunicação, com a introdução das novas tecnologias e a “cultura de convergência midiática”, tiveram profundas consequências sobre os processos de produção do jornalismo e, por consequência, alteraram o perfil do jornalista, levando até mesmo ao desaparecimento de um conjunto de funções específicas da rotina do ofício de jornalista: “Os produtos jornalísticos impressos, televisivos ou radiofônicos são feitos de maneira completamente diferente do que há cerca de 20 anos”. A este respeito, Fígaro (2013), coordenadora da pesquisa da ECA/USP, resume as mudanças que têm transformado o mundo do trabalho do jornalista: “O tempo e o espaço, comprimidos pelas possibilidades das tecnologias de comunicação e de informação, foram assimilados nos processos de produção de modo a reduzir o tempo para a reflexão, a apuração e a pesquisa no trabalho jornalístico”

O perfil do jornalista descrito nesta pesquisa é o seguinte: a maioria dos jornalistas tem um perfil de classe média, com até 30 anos de idade, é branco, do sexo feminino, não tem filho, tem curso superior completo e pós-graduação; trabalha de oito a dez horas por dia, em “multiplataformas” e com faixa salarial que varia entre R\$ 2 mil e R\$ 6 mil.

A pesquisa revela, então, que os jovens são maioria na profissão. Além disso, tradicionalmente, o jornalista começa a trabalhar muito cedo. Antes de

---

<sup>18</sup> A pesquisa intitulada “O perfil do jornalista e os discursos sobre o jornalismo: um estudo das mudanças no mundo do trabalho do jornalista profissional em São Paulo” feita entre os anos de 2009 e 2012 sob a coordenação da professora Roseli Fígaro deu origem ao *ebook*: FÍGARO, Roseli (org.). *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista*, São Paulo: Salta, 2013.

concluir o curso de graduação, procuram conquistar um posto de trabalho na área, sendo que os jornalistas valorizam mais a formação técnica adquirida no ambiente de trabalho (FÍGARO, 2013). Outro aspecto que a pesquisa destaca a respeito das novas gerações é que, embora sejam fundamentais para a credibilidade do exercício profissional, os limites que separavam as orientações da redação da área comercial da empresa estão sendo reduzidos. Nessas condições, a informação passa a ser vista como um produto, uma mercadoria (FÍGARO, 2013).

A absoluta maioria dos jornalistas possui nível superior. Segundo dados da pesquisa da FENAJ, 98% dos jornalistas brasileiros tinham diploma de graduação. E de acordo com a pesquisa da ECA/USP, 95% dos jornalistas são diplomados e, em média, 65% deles têm curso de especialização em nível de pós-graduação. Grande parte dos jornalistas se formou em faculdades privadas. Dessa forma, nos últimos anos, a esfera do ensino superior, em especial dos cursos de Comunicação Social, tem se constituído como um campo de recrutamento para a profissão, seguindo uma tendência mundial, como explica Aldridge & Evetts (2003, p. 10-11): “O jornalismo tem se tornado uma profissão que exige o nível superior como condição de entrada [...] e a maioria [dos ingressantes na carreira] são mulheres”<sup>19</sup>.

Segundo a investigação de Fígaro (2013), na percepção da grande maioria dos jornalistas (77,9%), a profissão mudou muito nos últimos anos. Para 54,7%, as mudanças no mundo do jornalismo ocorreram em razão da introdução das novas tecnologias. Na opinião de 20%, as mudanças se deram por causa da extinção/redução do quadro de funcionários. Quanto à função específica que o jornalista desempenha, 56,5% afirmam que sua função mudou muito nos últimos anos. Apenas 5,9% acreditam que sua função não mudou nada nos últimos anos. Para quase 40% dos jornalistas, as mudanças que ocorreram em sua função foram de caráter tecnológico e podem ser sentidas principalmente no aumento do ritmo de trabalho, no aumento da produtividade e na redução da mão-de-obra. E para

---

<sup>19</sup> “*Journalism is becoming graduate-entry [...] and the majority of them [the new entrants] are women*” (ALDRIDGE & EVETTS, 2003, p. 10-11) Tradução livre.

40,1% sua atividade tem ritmo muito acelerado. Na opinião de 47,6%, o principal motivo pelo qual as empresas precarizam as relações de trabalho é para conseguir pagar salários menores. Para 35,6%, a causa é para economizar em encargos sociais e conforme a opinião de 10,3%, seria para facilitar a contratação e a dispensa dos funcionários. Sobre o que causa a precarização do trabalho do jornalista, 27,1% acreditam que são as mudanças no mundo do trabalho, 22,9%, a busca pelo lucro empresarial e 19,4%, o excesso de profissionais no mercado. Na opinião de 85,9% dos entrevistados, nos próximos anos a precarização tende a aumentar. Somente 2,6% acreditam que a tendência é que a precarização diminua e somente para 2,4%, não há precarização nenhuma das relações de trabalho no mundo do jornalismo.

Como uma tendência que teve início principalmente após a década de 1990, vem ocorrendo um aumento do número de jornalistas contratados sem registro em carteira profissional, que formam o grupo dos jornalistas *freelancers*, cooperados, contratados por tempo determinado, como pessoa jurídica, entre outros. A chamada “flexibilidade das relações de trabalho” torna a mão de obra maleável “em termos de horário, de jornada de trabalho ou de vínculo empregatício” (FÍGARO, 2013). Com isso, “esses profissionais não podem planejar suas vidas em termos econômicos nem em termos afetivos”. Segundo a pesquisa, os *freelancers* entram no grupo de profissionais precarizados porque não têm garantias trabalhistas, trabalham em período integral, para várias organizações, sozinhos em casa. Os mais jovens e os *freelancers* são os profissionais que menos conseguem planejar sua vida pessoal em relação à profissional fora do curto prazo: “Trabalham hoje para consumir hoje e não sabem como será seu trabalho no ano seguinte” (FÍGARO, 2013). Os mais jovens estão majoritariamente fora das redações, em trabalhos precarizados, enquanto os profissionais com mais anos de carreira migram para a coordenação das assessorias de comunicação.

Quanto ao consumo cultural, a maioria dos jornalistas pesquisados lê jornais todos os dias. No entanto, quem menos lê são os *freelancers*. O perfil profissional também inclui o individualismo, com a busca individual de soluções.

Como consequência, as novas gerações se sindicalizam menos: os jornalistas têm “um perfil profissional deslocado de valores coletivos, são individualistas” (FÍGARO, 2013). Este resultado vai ao encontro do argumento de Aldridge & Evetts (2003), que dizem que um dos elementos-chave que define a ideologia ocupacional dos jornalistas é seu enraizado e bem estabelecido “individualismo”, que se expressa nos baixos índices de sindicalização. Se fossem mais sindicalizados, os profissionais poderiam, em certa medida, ser beneficiados com uma maior organização da categoria para reivindicação de melhores condições de trabalho e salários mais justos.

Analisando as mudanças ocorridas nos meios de comunicação que alteraram os processos de produção de notícias, Fígaro, Lima e Grohmann (2011, p. 2) afirmam que: “O final do século XX foi um período de grandes mudanças no mundo do trabalho do jornalista. As empresas de comunicação transformaram-se em conglomerados de mídia; métodos, processos de trabalho e novos meios de produção reorganizaram rotinas produtivas e os modos do ‘fazer jornalístico’”. Nesse contexto, as mudanças tecnológicas que tiveram impacto nas rotinas produtivas e nas relações de trabalho criaram novas práticas e novos perfis para os profissionais de comunicação, principalmente o jornalista. Um dos aspectos que mais se destaca nessas transformações é precisamente o desaparecimento das “fronteiras entre os campos de trabalho das diferentes profissões das áreas da comunicação” (FÍGARO, LIMA e GROHMANN, 2011, p. 2). Ou seja, as fronteiras entre as funções estão “borradas”, tornando muito confusos os perfis profissionais da área, como resultado das novidades dos meios de produção. Nessa concepção, não existe mais o jornalista que atua apenas como repórter; ele também pode exercer outras funções, por exemplo, a de fotógrafo e editor. A prática jornalística vem sendo transformada com as mudanças técnicas e tecnológicas no jornalismo, criando algumas funções, desaparecendo com outras e diminuindo as divisões entre as funções do jornalista, do assessor de imprensa e do assessor de comunicação. Segundo os autores:

Ao observar o trabalho do jornalista, identificam-se mudanças nos meios de produção, nas funções e no local de trabalho desse profissional. A consequência dessa grande transformação se faz presente na relação do profissional com o espaço, com o tempo do trabalho e com o produto de seu trabalho: a informação jornalística. (FÍGARO, LIMA e GROHMANN, 2011, p. 3).

As pressões em torno do trabalho se intensificam, bem como quanto ao ritmo do trabalho do profissional, sendo exigida uma atualização constante no uso de ferramentas digitais relacionadas à prospecção, apuração, edição e divulgação das informações. O profissional deve ter habilidades e competências que facilitem seu trânsito em diversas plataformas, isto é, deve ser um profissional “multitarefa” e “multiplataforma” (FÍGARO, 2013). O jornalista com o novo perfil deve saber atuar com as linguagens verbal, escrita, sonora, fotográfica, audiovisual e hipertextual. O processo de seleção e análise das informações tornou-se mais complexo, exigindo um compromisso com a ética jornalística e com os fundamentos da produção do discurso jornalístico. Nas palavras de Fígaro (2013): “Exigem-se ainda noções de marketing e de administração, visto que se prioriza a visão de negócio/mercadoria já inserida no produto cultural, por meio do tratamento dado às pautas e à segmentação de públicos”.

Sant’Anna (2005, p. 11) associa a precarização do trabalho jornalístico à crescente importância que vem adquirindo as assessorias de imprensa no processo industrial da notícia no Brasil. O autor menciona que em alguns setores, praticamente a totalidade do noticiário passou a ser feita pelas próprias fontes: “os veículos reduziram suas equipes, eliminaram coberturas jornalísticas setorializadas, dispensaram os profissionais especializados em temas considerados de segunda importância editorial pelo novo paradigma mercantil e passaram a atuar nestas áreas quase que apenas com os informes institucionais” (p. 11). De acordo com o autor, ainda na década de 1980<sup>20</sup>, as assessorias de imprensa,

---

<sup>20</sup> O Decreto 83284/1979 reconheceu as atividades realizadas nas assessorias de imprensa como trabalho jornalístico. A FENAJ e o SJSP consideram que as assessorias de imprensa realizam funções jornalísticas, sendo o registro profissional suficiente para o exercício da profissão.

representadas pelas estruturas de comunicação institucional na iniciativa privada, respondiam pela contratação de contingente equivalente ao total de jornalistas trabalhando para todas as rádios, TVs, jornais e revistas do país, sendo que cada lado da produção da notícia contava com cerca de 10 mil profissionais.

No entanto, o trabalho dos *freelancers* não se resume às assessorias de imprensa. Conforme estudo realizado com 90 jornalistas *freelancers* da cidade de São Paulo (GROHMANN, 2012), a maioria dos pesquisados trabalha em revistas (42,2%), 23,3% nas áreas relacionadas à internet, 15,6% em jornal e 13,3% em assessoria de imprensa<sup>21</sup>. Para Grohmann (2012, p. 105), a predominância de *freelancers* no setor de revistas pode ser explicada em razão da “periodicidade semanal e/ou mensal das publicações, que não exige uma reportagem para ser entregue no mesmo dia em que foi pautaada”. Há uma demanda cada vez maior nas redações de revistas, já que os contratos formais de trabalho foram reduzidos nos últimos anos.

Na opinião de Sant’Anna (2005), a precarização das relações de trabalho, que é feita pela ampliação do trabalho do *freelancer*, do número de estagiários<sup>22</sup>, pela terceirização de serviços ou pela transformação do jornalista em “pessoa jurídica”, é a maior característica desta nova realidade do jornalismo. O autor a resume nos seguintes termos:

Contratar o jornalista como estagiário ou PJ representa para os empregadores redução de custos com pagamento de impostos e benefícios sociais. Ao rol de razões explicativas, há de se acrescentar a eficiência das assessorias de imprensa em aprovisionar aos veículos com informações e mesmo matérias prontas, em alguns casos até diagramadas. O modelo economicista de fazer jornalismo é bastante notório em veículos especializados em temas como automobilismo, cuidados da casa, moda, informática (SANT’ANNA, 2005, p. 14).

Contudo, trabalhar fora da mídia, no setor extra-redação, não significa somente “expulsão” dos setores mais valorizados da profissão ou simplesmente

---

<sup>21</sup> Buscando contemplar a diversidade que caracteriza os *freelancers*, em nossa amostra de entrevistadas, entre as jornalistas *freelancers*, há uma repórter de jornal, uma profissional que se encontra no setor de internet, atuando como editora de mídia eletrônica, uma editora de revista, uma assessora de imprensa e uma *social media*.

<sup>22</sup> Segundo o SJSP, é uma prática comum das empresas contratarem estagiários para trabalhar por até nove, 10 e até 12 horas diárias, com salários baixos ou até mesmo sem remuneração.

precarização do trabalho das mulheres. Trabalhar como *freelancer* não quer dizer necessariamente ser precário. Os *freelancers* dividem-se em “frila” por opção e “frila” compulsório, segundo definição do SJSP (SATO, 2005). “Frila” compulsório significa que o profissional está desempregado e não conseguiu se inserir no mercado de trabalho em um emprego fixo (SATO, 2005).

Trabalhar em assessorias de imprensa ou de comunicação, em empresas privadas, em universidades, isto é, no setor extra-redação, ou inserir-se como *freelancer* ou como PJ também pode representar uma possibilidade de escolha, que permite melhor transitar entre a vida privada e a vida profissional, garantindo o controle sobre seu tempo. Ser *freelancer* ou PJ pode ser vantajoso. O “frila” por opção é o profissional que escolheu não ter vínculo empregatício para não precisar cumprir horário de trabalho, ou para obter maior remuneração, já que pode exercer a atividade em outras instituições, ou para não estar sujeito à hierarquia na empresa e conseguir mais contatos profissionais, uma vez que tem a possibilidade de relacionar-se diretamente com os clientes e, assim, tem mais chances de ter seu nome reconhecido no mercado de trabalho. Pode ser uma opção do profissional mais experiente que se cansou de trabalhar na redação e decidiu trabalhar por conta própria. Pode ser também uma opção da jornalista que é mãe, que pode trabalhar em “*home office*”, exercendo sua profissão de sua casa, sem precisar lidar com a jornada de trabalho exaustiva das redações.

São cenários complexos, em que as relações precárias constituem-se como predominantes no setor extra-redação e entre os *freelancers* e PJs, que são formas de inserção na profissão e uma área do jornalismo em que as mulheres se concentram. Entretanto, devemos mencionar as múltiplas realidades da profissão. Grandes nomes do jornalismo estão atuando hoje como PJ, que juntamente como os *freelancers* podem ser considerados como o grupo que usufrui de maior flexibilidade, liberdade, autonomia e independência na profissão, características que podem ser vistas como muito interessantes às mulheres com filhos.

Rocha (2004) explica que as assessorias de imprensa e de comunicação correspondem ao grupo que conquistou certa autonomia no exercício profissional



por ter a possibilidade de atender a várias empresas sem depender de nenhuma para atuar profissionalmente: “No jornalismo, esta independência é nova dentro da carreira [...] Este mercado começou a surgir no Brasil na década de 80 do século XX. É o profissional autônomo que presta serviço a uma ou várias empresas, de qualquer segmento, divulgando-as na mídia” (p. 101).

Nos outros setores do jornalismo, o profissional depende de uma instituição para exercer sua profissão. Assim, o trabalho nas assessorias de imprensa pode ser analisado não somente como aumento das relações precárias de trabalho, mas também como exercício autônomo da profissão. O cenário atual sugere que estão ocorrendo os dois movimentos simultaneamente. O discurso hegemônico, no entanto, procura demarcar as redações como área privilegiada da profissão e o setor extra-redação como precário. Rocha (2004) esclarece que os profissionais que atuavam neste setor na década de 1980 não eram vistos como jornalistas pelos pares e que a partir dos anos 2000 as assessorias se tornaram um mercado rentável:

Logo quando surgiram as assessorias, o profissional que trabalhava para este setor era discriminado pelos próprios colegas da profissão que não viam no trabalho do assessor a função de um jornalista. Os assessores também eram mal remunerados. Durante duas décadas, as assessorias expandiram por todo o país, tornando-se um mercado rentável e fértil a área do jornalismo (ROCHA, 2004, p. 102).

Nesse contexto, a importância atual das assessorias de imprensa é significativa no mercado de trabalho dos jornalistas. Está ocorrendo uma redução crescente do número de jornalistas que trabalham dentro das redações. Em São Paulo, o mercado de trabalho do jornalismo tem se alterado no que se refere aos setores em que se concentram os jornalistas. É o setor extra-redação que mais ocupa os profissionais do jornalismo na atualidade. Isto é, segundo dados da FENAJ (Apud ROCHA, 2008) mais de 60% dos jornalistas formalmente empregados no Estado de São Paulo não trabalham em veículos de comunicação (jornais, revistas, agências de notícias, rádios e TVs), mas em empresas da iniciativa privada, universidades, entidades e assessorias de imprensa. Isso pode significar que o vínculo trabalhista como assalariado está predominando nas

posições menos prestigiadas no mercado de trabalho e não em seu núcleo, as empresas jornalísticas.

De acordo com Sant'Anna (2013), a maior presença feminina no Brasil ocorre no segmento das assessorias de imprensa e da comunicação institucional, que é responsável pela contratação de seis em cada dez jornalistas no Brasil. Em 1986, as mulheres representavam 38,96% dos profissionais contratados e em 2004, já tinham se tornado maioria entre os assessores de imprensa e assessores de comunicação, representando 58,42%, o que se manteve em 2007, em que as mulheres correspondiam a 58,82% deste segmento (SANT'ANNA, 2013).

Segundo informações do SJSP e FENAJ (SATO, 2005), com base nos dados fornecidos pela RAIS, o setor extra-redação empregou mais de 50% dos profissionais formalmente contratados no Brasil até 1990. A partir de 1991, houve uma queda na participação de profissionais que trabalham em empresas não jornalísticas no total dos jornalistas contratados. Em 1997, os jornalistas que trabalhavam no setor extra-redação representavam apenas 31,4% do total de jornalistas registrados. Em 2002, este setor representava 42,87% da totalidade. Esta redução da participação do setor extra-redação nas estatísticas oficiais se deu, provavelmente, em função da queda dos empregos formais nas assessorias de imprensa, que deixaram de contratar os profissionais com vínculo empregatício, passando a contratar assessores por meio de contrato PJ, que não aparece nas bases de dados oficiais. Ou seja, o número de mulheres atuando no setor extra-redação, especialmente nas assessorias de imprensa, pode ser consideravelmente maior do que os dados oficiais revelam.

O grupo dos profissionais que atua no setor público também teve um crescimento expressivo nos últimos anos. As funções públicas são vistas como uma alternativa para escapar da precariedade das condições de trabalho que predomina nas redações, com jornadas produtivas exaustivas, baixos salários, contratos de duração determinada e sem garantias trabalhistas. Porém, este crescimento também não aparece nas bases de dados oficiais. Além disso, de acordo com Sato (2005), os jornalistas são contratados com nomenclaturas

próprias da função pública que exercem, como assessor parlamentar, assessor do judiciário, assessor de comunicação, técnico em comunicação, técnico universitário, nível universitário, servidor universitário, o que torna mais difícil saber ao certo o número de jornalistas contratados no setor público.

Rocha (2004) chama a atenção para as diferenças entre os gêneros quanto aos planos de carreira dentro do espaço público e privado da profissão. Nas seleções em que existem concursos públicos, o ingresso das mulheres é maior. Porém, no jornalismo, as vagas com ingresso por meio de concursos são minoria. No Brasil e em São Paulo, o maior mercado para o jornalista é a empresa privada: “Mesmo nas empresas públicas, emissoras de televisão estatais, federais e assessorias de governos, grande parte dos processos de seleção para os cargos obedecem ao regime de contratação da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, e não por concursos públicos” (ROCHA, 2004, p. 106). Como o número de mulheres jornalistas diplomadas, tanto no Brasil como em São Paulo, é maior que o de homens, a possibilidade de se inserir na profissão por meio de concursos públicos poderia beneficiar as carreiras femininas, porque permitiria “uma maior democratização do acesso ao mercado de trabalho e uma menor discriminação no momento da contratação e nos planos de carreira” (p. 106).

Conforme informações divulgadas pelo SJSP e FENAJ (SATO, 2005), acerca do número de jornalistas no Brasil, a partir de 2001, as empresas jornalísticas passaram a cortar seus custos de forma mais expressiva. Nesse contexto, as condições de trabalho precárias parecem ser mantidas por conta de um “exército de desempregados” à medida que uma grande quantidade de estudantes conclui anualmente o curso de jornalismo (SATO, 2005). Além disso, o ritmo de trabalho dos profissionais passou a ser bastante intenso com a introdução da tecnologia no processo de produção e divulgação da notícia. A este respeito, Sato (2005) chama atenção para a “política do pague um e leve três”, feita pelas empresas, obrigando os profissionais a produzirem por dois ou três colegas, exercendo várias funções simultaneamente. Embora contratualmente tenham jornada diária de trabalho de cinco horas, ou mais duas horas extraordinárias, na realidade, os jornalistas estão trabalhando de nove a doze

horas diárias. Assim, segundo o discurso do sindicato e da federação dos jornalistas, se a jornada contratual fosse cumprida rigorosamente, haveria, por consequência, a criação de novos postos de trabalho.

### **3.3. As interpretações da sociologia do jornalismo e dos estudos da comunicação acerca dos novos cenários da profissão**

Para Garcia (2009, p. 25), que investiga o processo de profissionalização dos jornalistas portugueses, a industrialização da imprensa, que ocorreu em Portugal a partir das décadas de 1970 e 1980, possibilitou a profissionalização do jornalismo, que se tornou reconhecida como uma atividade orientada para a elaboração e divulgação de informações. À medida que o universo midiático passou a se constituir como “produto cultural e empreendimento comercial”, a atividade jornalística passa a ser exercida por um profissional que deixa de ser visto como um “comentador crítico da sua sociedade” ou como um escritor para ter legitimidade para fiscalizar os poderes e divulgar as informações, contribuindo para o debate e a participação democrática. Nesse sentido, como afirma Garcia (2009), o jornalista renuncia ao estatuto da opinião, da observação literária e política para atuar como profissional que exerce “valorizadas funções de ligação social entre as instituições e os cidadãos” (p. 25). De acordo com Garcia (2009, p. 23), está ocorrendo atualmente em seu país uma “completa recomposição profissional e social”, simbolizada pela feminização da profissão, aumento do nível de escolaridade do grupo, bem como seu rejuvenescimento e estratificação interna. Sobre o conjunto de transformações da profissão em Portugal, Garcia (2009, p. 24) enfatiza que:

Quanto à situação particular em que os jornalistas trabalham, merecem especial menção, sem desconsiderar outros factores, a formação de um espaço político democrático, o alargamento da escolarização, a explosão da taxa de atividade feminina, a perda do peso do Estado como proprietário, regulador e financiador dos meios de comunicação, e o desenvolvimento de uma empresarialização do jornalismo apostada na informação-mercadoria e na influência social e política.

Analisando as diferenças entre a situação anterior e a atual quanto ao ofício dos jornalistas na França<sup>23</sup>, Ruellan (2004a) chama a atenção para a dificuldade de se distinguir os “fenômenos permanentes”, que constituem as verdadeiras mudanças estruturais, dos discursos sobre as transformações, que dizem respeito a “estratégias corporativas” que buscam distorcer as realidades estruturais. Não obstante, segundo este autor, que estuda as dificuldades de identificação e profissionalização dos jornalistas franceses, existem grandes transformações em curso no campo jornalístico que podem ser explicadas basicamente por meio de duas questões. Em primeiro lugar, por uma “banalização do *métier* do jornalista”, marcada pela fragilidade, volatilidade, falta de engajamento político e sindical e de comprometimento com o trabalho, desvalorização e sujeição dos profissionais à lógica do mercado, o que conduz o jornalismo a se tornar um “ofício banal”. Os jornalistas novatos são caracterizados por serem “mais femininos, mais jovens, mais precários, mais especializados, mais sedentários, mais técnicos, mais alternativos entre jornalismo e comunicação” (RUELLAN, 2004a, p. 3). O outro aspecto enfatizado pelo autor consiste na “redução do território de competência do jornalismo”, em que os jornalistas perdem autoridade sobre o que seria antes sua área de influência, seu campo do saber, já que os profissionais não têm mais domínio sobre a “cadeia de transmissão dos discursos”. O autor explica esta perda da autoridade do jornalista sobre os serviços de comunicação das fontes para os não jornalistas e para os especialistas, o que contribui para diminuir sua área de competência, comprometendo, assim, a identidade dos jornalistas:

A redução do território de competência do jornalismo, que permite vislumbrar a multiplicação de mídias das fontes (as fontes que compõem suas próprias mídias ou que agem diretamente na mídia) e uma profissionalização dos atores não-jornalistas e, mesmo assim, diretamente produtores (os correspondentes da imprensa local, os assessores de imprensa, os apresentadores do audiovisual, os técnicos de documentação, de vídeo ou de informática da Internet), tantos

---

<sup>23</sup> Desde 1980, instalou-se na França uma Sociologia do Jornalismo, consagrando, assim, a relevância do grupo profissional dos jornalistas para os estudos sociológicos. Os estudos franceses sobre o jornalismo concentram-se no *Centre de Recherches sur l'Action Politique en Europe*, CRAPE, ligado à Universidade de Rennes 1, reunindo pesquisadores como Dennis Ruellan, cujos trabalhos têm como enfoque o estudo da identidade dos jornalistas e Erik Neveu, que aborda como se articulam as hierarquias próprias do jornalismo.

atores que não reivindicam a identidade jornalística e, entretanto, agem no lugar e na posição de jornalistas, que deveriam talvez redefinir sua própria identidade (RUELLAN, 2004a, p. 3).

Para Ruellan (2004a), a banalização da profissão e da missão social da informação, o que se insere no movimento caracterizado pela “mercantilização” do jornalismo, têm implicações que se expressam em dois níveis: sobre o trabalho dos jornalistas, que passa a ser cada vez mais dependente das fontes e da lógica de mercado e quanto à dificuldade de identificação de quem é, de fato, jornalista. De acordo com o autor, dentre as ações que são fundamentais para a construção do grupo profissional, assegurando a visibilidade e domínio de um território profissionalizante, ressalta-se o esforço de distinção entre profissionais e amadores. É preciso, então, separar, dentro do conjunto dos que se dizem jornalistas, aquele grupo particular que realiza um trabalho entendido como profissional, por ser sua atividade majoritária e ser um trabalho remunerado e feito regularmente dentro de uma empresa midiática. Sem uma fronteira bem definida com o “outro”, que não é profissional, que é “amador” e não é jornalista, a identidade profissional dos jornalistas mantém-se enfraquecida, afetando, assim, o processo de institucionalização e profissionalização. A este respeito, Ruellan (2004a) lembra que no caminho em direção à profissionalização deste grupo, diversas profissões foram criadas nos últimos 50 anos, por meio da substituição das atividades que antes eram feitas pelos jornalistas ou pela colaboração ou concorrência entre elas. Em virtude disso, o autor prefere usar a denominação “grupos profissionais”, por considerá-los como construções históricas e não como elemento fixo, o que permite levar em conta o caráter “sequencial da construção dos grupos”. Nessa concepção, o desenvolvimento de um grupo profissional, ao invés de organizar-se de modo linear, dá-se na continuidade, no percurso, “às vezes com recuos, hesitações que resultam de tensões e conflitos” (RUELLAN, 2004b, p. 4).

Em sua pesquisa com Dominique Marchetti sobre o mercado de trabalho francês, Ruellan (2011) ressalta a importância de se investigar o aumento do processo de precarização das relações de trabalho do jornalismo. Os autores

afirmam que na atualidade o ingresso nas bases da profissão na França se dá predominantemente por meio dos contratos temporários de trabalho e da contratação como *freelancer*.

Em suas contribuições para a constituição de uma sociologia do jornalismo na França, Neveu (2006, p. 48) também sublinha o aumento maciço, entre as novas gerações de jornalistas, de “relações descomprometidas e cínicas na profissão”. Segundo o autor, o aumento significativo dos *freelancers* no contexto francês a partir da década de 1980 revela o caráter precário das relações de trabalho de um “exército de reserva”, que é frequentemente formado por jornalistas jovens, que oscilam entre demissões e inserções temporárias e rápidas nas redações. Em função disso, há uma ampliação das segmentações dentro do jornalismo, em que se manifesta uma fragmentação da profissão. Isto é, os jornalistas não constituem um grupo homogêneo, dividindo-se de um lado entre os profissionais que têm autonomia para opinar e exercer uma das funções mais importantes da mídia, “formar a opinião pública”, ou que têm a possibilidade de transformar intelectuais em “estrelas” e de “intervir como autoridade no debate público”, e do outro lado, os jornalistas que se tornam “assessores de imprensa complacentes”. Assim, para Neveu (2006), os jornalistas se dividem entre os “protagonistas e os invisíveis da profissão”, conforme os capitais de que dispõem, isto é, os recursos econômicos e simbólicos, como o relacionamento com as fontes de informação, o reconhecimento social alcançado após a “cobertura de um escândalo”, o domínio das técnicas de redação, a credibilidade dos comentários do profissional, a “qualidade da expressão”, a habilidade da escrita, a “arte de manejar um artigo”, a “visibilidade social”, a “proximidade dos poderosos” e até mesmo a “coragem do correspondente de guerra”.

Para Ramonet (1999), desde o fim da década de 1960, os jornalistas estão perdendo progressivamente seu “monopólio de transmitir livremente informações”. Os jornalistas deixam de ser vistos como os únicos profissionais que produzem informação e a transmitem ao cidadão. Nesse contexto, a crise atual da mídia pode ser entendida por meio da perda da especificidade, particularidade e originalidade do jornalismo, na medida em que se confundem e

se entrelaçam o universo das relações públicas e o da informação, atingindo, assim, o trabalho do jornalista, que perde sua função dentro da relação estabelecida entre evento, jornalista e cidadão, e torna-se apenas uma testemunha dos acontecimentos, já que deixa de analisá-los. Segundo o autor, estamos vivendo atualmente num “universo comunicacional” que tem como característica básica o fato de que “todo mundo comunica” (p. 23). Isso significa dizer que todos os atores (econômicos, políticos, sociais e culturais) produzem informação. Além disso, o “desaparecimento da especificidade do jornalismo” é resultante também da introdução das novas tecnologias, já que o desenvolvimento das tecnologias da comunicação implica o aumento do número de indivíduos que pode comunicar, considerando-se que “a Internet permite a qualquer pessoa não só ser efetivamente, à sua maneira, jornalista, mas até encontrar-se à frente de uma mídia de alcance planetário” (p. 23). Qualquer indivíduo com acesso à Internet pode produzir sua própria notícia e divulgá-la na rede, uma vez que “o poder de veicular é agora descentralizado. Todo rumor, verdadeiro ou falso, se torna informação, e os controles, outrora feitos pela chefia da redação, voam em estilhaços” (p. 53). Em face desse cenário, o autor propõe o seguinte questionamento: já que cada cidadão se torna jornalista – produzindo informação e divulgando-a na Internet – qual é o papel que resta aos jornalistas profissionais na atualidade?

Estudando os jornalistas brasileiros, Adghirni (2005) dá uma pista para resolver esta questão, afirmando que é preciso inicialmente fazer uma distinção entre os campos da comunicação e da informação. Dessa forma, enquanto a comunicação está ligada a um contexto de comunicação social, referindo-se a processos e mediações sociais e tecnológicas, a informação remete ao contexto do jornalismo, ocupando-se da “produção e distribuição de notícias no campo das mídias” (p. 50). O problema é que no Brasil estes dois campos têm sido vistos praticamente como sinônimos. Com a confusão existente entre estas duas áreas, em função da ausência de demarcação clara entre os profissionais que estão ligados à produção de notícias, está ocorrendo atualmente uma espécie de “hibridização dos gêneros profissionais e redacionais” (p. 46). Surge, então, um



profissional que oscila entre o campo das mídias e o campo da comunicação, embora atualmente venha ocorrendo uma redução do campo do jornalismo em favor do campo da comunicação. Ou seja, nessa perspectiva, o jornalista que tinha como função investigar, denunciar e apurar o acontecimento, passa a atuar como assessor de comunicação: “O novo jornalista é um profissional híbrido com perfil de camaleão, ora identificado com as rotinas da redação, ora como assessor de imprensa, ora como jornalista/funcionário” (ADGHIRNI, 2005, p. 54). Com isso, a imagem do jornalista está mudando e a função social do jornalismo está sendo questionada, pois “O jornalista hoje é um burocrata da notícia sentado diante de um computador que lhe serve de fonte de informação, sala de redação, tela de texto” (p. 47). Na visão da autora, atualmente, os jornalistas estão deixando de ocupar um espaço privilegiado na sociedade (eram vistos como “heróis e rebeldes”, correspondentes internacionais, repórteres investigativos e colunistas que tinham acesso a informações excepcionais) e estão migrando para as assessorias de comunicação, em razão das rotinas produtivas industriais das redações e dos baixos salários, incompatíveis com o conteúdo produzido e as horas de trabalho. A autora destaca as diferenças entre o jornalismo de fato e o trabalho das assessorias de imprensa:

[...] jornalismo é investigativo e produz notícias para o público consumidor dos veículos comerciais enquanto que o assessor de imprensa produz pautas, na forma de *press releases* ou não, decorrentes de uma atividade muito complexa mas que pode ser resumida como um trabalho que consiste em ajudar o cliente a discernir o que é notícia ou não e a se relacionar com a imprensa (ADGHIRNI, 2005, p. 55).

Adghirni (2005) explica que no Brasil, o surgimento da indústria cultural foi responsável por dividir jornalistas e empresários. A indústria cultural tem início no Brasil nos anos 1960 e 1970 e se expressa pelo desenvolvimento tecnológico e a lógica empresarial<sup>24</sup>. A partir dos anos 1980 e 1990 – embora estas décadas representem um bom momento no que se refere à liberdade de expressão – os jornalistas estão constantemente submetidos a:

---

<sup>24</sup> No Brasil, a partir dos anos 1950, ocorre uma ampliação do sistema de comunicação, com a criação de redes nacionais e regionais de comunicação. Com o surgimento da televisão, o jornalismo torna-se mais comercial, mais direcionado para a concorrência e mais profissional. A este respeito, ver Adghirni (2005).

[...] desafios tecnológicos, concentração de grupos de mídia que dominam o mercado, concorrência acirrada entre as diversas mídias, endividamento das empresas que foram obrigadas a investir para se modernizar, explosão de faculdades de comunicação, mão de obra profissional abundante (o que desequilibra a lei de oferta e demanda do mercado), e precariedade das condições de trabalho segundo as leis trabalhistas, entre outros (p. 50).

Com isso, no Brasil, o mercado de trabalho que mais cresce atualmente no jornalismo é o de assessores de comunicação, assessores de imprensa e coordenadores de comunicação social, cujas rotinas jornalísticas restringem-se aos informes institucionais das empresas públicas e privadas nas quais atuam. Nessas condições, as empresas jornalísticas perdem seu poder exclusivo de produzir notícias, já que as fontes criam suas próprias mídias: “o noticiário de determinados setores passou a ser assegurado quase que integralmente pelas próprias fontes” (ADGHIRNI, 2005, p. 52).

Com a informatização das redações, guiada por uma concepção puramente mercadológica das empresas jornalísticas, as decisões quanto à seleção das notícias não dizem respeito às redações de jornais, isto é, não estão mais limitadas a repórteres e editores, “mas se submetem aos serviços das estratégias de pessoas e organizações com vista à influência da cobertura jornalística (*lobbies*, políticos, publicidade, etc.)” (ADGHIRNI, 2005, p. 46).

Nesse contexto, os jornalistas são ameaçados em face da fragmentação da profissão. Ganha espaço, então, os jornalistas que mantêm blogs ou atuam em jornais *online*, em que a informação é atualizada permanentemente. No entanto, nos dias atuais, os blogs não estão dissociados das grandes estruturas jornalísticas. De acordo com Adghirni (2008), no Brasil, os blogs jornalísticos (blogs de notícias que se referem a um conjunto de publicações *online*, atualizadas por jornalistas) tiveram início de forma independente de qualquer estrutura de mídia convencional, mas à medida que obtiveram sucesso de público, passaram a hospedar-se nos portais das grandes empresas jornalísticas. A autora explica que na verdade estas empresas se adequaram à nova realidade e abriram espaço para os colunistas mais renomados criarem seus blogs nos

portais. Dessa forma, “ficou famoso na blogosfera quem já era famoso no papel”. O blog de notícias remete, então, a uma estratégia dos jornalistas de assegurar um espaço que foi inicialmente apropriado pelos amadores, correspondendo a uma forma de adaptação das empresas jornalísticas à realidade de um mercado de ampla concorrência. Embora no início a motivação da criação dos blogs tivesse um caráter contra- hegemônico, independente e não profissional e até mesmo de contestação do monopólio dos jornalistas na produção e divulgação de informações, aos poucos, os blogs passaram ao controle das grandes empresas, levando-se em conta que, como explica Adghirni (2008): “É difícil, ou quase impossível, alcançar a notoriedade na rede fora dos grandes esquemas empresariais”.

Sant’Anna (2005) argumenta que atualmente está aparecendo um novo ator no cenário de difusão de informações no Brasil, que se diferencia das mídias tradicionais: a “Mídia das Fontes”. Trata-se de uma modalidade diferente da prática jornalística, que dá origem a um novo modelo de jornalismo, chamado de “Jornalismo de Influência”, em que as fontes procuram interferir no processo de produção da notícia, atuando no setor de formação de opinião, organizando-se para falar diretamente à opinião pública sem intermediários. A imprensa está perdendo seu monopólio informativo e a sociedade passa a consumir informações produzidas por quem antes era a fonte de informações. Está ocorrendo, na opinião do autor, uma interseção entre as rotinas, valores e paradigmas de duas áreas: de um lado, a imprensa tradicional, e do outro, a comunicação institucional. Esta “mídia das fontes”, também classificada como “mídia corporativa”, pode ser descrita da seguinte forma: “A opinião pública passa a contar com informações coletadas, selecionadas, tratadas editorialmente, filtradas e difundidas por entidades ou movimentos sociais, ou seja, corporações detentoras de interesses corporativos” (SANT’ANNA, 2005, p. 2).

Para Sant’Anna (2005), este fenômeno caracterizado pela difusão de informação por meio das ferramentas de comunicação institucional está alterando profundamente o território profissional do jornalista. Com a redução do número de jornalistas nos veículos de comunicação tradicionais, surgiu a necessidade de

garantir seu espaço na mídia. O autor menciona que está acontecendo um processo de profissionalização das fontes, com uma cooperação com a imprensa e seus profissionais, no intuito de assegurar maior visibilidade a suas informações. Em função disso, os jornalistas e as entidades se empenham na construção deste novo território profissional, criando um “campo jornalístico” comum, em que as assessorias de imprensa tentam usar as mesmas técnicas e valores do jornalismo praticados nas redações. Vale dizer que essas mudanças podem ser entendidas como um meio de os jornalistas garantirem o domínio sobre um território de atuação, que antes pertencia aos “Publicitários, Relações Públicas, jornalistas e curiosos sem qualquer formação” (SANT’ANNA, 2005, p. 11), ampliando, assim, suas fronteiras ocupacionais.

Ainda sobre este novo perfil de jornalista que está sendo criado, Pereira (2003) fala sobre a emergência de um “jornalista sentado”, que não realiza a tarefa de apuração da informação nem faz uma análise ou comentários sobre a notícia, ficando apenas diante de um computador, recortando e colando informações, usando diversas fontes que oferecem notícias prontas para a publicação. A Internet intensificou um tipo de produção característico do conceito de “jornalista sentado”, que se baseia na “publicação de informações provenientes, sobretudo, de fontes externas” (p. 78), que pode ser a Internet, mas também pode se dar por meio das agências de notícias ou das informações disponibilizadas por assessorias de imprensa. Pereira (2003) explica as diferenças entre o que os franceses chamam de “jornalista de pé” (*journaliste debout*) e “jornalista sentado” (*journaliste assis*). Enquanto o primeiro conceito faz referência ao trabalho convencional das rotinas de produção de notícias, com a definição da pauta, a apuração do evento, sua edição e distribuição, o segundo corresponde a um tipo de produção de notícia que “consiste na transposição, com ou sem adaptação, de material informativo produzido por outros meios, sejam eles jornalísticos ou não” (p. 78). Segundo o autor, as empresas jornalísticas adotaram esta estratégia para resolver uma contradição: a redução do quadro profissional das publicações *online* combinada à necessidade permanente (em fluxo contínuo) de alimentação dos sites.

Segundo Paccola (2003), o avanço das tecnologias foi determinante para a transformação do perfil dos jornalistas no Brasil. A partir da década de 1980, com a transformação das redações dos jornais em “linha industrial de produção”, que conduziu à informatização de todos os processos da produção jornalística, à extinção de funções dentro de um jornal, ao desemprego e à institucionalização de horários de fechamento da redação, os jornalistas mais antigos foram substituídos por uma nova geração de jornalistas, formada nas universidades. Segundo a autora, a informatização da redação pode ser entendida como um processo político. A definição de horários de fechamento, em que o ritmo do trabalho da redação começou a seguir o horário industrial e o tempo de produção das matérias foi reduzido, passando a ser determinado pela indústria, dificultava o engajamento político dos jornalistas. Com a introdução de padrões industriais de produção e a criação de um “modelo industrial de jornalismo”, um novo perfil de jornalistas ganha espaço: o jornalista mais jovem, mais aberto às novas tecnologias, menos engajado politicamente e, conseqüentemente, mais flexível às decisões dos veículos de comunicação.

Em sua obra “Showrnalismo – a notícia como espetáculo”, Arbex Jr. (2005) analisa a chamada “adoção do discurso-para-o-mercado”, que caracteriza a notícia como mercadoria feita para gerar lucros, empreendida pela Folha de S. Paulo a partir da década de 1980. Na opinião do autor, ao transformar a redação em uma “linha industrial de produção em série”, este jornal aposentou, ainda nos anos 1980, a máquina de escrever, criou mecanismos mais eficientes de controle sobre a produção dos textos, contribuindo, assim, para a demissão em massa dos jornalistas que não apresentavam um “bom desempenho” segundo os moldes industriais de produção. Nessa concepção, a substituição de grande parte dos jornalistas mais velhos, mais conscientes e menos “formatados” à prática jornalística sujeita a este modelo industrial, por jovens profissionais justifica-se pelo fato de que o jovem ganha menos, exige menos e tende a submeter-se mais facilmente ao controle da redação.

Observamos que há uma oposição entre a expectativa e as realidades do jornalismo. Há uma polarização entre a retórica da identidade profissional

jornalística, ligada à consolidação dos valores democráticos, à capacidade de formar opinião e de definir o que é notícia, e sua prática, isto é, sua “materialidade vivida nos contextos cotidianos” (ALLAN, 2010, p. 38). Existe uma visão “glamourizada” da profissão, representada pela imagem dos colunistas reconhecidos publicamente, dos formadores de opinião, dos profissionais maduros que estão no topo da carreira, das “estrelas” do jornalismo, ligadas em grande medida ao valor simbólico da televisão, já que como afirma Bourdieu (1997, p. 71) “um jornalista que quer ter peso deve ter um programa de televisão”. Este polo de glamour da profissão lembra aquela visão romântica da função social de produção e difusão de notícias, da reportagem feita com o trabalho árduo de investigação, em que o profissional é guiado por valores e técnicas jornalísticas, como a denúncia, a pluralidade de fontes de informação, bem como a informação feita para a conscientização. Por outro lado, há os “invisíveis do jornalismo” (NEVEU, 2006), que são predominantemente jovens, mulheres, com baixos salários, *freelancers*, profissionais com garantias trabalhistas reduzidas, jornadas produtivas extenuantes, que desempenham tarefas que antes eram reservadas aos técnicos, atuando como um “jornalista sentado” (PEREIRA, 2003).

## 4. AS DIFERENÇAS DE GÊNERO NO JORNALISMO

O crescimento da presença feminina no mercado de trabalho do jornalismo em todo o mundo tem sido considerado como uma das mais significativas mudanças na área da mídia dos últimos 40 anos. Surge uma nova geração de mulheres no jornalismo, acompanhando o ingresso em massa de mulheres em determinadas profissões liberais, como Direito e Medicina.

O aumento da presença feminina se deu em diferentes profissões. A engenharia é um exemplo de uma profissão tradicionalmente masculina que tem recebido um contingente expressivo de mulheres entre seus profissionais. Durante muito tempo, o estereótipo masculino que predomina nesta profissão foi responsável por afastar as mulheres da carreira. Lombardi (2006) pesquisou as relações de gênero na engenharia, entrevistando engenheiras que desempenharam funções de alta gerência e diretoria. Abordou os obstáculos enfrentados pelas profissionais no processo de inserção e principalmente de ascensão aos postos de comando na profissão, considerando-se que assumir postos de liderança é a maior barreira enfrentada pelas engenheiras no exercício de sua profissão. As mulheres encontram, com frequência, limites ao progresso de suas carreiras: “Mesmo que as mulheres venham assumindo cargos de responsabilidade na gerência e na diretoria das empresas, é rara sua presença no topo da hierarquia empresarial” (LOMBARDI, 2006, p. 2).

Um dos diferenciais de gênero observados por Lombardi (2006) é a necessidade constante de prova das competências profissionais por parte das mulheres. As gerentes e diretoras precisam superar um duplo desafio: “provar que são capazes de comandar equipes tão bem ou melhor que os homens e, também, dentro da estreita margem de manobra permitida pela organização do trabalho, encontrar um jeito próprio de gerenciar, que difira do proposto no modelo estabelecido” (p. 14). Diferentemente do caso das mulheres, o padrão de ascensão masculino, de modo geral, na carreira de engenharia, se dá de forma linear, sem muitos obstáculos, como se os profissionais estivessem cumprindo o

que se espera deles, de forma que, aos poucos, consigam escalar sucessivos postos na hierarquia (LOMBARDI, 2006). A ascensão na carreira se mostra óbvia para os homens: “Esse processo costuma acontecer por cooptação; seus pares os convidam para assumir sucessivos postos de comando, trajetória considerada ‘natural’ para um homem” (p. 4).

Há condições objetivas que tornam o exercício profissional mais árduo para as mulheres. Procurando compreender como são construídas as relações sociais de gênero entre a vida profissional e doméstica das engenheiras, comparando o Brasil e a França, Georges (2008) analisa os papéis de gênero nos dois países e afirma que no caso do Brasil, existem alguns fatores ligados às normas dos papéis de gênero que tornam mais difícil “ter filhos e uma carreira ascendente, ao contrário do imaginado a partir das pressuposições sobre a importância do trabalho doméstico remunerado” (p. 289). Entre as engenheiras pesquisadas, no Brasil, menos mulheres eram casadas e entre as casadas, somente uma teve filhos, enquanto na França, para as mulheres jovens em idade de ter filhos “ser casada e ter filhos pequenos era a regra” (p. 289). Tomando uma carreira considerada prestigiosa, como a engenharia, a autora mostra que para as engenheiras brasileiras, há um custo maior para conseguir ter uma vida profissional de sucesso e uma vida familiar:

Nesse sentido, o preço “social” das mulheres brasileiras para ter acesso a essa profissão ainda parece maior no Brasil do que na França: as mulheres brasileiras mostram uma tendência a se casar mais tarde, limitar o número de filhos e, notadamente, esperar mais para ter o primeiro filho, contrariamente ao que poderia ser suposto a partir das maiores facilidades no Brasil em termos de acesso a uma mão de obra remunerada para cuidar das tarefas domésticas e da criação dos filhos (GEORGES, 2008, p. 289).

Barbalho (2008) realizou um estudo acerca da crescente presença feminina nas carreiras jurídicas, entrevistando advogadas e juízas e analisando o impacto da feminização das carreiras já consolidadas. Constatou que as profissionais, por se inserirem em uma “carreira masculinamente consolidada” e ser a “outra” que está entrando em uma profissão tradicionalmente masculina, experimentam uma dupla barreira em sua trajetória: barreiras próprias da profissão, a que se



submetem também os homens, como a obtenção das credenciais para o exercício profissional, e barreiras ligadas ao gênero, que são sentidas à medida que as mulheres buscam ascender na profissão. As barreiras de gênero também são experimentadas no exercício cotidiano de seu trabalho, a partir das diferenças de rendimento, desequilíbrio na distribuição por gênero no topo da carreira, em que as mulheres estão mais concentradas na base das carreiras jurídicas e, dependendo de sua dedicação ao trabalho, condicionada ao controle do tempo e da vida pessoal, sua inserção em posições menos valorizadas da profissão, como as áreas “marcadas pelas atividades rotineiras, de baixa especialização, ‘fazer tudo’, mas com maior controle sobre o tempo e a vida pessoal” (p. 166).

Santos (2010) pesquisou as trajetórias profissionais de homens e mulheres na medicina, examinando a crescente feminização da profissão e percebeu que o ingresso das mulheres aconteceu nas áreas de menor prestígio da profissão. Concluiu que o gênero determina a forma como se estrutura a carreira dos médicos e médicas: “Mesmo numa profissão que apresenta melhores oportunidades de trabalho para as mulheres, foram identificadas trajetórias diferentes para esses gêneros” (p. 279). As diferenças de gênero ocorrem principalmente na escolha das especialidades em que os profissionais se inserem. Dentro da profissão, a cirurgia, considerada uma das áreas mais valorizadas, é a que apresenta mais obstáculos à inserção feminina. As opções profissionais das mulheres estão associadas à busca de conciliação entre vida profissional e pessoal: “enquanto os homens tendem a valorizar mais os ganhos financeiros, as mulheres priorizam a flexibilidade do horário de trabalho” (p. 280).

Assim como o que ocorre com outras profissões que se feminizaram, no jornalismo, o crescimento expressivo do número de mulheres entre os profissionais não resultou em acesso correspondente a lugares de destaque. Sendo assim, as profissionais continuam ganhando menos do que seus pares e exercendo menos cargos de chefia. Embora as mulheres predominem na profissão em termos quantitativos, suas posições dentro das relações de poder permanecem, em geral, inalteradas. As mulheres ainda se inserem mais frequentemente nos trabalhos sem grande valor jornalístico (ALDRIDGE, 2001),

são maioria entre os que realizam trabalhos precários ou como *freelancers*, saem mais rápida e frequentemente das carreiras jornalísticas (NEVEU, 2006), têm presença minoritária nos altos cargos, sendo preteridas nas promoções de carreira, são raras entre os profissionais que estão no topo da carreira, sendo menos encontradas nas funções de editoras-executivas, diretoras e presidentes (NORTH, 2009), e estão, em grande medida, limitadas às “notícias brandas” (*soft news*) (ALDRIDGE, 2001; CHAMBERS, STEINER & FLEMING, 2004)– quando atuam na mídia impressa – que são no mundo do jornalismo as classificadas como matérias de pouca relevância, podendo até mesmo nem ser publicadas. Assim, embora existam avanços, as mulheres têm se afastado das posições de liderança, dos processos de tomada de decisão e dos progressos na carreira nas empresas jornalísticas.

Diversas pesquisas que analisaram o processo de feminização do jornalismo não somente no Brasil, mas também em outros países do mundo que têm padrões semelhantes aos nossos, apontam para uma mesma direção: a presença majoritária das mulheres na profissão não representou um empoderamento das mulheres no jornalismo, levando-se em conta que as mulheres têm menos possibilidade de ocupar as matérias de capa dos jornais (CHAMBERS, STEINER & FLEMING, 2004), têm menos experiência em cobrir as *hard news* – que são as notícias mais valorizadas do jornalismo por serem vistas como um acontecimento verdadeiro e que demanda urgência de apuração e publicação – porque exigem rotinas de trabalho muito intensas, o que é incompatível com suas responsabilidades com seus dependentes (ALDRIDGE, 2001), são impedidas de ascender profissionalmente em função da “cultura machista” e “hegemonicamente masculina” que impera nas redações de todo o mundo (NORTH, 2012), são mais suscetíveis de passar por alguma experiência de discriminação ou ter conhecimento de que alguma mulher foi vítima de preconceito nas redações (ALLAN, 2010) e se inserem em maior número justamente nas áreas consideradas menos valorizadas da profissão (ROCHA, 2004).

Entretanto, é fundamental ressaltar que há diferenças dentro de cada gênero nesta profissão. Veremos neste capítulo que dentro do grupo das mulheres jornalistas, existem diferenças quanto à remuneração, dependendo das funções que exercem e diferenças quanto à proporção de mulheres com diploma, por função. Por exemplo, entre as editoras que trabalham com carteira de trabalho assinada em São Paulo, mais de 86% tem diploma de graduação, enquanto para as fotógrafas profissionais este índice não chega a 25%. Há diferenças entre as mulheres, condicionadas por sua geração, o segmento da mídia em que exerce sua profissão, o tipo de vínculo de trabalho, se é casada, solteira, com filhos ou sem filhos. Segundo a perspectiva adotada aqui as mulheres não vivenciam a profissão somente por meio da percepção de práticas de discriminação, reproduzindo ou contestando a diferença. Nosso objetivo é entender como as mulheres vivenciam a profissão de jornalismo dentro de uma concepção heterogênea de diferença. Para isso, precisamos examinar quais são as diferenças que caracterizam este campo profissional.

#### **4.1. As diferenças no jornalismo expressas em números**

Observando a representação de mulheres em cargos de chefia nos três maiores jornais brasileiros, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo<sup>25</sup>, identificam-se alguns aspectos positivos que denotam algumas mudanças nas relações de gênero na profissão. A Folha de S. Paulo teve por mais de dez anos no cargo de editora-executiva a jornalista Eleonora de Lucena, que chefiava cerca de 300 profissionais, ligados a todas as editorias: Brasil, Política, Esporte, Cultura, Comportamento, Tecnologia, etc. Desde 2010, porém, um homem ocupa esta função e atualmente não há nenhuma mulher na diretoria-executiva ou no Conselho Editorial do jornal. No jornal carioca O Globo, Sílvia Fonseca é a única editora-executiva em uma equipe formada por outros três homens. No jornal O Estado de S. Paulo (O Estadão), a editora-chefe é Cida Damasco. Para ilustrar os

---

<sup>25</sup> Informações coletadas em novembro de 2014.

progressos que as mulheres têm alcançado na carreira, a editora-chefe de O Estadão, em entrevista ao Portal Imprensa, mencionou a presença das mulheres em outros cargos de chefia do Grupo Estado e também comentou sobre o jornal Valor Econômico, em que uma grande parte da direção tem representação feminina: Vera Brandimarte é a diretora de redação, Cláudia Safatle é a diretora adjunta e Raquel Balarin é a diretora de Conteúdo Digital. Além disso, Célia de Gouvêa Franco ocupa atualmente o cargo de editora-executiva. Ao ser questionada sobre ser a primeira editora-chefe de O Estadão em quase 140 anos de história do jornal, a jornalista respondeu:

Só para você ter uma ideia, o Grupo Estado, que é tradicional, tem hoje uma editora-chefe na rádio, uma editora-chefe no digital e eu. São três mulheres entre os editores-chefes do grupo. Realmente essa é uma questão superada. Mas, de qualquer maneira, chegar a ser editora-chefe no Grupo Estado acaba sendo motivo de destaque. Não me vejo como exceção, são inúmeras colegas na mesma situação que eu: a Vera Brandimarte no Valor Econômico, a Cláudia Vassalo, na Revista Exame e outras.

(Cida Damasco, editora-chefe de O Estadão, Portal Imprensa, 27/01/2012)<sup>26</sup>

No entanto, a feminização da profissão tem acontecido em um ritmo muito mais acelerado do que o processo de ascensão profissional das mulheres nas redações. Segundo Criado (Apud MATOS, 2006), em 2000, no jornal O Estado de São Paulo, 44% dos jornalistas eram mulheres (148 de um total de 338). Porém, somente 9% delas ocupavam cargos de chefia. Dessa forma, embora a editora-chefe de O Estadão seja atualmente uma mulher, ela ocupa esta função isoladamente da imensa maioria das mulheres na profissão.

As conquistas femininas na profissão também podem ser visualizadas por meio dos dados acerca da participação das mulheres em todas as atividades do jornalismo, bem como sua presença majoritária entre os diplomados. Condições sociais de gênero na vida familiar favorecem mulheres estudarem mais tempo que os homens e isso ampliou o ingresso feminino na profissão.

---

<sup>26</sup>Reportagem de 27/01/2012 de Luiz Gustavo Pacete: “‘O que importa é o conteúdo, não a plataforma’, diz editora-chefe do Estadão”. Portal Imprensa – Jornalismo e Comunicação na Web. Disponível em:

<http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/46907/o+que+importa+e+o+conteudo+nao+a+plataforma+diz+editora+chefe+do+estadao>

**Tabela 1:** Jornalistas diplomados por Família CBO 2002 e por sexo – Brasil - 2013

Família CBO 2002	Mulheres			Homens		
	Total	Superior Completo	Jornalistas com diploma %	Total	Superior Completo	Jornalistas com diploma %
	N.A.	N.A.		N.A.	N.A.	
Profissionais do Jornalismo	25.660	17.596	68,57	22.417	13.041	58,17
Especialistas em Editoração	1.707	1.291	75,63	1.465	862	58,83
Locutores, Comentaristas e Repórteres de rádio e televisão	4.255	2.048	48,13	13.431	2.511	18,69
Fotógrafos Profissionais	2.209	363	16,43	3.343	625	18,70
<b>Total</b>	33.831	21.298	62,95	40.656	17.039	41,91

Fonte: MTE/RAIS, Acesso *online* às bases estatísticas.

Elaboração própria.

Com base na Tabela 1, vemos que o número de jornalistas em atuação no Brasil é de 74.487, de acordo com dados da RAIS de 2013. Destes, 54,58% são homens (40.656) e 45,42% são mulheres (33.831). A proporção de mulheres diplomadas é bem maior que a de homens no jornalismo brasileiro: 62,95% das jornalistas têm nível superior completo. Para os homens, este índice é de apenas 41,91%. Segundo as informações da RAIS, apenas 38.337 jornalistas têm diploma, o que corresponde a 51,46% dos jornalistas registrados no Brasil.

Podemos constatar que a proporção de diplomados varia bastante entre os gêneros e conforme a função e os meios de comunicação em que os profissionais estão inseridos. Com isso, algumas funções “puxam para baixo” o nível de escolaridade dos profissionais, principalmente dos homens. A proporção de diplomados na cidade de São Paulo é muito maior do que a média brasileira. Em São Paulo, dos 10.324 jornalistas registrados na RAIS, 7.561 têm diploma, isto é, 73,24%. Dependendo das funções que mais aparecem na pesquisa, a proporção de diplomados pode mudar drasticamente. Só para se ter uma ideia, no caso das mulheres, nas funções relativas à categoria “Profissionais do Jornalismo” 68,57% das profissionais têm diploma e na de “Fotógrafos Profissionais”, apenas 16,43%

têm curso superior. Portanto, se os pesquisados da amostra forem predominantemente mulheres, atuarem nas funções de “Profissionais do Jornalismo” ou “Especialistas em Editoração”, exercendo sua atividade profissional em São Paulo, a tendência é de elevação da proporção dos diplomados.

A absoluta maioria das mulheres (75,84%) se concentra na categoria de “Profissionais do Jornalismo”, onde, entre outras funções, está presente a de Assessor de imprensa<sup>27</sup>. Nesta categoria, as mulheres diplomadas correspondem a mais de 68% do total das jornalistas brasileiras, enquanto esta proporção no caso dos homens é de 58,17%. Por meio desta divisão da RAIS não é possível desagregar até o nível das funções, o que nos permitiria obter informações sobre a proporção de mulheres ocupando a função de “Diretor de redação”, que pressupõe altos níveis de qualificação em cargos de chefia.

Outro dado importante é que 75,63% das mulheres que estão registradas como “Especialistas em Editoração” têm diploma. Trata-se de uma função em que as mulheres podem ocupar posições mais altas, como Editoras de jornal, livro, mídia eletrônica, revista e revista científica. Porém, percebemos que apenas 5,04% das mulheres estão concentradas nestas funções. O número de mulheres registradas nesta categoria é maior que a de homens no Brasil: há 1.707 mulheres registradas como editoras e 1.465 homens. A proporção de mulheres com nível superior é bem maior que a de homens: enquanto 75,63% das mulheres têm diploma, entre os homens editores, apenas 58,83% têm nível superior.

Nas funções de “Locutores, Comentaristas e Repórteres de rádio e televisão”, apenas 48,13% das mulheres são diplomadas. Porém, este índice é muito superior à proporção dos homens: somente 18,69% têm diploma. Outra função em que a imensa maioria dos profissionais não tem curso superior é a de “Fotógrafos Profissionais”. Trata-se de uma função em que os jornalistas aprendem sozinhos ou no ambiente de trabalho e que por isso não exige diploma

---

<sup>27</sup> “Profissionais do Jornalismo” correspondem às funções de Arquivista pesquisador, Assessor de imprensa, Diretor de redação, Editor, Jornalista, Produtor de texto, Repórter (exceto rádio e televisão) e Revisor.

para o exercício profissional. Este é o único caso em que as mulheres têm uma proporção inferior de profissionais diplomados em relação aos seus pares homens: 16,43% das fotógrafas brasileiras têm diploma e 18,70% dos homens são diplomados.

**Tabela 2:** Jornalistas diplomados por Família CBO 2002 e por sexo – SP – 2003-2013

Família CBO 2002	Mulheres				Homens			
	Jornalistas com diploma				Jornalistas com diploma			
	2003		2013		2003		2013	
	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%	N.A.	%
1. Profissionais do Jornalismo	1.898	77,37	3.495	79,48	1.466	74,49	2.510	74,81
2. Especialistas em Editoração	133	68,55	542	86,16	107	61,49	315	75,53
3. Locutores, Comentaristas e Repórteres de rádio e televisão	127	40,44	259	78,01	172	40,09	269	51,04
4. Fotógrafos Profissionais	25	23,36	65	24,80	47	16,72	106	26,17
<b>Total</b>	<b>2.183</b>	<b>71,15</b>	<b>4.361</b>	<b>77,59</b>	<b>1.792</b>	<b>62,83</b>	<b>3.200</b>	<b>68,02</b>

Fonte: MTE/RAIS, Acesso *online* às bases estatísticas.

Elaboração própria.

Nos últimos anos, os ganhos das mulheres quanto à escolaridade são notáveis. A crescente profissionalização feminina está associada ao incremento dos níveis de instrução escolar. Houve não somente um crescimento da participação feminina na profissão, como também um aumento do número de mulheres com nível superior. E não apenas nesta profissão, como também seguindo uma tendência geral, as mulheres têm uma presença considerável entre

os estudantes de cursos superiores no Brasil, chegando até mesmo a promover uma recomposição sexual da população universitária (SUBTIL, 2009).

Recortando os dados para o município de São Paulo, conforme podemos verificar na Tabela 2, em apenas 10 anos, a proporção de profissionais com diploma, homens e mulheres, aumentou significativamente, em todas as funções. Entre as mulheres, o número de diplomados já era superior ao dos homens em 2003, em que 71,15% das mulheres tinham diploma, e tornou-se maior ainda em 2013: 77,59% contra 68,02% de diplomados entre os homens. Ou seja, neste intervalo de 10 anos, o número de mulheres diplomadas mais do que dobrou: passou de 2.183 para 4.361 mulheres com nível superior em São Paulo. Entre os homens, o número de diplomados também aumentou consideravelmente, passando de 1.792 para 3.200 profissionais.

Cerca de 80% das mulheres “Profissionais do Jornalismo” de São Paulo têm diploma. Entre os homens, esta proporção é de 74,91%. A maior proporção de diplomados está entre “Especialistas em Editoração”, mas a proporção de mulheres supera a de homens: 86,16% são diplomadas. Outra função que se destaca é a de “Locutores, Comentaristas, Repórteres de rádio e televisão”, em que 78,01% das mulheres têm nível superior, enquanto apenas 51,04% dos homens têm diploma. As mulheres elevaram consideravelmente seu nível de instrução nesta categoria, já que em 2003, apenas 40,44% das mulheres eram diplomadas, assim como os homens, que tinham a proporção de 40,09% de diplomados. A função de “Fotógrafos Profissionais” ainda se mantém na casa dos 20% de diplomados, sendo que os homens têm uma proporção um pouco maior que a de mulheres: 26,17% dos homens tinham diploma em 2013, contra 24,80% das mulheres. Nesta categoria, o número de homens diplomados aumentou mais que o de mulheres nos últimos dez anos, passando de 16,72% para 26,17%.

Assim, se agruparmos as duas categorias em que as mulheres mais se concentram, “Profissionais do Jornalismo” e “Especialistas em Editoração”,



reunindo 92,57% das mulheres, a proporção média de mulheres diplomadas passa a ser de 82,82% do total de mulheres registradas.

**Tabela 3:** Jornalistas diplomados por Família CBO 2002 e por sexo – SP - 2010<sup>28</sup>

Família CBO 2002	Mulheres			Homens		
	Total	Superior Completo	Jornalistas com diploma %	Total	Superior Completo	Jornalistas com diploma %
	N.A.	N.A.		N.A.	N.A.	
Profissionais do Jornalismo	4.000	3.116	77,90	3.071	2.267	73,81
Especialistas em Editoração	583	492	84,39	435	325	74,71
Locutores, Comentaristas e Repórteres de rádio e televisão	316	241	76,26	578	269	46,54
Fotógrafos Profissionais	216	61	28,24	377	96	25,46
<b>Total</b>	5.115	3.910	76,44	4.461	2.957	66,28

Fonte: MTE/RAIS, Acesso online às bases estatísticas.

Elaboração própria.

A feminização da profissão se deu de forma diferenciada. De acordo com as informações presentes na Tabela 3, vemos que a distribuição das mulheres e dos homens varia de acordo com as funções. Podemos ver que no município de São Paulo, 78,2% das mulheres (4.000 mulheres, em números absolutos) concentram-se na categoria “Profissionais do Jornalismo”, onde cerca de 80% das mulheres têm diploma. O restante das mulheres se distribui da seguinte forma: 11,2% são “Especialistas em Editoração” (583); 5,9% são “Locutores, Comentaristas e Repórteres de rádio e televisão” (316) e 4,7% são “Fotógrafos Profissionais” (216).

<sup>28</sup> Por meio do acesso *online* às bases estatísticas da RAIS não foi possível chegar até o nível de desagregação das funções de atuação dos profissionais. Por esta razão, as informações sobre as diferenças salariais foram obtidas em pesquisa junto ao SJSP e se referem ao ano de 2010, último ano disponível nas pesquisas desta natureza da entidade. Neste caso, utilizamos os dados referentes ao ano de 2010 para sabermos ao certo o número absoluto de profissionais em todas as categorias (Família CBO 2002) e entendermos as informações sobre as diferenças salariais por categoria.

**Tabela 4:** Remuneração média (R\$) de jornalistas “Profissionais do Jornalismo”, por função e por sexo – SP - 2010

	Homens	Mulheres	(%)*
Arquivista Pesquisador	4.519,72	3.215,22	71,1
Assessor de imprensa	2.792,96	2.598,51	93,0
Diretor de redação	14.960,63	11.509,40	76,9
Jornalista	4.080,59	3.558,50	87,2
Produtor de texto	3.260,93	2.638,62	80,9
Repórter	4.319,21	3.855,48	89,2
Revisor	1.847,77	1.574,14	85,2

Fonte: MTE/RAIS, SJSP.

\*Rendimento das mulheres em relação ao dos homens.

As diferenças salariais entre os gêneros variam conforme o setor de atuação dos profissionais. Em todas as funções da categoria “Profissionais do jornalismo”, que é justamente onde a grande maioria das mulheres (78,2%) se concentra, as mulheres ganham, em média, menos do que os homens. Em 2010, havia, segundo dados da RAIS, 7.071 “Profissionais do Jornalismo” em São Paulo. Destes, 56,5% eram mulheres. Com base na Tabela 4, analisando as diferenças de remuneração média por função em São Paulo, recortando apenas os “Profissionais do Jornalismo”, vemos que ao exercerem as mesmas funções que os homens, as mulheres jornalistas recebem, em média, bem menos. Na função de Arquivista Pesquisador, as mulheres recebem, em média, apenas 71,1% do salário dos homens. Enquanto os homens recebem R\$ 4.519,72, as mulheres recebem R\$ 3.215,22. Na função de Diretor de redação, em que se pressupõe a exigência de níveis elevados de qualificação e que é a única nesta categoria com remuneração mais alta, destoando das demais, as mulheres ganham 76,9% dos rendimentos obtidos pelos homens. Enquanto as mulheres recebem, em média, R\$ 11.509,40, os homens recebem R\$ 14.960,63. Já entre os Assessores de imprensa, há uma menor disparidade entre os salários dos homens e das mulheres. Isto é, as mulheres recebem 93% do salário dos homens. Entretanto, a função é uma das que os profissionais obtêm o menor rendimento, tanto homens

quanto mulheres, só perdendo para a função de Revisor. Enquanto os homens recebem, em média, R\$ 2.792,96, as mulheres recebem R\$ 2.598,51.

Se acrescentarmos a estas informações as diferenças quanto ao nível de escolaridade expressas na Tabela 3, observaremos uma desigualdade ainda maior. Entre as mulheres, a proporção de jornalistas “Profissionais do Jornalismo” com diploma é maior que a de homens e mesmo assim os homens ganham mais em todas as funções. A função de Revisor chama a atenção por ser a que paga menos, tanto homens quanto mulheres e, ainda assim, as mulheres têm menores rendimentos. Nesta função, as mulheres jornalistas recebem, em média, apenas R\$ 1.574,14. Percebemos que grande parte das mulheres “Profissionais do Jornalismo” tem diploma. Não foi possível desagregar as informações até o nível da função de “Revisor”, mas recortando todas as funções desta categoria, vemos que 77,90% das mulheres têm diploma. No caso dos homens, este índice cai para 73,81%, o que nos leva a concluir, assim como afirmou Rocha (2004, p. 27) em sua pesquisa sobre as mulheres jornalistas do Estado de São Paulo, que “a mulher com curso superior recebe, em geral, o equivalente a um homem com segundo grau”. Isso é mais nítido nesta função porque estamos nos referindo a uma tarefa desempenhada por jornalistas profissionais que, em sua maioria, é composta de mulheres diplomadas, sendo remunerada a R\$ 1.574,14.

**Tabela 5:** Remuneração média (R\$) de jornalistas “Especialistas em Editoração”, por função e por sexo – SP - 2010

	Homens	Mulheres	(%)*
Editor de jornal	5.086,79	5.198,98	97,8
Editor de mídia eletrônica	3.724,45	4.307,52	86,5
Editor de revista científica	3.145,09	3.488,82	90,1

Fonte: MTE/RAIS, SJSP.

\*Rendimento dos homens em relação ao das mulheres.

Por outro lado, podemos destacar que existe uma variedade de situações nesta profissão. As mulheres também se inserem em posições hierárquicas que

oferecem maior remuneração. Ter funções em que as mulheres ganham mais do que os homens é um dado significativo. Em algumas funções da categoria “Especialistas em Editoração”, em que as mulheres representam 57,3% dos profissionais, as jornalistas ganham, em média, mais do que os homens. Conforme dados da Tabela 5, nas funções de Editor, Editor de jornal, Editor de mídia eletrônica e Editor de revista científica, as mulheres recebem, em média, salários que são, em geral, mais altos do que nas funções de “Profissionais de Jornalismo” e também maiores do que o dos homens. As diferenças de remuneração são menores em relação às funções em que o salário dos homens é maior. Entre os Editores de jornal, as mulheres recebem, em média, R\$ 5.198,98, enquanto os homens obtêm, em média, R\$ 5.086,79, o que significa que o rendimento dos homens é de 97,8% do das mulheres. Nas funções de Editor de mídia eletrônica e de Editor de revista científica, os homens obtêm, respectivamente, 86,5% e 90,1% do salário das mulheres.

A explicação para os maiores salários femininos nas funções em que as mulheres são editoras pode se dar pelo fato de que 84,39% das mulheres têm diploma, superando muito a proporção dos homens, que é de 74,71% (Tabela 3). Somente o fato de ter um número maior de jornalistas diplomadas não explicaria os salários mais altos das mulheres nesta função, uma vez que praticamente em todas as funções as mulheres têm maior proporção de diplomadas do que os homens. No entanto, 84,39% é a maior proporção de diplomados registrada na RAIS entre os jornalistas de São Paulo.

É importante ressaltar também que os dados da RAIS não cobrem o exercício já autonomizado dos profissionais PJ. Isso implica dizer que os editores podem estar atuando como PJ ou como *freelancers*, uma vez que havia em 2010 apenas 583 mulheres e 435 homens jornalistas registrados como “Especialistas em Editoração” em São Paulo<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Entre os jornalistas entrevistados que se inserem na categoria de editores, há uma variedade de relações e condições de trabalho: uma editora *freelancer* de mídia eletrônica, uma editora *freelancer* de revista cultural, uma editora CLT de revista feminina e um editor PJ de revista de saúde.

Em números absolutos, em 2010, enquanto havia 4.000 mulheres registradas como “Profissionais do Jornalismo” (concentrando 78,2% das mulheres), que é precisamente onde as mulheres ganham menores salários, havia apenas 583 mulheres como “Especialistas em Editoração” (representando 11,4% das mulheres), que é onde elas ganham mais do que os homens. Em outras palavras, a maioria das jornalistas de São Paulo está concentrada nos trabalhos que pagam menores salários e em que recebem menos do que os homens.

**Tabela 6:** Remuneração média (R\$) de jornalistas da função “Repórter de rádio e televisão”, por função e por sexo – SP – 2010

	Homens	Mulheres	(%)*
Repórter de rádio e televisão	5.516,26	3.869,28	70,1

Fonte: MTE/RAIS, SJSP.

\*Rendimento dos homens em relação ao das mulheres.

A função em que as diferenças salariais entre homens e mulheres são mais díspares é a de Repórter de rádio e televisão, que está dentro da descrição da RAIS denominada “Locutores, Comentaristas e Repórteres de rádio e televisão”, que concentrava em 2010 5,9% das mulheres. Conforme dados da Tabela 6, as repórteres de rádio e televisão ganhavam, em média, apenas 70,1% dos rendimentos obtidos pelos homens. Neste caso, o dado indica que não é precisamente o diploma que é responsável por hierarquizar os gêneros nesta profissão. Nesta categoria, as mulheres diplomadas correspondem a 76,26% do total de mulheres registradas, enquanto os homens diplomados representam apenas 46,54%. Um homem sem diploma ganha mais do que uma mulher com diploma. Trata-se da categoria em que há um maior desnível entre mulheres e homens diplomados. As repórteres de rádio e televisão, embora em sua imensa maioria possuam diploma, ganham apenas 70,1% do que os homens recebem.

Rocha (2004, p. 25) também percebeu estas diferenças para o Estado de São Paulo. A autora afirma que as emissoras de rádio oferecem menor

remuneração, sendo que as mulheres ganham menos do que os homens. Além disso, devemos levar em conta “o agravante de grande parte das profissionais do sexo feminino possuírem curso superior contrastando com a maioria dos jornalistas homens que trabalham no rádio e tem apenas a formação até o segundo grau” (ROCHA, ,2004, p. 25).

A estratificação desta profissão que tipicamente exige o diploma universitário, apesar dos questionamentos acerca da obrigatoriedade legal do diploma de jornalismo para o exercício profissional, não pode ser explicada em termos dos elementos referentes à educação formal da profissão. Com efeito, a profissão de jornalismo demonstra que o prestígio social dos profissionais não é regularmente obtido através de diplomas, mas por meio de outros recursos, que superam os conteúdos dos programas acadêmicos. Ou seja, a grande proporção de mulheres jornalistas que exerce suas atividades no setor formal do município de São Paulo com diploma de graduação sugere que a certificação dos profissionais, que antes seria resultante de um movimento de profissionalização fundamentado, em certos momentos, na formação acadêmica do profissional – e que, na verdade, nunca esteve consolidado no Brasil (ROCHA, 2009) – define muito pouco a forma como esta profissão se hierarquiza, que nível de autonomia preserva em relação a outras esferas sociais e quais profissionais serão mantidos diante destas mudanças ou para qual estrato da profissão serão direcionados.

Rocha (2004) analisou a participação feminina no jornalismo no Estado de São Paulo, examinando o processo de profissionalização e feminização da carreira. Segundo a autora, a obrigatoriedade do diploma de Jornalismo para o exercício profissional favoreceu a inserção feminina na profissão, porque assegurou uma reserva de mercado. A autora explica que esta expansão da profissionalização do jornalismo, combinada ao aumento da presença feminina nos cursos universitários, permitiu que a competição entre os gêneros pelo mercado de trabalho ficasse mais equilibrada dentro da profissão. Isto é, as mudanças na profissão possibilitaram o ingresso das mulheres no jornalismo. Relacionando a feminização ao processo de profissionalização da carreira, Rocha (2004, p. 9) afirma que:

O processo de profissionalização do jornalismo, marcado pelo surgimento dos cursos superiores, associações e sindicatos, exigência da obrigatoriedade do diploma, inovação tecnológica e a demanda do próprio mercado por um profissional mais qualificado, com mais titulação possibilitou um crescimento de mulheres nessa carreira, pois o cargo passou, em geral, a ser atribuído ao profissional mais bem preparado, independente do gênero, estabelecendo, assim, uma competição mais equiparada aos cargos nas redações (ROCHA, 2004, p. 9).

Assim, de acordo com Rocha (2007, p. 122), o recente processo de profissionalização do jornalismo favoreceu a feminização da carreira em razão de o jornalismo não ser uma profissão consolidada, isto é, por não ter “o mesmo poder, autonomia, controle de mercado e produção de saber da Medicina e do Direito”. Entretanto, o processo de feminização não envolveu todos os setores do mercado de trabalho indistintamente. As mulheres puderam entrar na profissão, mas ocupando cargos subalternos e atuando em áreas com menor prestígio profissional: “As mulheres não conseguem ingressar com facilidade em todas as áreas e sim nas que lhes são permitidas” (p. 103).

A carreira de jornalista é segmentada e estratificada segundo diferenças de gênero quanto à remuneração, à jornada de trabalho, às funções e aos veículos de comunicação em que atuam. Os setores em que as mulheres estão mais concentradas são: revistas, setores extra-redação, nas assessorias de imprensa e universidades, televisão e agências de notícias. Os homens, por outro lado, têm presença majoritária nos setores tradicionais, como rádio e jornal impresso. Ou seja, o acesso das mulheres é mais restrito nos setores mais tradicionais do jornalismo. De acordo com Rocha (2004), em 2001, no Brasil, as mulheres correspondiam a 39,69% dos profissionais que trabalhavam nos jornais. No caso do rádio, as mulheres representavam apenas 27,95% dos profissionais. Dessa forma, os setores que mais se feminizaram são os mais recentes: “As mulheres entram mais facilmente em áreas novas do mercado, como televisão, jornalismo online, tv na internet, bem como em veículos que destinam-se principalmente ao público feminino como revistas femininas. As inovações tecnológicas incorporadas na carreira de jornalismo beneficiaram as mulheres abrindo novas frentes de trabalho” (ROCHA, 2004, p. 103).

## 4.2. As culturas do jornalismo

Diversos estudos que buscam compreender quais são os padrões de gênero que estruturam as hierarquias que segregam esta profissão frequentemente recorrem ao mecanismo do *glass ceiling* (teto de vidro) para explicar as barreiras invisíveis que se apresentam como obstáculos à ascensão na carreira. É o caso de Chambers, Steiner e Fleming (2004), que analisaram a profissão de jornalismo nos últimos 25 anos nos Estados Unidos e Inglaterra e perceberam que as mulheres permanecem concentradas nos mais baixos níveis da profissão, enquanto os homens continuam dominando as posições do topo da carreira nos jornais, rádio e televisão.

Segundo Allan (2010), a cultura de notícias de grande parte dos jornais ainda é definida em termos masculinos, preservando, com isso, uma “cultura machista” nas redações. Observando principalmente os contextos profissionais britânicos e norte-americanos, o autor afirma que as percepções da discriminação de gênero das mulheres jornalistas são muito mais significativas em comparação com as percepções sentidas por seus colegas de sexo masculino. Ainda que desempenhem um papel importante na profissão, as mulheres não são promovidas ao topo da carreira, nem participam do processo decisório na área em que atuam: “Embora tenha havido um aumento dramático no número de mulheres que conseguem empregos no jornalismo, os homens brancos da classe média continuam ocupando a grande maioria das posições de poder no setor inteiro” (ALLAN, 2010, p. 29). Segundo o autor, apesar de existirem atualmente vários casos de mulheres bem-sucedidas na profissão, que obtiveram êxito em suas trajetórias profissionais e conseguiram chegar num altíssimo nível na carreira, a ponto de derrubarem as barreiras à igualdade dos gêneros, ainda persistem “normas masculinizadas de identidade profissional” (p. 33) que sugerem um domínio masculino na profissão.

Na mídia internacional, um caso recente chama a atenção por questionar esta lógica “hegemonicamente masculina” que domina as redações. É o caso da



jornalista norte-americana Jill Abramson, 57 anos, que se tornou, em setembro de 2011, a primeira mulher a comandar o “*The New York Times*”. Embora tendo ciência de que as práticas profissionais do jornalismo devem ser investigadas levando-se em conta suas especificidades sociais e culturais, assumimos que lógicas semelhantes podem ser observadas nos estudos realizados em outros países. Pesquisamos em sites da Internet como se deu a cobertura nos noticiários acerca deste evento e selecionamos algumas reportagens e algumas falas da própria jornalista para ilustrar as diferenças de gênero nas redações.

O caso é bastante interessante porque pela primeira vez em 160 anos de história, o “*The New York Times*”, reconhecido como o jornal mais influente do mundo, e o de maior prestígio nos Estados Unidos, tinha uma mulher como editora-executiva. Sob seu comando, o jornal recebeu nove prêmios *Pulitzer*<sup>30</sup> e obteve sucesso em integrar as redações impressa e digital. Antes de assumir o cargo, a jornalista tinha sido secretária de redação, chefe da sucursal de *Washington*, repórter do “*The New York Times*”, do “*Wall Street Journal*” e da revista “*Time*”. Ficou menos de três anos no cargo e foi demitida em maio de 2014, sendo substituída por um homem. A demissão foi inesperada e sem muitas explicações, apenas com o discurso do “estilo de gestão” inadequado. Em entrevista feita depois de sua demissão, a jornalista afirmou: “Espero que as pessoas digam: ‘Ela teve uma trajetória maravilhosa. Escreveu e editou trabalhos importantes, melhorou o ‘*The New York Times*’ e, bem, foi demitida”<sup>31</sup>.

Jill Abramson, ciente do sexismo que predomina nas redações, mencionou em algumas entrevistas que se empenhou, enquanto era editora-executiva, em nomear mulheres para cargos diretivos, o que ela afirmava ser uma de suas contribuições. Em entrevista concedida à *Salon Magazine* [revista eletrônica dos Estados Unidos], em 15/07/2013, ela argumenta que ao tentar fazer algumas

---

<sup>30</sup> O Prêmio *Pulitzer* é um prêmio estadunidense, administrado pela Universidade de Columbia em Nova York, dado anualmente aos profissionais que realizam trabalhos de excelência no jornalismo.

<sup>31</sup> Reportagem de 28/09/2014, de Isabel Fleck. “Ex-chefona do ‘New York Times’ fala sobre mulheres nas eleições no Brasil”. Folha de S. Paulo. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/serafina/2014/09/1522685-ex-comandante-do-nyt-jill-abramson-fala-de-mulheres-poderosas-no-brasil-e-nos-eua.shtml>

mudanças em seu trabalho, equilibrando as relações entre os gêneros e promovendo as mulheres mais frequentemente do que sua equipe estava acostumada, ela precisava constantemente justificar para os homens que seus critérios eram baseados na competência das profissionais:

Quando eu estava no cargo de editora-executiva, pela primeira vez o Conselho Editorial [uma lista dos editores com as mais altas posições no *Times*] era formado por 50% de mulheres, mas a explicação era porque elas eram excelentes profissionais e elas mereceram a promoção. Eu tenho muito orgulho disso. Por várias vezes, eu tive de explicar isso para os homens. Eu acho que eles se surpreenderam com a rapidez com que as mulheres eram promovidas em seus cargos. (Jill Abramson, 15/07/2014)<sup>32</sup>

A cobertura da imprensa em torno de sua demissão foi bastante expressiva. Nesta entrevista para *Salon Magazine*, que ela concedeu para explicar sua demissão, a jornalista é questionada se em algum momento de sua carreira já tinha vivenciado alguma situação de discriminação de gênero nas redações:

É claro que eu experimentei situações de discriminação no início da carreira. Eu me lembro de estar em reuniões de pauta, e por várias vezes, quando eu tinha alguma ideia e expressava minha opinião. Então, o chefe retomava a conversa assim: ‘E como o Jerry estava dizendo...’ E eles se lembravam da minha ideia como se ela fosse de um colega homem. Eu ficava quieta e não interferia na conversa no momento. Então, depois eu reclamava sobre isso com alguma mulher no trabalho, o que de certa forma era mais seguro e mais covarde, mas eu me sentia mais aliviada e satisfeita.<sup>33</sup> (Jill Abramson, 15/07/2014)

---

<sup>32</sup> “*When I was managing editor, for the first time the masthead [the list of top editors at the Times] was half women, but it was because they were great and they deserved it. I am totally proud of that. A couple of times I had to explain that to men. I think there was some surprise at the speed at which some women got promoted*”. Tradução livre. Reportagem de Katie McDonough, “*Jill Abramson opens up about the New York Times: “Is it hard to say I was fired? No”*” – “*Jim Abramson fala sobre o The New York Times: ‘É difícil dizer que eu fui demitida? Não’*” Disponível em: [http://www.salon.com/2014/07/15/jill\\_abramson\\_opens\\_up\\_about\\_the\\_new\\_york\\_times\\_is\\_it\\_hard\\_to\\_say\\_i\\_was\\_fired\\_no/](http://www.salon.com/2014/07/15/jill_abramson_opens_up_about_the_new_york_times_is_it_hard_to_say_i_was_fired_no/)

<sup>33</sup> “*Of course I experienced sexism early on. I remember being in story sessions, and so many times, I would have an idea and I would talk about it. Then the convener of the meeting would say, “And as Jerry was just saying ...” and they would remember the idea as coming from a male colleague. I didn’t pipe up in real time. I did grouse about it with other women in the office, which in some ways is safer and more cowardly but is very comforting and kind of gratifying*” Tradução livre. Reportagem de Katie McDonough, “*Jill Abramson opens up about the New York Times: “Is it hard to say I was fired? No”*” – “*Jim Abramson fala sobre o The New York Times: ‘É difícil dizer que eu fui demitida? Não’*” Disponível em: [http://www.salon.com/2014/07/15/jill\\_abramson\\_opens\\_up\\_about\\_the\\_new\\_york\\_times\\_is\\_it\\_hard\\_to\\_say\\_i\\_was\\_fired\\_no/](http://www.salon.com/2014/07/15/jill_abramson_opens_up_about_the_new_york_times_is_it_hard_to_say_i_was_fired_no/)

Nos Estados Unidos, o “*The New York Times*” era o único jornal dirigido por uma mulher. O que chama a atenção neste caso é que enquanto esteve no cargo, a jornalista recebeu várias críticas por seu “comportamento”. O jornal “*Politico Magazine*”, em artigo publicado em 23/04/2013, por Dylan Byers, que afirmava ter fontes anônimas dentro da redação do “*The New York Times*” que relataram ter presenciado uma discussão entre a editora-executiva à época e seu editor-gestor, Dean Baquet (que posteriormente foi quem assumiu seu cargo), descrevia a profissional como uma pessoa “teimosa e condescendente”. Assim, no artigo intitulado “Jill Abramson perde o apoio de sua redação”, a jornalista é vista como “difícil de trabalhar”:

Nos últimos meses, Abramson tem se tornado uma fonte de frustração e ansiedade generalizadas dentro de sua redação no *Times*. Mais de uma dúzia de jornalistas em atuação ou que já formaram sua equipe editorial, todos os quais conversaram com o “*Politico*” em condição de anonimato, descreveram-na como teimosa e condescendente, dizendo que eles acham que ela é uma pessoa difícil de trabalhar. Se Baquet saiu irritado de sua sala, muitos disseram, foi provavelmente porque Abramson estava sendo insensata<sup>34</sup>.

(*Politico Magazine*, Dylan Byers, 2013)

Faz parte da visão estereotipada de que, no trabalho, uma mulher em posição de poder é compreendida como “dura”, “arbitrária” e “histérica” e não como uma figura de liderança. Os controles mais sutis da profissão têm por base os referenciais biológicos para se referir às emoções das mulheres. Acker (Apud NORTH, 2009, p. 8) lembra que estes referenciais estereotipados do gênero são “atribuídos apenas às mulheres”. O resultado desta representação feita com base em estereótipos é que as mulheres são mais frequentemente vistas como se estivessem se “infiltrando” nas redações, entrando em um território que não é delas, porque culturalmente, apesar da presença majoritária feminina, são vistas

---

<sup>34</sup> “*In recent months, Abramson has become a source of widespread frustration and anxiety within the Times newsroom. More than a dozen current and former members of the editorial staff, all of whom spoke to POLITICO on the condition of anonymity, described her as stubborn and condescending, saying they found her difficult to work with. If Baquet had burst out of the office in a huff, many said, it was likely because Abramson had been unreasonable*” (Tradução livre). Reportagem de Dylan Byers, de 23/04/2013. “Jill loses the newsroom”. Disponível em: <http://www.politico.com/blogs/media/2013/04/jill-abramson-loses-the-newsroom-162480.html>

como territórios de domínio masculino, em que o homem profissional é reconhecido como a regra, como “normal”.

Para pensarmos sobre os aspectos simbólicos que estão envolvidos na lógica presente nas redações, cabe o questionamento: será que os problemas de relacionamento entre um editor-executivo e sua equipe seriam notícia se o chefe em questão fosse um homem? Alcançariam este nível de debate na sociedade e entre os jornalistas? Provavelmente, este tipo de discussão que envolve as relações de trabalho travadas no ambiente da redação do jornal seria visto como “normal” e, mesmo havendo problemas de liderança, estes poderiam ser interpretados como algo que não comprometeria o trabalho final de um profissional competente.

Em outra entrevista, ao falar sobre as dificuldades que sempre enfrentou na carreira, Jill afirma que o desafio das mulheres de buscar a ascensão na carreira e de permanecer nos altos cargos é semelhante à tarefa de “domar um rinoceronte”: “Além do trabalho, tudo sobre sua aparência é criticado. No meu caso, minha voz é o foco”, referindo-se ao seu tom de voz que frequentemente era descrito como uma “buzina nasal” (*nasal car honk*)<sup>35</sup>.

Pesquisando sobre “Jill Abramson” na Internet apareceram muito mais matérias e vídeos sobre sua voz e seu estilo de falar do que suas contribuições como editora-executiva do *Times*. Era como se as habilidades e competências profissionais não fossem suficientes. A jornalista era constantemente ridicularizada em reportagens e vídeos na Internet por seu tom de voz. A este respeito, é interessante pensar que, simbolicamente, as pessoas não entendiam o que ela dizia, ou não queriam ouvir o que ela dizia. Depois de aparecer em um programa de televisão, assim que foi anunciado que ela assumiria o mais alto posto na edição do maior jornal do país, surgiram várias matérias e enquetes, com a dúvida sendo colocada para o público, em grande parte em tom de

---

<sup>35</sup> Reportagem de 28/09/2014, de Isabel Fleck. “Ex-chefona do ‘New York Times’ fala sobre mulheres nas eleições no Brasil”. Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/serafina/2014/09/1522685-ex-comandante-do-nyt-jill-abramson-fala-de-mulheres-poderosas-no-brasil-e-nos-eua.shtml>

deboche: “A Jill Abramson tem um sotaque estranho?”<sup>36</sup>. Matérias foram produzidas por diversos veículos que entrevistavam especialistas para “entender o que acontecia com a Jill?”<sup>37</sup>, identificando que “a primeira coisa que as pessoas notam sobre Jill é sua voz”. Em matéria do jornal *Huffington Post*, “A voz de Jill Abramson é analisada por linguistas”<sup>38</sup>, publicada em 18/10/2011, no mês seguinte à sua promoção, procurava compreender com a ajuda de especialistas, fonoaudiólogos, as “características incomuns” no seu estilo de falar, que, para eles, não correspondiam ao sotaque nova-iorquino. Sendo bastante requisitada para entrevistas, o conteúdo de seu discurso ficava em segundo plano e todas as atenções se voltavam para sua voz. Era como se ninguém estivesse prestando atenção no que a profissional estava dizendo, mas em seu sotaque. Para eles, tinha algo de estranho ali. Os jornalistas nos grandes jornais e blogs, bem como os leitores que comentavam as notícias diziam que ela tinha um jeito muito estranho de falar. Na verdade, era muito estranho para todos – sua equipe, seus colegas jornalistas de outros jornais, e público em geral – que uma mulher ousasse ter esta posição, questionando as estruturas que se legitimam à medida que se mantêm as hierarquias de gênero na profissão.

Rocha e Woitowicz (2013) analisaram as representações de homens e mulheres nas notícias, a partir do exame dos veículos impressos, selecionando textos com manchetes nas capas de revistas e jornais brasileiros e concluíram que os estereótipos de gênero também estão presentes nas notícias, confirmando um “maior protagonismo masculino e uma invisibilidade das mulheres”. As autoras tinham como objetivo “compreender o papel do jornalismo na produção de discursos, representações e identidades” (p. 3). O estudo demonstrou que nas revistas analisadas, sendo seis femininas (Capricho, Nova, Lola, Gloss, *Women’s Health* e Cláudia) e uma masculina (*Men’s Health*), o texto jornalístico aparecia

---

<sup>36</sup> “Does Jill Abramson has a weird accent?” Disponível em: <http://gawker.com/5808945/does-jill-abramson-have-a-weird-accent>

<sup>37</sup> “Speech pathologists and phoneticians, knock yourself out: what’s going on with Abramson’s speech?” – “Médicos e fonoaudiólogos, resolvam a questão: ‘o que acontece com a fala de Abramson?’”

<sup>38</sup> “Jill Abramson’s Voice Analyzed by Linguists”, de 18/10/2011. Disponível em: [http://www.huffingtonpost.com/2011/10/18/jill-abramsons-voice-analyzed-by-linguists\\_n\\_1018235.html](http://www.huffingtonpost.com/2011/10/18/jill-abramsons-voice-analyzed-by-linguists_n_1018235.html)

apenas uma ou duas vezes em cada veículo. Os textos das revistas, tanto as voltadas para o público feminino quanto para o público masculino, eram na maioria das vezes assinados por mulheres, lembrando-se que as revistas sempre empregaram uma grande proporção de mulheres. Quanto aos assuntos das matérias, as autoras enfatizam que:

Em relação aos temas, personagem/personalidade é utilizado por todos os veículos, em alguns no formato entrevista, mas os destaques são: moda, estética, relacionamento e família. Entretanto, sexo e saúde sobressaem. Temas críticos da sociedade e de relevância social não são abordados. Nenhum dos textos apresenta personagens nas categorias de sobrevivência ou vítima (ROCHA e WOITOWICZ, 2013, p. 7).

Os textos mantinham os estereótipos de gênero. Além da imagem estereotipada da mulher e do homem nas revistas, o estudo de Rocha e Woitowicz (2013, p. 7-8) mostra também que as representações femininas revelam um discurso de desigualdade entre os gêneros. As autoras afirmam que os estereótipos de gênero acabam sendo reproduzidos pelas próprias mulheres:

[...] as mulheres bem como os homens dão continuidade às representações femininas e masculinas estereotipadas nas revistas analisadas, as transformações da feminização da carreira não espelharam aqui alterações na elaboração dos textos, talvez por serem reféns da relação indústria e consumo que de certa forma rege as relações de gênero na sociedade contemporânea.

Nos jornais, embora as mulheres estivessem presentes como produtoras de conteúdo, as autoras perceberam diferenças de gênero quanto às escolhas editoriais. Até mesmo o lugar que homens e mulheres ocupam como fontes da notícia revela a manutenção de estereótipos de gênero. As mulheres não são muito procuradas para falar sobre política ou quando o assunto trata de profissões com status social. As mulheres, como fontes de notícia, enquadram-se muito mais como “testemunhas” dos acontecimentos, enquanto os homens aparecem nos textos como fonte especializada (função de “perito comentarista”) no tema em discussão: “percebe-se uma maior representatividade de falas masculinas, seja na função de porta-voz, especialista ou o próprio assunto nas notícias. Já as fontes femininas ocupam posição de menor destaque, sendo acionadas

principalmente como testemunhas de determinado fato” (ROCHA e WOITOWICZ, 2013, p. 10).

Segundo Aldridge (2001), as particularidades do jornalismo, principalmente dos jornais impressos, como sua ausência de organização burocrática, diversidade de tarefas, mobilidade entre os profissionais e crenças muito enraizadas em valores próprios da meritocracia, poderiam indicar que se trata de uma profissão com menos mecanismos de desigualdade, sendo mais democrática e justa. Isto é, num primeiro momento, poderia parecer que as desigualdades entre homens e mulheres seriam resultantes de diferenças quanto ao desempenho e competência dos profissionais, numa clara alusão aos ideais da meritocracia. Entretanto, a autora afirma que o jornalismo é menos igualitário do que se pensa. Examinando as práticas profissionais do jornalismo a partir de entrevistas com jornalistas britânicas, Aldridge (2001) argumenta que a organização dos jornais e as hierarquias de status continuam sendo construídas em torno da ideia de “*hard news*” ou “notícias sérias”<sup>39</sup>, ao invés de serem baseadas em motivações de ordem econômica.

Nessa perspectiva, a escolha de qual profissional será designado para cada tipo de matéria é fundamental para a promoção na carreira. No entanto, este tipo de trabalho, em que o profissional se dedica integralmente e produz conteúdo de “notícias sérias” é incompatível com as responsabilidades das mulheres com sua família, sua casa e seus filhos. A autora enfatiza que até mesmo as mulheres que não têm filhos ou que têm ambições bem limitadas, percebem as longas horas de jornada de trabalho, que são comuns na imprensa britânica da atualidade, como difíceis de sustentar, em face da intensidade do trabalho, o que, combinado a outros fatores relevantes na determinação do status do profissional, tornam o jornalismo uma profissão marcadamente resistente à transposição das “barreiras estruturais”. A autora ressalta, com a apresentação de alguns trechos de suas

---

<sup>39</sup> Na linguagem do jornalismo, as notícias se dividem em *hard news*, que correspondem às “notícias sérias”, “notícias duras”, referentes aos acontecimentos, e *soft news*, que se referem às “notícias brandas”, que representam as ocorrências sem importância e que, por não terem urgência para publicação, podem ser armazenadas sem prejuízo, sendo apenas divulgadas quando o jornal achar conveniente (SOUSA, 1999).

entrevistas, a dificuldade das mulheres em se inserir nos trabalhos mais valorizados do jornalismo, aqueles ligados às “notícias sérias”, em função do intenso regime de trabalho:

Nos jornais, afirma-se constantemente, você é tão bom quanto o seu último trabalho, no entanto, esta lógica de desempenho não é observada na prática. Para alcançar uma posição de influência, você não apenas precisa demonstrar aptidões e habilidades atualizadas, mas também experiência específica no passado, crucialmente num posto sênior relacionado com as notícias sérias do momento. É praticamente impossível combinar os empregos de tempo integral em funções centrais envolvendo as notícias sérias com a responsabilidade principal com os dependentes: “[...] na nossa redação inteira, [as mulheres] que têm filhos e ainda são produtoras de notícias [...] não posso pensar em nenhuma” (repórter sênior, 25, jornal vespertino da cidade). [...] Quando as minhas entrevistadas falavam das suas próprias vidas e perspectivas, ou contavam as dificuldades de colegas mulheres, o tema constantemente recorrente era o horário de trabalho – não apenas longo, mas também antissocial ou imprevisível, ou todas as três coisas juntas – características de um empreendimento guiado pelo lucro estruturado em torno do “dia de trabalho” nas redações (ALDRIDGE, 2001, p. 1).<sup>40</sup>

A diferença não está associada automaticamente à desigualdade nesta profissão. Por um lado, as jornalistas inseridas no setor formal de São Paulo estão concentradas nos trabalhos que pagam menos e em que seus salários são mais baixos do que os dos homens (RAIS, 2010; 2013). Elas são maioria entre os profissionais *freelancers*, correspondendo a 70% deste tipo de relação de trabalho (GROHMANN, 2012), o que pode significar que estão exercendo mais atividades consideradas precárias na profissão, ou, no entanto, também pode ser como uma forma de autonomização e independência em sua carreira para conciliar mais facilmente sua vida profissional e familiar. As mulheres também ocupam posições prestigiosas nas redações, são mais diplomadas do que os

---

<sup>40</sup> “*In newspapers, it is constantly affirmed, you are only as good as your most recent work, yet this logic of performativity is not followed through. To reach a position of influence you do not only need to demonstrate current skills and abilities but specific past experience, crucially a senior post related to breaking hard news. Full-time jobs in core news-related functions are almost impossible to combine with primary responsibility for dependants: ‘[...] in the whole of our newsroom [women] who have children and are still newsgatherers [...] I can’t think of any’ (senior reporter, 25, city evening paper). [...] When my respondents talked about their own lives and prospects, or recounted the difficulties of women colleagues, the constantly recurring theme was the hours of work – not just long, but unsocial, or unpredictable, or all three – characteristic of a ruthlessly profit-driven enterprise framed around the ‘newsday’*” (ALDRIDGE, 2001, p. 1). Tradução livre.



homens e em algumas funções de edição recebem, em média, mais do que seus colegas homens (RAIS, 2010).

## 5. AS PERCEPÇÕES SOBRE O GÊNERO E A DIFERENÇA NA CARREIRA DE JORNALISTA

As fronteiras dentro desta profissão não são muito sólidas. Os jornalistas, em suas trajetórias profissionais, migram de um setor a outro, transitando por várias mídias, por vezes atuando em diversas plataformas e mantendo simultaneamente distintos contratos de trabalho. Os jornalistas podem transitar das redações para as assessorias de imprensa, passando pelas universidades. Apresentaremos a seguir as concepções dos entrevistados, agrupados em três grupos geracionais, acerca de sua carreira e das diferenças de gênero na carreira. Consideramos que a análise das diferenças entre gerações é fundamental para se pensar sobre as diversas percepções dos “sujeitos em processo”.

### 5.1. As percepções sobre as trajetórias profissionais e geracionais

Isabel tem 35 anos, é casada e tem um filho de três anos. Fez jornalismo na PUC-SP e tem 16 anos de carreira. Tem Pós-Graduação em Direção Editorial de Jornalismo pela ESPM. Começou na carreira como estagiária de uma revista dedicada ao público jovem, aos 19 anos, passou por diversos canais de televisão, foi editora assistente de revistas e repórter responsável pela cobertura de guerra:

Depois que eu trabalhei como editora assistente na [revista]... trabalhei um mês na [canal de televisão], na cobertura da Guerra do Iraque, como produtora, e fazia umas produções de cultura também, porque eu sempre gostei de cultura e de moda... e na [canal de televisão] eu também era repórter de cultura, mas como eu tinha 21 anos, repórter de cultura era repórter de tudo, né? Então eu “cobria buraco”, fiz rebelião da FEBEM... se tinha uma rebelião no presídio eu ia.... Então, eu fazia toda essa parte de radionews... Aí entrei no [portal de notícias].... Virei editora de uma área toda que se chama estilo, que era moda, gastronomia, design, beleza... e fiquei lá até o início deste ano e aí saí e estou agora como frila.

*Isabel, 35 anos, casada, um filho pequeno, editora freelancer.*

Isabel é a única jornalista entrevistada que tem filho pequeno. Depois que a profissional teve filho, “conseguiu aguentar” por dois anos e meio no emprego, onde era editora de mídia eletrônica da área de estilo e “teve que virar *freelancer*”. Ela se ressentiu de não ter sua experiência valorizada e percebeu, depois que teve filho, que está em uma carreira que valoriza muito o trabalho da juventude, de quem se dedica 100% à carreira:

Depois que eu tive filho, eu cheguei a essa conclusão: o jornalismo brasileiro é uma área em que se valoriza muito o trabalho da juventude, essa energia de trabalho, então, enquanto você trabalha muito, o tempo inteiro, você serve, né? Mas quando você quer valorizar sua experiência e trabalhar menos, não porque você é um vagabundo, mas porque você já está em outro estágio da profissão, aí é mais difícil... Eu trabalhava num moedor de carne, num grande veículo, e eu trabalhei muito assim, mas eu não tinha filho na época, era solteira e queria me dedicar bastante... o dia a dia é massacrante. Eu trabalhei mais três anos depois que meu filho nasceu, dois anos e meio, na verdade, porque seis meses eu estava de licença. Eu consegui aguentar por 2 anos e meio... E nesses 2 anos e meio, eu faltei, porque meu filho estava doente, uma vez... Olha só, hein, em dois anos e meio eu faltei só uma vez!

*Isabel, 35 anos, casada, um filho pequeno, editora freelancer*

A questão da dificuldade de conciliação entre maternidade e jornalismo, que será tratada com mais detalhes em tópico posterior, foi determinante para a mudança em sua trajetória. Segundo pesquisa de Byerly & Ross (Apud NORTH, 2009), a análise dos dados da mídia de todo o mundo ocidental mostra que as mulheres têm dificuldade em seguir na carreira e não alcançam posições de comando nas organizações, mesmo que elas tenham feito progressos contínuos desde o início de sua carreira. Ainda que a profissional tenha se firmado na carreira, com uma trajetória impecável, chegou um ponto em que ela precisou sair das redações e teve de “começar sua vida como frila”. Trabalhar em um “moedor de carne”, com um ritmo muito intenso, foi possível enquanto estava solteira e sem filhos. Na fala a seguir, a entrevistada discorre sobre as dificuldades da profissão. Os trabalhos como *freelancer* chegam, mas são muito mal remunerados, especialmente para uma profissional que está em seu nível na carreira:

Talvez a dificuldade maior no jornalismo é... depois que você tem já um pouco de experiência é você ser valorizado no seu mercado de trabalho... Hoje eu sinto que quanto mais experiência você tem, por um lado, é pior... agora que eu sou colaboradora, que eu sou frila, trabalho tem, mas por valores muito baixos. Eu tô falando de um valor assim bom pra um jornalista que tem 14 anos de experiência, que fala várias línguas, sabe? Que fez coberturas internacionais... que tem algumas qualidades acumuladas, e eu vejo isso com muita gente... e o mercado vai te nivelando por baixo. Até o ponto de dizer assim: eu não vou chamar essa jornalista porque eu não tenho dinheiro pra pagar. Eu comecei a perceber isso nessa minha vida de frila.

*Isabel, 35 anos, casada, um filho pequeno, editora freelancer.*

Sua expectativa em relação à profissão era de que, em face da considerável experiência, teria “crédito” suficiente para não ter de se “prestar” ao trabalho de *freelancer*, que ela considerava ser feito por “amadores” e não por profissionais do seu nível. A jornalista gostaria de ser tratada de forma diferente, de acordo com suas qualificações e experiência acumuladas.

Todas as *freelancers* entrevistadas têm nível superior, são formadas em Jornalismo, quatro têm Pós-Graduação e destas, duas são Doutorandas. Em geral, em algum momento de sua trajetória profissional, as mulheres com mais de 10 anos de carreira já “fizeram frilas”. Isabel pensava que neste ponto da carreira estaria em uma posição consolidada, no entanto, está restrita a estes trabalhos e mesmo sendo muito qualificada e com bastante experiência profissional está competindo agora com profissionais mais jovens, que estão dispostos a receber menos, fazendo o mesmo trabalho. Isabel acredita que a especialização que acabou de fazer pode representar uma dificuldade ainda maior para se reinserir em outra organização no jornalismo. A profissional teme estar muito qualificada e com muita experiência na carreira para continuar como *freelancer*:

Eu estou fazendo um MBA agora e provavelmente eu acho que não vou colocar no meu currículo... eu que não estou numa empresa... eu não sei se isso vai me ajudar ou me atrapalhar... porque é isso, quanto mais você vai colocando coisas fica mais difícil de encontrar trabalho... porque eu acho que o próprio jornalista ele também desvaloriza o próprio trabalho e a própria classe... então assim, em algum momento que ele não tem tanto dinheiro, eles pensam assim: ah

mas tudo bem, isso aqui que ela ou ele tá cobrando x, fulano faz pela metade do x, eu venho aqui e edito e fica tudo bem...

*Isabel, 35 anos, casada, um filho pequeno, editora freelancer.*

Isabel teve um início muito promissor, sendo bem remunerada, reconhecida nacionalmente como uma jornalista de moda, e sofreu uma mudança brusca em sua trajetória profissional. Sua percepção é de que nesta profissão é muito difícil para um profissional se manter “valorizado no mercado de trabalho” quando se tem um “pouco de experiência”. A profissional vive agora um “choque de realidade” e passa por um processo de desencantamento com relação à profissão.

Conforme explica Marcondes Filho (2002), esta é uma das consequências do processo de precarização da atividade: a vida dos jornalistas tem se tornado cada vez mais difícil. Isso porque o trabalho aumentou, o contingente de profissionais foi reduzido e as responsabilidades se tornaram mais individuais. O resultado de tudo isso é que os profissionais tendem a se desiludir com a profissão: “Aos poucos a mística do contrapoder se esvai. Chantageados pelo desemprego, os jornalistas de posição intermediária na empresa e os precários (frilas, repórteres-redatores, focas) perdem rapidamente o fascínio da profissão” (p. 30).

Isabel é um tipo de “frila compulsório” (SATO, 2005). Ela está desempregada desde que saiu do último emprego, em que era editora de mídia eletrônica, e para se manter financeiramente, precisa “fazer frilas”. Como a criação de postos no setor formal do mercado de trabalho do jornalismo não tem acompanhado o número de jovens recém-formados que entram todos os anos no mercado, a mão-de-obra se torna abundante. Na verdade, o número de mulheres que está trabalhando no setor formal de São Paulo vinha crescendo nos últimos anos. O setor cresceu e absorveu mais mulheres. De 2003 a 2012 as mulheres passaram de 3.068 a 5.658. Porém, entre 2012 e 2013, houve uma pequena redução no número de mulheres empregadas, passando de 5.658 para 5.620 (RAIS, 2003; 2012; 2013). A tendência a partir de agora pode ser de redução do

número de empregos formais para as mulheres e não apenas uma diferença entre postos criados e entrada no mercado dos recém-formados. A situação de Isabel como *freelancer* pode durar por anos. Sua maior preocupação é continuar sendo reconhecida como uma jornalista de moda agora fora de uma organização. Sem este emprego que facilitava seu reconhecimento entre seus pares, pode acabar saindo do mercado de trabalho jornalístico. Como detectou Leteinturier (Apud NEVEU, 2006), estudando as jornalistas francesas, as mulheres saem mais frequentemente das carreiras jornalísticas e têm mais dificuldades de serem contratadas.

A percepção de Iolanda sobre o jornalismo difere bastante daquela da *freelancer* Isabel, que está frustrada com sua posição atual na carreira. Iolanda tem 34 anos, é solteira e não tem filhos. Graduiu-se pela Cásper Líbero. Tem 14 anos de carreira. Em suas escolhas profissionais, a questão da estabilidade é central. Ainda na faculdade de jornalismo, conseguiu o primeiro emprego com carteira de trabalho assinada que, embora não fosse propriamente um “trabalho de jornalista”, foi a maneira que ela encontrou de entrar em uma grande editora. Em sua carreira, a jornalista passou da assessoria de imprensa às redações. Atualmente, é editora de uma revista feminina:

Meu primeiro trabalho no jornalismo foi como assessora de imprensa de campanha política. Eu fiquei fazendo isso por quatro meses. Fui monitora de jornais da faculdade, jornal diário, monitora de um laboratório de televisão na faculdade. No último ano de faculdade, eu tive meu primeiro emprego formal, com carteira, que não era um trabalho de jornalista, era meio secretária na [Editora], mas que era um jeito que eu achei de entrar lá. Depois de formada, eu passei no [curso]. Eu fiz esse curso e entrei em 2001, e estou aqui desde então. Trabalhei seis anos na [revista], fiz um ano sabático, e há quatro anos estou de volta...

*Iolanda, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista feminina.*

As grandes empresas jornalísticas, como a *Editora Abril*, a *Globo*, *O Estadão*, a *Folha de S. Paulo*, geralmente, contratam os jornalistas por meio de programas de *trainee* em que elas podem dispor dos jovens diretamente das universidades mais reconhecidas, que tipicamente podem oferecer o perfil

requerido. Os programas consistem em várias fases com provas muito complexas, que exigem um alto nível de inglês e conhecimentos gerais. Iolanda passou em um destes programas logo após se formar. Sua maior preocupação era com a questão da “estabilidade financeira e emocional”. A jornalista se sente bem por ter um vínculo empregatício, mas afirma que a própria carreira é marcada pela instabilidade:

E também a dificuldade... é que não é uma carreira solidificada no sentido de você ter um plano de carreira. É um mercado muito pequeno e muito desorganizado, o que dá uma instabilidade bem grande. Pelo menos eu sou efetiva... mas o jornalismo não é uma carreira que você tem muitos planos. As coisas acontecem, entendeu? Depende muito de sorte e de *network*, não é uma carreira tão planejada. Não é como a engenharia que você sabe onde você vai estar daqui a cinco, 10, 20, 30, 50 anos. No jornalismo, você nunca sabe o dia de amanhã. E isso é um motivo de instabilidade emocional bem grande para o jornalista. Com certeza... É um motivo de frustração bem frequente entre os jornalistas. Assim, não saber como você vai estar daqui a cinco anos. Você não consegue fazer planos. E é o que leva muita gente a repensar a carreira e mudar de carreira, mais por isso do que por não gostar do que fazem. Normalmente, as pessoas gostam muito do que fazem, mas acabam mudando de planos, pra ter mais estabilidade financeira e emocional.

*Iolanda, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista feminina.*

Iolanda faz parte de um segmento privilegiado da profissão. Ganhando entre R\$ 7.000,00 e R\$ 10.000,00, trabalhando em uma revista feminina mensal, com ritmo de trabalho moderado e rotina definida, e com vínculo empregatício, com todos os direitos trabalhistas assegurados. Porém, o caráter instável e incerto do jornalismo é precisamente o componente que a faz lembrar-se das realidades da profissão. Sua condição atual é interessante, mas a jornalista afirma que já passou pela pressão dos prazos das revistas semanais:

Durante um tempo, não hoje, mas durante um tempo eu sofri sobrecarga de trabalho, pressão por *deadline*, porque, dependendo da área em que você está, se você está fazendo um jornal diário, a revista semanal, é uma pressão pra você conseguir a notícia em tempo, de falar com as pessoas. Na revista mensal não tem isso, mas na revista

semanal tem bastante. Esse foi um momento que pra mim foi difícil... além disso, falta de rotina, que, se por um lado é atraente, por outro lado, é ruim, porque você não consegue muitas vezes fazer pilates na terça e quinta de manhã porque você nunca sabe o que vai ter nesses dias de manhã, entendeu?

*Iolanda, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista feminina.*

Em sua fala, o componente “místico” da profissão aparece. Ser jornalista e ter acesso a informações e coisas, e falar com várias pessoas é “muito mágico”:

Eu acho que a grande delícia de ser jornalista é você poder estar em vários lugares, falar com várias pessoas, e ter acesso a informações e coisas que você não teria se você não fosse jornalista. Isso é muito mágico. Você fica sabendo de coisas e é apresentado a pessoas que você nem imagina que existe ou que você jamais teria acesso se você não tivesse com uma credencial na mão.

*Iolanda, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista feminina.*

Já Isabel, que foi apresentada anteriormente, procura, em nossa conversa, mostrar como era sua vida antes de ser *freelancer*. Sobre o trabalho atual, fala muito pouco. Avaliando sua experiência no último emprego dentro de uma redação, ela se diz satisfeita com seu trabalho:

E eu me sinto satisfeita, porque eu acho que eu fiz boas coisas no [portal de notícias] e eu tive experiências interessantes em várias áreas. Eu percorri várias áreas e acabei escolhendo uma não só que eu gostava de fato, e que eu relutei em abraçar, mas também uma que eu era boa... porque na verdade, eu achei que eu tinha que ir pra uma área em que eu pudesse me diferenciar e que aí sim eu pudesse fazer diferença pra mim, pessoalmente, profissionalmente, e pros outros também... Em política, eu era mediana... e em moda eu logo me sobressaí...

*Isabel, 35 anos, casada, um filho pequeno, editora freelancer.*

Em seu discurso, o desejo de se diferenciar prevalece. A escolha da área de atuação foi motivada pela vontade de se diferenciar em termos de prestígio na profissão. Começou na área política, fazendo reportagens consideradas “mais importantes”, mais sérias, como coberturas de guerra e de rebelião do presídio e



depois foi se encaminhando para a moda, que é vista como uma área menos importante e que dificilmente vira reportagem de capa de um jornal. No jargão profissional, as notícias se dividem em *hard news*, que correspondem às “notícias sérias” e *soft news*, que se referem às “notícias brandas”, que representam as ocorrências sem muita importância.

A maioria dos jornais parece fazer uma divisão de gêneros entre os repórteres das “notícias sérias”, como economia, política, reportagens policiais, que seriam predominantemente homens, e as “matérias mais brandas”, do âmbito da cultura, moda, saúde, beleza, maternidade, filhos, que mais frequentemente são feitas pelas mulheres. Porém, ao invés de esta divisão se dar em virtude de “competências naturais” de repórteres homens e mulheres, como o discurso que diz que os “homens se adequam mais às dificuldades das notícias sérias”, esta questão reflete na verdade, uma divisão sexual do trabalho no lar do jornalista (CHAMBERS, STEINER & FLEMING, 2009; ALDRIDGE, 2001). Isso porque as repórteres têm muito mais chance do que seus colegas homens de vivenciar uma dupla jornada de trabalho, em que se ocupam de uma parcela desproporcional das responsabilidades domésticas, principalmente com filhos.

Na percepção de Isabel, ela foi para a moda, por ser “bonitinha”. Não era exatamente o que ela esperava de sua carreira, mas considera que por ser “bonitinha”, “arrumadinha”, a área da moda poderia ser mais adequada:

Agora, uma coisa interessante é que eu era novata e tudo mais, mas eu acho que tinha um senso crítico bem exagerado e eu percebia que eu fazia essas áreas tão bem quanto os outros repórteres iniciantes. Eu fazia polícia, a repórter de polícia também gostava de mim, então me enfiava pra fazer polícia quando ela faltava... mas acho que tinha um preconceito, não por eu ser mulher, mas por eu ser bonita, arrumadinha, porque eu sempre fui assim... por isso me colocavam pra fazer moda nas horas vagas. Não era nem porque eu quisesse... Eu gostava, é claro, né? Mas eu era mais arrumadinha do que as outras... então, isso fazia com que naturalmente eu fosse delegada para as áreas mais leves assim, sabe?... Mas, no meu caso, eu queria fazer, porque eu achava que as matérias mais importantes eram política, economia, cidades... e eu fazia, mas eu fazia assim só pra tapar buraco, mas na hora realmente de colocar alguém lá... aí diziam: Não, você vai fazer a parte mais leve, a parte de cultura, a parte de moda, que é a que primeiro caía... porque se acontece alguma coisa importante, a de

cultura é a primeira que cai, então você não quer fazer só cultura porque a chance da sua matéria cair é muito grande.

*Isabel, 35 anos, casada, um filho pequeno, editora freelancer.*

A jornalista percebe que ao se especializar na parte de cultura, ficando em uma “área mais leve” do jornalismo, as matérias que escrevia não eram tão importantes quanto as de economia e política. Inclusive, havia a possibilidade de nem serem publicadas, caso alguma “coisa importante” acontecesse no dia.

Nota-se que aqui é possível identificar um diferencial de poder que determina as hierarquias da profissão. A definição das pautas das reportagens é dividida entre os gêneros. Segundo Chambers, Steiner e Fleming (2004), em geral, as mulheres recebem como atribuição a realização de reportagens de cunho cultural, ligadas ao universo das “*soft news*”, cujos assuntos limitam-se à moda, estilos de vida e de consumo, diferentemente das “*hard news*”, que estão associadas aos assuntos considerados sérios, aos acontecimentos da atualidade, às tensões da realidade social. Como consequência, as matérias produzidas pelas mulheres têm muito menos chance de estar estampadas na capa dos jornais, o que gera uma segregação vertical, na medida em que são atribuídos valores desiguais aos trabalhos produzidos por homens e por mulheres. As autoras concluíram que o acesso à profissão, às possibilidades de promoção na carreira, as atribuições e as escolhas de reportagens são todos estruturados pelo gênero e se diferenciam por tipo de mídia.

Entre as entrevistadas que trabalham na mídia impressa (setor de jornais e revistas), apenas uma jornalista se especializou numa área das *hard news*. Ingrid tem 33 anos, é solteira e não tem filhos. Tem 13 anos de carreira e se especializou na área de Ciência. Jornalista pela UNESP, Mestre e Doutoranda pela UNICAMP. Atualmente, é repórter *freelancer* de um grande jornal de São Paulo e professora de pós-graduação de um curso de jornalismo. Começou como repórter de uma revista voltada aos adolescentes. Depois que se formou, em 2002, começou um curso de especialização em jornalismo científico. A jornalista enfatiza que entrou na redação como “a única repórter mulher de Ciência”. Ingrid

relata que migrou das redações, onde exercia o cargo de repórter de revista para a assessoria de imprensa. Em seguida, atuou como coordenadora de comunicação para novamente passar ao cargo de repórter de jornal, atuando também como professora universitária de jornalismo:

Desde que entrei na faculdade, eu decidi que queria escrever sobre ciência. Acho que fui influenciada pela revista Pesquisa Fapesp, que recebia por causa de uma bolsa de Iniciação Científica que tive por dois anos. Então, assim que me formei deixei o meu primeiro trabalho, como repórter da [revista] para fazer Pós-Graduação em jornalismo científico... Lá, trabalhei em revistas de divulgação científica e acabei migrando para a assessoria da imprensa da [universidade], onde fiquei até 2007. Nesse período, também fiz mestrado na Unicamp. Em 2007, mudei para São Paulo para assumir uma coordenadoria de comunicação ... onde fiquei até entrar ... [jornal], em 2010, como a única repórter mulher de Ciência... Na época, Ciência e Saúde eram editorias separadas e Ciência tinha uma equipe que variava entre cinco e seis pessoas (eu era a única mulher). Desde então, passei por Ciência, Cotidiano, fui editora-adjunta de Treinamento e já escrevi para todas as editorias do jornal (até Esportes e Ilustrada). Também editei alguns cadernos especiais, a maioria sobre educação... Ah, e hoje, também dou aula na Pós-Graduação que fiz no início da minha carreira.

*Ingrid, 33 anos, solteira, sem filhos, repórter freelancer de jornal e professora de pós-graduação em jornalismo*

A variedade do campo jornalístico é o que caracteriza os profissionais *freelancers*. Os trabalhos de *freelancers* não estão somente associados à condição precária de relações de trabalho, significando menos direitos trabalhistas, trabalhos em tempo parcial, instabilidade e salários mais baixos. Ser frila pode ser uma opção do profissional. De acordo com *survey* sobre os *freelancers* de São Paulo (GROHMANN, 2012), 25,6% pretendem continuar trabalhando mais do que seis anos nesta condição de trabalho, considerando-a como um projeto de vida.

Em nossa amostra de entrevistados, entre os homens, temos um “frila por opção”, que também tem contrato CLT como professor universitário de jornalismo; três jornalistas têm contrato formal de trabalho e um é PJ e também professor universitário CLT. Entre as mulheres, temos cinco profissionais com

contrato formal de trabalho (CLT) e cinco *freelancers*. No grupo das jornalistas *freelancers*, apenas uma é considerada “frila compulsório”, as demais são “frila por opção”, que é o profissional que escolhe não ter vínculo, para não precisar cumprir horário, nem se submeter a nenhuma hierarquia. A jornalista pode ter mais autonomia e independência, e não ter de seguir as rotinas jornalísticas. E o mais importante é que o horário de trabalho é mais frequentemente definido pelos próprios profissionais (70%) do que pelas empresas (30%) (GROHMANN, 2012).

No caso de Ingrid, que tem outra atividade profissional, como professora universitária de jornalismo, o que motivou sua decisão foi a possibilidade de administrar seu tempo, em uma carreira independente:

Eu acredito que esse caminho seja inevitável. Nos EUA, os melhores jornalistas do mercado são *freelancers* e escolhem para onde querem escrever e sobre o que querem escrever... os contratados trabalham mais na edição e no fechamento das edições... que é um trabalho super pesado. Por exemplo, [o jornal] tem ótimos jornalistas *freelancers*, como... Todos passaram pela redação por muitos anos e decidiram ser *freelancers*... Veja, eu acabo de virar *freelancer*: saí do dia a dia da redação para tocar, a partir deste ano, projetos e reportagens especiais para [jornal]. Foi uma decisão minha e o jornal topou. Acredito que isso é uma tendência mundial...

*Ingrid, 33 anos, solteira, sem filhos, repórter freelancer de jornal e professora de pós-graduação em jornalismo*

A noção de precarização do trabalho pode ser reavaliada nesta profissão, já que o jornalismo se refere, em geral, a uma atividade atrativa para pessoas mais flexíveis. Os valores da autonomia e liberdade são muito apreciados entre os jornalistas e, talvez por isso, os profissionais não sejam guiados pela determinação geral dos tipos de empregos estáveis.

Iracema tem 34 anos, é solteira e não tem filhos. Tem 15 anos de carreira. É formada em Jornalismo pela ECA-USP. É editora *freelancer* de uma revista cultural, Mestre e Doutoranda em Cinema. Também faz tradução de textos críticos de cinema.

Eu escolhi esta profissão porque eu tinha muito interesse assim... muito diverso, gostava de várias áreas, então eu achava que era uma profissão que dava para conciliar muita coisa... foi um jeito de não escolher, sabe? De deixar mais pra frente assim... Era uma coisa menos específica, então eu achava que isso era bom. Depois eu poderia me especializar em alguma área... Aí eu fiz Mestrado em Cinema na USP e meu Doutorado é em Cinema também.

*Iracema, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista da área de jornalismo cultural*

Sua percepção acerca de sua experiência como *freelancer* é bem diferente da de Isabel. Ela se sente realizada fazendo reportagens e considera que ser chamada para fazer “frilas” faz parte do reconhecimento ao seu trabalho. Fazer “frilas” foi sua porta de entrada na editora em que pretendia trabalhar. A jornalista preferiu sair de uma agência de notícias, onde entrou recém-formada para passar a produzir matérias como colaboradora. Ela descreve sua trajetória profissional, mostrando como chegou à editora em que está atualmente:

Quando eu estava na faculdade, meu primeiro estágio foi na [rádio], mas eu trabalhei poucos meses lá, porque eu ganhei uma iniciação científica e fui pra pesquisa na USP. Quando eu estava no último ano, eu trabalhei alguns meses aqui na [revista de automóveis] e aí depois eu fui trabalhar na [agência de notícias]. Eu queria trabalhar com economia. Eu trabalhei um ano e meio lá, cobrindo agribusiness [...] eu gostava... Só que... A agricultura é muito anual, aí quando virou o ano, eu senti que estava repetindo as coisas que eu já tinha feito... E eu também escrevia notas curtas, porque era agência de notícias, né? E eu queria desenvolver mais o texto... Paralelamente a isso, eu fazia alguns frilas aqui na [editora], eu tinha feito frila na [revista de saúde], tinha feito frila na [revista]. E aí um dia eu vim aqui na [editora] entregar um desses frilas e alguém me falou que estavam precisando de repórter na [revista]... e eu fui lá e estavam precisando meio que pra já, mas eu ainda estava trabalhando para a [agência de notícias]. Aí me passaram um frila que era um teste, era uma matéria... e eu tive duas semanas para fazer esta matéria e aí entreguei e eles gostaram. Eles me falaram: você pode começar já? Eu pedi demissão e fui. Fiquei seis meses como frila-fixo na [revista]. Depois fui contratada e fiquei seis anos lá como repórter. A [revista] tem uma divisão assim... as matérias do começo da revista e tem um roteiro que é uma coisa mais cultural.. eu trabalhava nas reportagens... Eu adorei, foi super bom, eu fiz muitas matérias de capa, eu cuidava de uma sessão que se chamava Mistérios da Cidade. Conheci muito a cidade. A gente saía muito da redação... todas as segundas e terças eu passava o dia inteirinho na rua, nas entrevistas, eu gostava de entrevistar as pessoas pessoalmente. E a revista tinha uma política de incentivo... porque

nesse caminho que surgiam as pautas. Foi muito bom mesmo, conheci muito São Paulo.

*Iracema, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista da área de jornalismo cultural*

A jornalista passou a ser contratada de uma revista e depois de seis anos como repórter, começou a pensar em mudar de emprego e em voltar a estudar. A dificuldade seria encontrar um emprego ou um “frila” em que ela conseguisse manter o mesmo nível de rendimento:

Mas eu tinha vontade de estudar e tinha vontade de trabalhar em outras coisas, outras revistas, enfim... e não via muito como sair da [revista] porque eu não ganhava tão pouco, então... quando você ganha razoavelmente bem é mais difícil de te chamarem para trabalhar...

Eu me candidatei para um Mestrado na França e fui, vendi o carro, peguei minhas economias e fui. E nesses seis anos que eu fiquei morando na França eu conheci o lado de ser jornalista *freelancer* mesmo, trabalhei muito aqui no Brasil de lá... Foi legal conhecer a imprensa por outro ângulo. Porque eu tinha começado a trabalhar em redação desde muito cedo. Eu fazia matérias pra cá, morando na França. Eu fazia matérias para [revista], fiz matérias para [jornal], para [revista de ciência e tecnologia]... E aí comecei a editar uns especiais, umas edições especiais da [editora]... E aprendi a editar e quando eu vinha pra cá de férias, eu trabalhei como editora, cobrindo férias de editores que saíam de férias na [editora]... E eu como *freelancer* fazia tudo isso da minha casa na França! Quando voltei pro Brasil, comecei a trabalhar aqui como editora *freelancer*... então no começo eu vinha só no fechamento e depois comecei a trabalhar o mês todo..

*Iracema, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista da área de jornalismo cultural*

Em defesa do trabalho *freelancer*, a profissional avalia sua experiência como positiva. No decorrer de sua trajetória, ser *freelancer* possibilitou que a partir da França ela pudesse produzir matérias sobre o exterior e enviá-las ao Brasil.

Iara tem 38 anos, é solteira e não tem filhos. A jornalista com 17 anos de carreira migrou do trabalho em jornais para a assessoria de comunicação, o que

ela considera ser um “marco na carreira”. Percebe que, atualmente, as condições de trabalho e remuneração nas assessorias estão mais atrativas do que nas redações:

Comecei trabalhando em um jornal local na Baixada Santista, em 1999. Depois de um ano fiz um intercâmbio na cidade de Princeton, nos Estados Unidos... meu objetivo era voltar com inglês fluente e com uma vivência internacional. Alguns meses após meu retorno, comecei a trabalhar como assessora de imprensa da [empresa].. aí fiquei por uns 6 meses e depois trabalhei por quase um ano no [jornal], em São Paulo. Depois disso, fiquei direto em assessoria de comunicação... Acho que o marco na minha carreira foi ter migrado da reportagem para a assessoria de comunicação, onde me estabeleci. Tive mais oportunidades de me desenvolver e considero as condições de trabalho e as possibilidades de ganho melhores do que na redação... Ao longo da minha carreira, procurei investir em conhecimento e idiomas... além de manter um *network* profissional ativo com as pessoas da área com quem tive contato, participar de alguns fóruns de discussão em redes sociais sobre a carreira, mídias sociais...

*Iara, 38 anos, solteira, sem filhos, assessora de imprensa CLT*

Isadora tem 34 anos, é solteira e não tem filhos. Formou-se pela Universidade de Marília e tem especialização pela Cásper Líbero. Atualmente é coordenadora de comunicação CLT em uma ONG e professora universitária de jornalismo. A jornalista explica que no emprego atual precisou criar o departamento de comunicação. Ela descreve suas atribuições como coordenadora de comunicação:

Eu tenho uma equipe; eu entrei pra formar uma equipe, que até o final do projeto nós vamos ter 30 pessoas; é um projeto grande. Entrei pra formar a equipe e pra implantar os meios de comunicação, as formas de comunicação dentro desta Instituição. Então, a gente vai ter aí uma revista trimestral... Depois a gente vai ter um jornal de comunicação interna e uma *newsletter*... Temos projetos de programas de TV e vídeo aulas. Assumindo a função de coordenadora, pra implantar tudo isso, pra organizar, implantar e coordenar a equipe que vai desenvolver.. aí eu entro como editora da revista.... aí eu faço a edição como editora chefe do veículo.

*Isadora, 34 anos, solteira, sem filhos, coordenadora de comunicação e professora universitária*

A comunicação nas redes sociais tem sido um fator que passou a estimular as organizações a empregarem jornalistas para cuidar do atendimento ao cliente nos canais de comunicação. É feita principalmente por jovens, que já estão bastante acostumados às práticas do ambiente digital. Isadora é a coordenadora de comunicação, mas sua equipe de funcionários é, em sua totalidade, formada por jovens.

Igor tem 34 anos, é solteiro e não tem filhos. É formado em Jornalismo pela FMU e em Direito pela UNIP. Tem especialização em Literatura Brasileira e é Mestrando em Comunicação Social. Atualmente, é professor universitário de um curso de Jornalismo e editor de conteúdo para uma revista de saúde. Igor se enquadra no setor extra-redação, exercendo as atividades de professor universitário com contrato formal de trabalho, e enfatiza as vantagens de ser editor de revista *online* com contrato Pessoa Jurídica (PJ):

Eu sou editor, né? Então, eu trabalho numa área que eu gosto e... eu consigo exercer a profissão, é claro que não plenamente, porque eu dou aula também, né? Então, complica um pouco, a gente fica um pouco limitado. Mas eu não tenho chefe, trabalho em casa, tem algumas vantagens... posso fazer meus horários.... só preciso ir pra redação uma vez por semana..

*Igor, 34 anos, solteiro, sem filhos, editor PJ de uma revista online e professor universitário*

Este tipo de contratação, como pessoa jurídica, é totalmente irregular segundo o SJSP (SATO, 2005) e, mesmo assim, vem crescendo muito nos últimos tempos, em face da deficiência na fiscalização desta prática. Trata-se de uma relação trabalhista em que o profissional abre uma empresa como uma exigência do mercado, para diminuir os custos da empresa. Também pode ser vantajoso financeiramente para o trabalhador. Há alguns anos, somente os profissionais com altos salários eram contratados como PJ, por opção do próprio profissional, pela independência e possibilidades de ganhar um pouco mais. No entanto, atualmente, existem empresas que só contratam como pessoa jurídica, independentemente do nível salarial.



A este respeito, o jornalista Carlos Dornelles, ao ser indagado sobre a tendência de “pejotização” do jornalismo faz uma crítica a este tipo de contratação, afirmando que ele acontece porque:

[...] os jornalistas teimam em se achar profissionais liberais, diferentes dos trabalhadores comuns [...] então é um canto de sereia muito fácil de ser atraído, como os sindicatos, cada vez mais nos últimos tempos têm sido esvaziados, a própria classe jornalística, cada vez está mais despolitizada, a gente fica realmente muito mais à mercê dos grandes meios de comunicação (SILVA, 2014, p. 165).

Logo após entrar na faculdade de Jornalismo, em 1994, Igor entrou na profissão como jornalista efetivo/CLT, atuando como editor de jornal e repórter, passou a produzir entrevistas em vídeo para a Internet e foi *freelancer* de uma revista de esportes. Em seguida, voltou para as redações como jornalista contratado na [revista], em que era repórter. Em alguns momentos de sua carreira, o jornalista acumulou várias funções, atuando simultaneamente como *freelancer* e como CLT:

Comecei como editor do [jornal]. Eu era responsável pela coordenação do caderno de esportes... e a edição era diária, muito trabalho... Fui repórter também em todas as áreas do jornal. Depois fui para o [agência de notícias]...lá eu escrevia páginas especiais, apresentava dois programas esportivos e fazia vídeo para a Internet. Aí passei 11 anos na [revista] de 2000 a 2011. Lá eu fui colaborador, era colunista de seções especiais... Nesse período eu também comecei a trabalhar como contratado para umas revistas... como editor de revista... e dava aula também... Desde 2007 eu sou professor de Jornalismo... e em 2008 eu entrei na [revista de saúde] e estou até hoje.

*Igor, 34 anos, solteiro, sem filhos, editor PJ de uma revista online e professor universitário*

Ítalo tem 35 anos, é casado e tem dois filhos. É formado em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo e é especialista em Jornalismo Internacional pela PUC-SP. Tem 17 anos de carreira. Foi assessor de imprensa durante sete anos, fazendo reportagem, redação e edição do jornal corporativo de um centro de educação. Redigia *releases* e o material institucional da empresa. A partir de 2003, passou a ser roteirista, redigindo e atualizando páginas na Internet

de um programa de aprendizagem criado por uma empresa. Em 2004, entrou para a universidade onde está até hoje como professor e coordenador de curso universitário de jornalismo. Ao me contar sua trajetória profissional, Ítalo faz referência às mudanças na carreira. Ele chama a atenção para um movimento de eliminação do processo de politização das redações que tem acompanhado nos últimos anos. O jornalista entrou para a profissão na década de 1990, época percebida por ele como mais difícil para o jornalista militante, que escrevia na redação, mas que também tinha um ideal, algo pelo qual lutar. As condições de trabalho de hoje impossibilitam o jornalismo mais politizado e mais atuante. Em seu discurso, ele critica o tipo de jornalismo em que esteve inserido, como assessor de imprensa, ligado a uma empresa e voltado às fórmulas mercadológicas:

Porque você tinha nos anos 1970 uma coisa curiosa, você tinha uma redação, por exemplo, do jornal da tarde com um monte de jornalistas que atuavam lá e depois que acabava o expediente deles, eles iam pros veículos alternativos escrever, que era parte da militância deles. Então, durante o dia, eles ganhavam o pão e à noite eles faziam militância. Esse processo hoje não existe. A redação te consome tanto que, ou *o cara* ou só trabalha nela ou ele sai de lá. E também pra você entrar numa redação, dificilmente vai conseguir ser tão militante assim. Então, o jornalista militante sai de lá e vai escrever pro veículo... São casos raríssimos de jornalistas que escrevem pros dois... raríssimos. Geralmente, *o cara* sai da indústria jornalística e vai atuar na imprensa alternativa. E aí na imprensa alternativa, você tem espaço pra *esses caras* mais politizados, só que não necessariamente formados em jornalismo.

*Ítalo, 35 anos, casado, dois filhos, coordenador de curso universitário de jornalismo*

O que chama a atenção no depoimento acima é que na visão de Ítalo, o profissional que “ganhava o pão” durante o dia e “fazia militância” à noite é “*um cara*” mais politizado. Veremos a seguir, no item que apresenta os discursos sobre o profissionalismo, que tanto os homens quanto as mulheres costumam se referir ao profissional do jornalismo, que poderia ser um homem ou uma mulher, como “um cara”. O bom profissional é “um cara”.

As “acelerações tecnológicas”, como diz Ramonet (1999), passam a envolver vários fluxos, entre eles o dos meios de comunicação que produzem os dados, como a edição, agências de notícias, jornais, cinema, rádio, televisão, sites: “No centro da notícia dada se encontra o fluxo sempre crescente de dados: conversas, informações, transações financeiras, imagens, sinais de todo tipo, etc.” (p. 49). O resultado disso é que a informação passa a ser vista como uma mercadoria, um produto.

É um novo tipo de jornalista, jovem, que está sendo formado neste contexto e que passa a usar as redes sociais como ferramenta de trabalho. Eles são absorvidos pelas empresas que também estão alterando a forma de produzir notícia. As jornalistas entrevistadas mais jovens fazem parte deste grupo.

A questão geracional, neste caso, é muito importante, já que quando estas jornalistas entraram na profissão, as mudanças no mundo do trabalho jornalístico já estavam em curso. Elas não sentiram as mudanças porque não vivenciaram o jornalismo de antes. São bastante otimistas em relação à profissão. Entre as mais jovens, destacam-se as referências à paixão pela profissão, dizendo que é preciso estar apaixonada pelo que faz, a “seguir um sonho”, ir “atrás de outras oportunidades” e “trabalhar por conta própria”.

Jacqueline tem 24 anos, é casada e não tem filho, é formada em Jornalismo pela Universidade Anhembí-Morumbi e fez uma especialização em Assessoria de Comunicação e Mídias Sociais. Ela entrou para a carreira como assessora de imprensa *freelancer* e se tornou uma profissional especializada em redes sociais. O idealismo e o entusiasmo podem ser observados no depoimento da jornalista, que têm quatro anos de carreira:

Descobri o amor pela comunicação, em especial pelo jornalismo, por acaso. Percebi que essa profissão me traria muitas opções de carreira e gostei de quase todas. Ser repórter é maravilhoso, pois você leva a informação. Hoje sou *Social Media* e trabalho relacionamento entre marca e cliente, além de cuidar de comunicação institucional.

*Jacqueline, 24 anos, casada, sem filhos, social media freelancer*

A função de *Social Media* é muito nova no mercado de trabalho do jornalismo. Trata-se de “gerenciar contas de clientes, com anúncios segmentados em mídias sociais”, como o *facebook*. É uma área do jornalismo muito ligada ao Marketing, em que os jornalistas dividem o campo profissional com os publicitários. A profissional tem a responsabilidade de acompanhar o que acontece nas redes sociais, seguindo uma “estratégia” da empresa de estar mais próxima do cliente. E usar a linguagem jovem para se mostrar mais “descolada” e bem atualizada com as “novas tendências”. A jornalista tem como função promover o relacionamento com o consumidor. Ela descreve suas responsabilidades, detalhando as “contas que cuidou” em sua trajetória profissional:

Minha primeira experiência profissional na área foi como assessora de imprensa, mas eu não me sentia totalmente apaixonada por aquilo... especialmente pelas contas que eu atendia, então resolvi ir atrás de outras oportunidades. Foi então que descobri uma vaga em uma associação que precisava começar todo o trabalho de comunicação institucional e nesse momento as mídias sociais começavam a ganhar espaço entre as empresas... Aí aproveitei a oportunidade para começar este trabalho e fiz muita pesquisa por conta própria. Depois de um tempo, este trabalho deixou de ser estágio e fiz frila para esta empresa por quase cinco anos, fazendo a produção de conteúdo para o site, revisão de artigos e gerenciando as mídias sociais. Fiz frila também para [jornal]... e organizei uma série de debates... eu era responsável pelo gerenciamento dos comentários no canal da instituição no [site]. Passei também pela [empresa], onde gerenciei mídias sociais, produzi conteúdo para o site e fiz a comunicação interna da empresa... e também por uma agência de *marketing online*, em que fui responsável pelas estratégias em mídias sociais e de conteúdo para diversos clientes... depois comecei a trabalhar para uma agência de viagens, onde pude gerenciar uma conta com quase 400 mil fãs... Em 2014, fui para a [empresa de seguros], uma *startup* criada por um alemão e um português que vieram para o Brasil mudar a forma como contratamos seguros no país... Aqui tive a chance de começar um trabalho de educação digital... eu ensino aos colaboradores as melhores práticas no ambiente digital, e também criei uma *brand persona* para a marca... Hoje sou responsável pela reputação da marca e coordeno uma pessoa no monitoramento das mídias sociais.

*Jacqueline, 24 anos, casada, sem filhos, social media freelancer*

As jornalistas mais jovens trazem uma linguagem mais técnica, empresarial e objetiva. E este processo de padronização do estilo jornalístico é feito com o intuito de facilitar a assimilação da mensagem. É o jornalismo empresarial em sua expressão máxima. Trata-se de um tipo de jornalismo que a partir da década de 1950 começou a substituir o chamado jornalismo político-literário, reconhecido pelas opiniões, debates, comentários críticos e politização dos jornalistas. Em sua fala, a profissional usa precisamente a linguagem das mídias e do ambiente digital, mostrando que tem um posicionamento muito “proativo” em sua carreira, próprio da lógica de mercado atual, que é difundida na área de administração e como cultura organizacional das empresas: o profissional tem que ser “proativo” e “vestir a camisa” da empresa, o que faz parte também do discurso do empreendedorismo. Isso ocorre principalmente porque o posto de chefia que deveria existir acima destes profissionais mais jovens caiu com a reestruturação das empresas. Aparecem essas referências ligadas à autonomia e independência do profissional: “resolvi ir atrás de novas oportunidades”, “descobri uma vaga”, “proveitei a oportunidade”, “fiz muita pesquisa por conta própria”. Em seu discurso, suas realizações são grandiosas: “sou responsável pela reputação da marca”, “fui responsável pelas estratégias em mídias sociais e de conteúdo para diversos clientes”. Ao descrever suas atribuições, ela usa exatamente o discurso da empresa, assumindo a linguagem do empregador, como se estivesse descrevendo a missão de cada empresa e não sua trajetória profissional, sua história, sua carreira. Percebe-se uma grande carga ideológica neste discurso influenciado por uma “estratégia” mercadológica das empresas jornalísticas. A informação vira, de fato, uma mercadoria e a busca pela rentabilidade e pela quantidade de acessos ao *site* da empresa avalia a qualidade da profissional.

Esse tipo de linguagem padronizada deixa a impressão de que qualquer profissional tem competência para escrever o texto. E isso tem consequências sobre o trabalho dos jornalistas, que podem ser substituídos por outro profissional que aceita receber menos como também pelos “outros”, os *outsiders* da profissão.

Um contingente cada vez maior de jovens subempregados, e sub-remunerados é mascarado pelos discursos dos próprios profissionais que saem em defesa desta lógica empresarial. Pesquisando os jornalistas em condições precárias na França, Alain Accardo (Apud SILVA, 2014) classifica este processo como uma “proletarização do jornalismo”, que se expressa nesta tendência de “auto exploração” dos profissionais. O trabalho do jornalista é compreendido como esta “coisa apaixonante” que torna os sacrifícios da profissão legítimos: “O jornalismo precário oferece uma ilustração de um fenômeno que caracteriza [...] a proletarização dos trabalhadores intelectuais mais do que os manuais: a existência de uma forma de ‘auto exploração’” (p. 25). Segundo Accardo, os padrões nas empresas jornalísticas “abusam” dos jovens profissionais porque além de oferecerem estes empregos precários, também difundem um mito de que estas são as melhores condições, enquanto a percepção sobre a degradação dos contratos de trabalho fica em segundo plano.

Esta imagem do jornalismo como profissão gratificante e apaixonante, que está mais presente nos discursos dos mais jovens – a despeito de toda a precarização do trabalho – será mais bem discutida no tópico seguinte, quando tratarmos das culturas do jornalismo expressas nos discursos dos profissionais.

Por outro lado, ser *freelancer* também pode ser visto como uma vantagem, por conferir maior independência à carreira:

A vantagem... é que você pode... escolher seus clientes e trabalhar com assuntos com os quais se identifica, o que algumas vezes não acontece em agências por exemplo. Mas uma dificuldade é que... são poucas as empresas que trabalham de forma séria e que entendem a importância de... criar um conteúdo de qualidade e de ter um relacionamento sério com seus clientes também nestas plataformas sociais.

*Jacqueline, 24 anos, casada, sem filhos, social media freelancer*

Na verdade, o próprio setor em que a profissional está inserida, o setor extra-redação, pode ser avaliado pelos profissionais como um segmento em que eles têm mais autonomia em seu local de trabalho. Sendo assim, a jornalista não precisa, necessariamente, estar ligada a uma organização para desempenhar sua

função, o que significa dizer que ela pode oferecer um serviço a clientes individuais, ampliando, assim, sua área de atuação.

Júlia tem 26 anos, é solteira e não tem filhos. Tem três anos de carreira. Atualmente é assessora de imprensa *freelancer*. Além disso, resolveu trabalhar por conta própria e criou um *site* de cultura em sociedade com uma colega, também jornalista, em busca de maior liberdade e independência. O discurso do “jornalismo apaixonante” também aparece aqui:

Eu sou apaixonada por cultura! Minha revista *online* é um sonho que precisava ser realizado. É um espaço de divulgação de trabalhos de cultura... eu queria dar apoio aos artistas por meio de uma agenda cultural mensal e de coberturas exclusivas. Nossa ideia era dar espaço para colaboradores de vários segmentos culturais. Era um sonho e agora a ideia saiu do papel... o projeto vem crescendo a cada dia, e pretendemos chegar na revista impressa..

*Júlia, 26 anos, solteira, sem filhos, assessora de imprensa freelancer e dona de um site de cultura*

Janete tem 23 anos, é casada e não tem filhos. Tem um perfil socioeconômico diferente das outras entrevistadas jovens. É jornalista pela Uninove e teve de trabalhar durante todo o curso como assistente para pagar a faculdade. Tem quatro anos de carreira. Na escolha da profissão, estava em dúvida entre jornalismo e Propaganda e Marketing, o que denota o sentido do jornalismo de lógica empresarial:

Bom, eu comecei minha carreira na área administrativa, trabalhando como assistente por três anos. O maior motivo disso foi conseguir me manter pagando a faculdade tranquilamente. Antes de cursar jornalismo, fiz um semestre de Propaganda e Marketing. Eu sabia que gostaria de trabalhar com comunicação, mas propaganda ainda não era exatamente o que eu queria. Aí optei por jornalismo. De lá pra cá eu saí desse emprego administrativo e comecei a trabalhar na área editorial, fazendo três revistas segmentadas. Apesar de já estar na área, tive muitas dificuldades em ter essa primeira experiência...

*Janete, 23 anos, casada, sem filhos, redatora de revista CLT*

A profissional é contratada como redatora de uma editora e escreve para três revistas de áreas diferentes. Para duas revistas, ela faz reportagens sobre inclusão social de deficientes e para outra, escreve sobre arquitetura e decoração. O ritmo de trabalho é muito intenso. Em razão do processo de reestruturação produtiva das redações, que enxugou o contingente de profissionais, os veículos de comunicação passaram a contratar o jornalista para fazer duas ou até três funções. E pagando baixos salários. Este profissional contratado nas empresas passa a ter um ritmo muito intenso de trabalho, fazendo o serviço que antes era feito por dois ou três profissionais. É a chamada política do “pague um e leve três” (SATO, 2005).

Esta questão está associada à ideia da mídia como empresa comercial, que age em conformidade com as regras do mercado, em busca do lucro, sobre a qual discute Abreu (2005): os investimentos feitos pelas empresas jornalísticas em novos equipamentos, informatizando os estúdios e as redações, encareceram muito o processo de produção da notícia.

A linguagem padronizada que remete à objetividade, neutralidade e imparcialidade, está presente nos discursos das profissionais mais jovens, que chegaram para trabalhar nas redações recém-formadas ou na condição de estagiárias. Os jornalistas mais antigos na profissão, no entanto, ainda mantêm um discurso que lembra o período anterior ao processo de profissionalização em que o jornalismo não obedecia tanto à lógica de mercado, era mais crítico, opinativo e político. Os jornalistas entrevistados mais antigos entraram na profissão a partir da década de 1960, quando o processo de profissionalização ainda não estava consolidado. Eles conservam em suas falas uma referência ao fazer jornalístico anterior ao desenvolvimento da grande-empresa.

Ao pedir à jornalista mais antiga na profissão para me contar sobre sua trajetória profissional, a conversa tomou um caminho muito diferente das entrevistas com as mais jovens. A entrevista se direcionou para uma discussão sobre a sociedade brasileira e paulistana da época. E para ela, juntamente com o jornalista homem mais antigo, que vivenciaram a profissão em um momento



histórico destituído de liberdades individuais, pensar sobre suas experiências profissionais no início da carreira significava lembrar-se do sofrimento causado pelo período da ditadura. Dizer que começaríamos uma entrevista sobre a profissão de jornalismo e suas experiências profissionais era o mesmo que fazer um convite ao debate sobre questões sociais e as polêmicas e críticas acerca da realidade. Enquanto as entrevistas com os mais jovens duravam, em média, 40 minutos, as dos jornalistas mais antigos (Elisa, com 49 anos de carreira e Emerson com 35 anos de carreira) duraram, cada uma, mais de três horas. Eles tinham muito a dizer. Não somente críticas e problemas relacionados à categoria profissional, mas à sociedade como um todo.

Na verdade, o jornalismo e a política sempre andaram juntos, como afirma Ribeiro (2003). No período que se inicia na década de 1950 e ganha força nas décadas de 1970 e 1980, nos jornais, que viraram empresas jornalísticas, a lógica empresarial passou a predominar sobre as orientações políticas.

Elisa tem 66 anos, é divorciada e tem um filho de 41 anos. Em seus 49 anos de carreira, foi diretora de um jornal de televisão, roteirista, repórter de jornal e também criadora e diretora de um programa de televisão feminino. Também foi diretora de jornalismo, editora de programas e editora-chefe de diversas redes de televisão. Atualmente, compõe o Conselho de Diretores do SJSP e milita politicamente em defesa dos Direitos Humanos. Diz que acabou sendo “formada na redação”, sem precisar de diploma. Suas dificuldades na carreira eram outras. Foi perseguida no período da ditadura e acabou sendo presa e torturada quando seu filho estava com apenas um mês de vida.

No período ditatorial, os meios de comunicação sofreram intervenção dos militares. O processo de modernização da mídia era, inclusive, um projeto da política adotada pelos militares, como mostra Abreu (2005, p. 53): “Ao lado da imposição da censura, a modernização da mídia fez parte de uma estratégia ligada à ideologia da segurança nacional”.

A censura e a repressão eram marcas desse período em que Elisa começou a trabalhar. Ela me explica que como o jornal onde trabalhava na época se

posicionava contrário às políticas do regime, seus jornalistas passaram a ser censurados e perseguidos. Depois que foi presa, juntamente com outros colegas de profissão, o ambiente das redações passou a ser de medo e apreensão para os outros jornalistas. Passou por muitas dificuldades na profissão, mas entende que isso se deve a uma questão geracional e política, por ter sido a primeira mulher no Brasil a comandar um programa de televisão, com padrões muito avançados para a época. Em razão disso, diz que enfrentou um problema muito maior do que as condições experimentadas atualmente pelas mulheres na profissão.

Na década de 1960, período que marca a entrada desta jornalista na profissão, havia apenas 1.407 (mais precisamente no ano de 1968) mulheres atuando como jornalistas com carteira de trabalho assinada na cidade de São Paulo (RIBEIRO, 1998, Apud MATOS, 2006), representando 35,68% do total dos jornalistas. A jornalista relata as dificuldades da profissão, comparando as condições enfrentadas à situação atual:

Hoje em dia, o jornalismo é uma profissão mais feminina do que masculina. Quando eu entrei, há quase 50 anos, era quase que inteiramente masculina... que eu conhecia... tinha, no máximo, umas 10 jornalistas profissionais mulheres, nem sei se chegava a 10... O trabalho noturno da mulher sempre foi proibido, por causa da família, mas eu nunca pude pensar nisso. Mulher era proibida de fazer hora-extra noturna.

*Elisa, 66 anos, divorciada, um filho, jornalista há 49 anos*

Para termos uma ideia de como eram as redações, podemos recorrer a Ribeiro (1998, Apud Matos, 2006, p. 11), que descreve o ambiente de não profissionalização das redações de alguns anos antes, na década de 1930, como um “ambiente suspeito”:

jornalista era sinônimo de boêmio, meio irresponsável, meio beberrão. Podia ser analfabeto ou semianalfabeto. Enfrentava a estrutura do patronato com a fragilidade psicológica decorrente de sua errática e inconsistente formação escolar. O ambiente de trabalho era tão suspeito que nas redações não havia mulher. Principalmente à noite.

Muito mais do que diferenças quanto aos tipos de vínculo de trabalho ou segmento da profissão em que as jornalistas exercem suas atividades, percebemos que as maiores diferenças entre as profissionais quanto a suas percepções sobre suas experiências profissionais se deve às gerações. Enquanto as mais jovens se mostram entusiasmadas por falar de suas experiências na carreira, com um idealismo e fascínio pela profissão, próprios da geração de recém-formados, apropriando-se da linguagem do mercado, ensinada nos cursos universitários, na expressão mais declarada de um jornalismo empresarial e voltado para a lógica de mercado, as gerações intermediárias revelam-se mais críticas. Neste grupo, as percepções das mulheres acerca de suas trajetórias profissionais diferenciam-se principalmente da profissional casada e com um filho, que “virou frila” contra sua vontade, porque não “aguentou ficar no moedor de carne”, que é adequado apenas para os homens e para as mulheres solteiras e sem filhos. A geração mais antiga é mais politizada e seu estilo de jornalismo é muito similar aquele do jornalista “formador de opinião”.

O processo de profissionalização dos jornalistas se intensificou no período militar. Os jornalistas que já se dedicavam integralmente à profissão eram “formados na redação”, como é o caso de Emerson, 59 anos, divorciado, duas filhas, e representante do SJSP. Trabalha há 35 anos na profissão:

Eu comecei a fazer faculdade bem tardiamente né... Porque na década de 1970, eu fiquei bem longe de qualquer lugar onde pudesse me dar problema, por causa da ditadura e tal... Comecei trabalhando em televisão. Virei editor do jornal de São José dos Campos, entrei pro departamento de audiovisual... E acabei pensando: essa droga de diploma de jornalismo não é necessária. Eu pensei isso uma vez na minha vida, acredita? Aí pensei em ter um diploma e tentei fazer, mas não aguentei nem duas aulas... Ah, já passei disso... Comecei a trabalhar como repórter fotográfico em 1977. Hoje estou afastado do jornalismo. Trabalho só aqui no sindicato... penso no sindicato 24 horas por dia. Mas na minha época não tinha isso... ninguém tinha diploma.

*Emerson, 59 anos, divorciado, duas filhas, ocupa um cargo de liderança no SJSP*

Os jornalistas da chamada “Velha Guarda” entraram para o jornalismo num período em que não se falava em exigência do diploma. A primeira

faculdade de jornalismo teve início em 1947, mas o diploma só passou a ser exigido em 1969. Emerson entrou para a carreira em 1977. Os jornalistas mais velhos geralmente usam a lógica do jornalismo literário e politizado, se colocam como “antiprofissionais” e tendem a não aceitar a padronização e a mercantilização da informação. A fala do jornalista sindicalista será analisada neste trabalho com o objetivo principal de observarmos o discurso do sindicato a respeito das mudanças na profissão.

Eduardo tem 45 anos, é casado e não tem filhos. Formou-se em Jornalismo pela Cásper Líbero e fez um curso de locutor-radialista em São Paulo. Está há 20 anos na carreira e hoje é repórter de televisão:

Ah, eu fiz de tudo. Comecei como videorepórter na [canal de televisão]... fiquei lá mais de seis anos... E como videorepórter faço tudo, gravo, faço a reportagem, o texto e a edição. Aí fui pra [canal de televisão] e fazia reportagem lá também. Depois de sete anos saí e fui pra [agência de publicidade], fazendo campanha para um candidato na Internet... Agora estou na [canal de televisão], que é uma emissora educativa... Mas já tive experiência em assessoria de imprensa, em rádio e em vários jornais.

*Eduardo, 45 anos, casado, sem filhos, repórter de televisão*

Érick tem 39 anos, é casado e tem dois filhos. É jornalista pela Cásper Líbero e Mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Tem 23 anos de carreira. Atualmente, é professor universitário de curso de jornalismo e assessor de comunicação *freelancer*. Também trabalha como repórter *freelancer* de diversas publicações institucionais. Em seus 23 anos de carreira, passou por diversas emissoras de rádio.

## **5.2. As percepções sobre a diferença na carreira – Os significados da profissão**

A análise da percepção da diferença na carreira de jornalismo fundamentou-se na teorização da diferença feita por Avtar Brah. Segundo o esquema analítico formulado pela autora, articular discursos e práticas envolve

“relações sociais, posições de sujeito e subjetividades” (BRAH, 2006, p. 359). Trata-se de incorporar na investigação as interações sociais, as práticas coletivas interiorizadas que criam, a partir do processo de socialização, a subjetividade das pessoas, que não têm uma identidade fixa, definitiva, podendo construí-las, mantê-las e reproduzi-las, questioná-las e contestá-las, chegando até mesmo a transformá-las, conferindo um novo significado a sua interpretação e a uma nova percepção da realidade.

Pensando a diferença como categoria analítica, Brah (2006, p. 359) apresenta alguns questionamentos que, de certa forma, entrelaçam os níveis micro e macro que devem ser problematizados na análise: “Como a diferença designa o ‘outro’? Quem define a diferença? Quais são as normas presumidas a partir das quais um grupo é marcado como diferente?”.

Nos discursos dos profissionais, podemos identificar as representações sobre o significado da profissão de jornalista. A profissão mudou bastante nos últimos anos e, com isso, surgiu um novo perfil de jornalista. Em face destas transformações na profissão, como os jornalistas se veem no presente? Como estão representados nos distintos discursos da diferença? As mudanças no mundo do trabalho jornalístico que impactaram sobre o perfil dos profissionais estão expressas em seus discursos? Como percebem a heterogeneidade dos grupos dentro da profissão? Em que medida a idealização que a mídia provoca tem efeito na profissão, principalmente sobre as diferentes gerações dos profissionais? Como a distinção entre expectativa e realidade aparece em seus discursos?

Ao se referirem à profissão, os jornalistas destacavam a ideia de vocação, sacerdócio, missão, talento, função social da profissão e papel social do jornalismo. É comum em seus discursos a explicação de que escolheram esta profissão por “gostar de contar histórias”, porque têm talento e porque “gostam de escrever”. Trata-se de uma fala profissional padrão, como uma construção idealizada de que os profissionais formam uma identidade a partir de uma visão de “grupo” idêntico.

Janete, profissional recém-formada, que escreve para três revistas de uma mesma editora, afirma que escolheu a profissão de jornalismo porque tem “talento” para escrever:

Escolhi primeiro pela facilidade de comunicação que tive desde criança, pelo interesse por leitura e, principalmente, por escrever bem. Apesar do mercado de comunicação ser concorrido, busquei investir naquilo que tenho talento... Uma vez um professor me disse que o jornalista precisa, acima de tudo, ser alguém do bem. Alguém que quer passar as informações corretas, falar a verdade e não se deixar levar por influências no seu trabalho. Acredito muito nisso...

*Janete, 23 anos, casada, sem filhos, redatora de revista CLT*

Júlia, que tem três anos de carreira, se reconhece como idealista quanto à escolha da profissão. Sua “missão”, como profissional, seria usar a informação como “salvação”. A referência ao jornalismo romântico e o idealismo de quem acabou de sair da universidade aparecem em sua fala:

Sempre gostei de ler e escrever... na verdade, quis unir o útil ao agradável. Além de achar a profissão bonita, sou idealista ainda, acredito em uma possível salvação através da informação.

*Júlia, 26 anos, solteira, sem filhos, assessora de imprensa freelancer e dona de um site de cultura*

Júlia afirma que as habilidades esperadas dos jornalistas, como “curiosidade pelas coisas” e escrever bem são “talentos” que não podem ser aprendidos na faculdade, apenas “aprimorados”:

Como em toda profissão, a prática traz a perfeição... mas sem teoria, isso não é possível. A faculdade fornece a teoria e um pouco de prática, que nos prepara para o ambiente profissional. O bom jornalista, antes de tudo, precisa ter percepção e curiosidade pelas coisas. Depois disso, tem que escrever de forma que o outro te entenda... essas características, pra mim, são talentos que podem apenas ser aprimorados e não aprendidos.

*Júlia, 26 anos, solteira, sem filhos, assessora de imprensa freelancer e dona de um site de cultura*

Nessas falas, o profissional do jornalismo é descrito como “alguém do bem”, que tem talentos que não podem ser aprendidos, que se compromete com a verdade e que pode “salvar” as pessoas a partir da informação. As mais jovens têm percepções idealizadas, muito diferentes da rotina de trabalho da profissão. Eventualmente, elas podem ter de lidar com a realidade.

Para Kunczik (1997, p. 151), a figura do “lobo solitário” corajoso, “contador de estórias” foge bastante da realidade do dia de trabalho do jornalista: “Pode ser que as salas exijam outro tipo de ‘lobo solitário’, lobo que observe as regras e que colabore, que se dê bem com os demais lobos solitários”. Como ressalta o autor, os profissionais mais jovens, recém-formados, pensam que escolheram uma profissão livre e que são eles que determinam seu trabalho: “Como se fosse uma espécie de gênio completo, nascido para o jornalismo, que trata dos temas mais variados e interessantes. Hoje descobre um escândalo de corrupção, amanhã comenta um importante problema social” (p. 153).

A percepção de aceitação da realidade pela geração mais experiente pode influenciar a construção da imagem dos profissionais mais jovens. No início, as jornalistas mais jovens aderem a valores dominantes da profissão para facilitar e deslanchar sua carreira, mas com a experiência, elas começam a perceber as realidades da profissão. Nesse processo, as jornalistas mais jovens podem tomar um grupo como referência na carreira, que pode servir de modelo de profissional que elas querem seguir.

Na visão de Elisa, que tem 49 anos de carreira, sua profissão é encantadora: é a “profissão mais bonita do mundo”. Objetivamente, a jornalista não está empregada e percebe a profissão a partir de um lugar em que atualmente não sofre as tensões da realidade. Para ela, ser jornalista significa:

É exercer o direito de informar. E, com isso, você faz parte da Humanidade. Você é um deles, exercendo um direito que é de todos. Pra mim, não tem profissão mais bonita. É a profissão mais bonita do mundo. E eu prestigio qualquer estudante de jornalismo. Qualquer pessoa que queira entrar no jornalismo. Eu não conheço nada mais

bonito do que um jornal... a vida é um jornal, tem notícia todo dia. Minha vida é assim: se eu não souber das notícias, eu morro.

*Elisa, 66 anos, divorciada, um filho, jornalista há 49 anos*

Para Kunczik (1997), esta autoimagem positiva compartilhada pelos jornalistas se deve ao processo de socialização que acontece no ambiente de trabalho. Como os mais jovens “aprendem todos os truques” da profissão com os mais antigos, eles desenvolvem uma definição satisfatória da situação de trabalho.

Com a possibilidade de reconstruírem as representações sobre sua realidade, os jornalistas também podem reinterpretar suas experiências sociais. É o que acontece com as profissionais da geração intermediária, que experimentam um “choque de realidade”, à medida que percebem inconsistências entre o que esperavam da profissão e o que de fato enfrentam na vida cotidiana. Como afirma Dubar (2005, p. 124): a “reinterpretação da biografia passada” ocorre a partir de uma “estrutura do tipo ‘antes eu achava... agora sei’”.

Diferentemente da postura das jornalistas recém-chegadas ao mercado de trabalho, Isabel, com 16 anos de carreira, mostra menos satisfação com seu trabalho atual. Ela percebe as divergências entre as condições específicas de seu trabalho e o idealismo a partir do qual foi socializada em sua carreira. Isabel acredita que sua carreira está ligada a uma missão. E foi esta preocupação com a “questão social” que a motivou a entrar na profissão. Entretanto, ela reconhece que atualmente não desempenha uma “função social”, porque no decorrer de sua trajetória profissional foi sendo conduzida para a área da cultura e da moda, conhecidas no mundo jornalístico como “*soft news*”. Em seu discurso, a jornalista procura de alguma forma mostrar que tem uma função social, ainda que escreva sobre moda que, segundo ela, “não tem nada de papel social do jornalismo”:

Eu, na verdade, estava na dúvida entre ser atriz e ser jornalista. Desde pequena eu tinha vontade de ser escritora, então, eu gostava de escrever e de contar histórias para as pessoas sobre o que eu ouvi. E aí, também tinha uma questão social, sabe? Eu tinha essa preocupação...



mas no final eu acabei me especializando em moda... que não tem nada de papel social do jornalismo... Mas, de uma certa maneira, eu tento fazer ali nas pequenas coisas, nas pequenas ações... Eu acho que é isso, sabe? Essa contribuição pra sociedade com coisas que são importantes de serem ditas... porque são culturalmente importantes ou socialmente importantes.

*Isabel, 35 anos, casada, um filho pequeno, editora freelancer*

Isabel justifica sua escolha na profissão em razão de “gostar de escrever e contar estórias” e pela “questão social”. A jornalista tenta dar conta desta contradição: como fazer parte de uma profissão em que entrei pelo papel social que esperava exercer, mas que eu, individualmente, não estou integrada neste momento? Com isso, ela percebe uma diferença entre a história coletiva dos jornalistas e sua biografia pessoal.

Esta distância entre o ideal romântico e a realidade profissional também foi constatada por Silva (2012). Em sua pesquisa, a autora mostra que a ficção das telenovelas da Rede Globo retrata a carreira jornalística de forma idealizada, de modo que não aparecem as dificuldades enfrentadas pelos profissionais quanto às mudanças tecnológicas que têm alterado o perfil dos jornalistas. Os personagens jornalistas representados nas telenovelas mostram uma imagem de profissão vocacionada. O trabalho do jornalista é emocionante, com cenas que revelam um esforço de investigação e denúncia de fraudes e corrupção. O profissional está sempre em busca da verdade e da transparência no relato dos fatos; é sério, comprometido com a ética e acredita que pode mudar o mundo por meio do jornalismo. Sem mostrar a instabilidade que envolve a profissão atualmente e as relações flexíveis e precárias de trabalho, o perfil retratado nos produtos de ficção da emissora difere, e muito, do perfil real dos profissionais: “observamos que as reproduções das práticas dos jornalistas pela teledramaturgia brasileira não se apresentam associadas à realidade da profissão, tendo em vista as pesquisas [...] que apontam as condições de trabalho dos profissionais jornalistas cada vez mais precarizadas” (SILVA, 2012, p. 23).

As jornalistas com mais tempo de experiência na carreira percebem a profissão sem este “véu da idealização” das recém-formadas. É por isso que devemos dar importância na análise aos processos culturais que “criaram” o sujeito, que também se encontra em processo de construção.

Isadora, que tem 16 anos de carreira, refere-se à “verdade total” com a qual os profissionais devem estar comprometidos. A jornalista chama a atenção para uma falta de visão crítica entre os profissionais:

O profissional realmente deve buscar seguir as orientações de que a gente tem de se pautar pela verdade total. Sempre buscar, sempre checar a veracidade dos fatos e da fonte, ouvir mais de uma pessoa, a gente nunca pode ouvir só um lado da história. A história nunca tem um lado só. Eu costumo dizer que a história nunca tem uma verdade só. Então, o profissional vai seguir... E, é lógico, ele vai ter uma visão muito mais crítica, que é importantíssimo, acho que às vezes falta um pouco disso no jornalismo... uma visão muito crítica sobre os assuntos.

*Isadora, 34 anos, solteira, sem filhos, coordenadora de comunicação e professora universitária*

O olhar crítico do profissional também aparece na fala de Iolanda, que tem 14 anos de carreira. A jornalista enumera algumas qualidades do profissional:

Curiosidade, conhecimento da língua portuguesa, conhecimentos gerais, uma bagagem cultural. E um olhar, eu acho que o jornalista tem que ter um olhar diferente, uma capacidade de se afastar daquilo que ele está vendo, e tem que ter um olhar crítico mais apurado. Uma pessoa que não tenha tudo isso nunca vai ser um bom jornalista. Pra mim, fazer jornalismo é contar histórias, é relatar estas histórias pra várias pessoas a partir do seu olhar, traduzir para o mundo as coisas que você está enxergando. Não dá pra dizer que é imparcial. Isso não existe, porque você tem que ter seu próprio filtro, o filtro do seu editor. Mas eu não acho ruim também não ser imparcial.

*Iolanda, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista feminina*

Para Iolanda, o mundo do jornalismo recebe a influência do mundo empresarial e comercial, o que ela interpreta como uma frustração em sua carreira:

A gente vive com o orçamento apertado. Você não pode fazer tudo o que você quer, do jeito que você quer. Você não pode pegar um avião agora e entrevistar uma pessoa que está lá no Pará. Não é assim. E a frustração de ter que atender desejo de anunciante, é uma coisa que me incomoda também. Isso é uma frustração. Não poder fazer matéria que vai contra um grande anunciante.

*Iolanda, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista feminina.*

Iara, que tem 17 anos de carreira, cita os elementos que descrevem a profissão. Chama a atenção para a importância de se ter “responsabilidade com a notícia”, isto é, checar as fontes de informação:

Saber escrever, ter espírito investigativo, não se contentar com respostas superficiais, gostar e se dedicar a leituras de todos os tipos, ser conectado e estar sempre atualizado e familiarizado com as novidades tecnológicas que influenciam a comunicação, saber se comunicar com os diversos públicos, ter diplomacia, ética, responsabilidade com a notícia. Muitos jornalistas não sabem o que é ter responsabilidade com a notícia e saem publicando sem checar as informações...

*Iara, 38 anos, solteira, sem filhos, assessora de imprensa CLT*

Iracema, com 15 anos de carreira, percebe uma contradição entre a imagem esperada de um profissional e os valores da lógica de mercado:

A profissão [...] exige uma postura ética da pessoa, a questão do interesse público, da responsabilidade do jornalista, do compromisso com a verdade. Mas eu acho que hoje, em razão das necessidades das empresas, essas questões são consideradas menos importantes.

*Iracema, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista da área de jornalismo cultural*

Em sua fala, Iracema demarca nitidamente a percepção distinta que tinha quando estava na faculdade e depois de morar fora. Ela afirma que “mudou um pouco sua posição” a fim de estabelecer as distinções entre seu pensamento quando era mais jovem e no momento presente:

Tinha uma época em que eu era a favor do diploma, porque eu achava que a ética jornalística tinha relação com o que a gente estudava, e passava quatro anos estudando e pensando nisso e se formando junto com outras pessoas que tinham o mesmo ponto de vista, e eu achava que isso era fundamental para a obrigatoriedade do diploma. Mas depois que eu morei fora eu mudei um pouco minha posição. Na França, por exemplo, não tem isso. E eu acho que a ética jornalística está muito comprometida por questões comerciais, empresariais e de administração, e, por isso, eu acho que a obrigatoriedade do diploma é um detalhe. A questão é muito mais complexa.

*Iracema, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista da área de jornalismo cultural*

Ingrid, que também tem uma carreira já consolidada, com 13 anos de experiência, descreve as características da profissão e em seguida, relata as mudanças observadas na carreira. Seu depoimento revela uma distinção entre o que imaginava quando estava na faculdade e o que realmente vivencia na profissão. A jornalista destaca a multiplicidade de cenários da profissão, afirmando que atualmente os profissionais podem exercer suas atividades em distintas plataformas. Trabalhando atualmente em um jornal, Ingrid percebe que “hoje jornalista tem de fazer tudo”:

Jornalista é um profissional que reporta acontecimentos para a sociedade tentando ser imparcial e objetivo. Digo que é uma tentativa porque ninguém é totalmente imparcial... a escolha de uma pauta, por exemplo, passa por uma série de critérios subjetivos... e que muitas vezes nós mesmos desconhecemos. Por isso, devemos tentar ao máximo ser imparciais e pensar nos interesses do leitor... Mas a questão é... há muitas mudanças na carreira... Penso que a principal delas é que não existe mais jornalista de apenas uma plataforma. Hoje jornalista tem de fazer tudo... No [jornal], já saí pra fazer matéria em que mandei texto ditado pelo telefone para o *online*, gravei uma reportagem no local e ainda voltei para a redação para escrever um texto finalizado para a edição impressa. Durante a faculdade, eu nunca

imaginei que teria alguma experiência em TV, mas, trabalhando em uma empresa originalmente de comunicação impressa eu acabei fazendo muita TV. E até um documentário! Isso é irreversível porque, com a internet, todos os veículos migraram para a mesma plataforma.

*Ingrid, 33 anos, solteira, sem filhos, repórter freelancer de jornal e professora de pós-graduação em jornalismo*

Nos depoimentos a seguir, os jornalistas mencionam os elementos que caracterizam a profissão. As principais referências da profissão, presentes nos discursos dos jornalistas, para anunciar os valores que determinam o fazer jornalístico de um bom profissional, remetem ao “comprometimento com a verdade”, “postura ética”, “curiosidade”, “honestidade”, “faro jornalístico” para saber identificar o que é notícia, habilidade de “contar histórias”, domínio da escrita e da língua portuguesa.

Ítalo ressalta a importância da figura do jornalista como “contador de histórias”: “Se ele se sente intimidado ou não gosta de contar histórias, então ele vai ter problemas na profissão...”. O “faro jornalístico” também é valorizado, sendo visto como um olhar jornalístico capaz de reconhecer o que, de fato, é notícia:

Tem que ter um bom texto, tem que dominar a língua mãe. O domínio da língua portuguesa não tem como escapar. Conhecimento das técnicas de redação, “cara de pau”, quando eu falo técnica de redação, aí tem a redação de todas as mídias, porque cada mídia tem sua especificidade. Conhecimentos profundos em História, pra entender que aquele fato que ele está observando é consequência de um processo histórico. E gostar de contar histórias. Se ele sente necessidade de contar alguma coisa pra alguém, então isso já é um bom sinal pra ele ser um bom jornalista. Se ele se sente intimidado ou não gosta de contar histórias, então ele vai ter problemas na profissão... Tem que entender o que é notícia... digamos que é o básico, porque pra gente o conceito de notícia é uma coisa muito cara. Por exemplo, se você colocar dois profissionais numa situação qualquer, dentro de uma empresa... Vamos supor: Quem vai fazer o jornal interno dentro de uma fábrica? Às vezes eles colocam *um cara* que tem mais facilidade de comunicação e que conhece de informática, mas ele não tem necessariamente um olhar jornalístico pra entender, dentre tudo que acontece, o que de fato pode ser notícia para o jornal interno da empresa. Já um profissional formado em Comunicação tem esse treino, pra definir esse “faro jornalístico”, sem contar que ele vai saber

a forma de relatar essa notícia, de torná-la mais interessante, tudo isso... Ele é um jornalista profissional.

*Ítalo, 35 anos, casado, dois filhos, coordenador de curso universitário de jornalismo*

Erick também acredita que ser um jornalista significa ser capaz de perceber o que acontece na sociedade, dominar a língua portuguesa e saber “contar histórias”:

Nossa, tanta coisa... É difícil, essa é ampla... Mas, resumidamente é: Ele tem que ter a capacidade de perceber o que acontece na sociedade. E a partir do conhecimento dele, cultural, entra na bagagem cultural, ele tem que conseguir entender como é que nós chegamos aqui... e ter uma perspectiva a respeito de qual caminho nós podemos ir... essa é a principal capacidade que o jornalista tem que ter... precisa ter desenvoltura, conhecimento da língua portuguesa, pelo menos um idioma de preferência, ainda hoje, o inglês, daqui a pouco vai ser o mandarim... mas aí são as coisas mais técnicas... Então é isso, ele tem que conhecer, analisar o passado, o futuro e saber contar todas essas histórias para o público.

*Erick, 39 anos, casado, dois filhos, assessor de imprensa freelancer e professor universitário*

Os pares constroem uma espécie de mito do jornalista, que descreve o profissional como aquele que tem uma vocação para o trabalho, e que difere de uma profissão em que na prática quase que a totalidade de seus membros tem diploma. O imaginário de que o fazer jornalístico depende de uma vocação está presente com frequência nos discursos. Ao ser indagado sobre o que significa ser jornalista, Igor responde:

Primeiro, ele tem que viver disso, ele tem que viver escrevendo... ele tem que ser curioso, um pouco detalhista também, gostar de contar histórias, é como se fosse um sacerdote, né? Você fica refém do seu jornal, da revista, do local em que você trabalha...

*Igor, 34 anos, solteiro, sem filhos, editor PJ de uma revista online e professor universitário*

Nesta fala, podemos observar que ao afirmar que o jornalismo “é como se fosse um sacerdócio”, Igor remete à ideia de sacrifício, de missão a ser cumprida. Aqui já aparece a ideia de que o jornalista é uma pessoa diferente dos outros. O jornalismo é, portanto, uma religião, é feito de rituais, de procedimentos profissionais, são valores que aproximam os jornalistas dos sacerdotes. Para Igor, o jornalista também precisa ser “curioso”, ser “detalhista” e “gostar de contar estórias”. É preciso também ter vocação para exercer o jornalismo, por ser uma profissão muito difícil, muito estressante e que exige muito de seus profissionais. No seu depoimento, o jornalista deixa claro que percebe as dificuldades de sua profissão, o ritmo acelerado, as cobranças, os prazos. Para conseguir superar todos estes problemas da profissão, o profissional precisa gostar, precisa ter vocação:

Tem que ter vocação, porque é difícil a profissão, né? Porque às vezes você ganha mal, é uma rotina muito estressante. Você é muito cobrado. Se você escreve certo, é a sua obrigação, você tem que escrever certo, porque está todo mundo vendo e tal... agora se você errou, você é julgado. Todo mundo vai ver que você errou, está registrado aquilo. Você não tem final de semana, não tem feriado... não tem horário, quando é fechamento de jornal, de revista, você não pode falar: ah, eu estou indo pra casa agora, tenho que ir embora. Você não pode fazer isso. E é a situação da vida dos outros, você não tem vida. É só a vida dos outros que você vai comentar. E é aquela rotina sempre. Se você não gostar, não tem como você trabalhar. Imagina você falar de futebol todo dia...

*Igor, 34 anos, solteiro, sem filhos, editor PJ de uma revista online e professor universitário*

A ideia da profissão como vocação e do profissional como um “contador de estórias”, isento e ético, vocacionado e com uma dedicação sacerdotal faz parte deste imaginário dos profissionais que não se veem como trabalhadores assalariados, mas como um tipo de “gênio jornalístico” (KUNCZIK, 1997) que nasceu com talento para escrever, que tem uma posição superior por sua ética diferenciada, e que não precisa obedecer à rotina de trabalho. Trata-se da “ilusão de muitos principiantes na profissão”, de que fala Kunczik (1997), embora

também possamos observar esta visão do jornalista como independente, dinâmico, valente, comprometido com a verdade, nos depoimentos das outras gerações de profissionais.

Para os mais antigos, que foram formados na redação, o que os jornalistas precisam ter para serem considerados profissionais de qualidade não é encontrado nos cursos universitários:

Tem que ter honestidade, saber as ferramentas da profissão, que é a técnica... saber o que é notícia e como proceder. Tem que gostar de contar as coisas... O repórter é um contador... Tem que querer que o outro saiba o que ele sabe. O jornalista tem que ter a obrigação de querer contar o que ele sabe.

*Emerson, 59 anos, divorciado, duas filhas, ocupa um cargo de liderança no SJSP*

O bom jornalista é aquele que sabe usar muito bem a língua portuguesa. Em segundo lugar, o bom jornalista é o que consulta o arquivo sobre o assunto que ele vai escrever antes de fazer a matéria. É aquele que vai ler e pesquisar tudo sobre o assunto que ele está trabalhando. Estudar, conhecer... a estória que você está contando. É escrever direito, ter bom texto, e ser bem informado.

*Elisa, 66 anos, divorciada, um filho, jornalista há 49 anos*

Os jornalistas tendem a ter percepções subjetivas de que usufruem de liberdade. Nesse sentido, Noelle-Neumann (1977, Apud KUNCZIK, 1997) constataram que na Alemanha, 78% dos redatores, 85% dos chefes de editoria e 98% dos chefes de redação afirmaram que tinham liberdade jornalística em seu jornal.

### **5.2.1. A heterogeneidade dos grupos dentro do jornalismo**

Analisando as representações sociais dos jornalistas, observamos que predomina uma visão no jornalismo, que se expressa na figura de um jornalista



universal, abstrato, neutro (e homem), a que os profissionais, homens e mulheres, recorrem quando indagados a respeito de sua profissão. Esta imagem do jornalista vista dentro de uma concepção de “jornalismo romântico” não faz referência às realidades da profissão.

O novo perfil do jornalista brasileiro de hoje, descrito em recentes pesquisas (FÍGARO, 2013; GROHMANN, 2012; SILVA, 2012; FENAJ, 2012), é uma mulher jovem, de classe média, sem filhos, “multiplataformas”, com vínculo de emprego precário, com nível superior e pós-graduação, que não trabalha em redações e atua em diferentes setores empresariais. Este perfil, entretanto, não aparece nos discursos. Percebemos que a segmentação da profissão em grupos, que representa a produção de diferença na carreira, é “apagada” por uma ideia neutra presente no profissionalismo que se verifica claramente nos valores do jornalismo que, a despeito das realidades da profissão, continua sendo representada por um ideal romântico e por um discurso dominante.

Há muitas ressignificações entre o que a pessoa efetivamente vivencia em sua realidade e a experiência coletiva de um grupo. Em seus discursos, no entanto, as pessoas buscam dar sentido e articular sua experiência às identidades coletivas. A particularidade da experiência vivenciada por uma pessoa não está refletida, necessariamente, na experiência do grupo. Da mesma forma, “identidades coletivas não são redutíveis à soma das experiências individuais” (BRAH, 2006, p. 371).

Brah (2006) explica que identidades coletivas dizem respeito ao processo de significação em que experiências comuns acerca das diferenças assumem significados particulares. Uma identidade coletiva, então, pode “apagar” partes de outras identidades. Ou seja, à medida que o grupo reivindica uma identidade coletiva da profissão, ocorre um “apagamento” das identidades particulares que caracterizam a heterogeneidade do grupo. Nos termos da autora: “uma consciência expandida de uma construção de identidade num dado momento

sempre requer uma supressão parcial da *memória ou senso subjetivo* da heterogeneidade interna de um grupo” (p. 372).

O grupo pode, dessa forma, reivindicar uma identidade coletiva específica, em oposição a outros grupos, como um “processo político” em que os profissionais criam uma identidade coletiva usando as idealizações que têm em mente, abafando, com isso, a identidade como “processo *na e da* subjetividade” (BRAH, 2006, p. 372).

Bonelli (2010) examinou a forma como os juízes e juízas percebem a mudança em sua composição interna e observou que a postura profissional assumiu uma posição central na intenção de homogeneizar a diferença. A autora concluiu que as alterações no perfil social da magistratura, expressas principalmente pelo crescimento da participação feminina na carreira, em que as mulheres passaram a representar 27% dos magistrados (SADEK, 2006, Apud BONELLI, 2010) são vistas como “o trunfo do profissionalismo do Judiciário”. Como uma tática para manter sua alta posição social, em seus discursos, a origem social dos membros do tribunal passou a ser mais diversificada em função do “rigor da seleção por mérito, a remuneração elevada, as garantias de carreira e a independência judicial” (p. 277). O recrutamento deixou de se restringir a uma classe social e passou a ter o saber especializado como critério:

O foco na coesão centrou-se na identificação com a carreira, numa essência própria de “ser magistrado(a)”. A eficácia simbólica que transforma a magistratura em corpo passa pela construção coletiva de qual é a postura que condiz com o pertencimento institucional, produzindo uma estetização do modelo de juiz(a), que dá concretude a algo abstrato, como ser vocacionado(a). Marcadores de diferenças como gênero, sexualidade, raça foram incorporados pelo tribunal, mas como identificações da esfera íntima, a diferença interiorizada como subjetividade. O “nós” exteriorizado é corporificado pela neutralidade do profissionalismo, que invisibiliza as especificidades. Ser magistrado(a) é experimentado como uma existência pública, em uma organização de elite: uma alta posição, que traz recompensas, como poder, autoridade, deferência e autonomia profissional, mas na visão do grupo, requer uma contenção das pulsões, um recato e um autocontrole maiores (BONELLI, 2010, p. 277).

Essa espécie de consenso de valores entre os profissionais foi documentada por Frith & Meech (2007). Analisando o caso dos jornalistas britânicos, os autores concluíram que as mudanças que aconteceram nas formas pelas quais os jovens têm ingressado no jornalismo nos últimos 30 anos não mudaram a imagem que os profissionais têm de si mesmos. Apesar de a profissão ter se tornado tipicamente de nível superior – *graduate occupation* –, o que poderia ter trazido um componente de maior realidade para a profissão, retirando-a do imaginário das redações e dos profissionais idealizados, os autores afirmam que é surpreendente observar que apesar de todas as mudanças, frequentemente os valores da profissão ainda são descritos por seus profissionais a partir de uma visão muito romântica, com a representação das redações de forma idealizada, semelhante àquela ilustrada nos filmes e romances. Frith & Meech (2007, p. 144) explicam o significado de se pensar o jornalismo como uma “ideia” abstrata que contribui para separar de um lado as realidades da profissão e do outro suas ideologias: “uma ideia que fundamenta a autoimagem tanto do editor do *Daily Mail* [tablóide britânico, muito popular em Londres] quanto de um repórter estreante no *Stirling Observer* [pequeno jornal britânico] mesmo que seus empregos e suas carreiras sejam completamente diferentes”<sup>41</sup>.

Ao pensar sobre a figura do jornalista, os profissionais, que acabaram de concluir um curso universitário em que este imaginário é divulgado, não se atentam para as realidades da profissão, representando o jornalista de forma descontextualizada como o “herói solitário” ou o “rebelde”. Como afirma Cole (1998, Apud FRITH & MEECH, 2007), é a visão romântica de um si mesmo como aquele que desempenha sua função apesar de todas as dificuldades e que ao final do dia leva uma boa estória para casa. Os autores buscam entender em que medida, na prática, esta ideologia da busca individual de notícias importantes, que os estudantes aprendem no contexto “irreal” das salas de aula, é usada para dar sentido às experiências dos profissionais acerca das “realidades do jornalismo”, que nos últimos anos se tornou, de fato, uma profissão.

---

<sup>41</sup> “[...] an idea that informs the self-image of both the editor of the *Daily Mail* and a starting reporter on the *Stirling Observer* even if their jobs and careers are quite different” (FRITH & MEECH, 2007, p. 144). Tradução livre.

Para Aldridge & Evetts (2003), a percepção dos jornalistas sobre o status ocupacional do jornalismo como socialmente valorizado é claramente uma expectativa não realista da profissão. Segundo as autoras, esta visão é tão enraizada entre os profissionais que as discussões que se travam dentro da profissão acabam recorrendo a categorias ultrapassadas, ligadas a um modelo de profissionalismo como um conjunto de atributos profissionais que já foi superado pela sociologia das profissões há cerca de 30 anos.

Aldridge (2001) enfatiza que, mesmo em face das mudanças na profissão, o imaginário das redações perfeitas e dos profissionais que buscam obstinadamente o “furo de reportagem” permanece, a despeito dos efeitos reais nas carreiras dos profissionais. E os efeitos são sentidos muito mais sobre as carreiras das mulheres. A autora explica que a visão predominante nas redações, bem como os critérios de definição das hierarquias de status, continuam sendo construídos em torno da ideia de *hard news*, apesar do peso comercial das outras mudanças. Isso significa dizer que o jornalista valorizado, respeitado na profissão, é aquele que busca individualmente a notícia “séria” e o “furo de reportagem”. Por consequência, a experiência em lidar com as *hard news* e a decisão a respeito de qual profissional terá a incumbência de produzir a notícia mais relevante da redação passa a ser uma questão central para a definição da promoção na carreira. O problema é que este tipo de trabalho, que é bastante valorizado, precisamente por estar ligado à visão romântica do jornalismo, é incompatível com as responsabilidades das mulheres em relação a seus dependentes, porque exige uma dedicação integral do profissional.

Nessa perspectiva, o segmento que está ligado ao glamour da profissão, em que os profissionais são valorizados, respeitados, têm credibilidade, reconhecimento e prestígio profissional, é mais difícil de ser alcançado pelas mulheres. Não porque elas não têm diploma, ou porque elas não fizeram um curso de Pós-Graduação. A explicação é que os valores presentes no segmento respeitado da profissão favorecem mais os profissionais que têm disponibilidade para se dedicar integralmente à carreira, e buscar a notícia, investigar, apurar a informação, receber e checar a denúncia, enquanto o trabalho dos *freelancers*, e

nas assessorias de imprensa, que são mais comumente ocupados por mulheres, podem ser feitos com maior flexibilidade de horário.

A figura do jornalista vista de uma forma abstrata, neutra, universal remete às categorias masculinas. O jornalista universal é geralmente pensado como um homem. O “bom jornalista” é, nessa perspectiva, um homem. E isso traz prejuízos concretos para as carreiras das mulheres. Como explica North (2009, p. 8), “este entendimento do homem jornalista como a norma, coloca as mulheres em posições periféricas e contribui para a segregação de gênero nas organizações”<sup>42</sup>.

Eduardo diz não ter certeza a respeito do que torna um jornalista um bom profissional, mas ele deve ser, provavelmente, um *cara*:

Não sei exatamente qual o conceito de bom jornalista. Seria um *cara* que dá a informação sem erro? Ou sem seu ponto de vista embutido na matéria? Seria *um cara* que tem furos de reportagem... à custa de relacionamentos estranhos? Bom jornalista é aquele que pensa igual ao patrão? Ou seria o *cara* que trabalha que nem um escravo? Hoje temos jornalistas com relações estreitas demais e estranhas com altos setores da polícia ou política, por exemplo, e são privilegiados com exclusivas e furos. Isso é ser um bom jornalista? Indo por essa linha de pensamento, não sei o que é ser um bom jornalista...

*Eduardo, 45 anos, casado, sem filhos, repórter de televisão*

Para Ítalo, a construção das trajetórias profissionais bem-sucedidas não se limita propriamente à trajetória escolar, sendo definida também por outros atributos, como experiências pessoais e “espírito investigativo”. O profissional valorizado é “aquele *cara* que descobre a grande reportagem, que descobre o furo”:

Com muito suor, você consegue se tornar um jornalista mediano. Mas você só vai ser um grande jornalista, de fato, se você tiver algumas dessas características em você: em tese, esse espírito inquieto, investigativo, de gostar de descobrir histórias e contar histórias... Com muito suor e trabalho, você consegue trabalhar algumas características suas que te permitam ficar na média... você não vai ser aquele grande

---

<sup>42</sup> “This understanding of the male worker as norm marginalises women and contributes to gender segregation in organisations” (NORTH, 2009, p. 8). Tradução livre.

jornalista, mas você vai ser *um cara* que vai receber o texto bruto e vai trabalhar o texto e fazer uma comunicação... que é o que acontece em muitos casos. Agora, aquele *cara* que descobre a grande reportagem, que descobre o “furo”, que vai contar uma estória que vai comover as pessoas, isso é uma coisa que a pessoa precisa, não nascer com ela, mas precisa saber desenvolver...

*Ítalo, 35 anos, casado, dois filhos, coordenador de curso universitário de jornalismo*

A representação universal presente no discurso dominante e masculinista da profissão também impede que as profissionais percebam as realidades do jornalismo. À medida que eu pedia que minhas entrevistadas, especialmente as mais jovens, me descrevessem as características da profissão e do profissional de jornalismo, elas reportavam a descrições universais da profissão que, em grande medida, não levam em conta os “invisíveis do jornalismo”, os *freelancers*, nem tampouco as mulheres, passando a impressão de que não estavam falando delas mesmas como jornalistas, mas se referindo a um jornalista universal.

No depoimento de Jacqueline, que ingressou recentemente na profissão, o bom jornalista é um “*cara* que entende de pessoas e sabe lidar com elas”:

O jornalista é o profissional ético, bem disposto, conhecedor de códigos de conduta, de técnicas; é o *cara* que entende de pessoas e que sabe lidar com elas, seja ela uma fonte ou um cliente, em caso de assessorias e agências. Sim, acredito que muito do que precisamos saber é aprendido sim na universidade, o que não quer dizer que a profissão não exija também um determinado perfil de pessoa.

*Jacqueline, 24 anos, casada, sem filhos, social media freelancer*

Os mais jovens ainda estão aprendendo os papéis específicos de seu trabalho e, por isso, sua avaliação a respeito de sua profissão pode ser idealizada, ou pela imagem construída pelos veículos de

comunicação, ou pelo enfoque que foi dado em seu curso universitário. Ao falar sobre sua carreira, a jornalista recém-formada pensa, na verdade, em um jornalista veterano, mais experiente, com a carreira consolidada. Talvez por isso, considere que o jornalista é um *cara* experiente, independente e ético.

A imagem do jornalista universal também aparece na fala de Júlia. A jornalista de 26 anos respondia a questões específicas a respeito de sua carreira referindo-se a uma representação de uma expectativa de ação de um jornalista universal; um dever-ser de um “comunicador”:

Que implicações sua carreira traz para sua vida pessoal? A quantidade de tempo dedicada ao trabalho é um problema para você?

Ser comunicador exige muito mais do que 8 horas diárias... porque sim, ninguém segue as normas dos sindicatos em relação a salários e carga horária.... Ser comunicador é ter obrigação de assistir o jornal, não importa se você está em horário de trabalho ou não; é ter a obrigação de ter *insights* se você viu algo diferente; é manter relacionamento com pessoas que você não gosta, pois poderão ser uma fonte. Ser comunicador é trabalhar 24 horas por dia.

*Júlia, 26 anos, solteira, sem filhos, assessora de imprensa freelancer e dona de um site de cultura*

Vejamos agora o depoimento da repórter Ingrid, que é especialista em ciência. Ao interagir cotidianamente e vivenciar a prática do jornalismo, Ingrid reconstruiu sua realidade, conferindo novos significados à representação do profissional e reinterpretando essas maneiras tipificadas de agir no interior da profissão. Em sua percepção, ela própria corresponde a uma ilustração da imagem do “bom jornalista”. Ao invés de recorrer ao “quadro pronto” da representação da profissão, a jornalista usa referências de sua realidade, inclusive sobre o tema da ciência, que é precisamente a área em que se especializou: “Eu decidi ser jornalista para... contribuir em debates, disseminar informação”, “O

bom jornalista... consegue transformar um assunto que pode ser complexo, como os temas de ciência em um texto claro”:

O bom jornalista é aquele que se esforça para reportar acontecimentos de maneira ética, sem atender qualquer tipo de interesse, tentando ser objetivo e imparcial e contribuindo para a promoção de um debate na sociedade sobre o tema abordado. Eu decidi ser jornalista para isso... para contribuir em debates, disseminar informação, contribuir para um país melhor e mais bem informado... O bom jornalista é também aquele que consegue transformar um assunto que pode ser complexo, como os temas de ciência, em um texto claro, conciso, atraente, sem cometer erros... eu sempre digo que "texto bom é texto lido"; não adianta escrever rebuscadamente e fazer com que o leitor desista no meio do caminho. Por fim, o bom jornalista traz novidades de informação, novas abordagens, novidades em uma discussão que está posta. Na linguagem jornalística, ele “dá furos”.

*Ingrid, 33 anos, solteira, sem filhos, repórter freelancer de jornal e professora de pós-graduação em jornalismo*

A profissional, ao invés de reproduzir uma representação já criada ou de se constituir como um efeito de “discursos, instituições e práticas”, experimenta a si mesma como o ‘eu’ (BRAH, 2006, p. 374). Ingrid representa a si mesma como a expectativa de profissional com valor dentro do jornalismo, dando outro significado a sua posição de sujeito e a sua identificação dentro da carreira.

A relevância do profissionalismo, que é tradicionalmente dominado pelo discurso da neutralidade, pode ser observada na forma como os profissionais, subjetivamente, ponderam sobre suas carreiras, ressignificam suas experiências, compreendem o significado de sua profissão e constroem a representação de si mesmos como profissionais.

O processo de socialização é importante porque é a partir dele que as identidades são construídas. Os mais jovens sonham em ser um grande jornalista, mas passados os primeiros anos, a pessoa já passa a perceber as condições reais da profissão. É por isso que conseguimos identificar os vários significados atribuídos à diferença, observando os contrastes entre as gerações de profissionais. Isto é, jornalistas que estão em etapas distintas da carreira e



interiorizaram mais ou menos os valores de sua profissão. Contudo, sabemos que cada sujeito atribui um significado particular a cada situação, considerando os “múltiplos campos de significação”, uma vez que “como uma pessoa percebe ou concebe um evento varia segundo como ‘ela’ é culturalmente construída” (BRAH, 2006, p. 362).

### **5.2.2. As diferenças entre profissionais e leigos**

Ao expressarem suas percepções quanto aos elementos definidores do fazer jornalístico, os profissionais apontavam as características que diferenciam o jornalista de outras profissões. O que os caracteriza enquanto grupo é precisamente o que os individualiza, diferenciando-os de todos os outros.

Conforme esclarece Bonelli (2010, p. 279) a respeito da coesão profissional e do esforço dos profissionais em criarem uma integração capaz de diferenciá-los dos outros que não compartilham do que somente os membros têm em comum: “A coesão nos grupos profissionais é construída a partir da alteridade com os leigos. O coleguismo é a forma como os experts partilham os riscos de cometerem erros ou falharem nas decisões, dentro de uma especialização complexa que monopolizam”.

No caso do jornalismo, quem são os “leigos”? Os “outros”, os “de fora”, os “*outsiders*”? Nesta profissão, há uma dificuldade em assegurar uma exclusividade para desempenhar certas atividades que outros estariam impedidos de realizar. Questiona-se a capacidade da profissão de justificar sua jurisdição diante da competição com os leigos. Os jornalistas enfrentam problemas quanto à delimitação de fronteiras entre os “profissionais” e os “outros”.

No entanto, os profissionais procuram mostrar que são diferentes. Existe algo que faz com que os profissionais sintam-se diferentes em relação aos “outros”. Esta capacidade de distinguir-se dos demais grupos que não fazem parte de sua profissão pode conferir status, prestígio e o monopólio de execução de suas atividades profissionais.

Eduardo entende que a rotina do jornalista difere muito da dos “outros”. É na profissão que esta pessoa se identifica e se diferencia. Ele quer afirmar: “Eu sou diferente porque sou jornalista”:

Certamente a vida de um jornalista é diferente dos outros. Já temos de acordar lendo, ouvindo e vendo notícias; observar tudo ao redor pra ver se dá pauta, não tenho horário certo de entrada e saída do trabalho... então não posso marcar um médico com a certeza de que posso ir, não posso programar exercícios físicos, comer nem sempre é possível... Isso tudo nos afeta. Mas, atualmente, não posso reclamar do tempo dedicado ao trabalho porque a empresa tem restringido as horas-extras o que nos faz trabalhar somente o estipulado em contrato.

*Eduardo, 45 anos, casado, sem filhos, repórter de televisão*

Ítalo procura estabelecer as diferenças entre um jornalista profissional e um amador. O entrevistado acredita que deveria haver uma prova ao final do curso, “ao estilo da OAB”, para separar os de dentro dos de fora e atestar a qualidade dos jornalistas:

Acho que o jornalista profissional é aquele que consegue reunir e comprovar... e aí vou dizer alguma coisa mais polêmica: eu acho que na verdade o nosso curso precisaria ter uma prova final, ao estilo da OAB, eu acho que seria uma forma de fazer um pouco essa “peneira”... Porque o argumento de que há muitas pessoas que se formam jornalistas e que não têm capacidade... É o mesmo argumento de várias profissões, de várias outras áreas... Mas o jornalista precisa provar logo depois que ele acabou os quatro anos, que ele sabe definir o que é notícia, qual é a responsabilidade que ele tem, qual é o impacto desta notícia. Qual é a responsabilidade que ele tem com a sociedade, de ser esse intermediário entre os fatos e a sociedade. Eu acho que tem essa preocupação toda com a qualidade dos jornalistas colocados no mercado, então por que não fazer uma prova ao estilo da OAB, pra obter o registro? Mas isso passa também pelo fortalecimento das nossas entidades classistas, que elas até tentaram, mas a nossa categoria não se enxerga como categoria ainda... mas acho que tem funções que só um jornalista pode fazer... a função de editor de um veículo, mexer no texto dos outros, definir a hierarquia das notícias, definir a ordem como elas entram, a abordagem, isso aí é só um profissional diplomado. Não consigo enxergar um *cara* que não tenha diploma em jornalismo fazendo isso.

*Ítalo, 35 anos, casado, dois filhos, coordenador de curso universitário de jornalismo*

Os profissionais querem mostrar que existem algumas competências que são exclusivas dos jornalistas, que somente um jornalista profissional pode fazer. Os jornalistas precisam afirmar: “Eu sou diferente dos outros profissionais”. Nestes depoimentos, predomina a percepção de diferença como identidade, como aquilo que diferencia o grupo dos outros, leigos, *outsiders*, amadores, blogueiros, enfim, de quem não é, de fato, jornalista. Na diferença como identidade, o processo de construção da subjetividade assume uma coerência, constituindo o “eu”.

Falar em diferença como identidade significa pensar em assuntos relacionados à “experiência, subjetividade e relações sociais” (BRAH, 2006). Por meio de sua subjetividade, as pessoas conferem sentido às suas relações com o mundo, construindo a si mesmas neste processo. Nas relações sociais, as pessoas constroem culturalmente suas experiências, que estão inscritas em suas identificações. Na concepção de Brah (2006, p. 371), a identidade é compreendida como o “processo pelo qual a multiplicidade, contradição e instabilidade da subjetividade é significada como tendo coerência, continuidade, estabilidade; como tendo um núcleo – um núcleo em constante mudança, mas de qualquer maneira um núcleo – que a qualquer momento é enunciado como o ‘eu’”.

Quanto aos valores que individualizam a conduta profissional do jornalista, em detrimento do que seria um jornalista considerado “amador”, selecionamos algumas falas das mulheres. É importante ressaltar que esta intenção de marcar fortemente as diferenças entre as fronteiras dos profissionais e dos amadores aparecem muito mais nos discursos das mulheres da geração intermediária. Entre as mulheres jovens, as respostas sobre os “outros” se limitavam à importância do diploma de jornalismo para o exercício profissional. Isto é, os “outros”, na percepção das mulheres recém-formadas, não tinham diploma de graduação em jornalismo. Questionadas sobre o que as torna

profissionais, diferenciando-as dos “amadores”, as jornalistas mais jovens responderam:

O diploma é fundamental! Acredito que qualquer pessoa possa escrever, desde que tenha o conhecimento da língua, obviamente... mas uma reportagem, por exemplo, acredito que somente um jornalista pode fazer. Claro que na realidade aprendemos muito mais na prática do que na teoria, mas se fosse assim, nenhuma profissão precisaria de diploma. Acho que o jornalismo já que vem sendo muito desvalorizado nos últimos anos, retirar o diploma é piorar a situação. E tem coisas que só aprendemos na faculdade, e não digo de escrita, mas sim a psicologia da comunicação, sociologia, filosofia, base cultural mesmo. Estudamos muitos assuntos que nos enriquecem como profissional, que não basta, claro, e não nos torna melhores que outros que escrevem. Mas se estudamos, se existe a profissão, por que não ter o diploma?

*Júlia, 26 anos, solteira, sem filhos, assessora de imprensa freelancer e dona de um site de cultura*

Acredito que é pelo diploma. Por mais que um profissional passe por diversas experiências na carreira, o curso superior de jornalismo oferece informações importantíssimas para o dia a dia do profissional. Acredito que o conhecimento teórico não pode ser substituído totalmente pela prática.

*Janete, 23 anos, casada, sem filhos, redatora de revista CLT*

Por estarem no início de sua carreira, as jornalistas recém-formadas ainda não vivenciaram as tensões e contradições entre sua trajetória profissional e a expectativa contida nas representações sociais acerca da profissão que criam uma história coletiva deste grupo.

A geração intermediária experimenta diferentemente as mudanças na profissão de jornalismo e se posiciona mais criticamente, tentando delimitar seu território de atuação. Elas sabem muito bem com quem disputam o mercado de trabalho. As jornalistas mais jovens recorriam a imagens gerais sobre a profissão, não identificavam claramente um “outro” com o qual precisavam competir. A jornalista mais antiga na carreira, que não experimenta no presente momento as

tensões da profissão, também não mostrava uma grande preocupação em demarcar estes limites.

Para pensar sobre os jornalistas e os amadores na profissão, Elisa usa a diferença de terminologia adotada pelo SJSP, que considera que jornalista é aquele que ganha sua vida nesta atividade:

O jornalista é aquele que ganha a vida com esta profissão... simplesmente... É remunerado por isso, independente de diploma.

*Elisa, 66 anos, divorciada, um filho, jornalista há 49 anos*

Para o SJSP, os profissionais registrados na instituição se dividem em “jornalistas”, que são aqueles profissionais que têm o jornalismo como principal fonte de renda, mas não possuem o diploma de graduação em jornalismo, e “jornalistas profissionais”, que são os diplomados em jornalismo<sup>43</sup>. O jornalista é aquele que obteve o registro por comprovar que trabalhou na área durante um tempo (pelo menos dois anos de tempo de serviço), enquanto o jornalista profissional diplomado é aquele que obteve o registro por meio de um curso superior.

Iolanda, por outro lado, com 14 anos de carreira, reivindica a diferença em relação aos blogueiros, salientando que os blogs “não publicam a informação com o mesmo rigor e com a mesma qualidade do jornalista”. Na percepção de Iolanda, as incertezas provenientes das novas tecnologias e da Internet representam um impacto mais significativo na carreira do que a discussão acerca da obrigatoriedade do diploma de jornalismo. A jornalista faz uma distinção entre trabalho com valor jornalístico e trabalho sem valor jornalístico:

Isso é um assunto polêmico. Normalmente, blog que não é feito por jornalista não é tão confiável. Eles têm uma tendência a vender

---

<sup>43</sup> No Estado de São Paulo, de acordo com o SJSP, dos jornalistas que obtiveram o registro no início de 2011, 56,90% era jornalista e 43,10% era jornalista profissional.

“posts”. Não publicam a informação com o mesmo rigor e a mesma qualidade do jornalista. Eu acho que a qualidade é bastante inferior. Mas com certeza a Internet é um tema polêmico... as vendas caindo, os anúncios caindo, tudo isso se atribui ao impacto da Internet. Mas a queda do diploma, até hoje não influenciou em nada... A maioria dos jornalistas pensa que a faculdade de jornalismo é uma bobagem. Não presta pra muita coisa. A maioria dos jornalistas que eu conheço pensa assim.

*Iolanda, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista feminina.*

A concepção da diferença percebida quer “diferenciar hierarquicamente” e não apenas lateralmente (BRAH, 2006). Iolanda destaca que a qualidade do que é publicado pelos blogueiros é “bem inferior” ao trabalho jornalístico.

Identificamos nestes discursos a diferença como relação social, que é usada por um grupo com a finalidade de relatar suas experiências históricas coletivas. São discursos compartilhados em que as pessoas percebem certos eventos, circunstâncias, situações e práticas culturais como significativos para criarem as condições para a construção de identidades de grupo. Os profissionais mobilizam um discurso da diferença, escolhendo quem deve ser representado como jornalista.

Visando à valorização profissional, Isabel ressalta a necessidade de delimitação das fronteiras da profissão, já que atualmente “todo mundo pode ser jornalista”. A jornalista se preocupa com a seguinte questão: “como diferenciar um jornalista de um não-jornalista” num contexto em que não se exige o diploma específico para a atuação do profissional e que com a Internet, todas as pessoas podem publicar informações na rede:

Acho que o grande desafio hoje é a questão da Internet, não que a Internet vá acabar com o jornalismo, mas a Internet desequilibrou todos os papéis e, paradoxalmente, ela trouxe a necessidade de um jornalista mais qualificado, mais especializado e mais editorializado, porque as pessoas querem edição... só que as empresas estão tão desesperadas com essa necessidade de quantidade, porque a Internet não tem fim, que elas não olham pra essa questão da qualidade... Eu acho que não tem muito uma discussão sobre o diploma entre os jornalistas... eu acho que uma discussão muito maior é sobre o caminho do jornalismo por causa da Internet. Eu acho que a discussão maior é o jornalismo *versus* Internet, será que vai acabar? Porque se

hoje todo mundo fornece informação... Hoje todo mundo informa e é informado, então, de repente, você abre vários espaços ali não só para comentários, mas para envio de vídeos e informações. Ai você vê que às vezes em grandes catástrofes, as pessoas postam no *twitter* e no *facebook* alguns furos, ou seja, informações dadas muito antes das informações dadas pelos veículos oficiais de jornalismo. Então, eu acho que é uma soma, né? Se por lei você diz que não precisa de uma formação especializada para ser jornalista e todo mundo tem como informar numa plataforma, como diferenciar um jornalista de um não-jornalista? Todo mundo pode ser jornalista então, né? E todo mundo está sendo jornalista.

*Isabel, 35 anos, casada, um filho pequeno, editora freelancer*

Isabel quer reivindicar o aspecto em que, como profissional, é diferente dos outros. Neste discurso, o “outro” é definido como sendo o jornalista ruim, o blogueiro, o jornalista “jabazeiro” (que não é isento, que recebe “jabá” para se posicionar ou se abster de escrever sobre determinado assunto) e o amador:

A dificuldade do jornalismo também é, agora principalmente, que não precisa nem mais de diploma, por não ser uma ciência e pela Internet possibilitar que todos sejam publicáveis, então a barreira não existe mais, né? Então, a profissão é desvalorizada automaticamente, porque você não consegue ver a grande diferença entre a informação dada por um jornalista e a informação dada por um amador, mesmo porque também tem muito jornalista ruim, tem muito jornalista “jabazeiro”, comprometido e isso piora mais ainda a classe. Tem os bons jornalistas, mas dentro da classe também tem os maus jornalistas. E aí, com a falta da barreira da publicação... porque antes existia essa barreira, né? Pra você ser publicável, você tinha que passar pelo crivo de alguém, de um jornal, de uma revista, de uma televisão... Agora não, agora todo mundo é publicável na Internet. E tem muita gente fazendo isso de graça, né? Fornecendo informação de graça... e isso é muito difícil, né?

*Isabel, 35 anos, casada, um filho pequeno, editora freelancer*

Para Isabel, que é jornalista *freelancer* especialista em moda, o “outro”, “leigo”, de quem os jornalistas precisam se diferenciar para se afirmar como grupo, são os blogueiros, em especial as “blogueiras de moda”:

Eu vejo muito isso com os *blogs* de moda... hoje, por exemplo, tem um filão de blogueiras de moda que... elas começaram a fornecer este tipo de informação como blogueiras e depois elas começaram a associar empresas a marcas de moda e essas empresas começaram a

dar coisas pra elas, como bolsas e sapatos... e começaram a pagar pra elas falarem bem dos produtos e aí todo mundo no jornalismo começou a olhar isso com preocupação, porque elas começaram a ganhar um status, né? Só que ao mesmo tempo no jornalismo de moda tem muito veículo oficial que faz isso, que vende espaço, e aí também vira um problema, mas ao mesmo tempo, ninguém sabia como criticar isso pelo jornalismo. Porque dizer que isso que elas fazem não é jornalismo... não adianta. Até o momento em que o CONAR pegou isso pelo outro lado, dizendo que isso é uma propaganda enganosa, porque elas estão indicando um produto como se fosse uma escolha pessoal, mas na verdade elas foram pagas pra isso... é, mas precisou vir um órgão de fora, mas pelo jornalismo não conseguiam pegar.

*Isabel, 35 anos, casada, um filho pequeno, editora freelancer*

Segundo Iracema, o jornalista é reconhecido por sua flexibilidade, o que é ainda mais marcante no momento atual, em razão da Internet, que exige do profissional uma postura voltada às “generalidades” de plataformas:

O que eu fui vendo na minha experiência é que pessoas muito intransigentes, sem nenhuma flexibilidade com relação a questões comerciais têm um encaixe difícil no mercado de trabalho... as pessoas cobram de você um generalismo que eu não sei de onde vem, que é por causa da Internet, né? Porque na Internet você tem que fazer tudo. Então, as pessoas acham que você tem que ser um especialista de novo nessa coisa de generalidades... mas as generalidades também de plataformas, né? De televisão, de texto, de saber mexer no photoshop e por aí vai...

*Iracema, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista da área de jornalismo cultural*

Isadora percebe que o que diferencia os jornalistas dos outros é a atualização e informação permanentes. Os jornalistas precisam estar “preparados e atualizados”. Eles se diferenciam dos “outros da Internet” por uma linguagem diferente e “modos diferentes para trabalhar”:

O jornalista não pode parar no tempo... ele precisa se informar... por isso ele é diferente... O profissional não pode dizer: “Ah, eu sei escrever”... não, ele tem que se informar do que acontece... ele não pode dizer: “Ah, hoje eu estou com preguiça, eu não vou ler”... Ele tem que saber, principalmente se ele é especializado em uma área.. A gente tem hoje a Internet, então a gente precisa se diferenciar dos outros da Internet... a gente tem linguagens diferentes, modos diferentes para trabalhar, então o jornalista não pode falar assim: “não,



eu só escrevo pra jornal, só escrevo pra televisão... não! Porque o mercado é muito rotativo, então... e a gente tem que se informar o tempo todo, se atualizar o tempo todo, um profissional tem que se atualizar. É alguém que está preparado e atualizado.

*Isadora, 34 anos, solteira, sem filhos, coordenadora de comunicação e professora universitária*

Ao recorrer às características que o distinguem, o grupo se individualiza, construindo uma representação de um “nós” em oposição ao “outro”. Os jornalistas buscam, então, forjar uma identidade para si mesmos, como grupo, definindo-se em oposição a tudo o que eles não são: amadores, “jabazeiros”, blogueiros, twitteiros, pessoas intransigentes e inflexíveis, com rotinas de trabalho e de vida bem estruturadas, jornalistas ruins, irresponsáveis e sem qualidade ou sem diploma de jornalismo.

Gomide e Nunes (2014) pesquisaram as enfermeiras e enfermeiros obstetras em Goiânia, buscando analisar as dificuldades e enfrentamentos relacionados à construção da identidade profissional em seu processo de profissionalização. Dentre as dificuldades observadas nesta categoria profissional, que é composta de 89,5% de mulheres, os autores ressaltam a questão da autonomia no ambiente de trabalho, com as disputas com a equipe médica, pois enfrentam “um modelo hegemônico hospitalar de intervenção médica” (p. 74). Neste caso, as tensões internas da profissão estão relacionadas às “distinções interprofissionais”. Para alcançar uma autonomia profissional e promover sua atividade, os enfermeiros e enfermeiras obstetras teriam como estratégia oferecer uma assistência personalizada, um “cuidado especial”, definindo assim sua identidade como categoria profissional e diferenciando-se em relação aos outros profissionais.

### **5.2.3. A obrigatoriedade do diploma de jornalismo**

Perguntamos aos entrevistados se existem funções nesta profissão que somente um jornalista diplomado na área pode executar. Nossa intenção era

compreender como os profissionais percebem sua profissão, como experimentam os processos de identificação e qual é a importância assumida pelo diploma nesse campo. Vimos anteriormente que os jornalistas se veem como diferentes e tentam afirmar as diferenças entre seu grupo e os *outsiders*, mas, objetivamente, existem competências exclusivas dos jornalistas?

Destacamos aqui as falas de professores e professoras de jornalismo, de um coordenador de curso universitário de jornalismo, de editoras de mídias diversas e de um representante sindical. Em seus discursos, procuram resolver a seguinte dificuldade: querem compor um grupo profissional valorizado, visto como socialmente relevante, qualificado, mas reconhecem que não há funções que somente um jornalista tem competência profissional para realizar, pois entendem que o saber exigido pela profissão não é tão especializado que não possa ser obtido no ambiente de trabalho.

De acordo com Isadora, embora o jornalista possa se formar na redação, recebendo os ensinamentos com os veteranos da profissão, as empresas podem não estar dispostas a ensinar e preferem o “profissional pronto”, que aprendeu a técnica no curso universitário. Ao ser indagada se existem funções que só um jornalista formado em jornalismo pode executar, e se a formação acadêmica dá alguma especificidade ou exclusividade para o jornalista, Isadora afirma que:

Não, ele aprende na redação. Se ele fizer um treinamento dentro da redação, por tempo de serviço, ele vai saber fazer aquilo... Mas pra isso, ele já tem que ser uma pessoa mais velha, o veículo tem que estar disposto, tem que ter esse tempo pra ensinar... Coisa que não tem! Então, eles querem o profissional pronto. Quando sai da faculdade, o aluno recém-formado não tem a experiência, se ele não fez nenhum tipo de estágio, mas ele sai pronto, ele tem a técnica. A formação acadêmica oferece isso pra ele, a técnica, total, e pra todos os meios.

*Isadora, 34 anos, solteira, sem filhos, coordenadora de comunicação e professora universitária.*

Isabel não cita a importância do diploma, mas afirma que o profissional que deveria ter uma exclusividade de atuação é quem tem uma técnica para ter “esse olhar que prioriza a informação e o interesse de quem é informado”:

Eu acho que há funções que só uma pessoa treinada pra ter esse olhar que prioriza a informação e que a informação seja de interesse público, e que priorize, acima de tudo, o interesse de quem é informado e que tenha técnicas pra isso, pra depurar essa informação.

*Isabel, 35 anos, casada, um filho pequeno, editora freelancer*

Para Iracema, “nada impede” que um jornalista sem diploma faça um bom trabalho. As características escolhidas pela profissional para mostrar o valor de um jornalista, como “qualidade de texto”, “bagagem cultural”, “conhecimento específico”, “disposição para estudar”, superam o nível da formação escolar:

Eu não acho que o diploma hoje tenha grande valor... acho que o mais fundamental para o jornalista é que ele tenha, no caso do impresso, uma qualidade de texto, uma relação com o mundo, uma bagagem cultural que seja mínima, e dependendo da área em que ele vai trabalhar, que ele tenha um determinado conhecimento específico ou, pelo menos, o interesse e a disposição para estudar e para investir nisso. E eu acho que nada impede que uma pessoa sem o diploma, que tenha, de repente, começado 1, 2, 3 faculdades e que não tenha concluído nenhuma, mas que tenha o texto incrível e seja uma pessoa interessante, acho que nada impede que ela faça um bom trabalho.

*Iracema, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista da área de jornalismo cultural*

Iolanda enfatiza que a faculdade de jornalismo “dá uma noção” sobre a profissão. Para ela, uma pessoa com diploma de jornalismo que aparece na redação tem, pelo menos, uma ideia acerca do que constitui a profissão:

Eu nem sigo determinação de diploma... pra mim poderia ser uma pessoa formada em veterinária para ser meu estagiário, só que o estagiário de jornalismo já vem com pouca bagagem, mas ele tem uma noção do que que ele está falando. Agora, se vier uma pessoa de outra profissão, ele não vai ter a menor noção. Vai acabar me dando mais

trabalho ainda pra eu ter que treinar essa pessoa e fazer ela entender o que ela está fazendo aqui. Querendo ou não, a faculdade de jornalismo já dá uma noção... primeiro, já seleciona as pessoas que estão mais interessadas na carreira, e segundo, já dá uma noção do que que é o mercado, do que que é a profissão. Então, a pessoa já chega com um preparo, mínimo que seja, mas com uma ideia mais próxima da realidade. E também a gente não recebe tanto currículo de estudantes de outros cursos. Eu nunca recebi currículo de ninguém que não seja estudante de jornalismo querendo trabalhar. Nunca vi. Pode ter em outras redações, mas na minha nunca chegou.

*Iolanda, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista feminina*

Ao pensar sobre as competências dos jornalistas, Igor menciona as consequências da decisão do STF de 17 de junho de 2009 a respeito da queda da obrigatoriedade do diploma. Segundo Igor, a falta de exigência de formação acadêmica na área compromete a exclusividade do trabalho e representa uma forma de desqualificar o jornalista. Deveria haver, no entanto, um meio de conferir exclusividade ao grupo dos jornalistas, como uma forma de organização da categoria e de valorização da profissão:

O problema é que não há nada que só um jornalista pode executar. Mas acho que o diploma deveria dar alguma exclusividade. Não tem nada que uma pessoa comum não possa fazer, mas eu acho que deveria ser obrigatório pra ser um editor ou pra ter uma reserva de mercado... Nesse sentido, mas não que tecnicamente uma outra pessoa não consiga fazer.... Pra ter uma ordem também, né? Porque menosprezou uma classe, né? O mercado já absorvia pessoas que não eram jornalistas. Você pode escrever, ser um comentarista, você pode ser um colunista, você pode participar, mas poderia continuar tendo essa restrição, pelo bem da profissão, né? Acho que foi como se o governo falasse: olha, o jornalista não vale nada, então, o que ele falar não é nem reconhecido... Porque já existia, né? Todo mundo já trabalhava sem diploma. Já era comum, já era feito no mercado. Nas redações tinham também pessoas que trabalhavam e que não tinham o diploma. Normalmente os revisores são pessoas que fizeram Letras, né? É, dava uma legitimidade, dava um caráter mais de seriedade à profissão.

*Igor, 34 anos, solteiro, sem filhos, editor PJ de uma revista online e professor universitário*

A decisão do STF apenas oficializou uma prática adotada pelas empresas jornalísticas. Na percepção do jornalista, a categoria perdeu sua legitimidade: é como se falassem que o “jornalista não vale nada... o que ele falar não é nem reconhecido”.

Por não compartilhar de alguns padrões distintivos das profissões, como a autoridade técnica, domínio do conhecimento, autonomia, obtenção do título superior e uma regulamentação através da organização de um código de ética, o jornalismo não consegue assegurar uma reserva de mercado a seus profissionais.

Para Freidson (1996), o controle advindo da lógica profissional tem legitimidade para ter o monopólio sobre a atividade profissional na medida em que gerencia um conhecimento especializado valorizado pela sociedade. Isto é, somente se for entendido como socialmente relevante que o mercado de trabalho seja circunscrito aos profissionais devidamente credenciados. A reserva de mercado de trabalho é garantida “pela exigência de que somente aqueles com credencial ocupacionalmente emitida, certificando sua competência, possam ser empregados para executar uma série definida de tarefas” (FREIDSON, 1996, p.145). Segundo esta lógica, quanto maior o nível de instrução e treinamento exigidos para entrar em um campo profissional, maior será a capacidade destes profissionais de tornar o exercício de sua profissão exclusivo a seus membros, garantindo a jurisdição sobre sua profissão.

A profissão, no propósito de assegurar as delimitações de jurisdição (área do saber que é juridicamente protegida) que envolvem seu trabalho, deve convencer a sociedade de que somente seus membros especializados podem ter o domínio do mercado de trabalho. O profissional seria o único, de fato, capaz de julgar se seus pares podem ser classificados e reconhecidos socialmente como “profissionais”. A este respeito, a fala de Ítalo, com a finalidade de justificar a importância da formação acadêmica no curso de jornalismo, ressalta os aspectos que não se limitam às competências técnicas e que, por isso, não podem ser aprendidos no ambiente de trabalho:

Não é assim uma afronta total, mas... a pessoa fez um curso superior em Ciências Sociais ou em Direito, ela até pode desenvolver algumas capacidades, ou ter algumas competências interessantes pra atuar em algumas áreas do jornalismo. E aí ela pode aprender a técnica depois, mas será que tudo aquilo que um jornalista realmente precisa, nesse campo que eu te falei, dessa parte ética, dessa parte da responsabilidade, foi desenvolvida essa parte mais conceitual, teórica, filosófica, foi desenvolvida nesse curso. Porque a técnica eu tenho certeza que ele aprende, independente de onde ele fizer. A minha preocupação é se o que o jornalista precisa aprender, ele também obteve nos outros cursos superiores que ele conseguiu e se ele vai obter também na prática, o que eu acho que não.

*Ítalo, 35 anos, casado, dois filhos, coordenador de curso universitário de jornalismo*

Erick expõe sua opinião sobre a importância do diploma para o exercício profissional do jornalismo. O jornalista argumenta que, embora a primeira transmissão do rádio no Brasil tenha sido em 1922, o primeiro diploma de jornalismo foi expedido apenas em 1951 – já que o primeiro curso de jornalismo no Brasil, o da Cásper Líbero, é de 1947 e em 1951 a primeira turma deste curso se formou. Além disso, a lei que passou a exigir o diploma é de 1969, isto é, foram quase 20 anos em que, mesmo com a existência do diploma de jornalismo, não havia a obrigatoriedade do diploma:

Acho que não é necessário ter um diploma para ser um bom jornalista. É complicado, porque eu sou professor de um curso superior... Em tese, quem fez a faculdade está mais bem preparado... Se até 1951 não existia o diploma e se até 1969 não tinha a exigência do diploma e tinha jornais muito bons, jornalistas muito bons e que faziam jornalismo numa época muito mais difícil... porque hoje, às vezes, você precisa fazer uma matéria: “ah, vai no google”... Antes de existir a obrigatoriedade do diploma em 1969, não existia o *google*, não existia a Internet, o *cara* pra ter certeza do que ele estava falando, ele tinha que ir lá e perguntar ou ele tinha que pegar o telefone, hoje pra tudo vai no “deus *google*”... Então, eu posso ter um *cara* que tem diploma e que vai trabalhar como um amador... nas suas atitudes, no seu dia-a-dia... Independente de qual universidade o *cara* fez graduação, porque tem competências que são dele ou que ele vai desenvolver... ou porque talvez ele vai aprender um pouco mais no estágio... Jornalismo é treino... Não tem isso de dom, eu acho que é estudo e treino... o que que é o treino? Tem que ler e escrever... se o *cara* não ler e escrever e falar “ah, eu tenho vocação”, não tem vocação nada... Você precisa ler, porque você precisa ter estilo de texto, vocabulário... se meu vocabulário for limitado, meus textos serão limitados. Como é que eu vou ampliar vocabulário? Lendo.

*Érick, 39 anos, casado, dois filhos, assessor de imprensa freelancer e professor universitário*

Érick é professor de curso universitário de jornalismo. Já atuou como coordenador do mesmo curso. Apesar de estar envolvido com a formação universitária de jovens jornalistas, acredita que não é necessário ter um diploma para ser um bom jornalista: “É complicado, porque eu sou professor de um curso superior”. Érick nos conta um pouco sobre sua experiência como coordenador do curso, em que ele precisou “conviver com a angústia” e as incertezas da queda da obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício profissional. Contudo, percebe que “não mudou nada”, sempre houve excelentes jornalistas sem diploma de jornalismo:

Não mudou nada, zero... em termos de contratação não mudou nada... Quem for bom vai pro mercado, independentemente de ser jornalista ou não.... aí você vai encontrar *cara* que fez Rádio e TV... que fez Relações Públicas. Você vai encontrar *cara* que fez engenharia e foi para o jornalismo e virou jornalista... Sociólogo, um monte de sociólogo, historiador, advogado, filósofo... um monte nos jornais, você vai nas redações e encontra um monte desses *caras*... e que são bons, são bons jornalistas, são bons repórteres. Tem excelentes jornalistas que não têm diploma de jornalismo. Eu convivi muito com essa angústia no período de 2009, eu ainda era coordenador do curso de jornalismo aqui... e aí assim foi um período de muita angústia pra gente e pros alunos que estavam no curso também.. a gente teve uma certa evasão e tal...

*Érick, 39 anos, casado, dois filhos, assessor de imprensa freelancer e professor universitário*

Destacamos novamente a forma como o jornalista se refere aos jornalistas. A representação que ele tem em mente é de um *cara*, apesar de seu curso ter uma proporção maior de mulheres entre os alunos. Como ele informou, as mulheres correspondem a mais de 60% dos matriculados no curso de jornalismo em que ele é professor.

Na perspectiva do SJSP, a defesa da obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício profissional tem como fundamento o argumento de valorização do profissional, em termos de negociação salarial, já que a profissão na atualidade é vista, na avaliação da instituição, como uma categoria rebaixada e que se encontra com as “pernas quebradas” pela decisão do STF. Em razão disso, a categoria pode perder forças no momento das negociações salariais que o sindicato enfrenta anualmente para definição do piso salarial:

No sindicato, a gente defende o diploma por conta dessa questão da qualificação da profissão, de dar um *plus* no sentido corporativo mesmo. É uma questão de status, mas não é só isso, é o conhecimento que a pessoa carrega e a valorização profissional que ele tem com o conhecimento acadêmico. Ele custa mais caro... Hoje já é uma profissão que está com as ‘pernas quebradas’.

*Emerson, 59 anos, divorciado, duas filhas, ocupa um cargo de liderança no SJSP*

Além disso, esta questão trouxe outra discussão à categoria, a saber: os profissionais não diplomados podem ser sindicalizados? Por entender que a função fundamental da instituição consiste na defesa do trabalhador como força de trabalho, e considerando o profissional de jornalismo como aquele que é remunerado para realizar sua função (como principal renda mensal), e que atua no jornalismo há, pelo menos, dois anos, o SJSP – embora esta decisão não seja compartilhada por grande parte dos sindicatos dos jornalistas no Brasil – fornece o registro de jornalista para todos os profissionais, diplomados ou não. Sobre a problemática de sindicalizar ou não os jornalistas não diplomados, Fernando afirma que a posição do sindicato é representar a categoria em sua totalidade:

Do ponto de vista do sindicato, nós temos que representar esses trabalhadores. Nós somos um sindicato de trabalhadores, nós não somos uma associação. E se nós criarmos esta diferença na base da categoria, ou nós vamos inventar o segundo sindicato de jornalistas não diplomados, ou vamos deixar que uma parte da categoria que trabalha sem diploma não tenha representação, não tenha voz como trabalhador.



*Emerson, 59 anos, divorciado, duas filhas, ocupa um cargo de liderança no SJSP*

Na visão do sindicato, a decisão do STF faz parte de um processo para tentar “desmobilizar os jornalistas”, em razão de sua atuação na formação da consciência pública do cidadão. Nesse argumento, as decisões são políticas e atendem aos interesses dos veículos de comunicação que visam à desvalorização dos profissionais do jornalismo:

A quem interessa tudo isso? Quem promoveu isso? As empresas... um grande jornal e a ABRARJ, que foi quem entrou com o processo para a queda da exigência do diploma. É de interesse das empresas... não que eles vão querer contratar pessoas desqualificadas. O interesse é desconcertar a profissão, para que a relação capital e trabalho seja fragilizada. Esse é o grande interesse deles. É terrível isso aí, maquiavélico, maldoso.

*Emerson, 59 anos, divorciado, duas filhas, ocupa um cargo de liderança no SJSP*

Nascimento (2011b) pesquisou sobre como o jornalismo brasileiro foi, nos últimos anos, objeto de disputas judiciais, o que resultou na decisão do STF de 2009 de instituir a não obrigatoriedade do diploma universitário de jornalismo para o exercício profissional. Analisando as disputas desde o século XIX ocorridas no mercado de trabalho e nos ambientes da política e do judiciário, o autor argumenta que as decisões judiciais estão condicionadas à “politização da expertise”.

### **5.3. As percepções sobre as diferenças de gênero na carreira**

#### **5.3.1. Discursos contestados da diferença**

O discurso do profissionalismo – que cria a representação do grupo, de um “nós” composto de jornalistas competentes, profissionais, contadores de histórias, honestos, isentos, comprometidos com a verdade e a ética – é feito para construir o apagamento das diferenças de gênero na carreira.

O discurso do profissionalismo é empregado por alguns grupos que buscam fazer uma representação do todo, forjando a construção de identidades profissionais e dos sentimentos de pertencimento ao grupo. Assim, o sentimento de pertencimento à profissão, materializado na neutralidade do profissionalismo, pode apagar as especificidades e esconder a heterogeneidade do grupo. Uma das formas de experimentar o gênero é enfatizando a identidade na profissão, ao mesmo tempo em que a diferença de gênero, como relação social, ou seja, como experiência compartilhada no grupo, é apagada, isolada na subjetividade, na interioridade socialmente produzida, que fica restrita à intimidade.

O mundo das profissões orienta-se, em geral, por práticas e valores masculinos, fundamentados na neutralidade e racionalidade. Assim, a “eficácia simbólica” da profissão se expressa em razão de a sociedade confiar na *expertise*, reconhecendo sua autoridade. A ideologia por trás da *expertise* é de que o saber é neutro. E o saber se afirma neutro à sociedade justamente porque se aplica sem distorções, utilizando exclusivamente este conhecimento (BONELLI, 2010).

De acordo com Bonelli (2010), como o gênero permanece sendo uma eterna desvantagem, as mulheres de nível superior empenham-se em realizar um “apagamento de gênero”, contestando, por meio de sua negação, a “reprodução de dominação e sujeição” do gênero. Nos termos da autora: “O apagamento do gênero como diferença identitária é uma ação promovida por sujeitos [...] A experiência na profissão traz mais reconhecimento e valorização social, reforçando a identificação profissional perante o pertencimento a outra comunidade, como a de gênero” (p. 278). É o caso de juízas que buscam “apagar a diferença por meio da neutralidade da *expertise*”:

A neutralidade não é um saber abstrato descolado do corpo. Ela ganha forma física, na postura imparcial, no vestir, na conduta nas relações profissionais com os pares, os jurisdicionados, a mídia mas também nas relações sociais mais amplas [...] A vivência dessa forma de ser, desse estilo de vida promove o sentimento de pertencimento [...] Os resultados alcançados nesse processo trazem realização, tornando os membros da carreira ativos promotores da disposição interiorizante da subjetividade e do apagamento da diferença como identidade do eu ou como identificação coletiva proclamada (p. 277).

Segundo Brah (2006), há uma diversidade de formas pelas quais os discursos da diferença são “constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados”. A forma como a mulher que realiza o “apagamento de gênero” experimenta o gênero é mantendo-o na intimidade, na subjetividade, não na prática da profissão. Os valores profissionais são exaltados por resultarem em maior reconhecimento da profissional, o que conduz as mulheres a reforçarem sua identidade profissional em detrimento da de gênero, que estaria ligada a estereótipos negativos.

Pensando sobre sua trajetória profissional de quase 50 anos dentro do jornalismo, Elisa nega a diferença como relação social. Em sua percepção, “trabalhar dobrado” contribuiu para apagar as marcas de gênero e permitiu que seu valor como profissional pudesse se destacar, já que tinha “fama de trabalhar muito”.

Eu nunca fui discriminada por ser mulher. Não posso considerar isso. Talvez tenha sido e não tenha percebido. O que me levou a não ser é que eu tinha até a fama de trabalhar muito. Eu tinha que trabalhar dobrado pra valer um homem! Eu trabalhava muito! Eu era a única pessoa a escrever todos os textos no programa de televisão em que eu trabalhava. Eu só fui ter minha primeira auxiliar meses depois...

*Elisa, 66 anos, divorciada, um filho, jornalista há 49 anos*

A identificação à diferença de gênero como relação social é suprimida em favor da identificação ao profissionalismo. “Trabalhando dobrado”, Elisa considerava que alcançaria o mesmo valor de um homem e, na sua concepção, como resultado, esse esforço fez com que nunca experimentasse nenhuma situação de discriminação de gênero. A jornalista contesta a diferença querendo

dizer que não reivindica um tratamento diferenciado por ser mulher. Para isso, faz referência a elementos que remetem à neutralidade do profissionalismo e busca demonstrar que em sua trajetória profissional esteve no mesmo nível dos homens, pois ocupou por diversas vezes cargos de chefia:

Por exemplo, eu já exerci chefia várias vezes. As revistas têm editoras, diretoras, mas as decisões ainda cabem aos homens. Eu vejo que os melhores cargos ainda ficam com os homens, nas chefias... mas tem muitas mulheres na chefia... e eu fui uma delas há muito tempo, então eu não posso dizer nada contra isso. Eu examino uma pessoa pelo talento, potencialidade, possibilidade, grau de informação que ela tem. Nunca penso se é homem ou mulher. Agora, tem uma coisa: aparece muito mais mulher do que homem, em todas as posições.

*Elisa, 66 anos, divorciada, um filho, jornalista há 49 anos*

Sua subjetividade, concebida como “interioridade” (BRAH, 2006), é formada e internalizada no processo de constituição do sujeito. Elisa foi jornalista em um período muito difícil, começou na carreira ainda na década de 1960, período em que existiam pouquíssimas mulheres na profissão. Ainda assim, contesta a diferença como relação social. Coloca a diferença no âmbito da intimidade, transformando-a em sentimentos, emoções muito íntimas. Ao relatar sua trajetória, Elisa afirma que “tinha um problema em casa”: seu salário era maior que o de seu marido:

Nessa época, o mercado de trabalho feminino ainda era pequeno. Até então, a mulher que trabalhava era vista assim: ou trabalha para os seus alfinetes, como se dizia, ou para ajudar o marido. E foi assim por muito tempo, mesmo que ela ganhasse mais. Eu mesma tinha um problema em casa. Eu ganhava mais do que meu marido e eu não podia falar nisso... não podia tocar no assunto. Eu sabia e ele sabia, mas ninguém falava nisso. A gente simplesmente não falava no assunto.

*Elisa, 66 anos, divorciada, um filho, jornalista há 49 anos*

Elisa fala sobre a questão da conciliação da vida familiar e profissional a partir da sua realidade. Podemos perceber em seu depoimento que a diferença

não se restringe à discriminação. Aqui vemos a diferença como experiência, sendo que a maternagem assume um papel central neste aspecto:

Eu me arrependo de uma coisa na minha carreira: eu trabalhava muito e ficava pouco com meu filho. Eu acho que hoje ainda acontece essa frustração. Olha, o homem com dedicação integral parece que não é um sacrifício em relação à família. Mas eu acho o pai tão importante quanto a mãe. Agora, eu ficava muito tempo trabalhando fora, muito, muito... Eu gostaria de ter me aproximado mais do meu filho, de ter tido essa possibilidade... De ter a Internet antes, porque aí eu poderia vir pra casa e escrever aqui e mandava por email e pronto. Mas, não, a gente tinha que ficar lá na redação. Nossa, eu chegava muito cedo no trabalho e saía muito tarde. Sempre foi assim. E quando eu trabalhava em produtoras, como *freelancer*, às vezes, quando eu tinha dois dias para entregar um trabalho, aí eu trabalhava de madrugada. É, eu sacrifiquei minha família, infelizmente. Não porque eu gostava, mas porque eu precisava, senão não teria como sustentar a casa, colocar comida na mesa.

*Elisa, 66 anos, divorciada, um filho, jornalista há 49 anos*

Da mesma forma, Isadora afirma que é respeitada por sua equipe, já que “entende” e “domina o assunto”. A jornalista usa o discurso do profissionalismo, com referência à competência e domínio do conhecimento, para justificar porque não sofreu discriminação de gênero em sua carreira. Ela acredita que por ser competente e ter o domínio sobre seu trabalho, nunca sofreu resistência em seu trabalho:

Nunca senti resistência por ser chefe da equipe. Nem quando eu trabalhei em TV, porque quando a gente entende... Eu acho que o problema de resistência é quando a equipe nota que você não sabe sobre determinado... mas quando a profissional tem domínio, a equipe não tem resistência.... Se não domina o assunto, se tem dúvida, aí a equipe não respeita. Aí perde o respeito mesmo... E a mulher prova competência trabalhando! É por tempo de trabalho. Não tem outro jeito. Ninguém sai totalmente formado... A gente não sai com toda a credibilidade da faculdade. O que prova isso então é o tempo de serviço. É o tempo que você tem de trabalho.

*Isadora, 34 anos, solteira, sem filhos, coordenadora de comunicação e professora universitária*

Contrapondo a percepção da diferença como uma prática excludente e discriminatória, Isadora busca mostrar que muita coisa mudou no jornalismo nos últimos tempos, embora o cargo mais poderoso em sua empresa seja ocupado por um homem:

Acho que hoje já melhorou muito. Hoje as mulheres já alcançam isso. É... eu sou coordenadora de comunicação. Eu só tenho um gestor acima de mim, que no caso ele é um padre porque todos os gestores lá são padres, mas eu sou a principal abaixo dele... As mulheres já ocupam um lugar de destaque... Em grandes veículos e em grandes empresas também, que aí é no corporativo, a comunicação corporativa, empresarial... aí principalmente você vai achar muita mulher trabalhando.

*Isadora, 34 anos, solteira, sem filhos, coordenadora de comunicação e professora universitária.*

É uma estratégia usada pelas mulheres para contestarem a naturalização das diferenças de gênero, percebendo a diferença com igualdade. Como afirma Bonelli (2010, p. 279) sobre as juízas: as mulheres “que contestam a diferença e negociam os sentidos da igualdade na carreira embaralham as distinções consolidadas e desnorteiam classificações fixas, pensando as fronteiras de uma nova forma”.

Entre os homens, também podemos perceber em alguns discursos como a diferença de gênero é negada em defesa do discurso do profissionalismo. Ao dar início ao bloco das questões de gênero, os homens passavam a dar respostas muito curtas, mostrando-se desconfortáveis e limitando-se a dizer “não sei”, “não há diferença nenhuma”, “isso não existe” ou “não sei, porque eu sou homem, né?”. A diferença era reconhecida como “essência”, “natureza” de homens e mulheres, mas quando perguntados exatamente sobre as “diferenças de gênero” na profissão, afirmavam que isso não havia no jornalismo. O enfoque de sua narrativa era na “postura profissional neutra” (BONELLI, 2010), reforçando os valores que remetem à neutralidade do profissionalismo, a partir do argumento

de que as competências e habilidades dos profissionais não obedecem a uma divisão por gênero:

Dê gênero? Masculino e feminino? Não, é tudo igual... não tem diferença. Sem falar do que tem de homossexual pra todos os lados, nas redações... Então, essa questão de gênero, eu acho que essas competências e habilidades são independentes de gênero. O jornalista tem que conhecer o mundo, conhecer culturas... Das habilidades, se fala muito em agilidade, o jornalista tem que ser ágil... A agilidade de raciocínio, é esta a agilidade que o jornalista precisa ter, ele precisa sacar logo... que aí é treino, né, é prática... tomar decisões rápidas... Desde pequeno, desde que eu resolvi fazer jornalismo, que eu vejo mulheres fazendo reportagem na televisão, nos jornais, mulher escrevendo... e em cargos de chefia também. Eu não vejo muito essa diferença. Talvez lá atrás tivesse um pouco, mas era uma coisa mais ou menos assim: ah, porque o homem é aventureiro, o homem que vai viajar... Porque o repórter precisa viajar... Outros tempos, né? Aqui no Brasil a gente ainda vê que o cara que vai pra guerra é homem, mas também tem mulher que faz cobertura da guerra... A Ana Paula Padrão foi pro Paquistão, quando mataram o Bin Laden... Então tem, né?

*Érick, 39 anos, casado, dois filhos, assessor de imprensa freelancer e professor universitário*

O que define um jornalista competente, que seria um espírito investigativo, um faro para a notícia, não se diferencia entre homens e mulheres, considerando que as “competências e habilidades são independentes de gênero”. As diferenças entre homens e mulheres são vistas como naturais. Em sua percepção, como “prova” de que não há diferenças de gênero nem preconceito no jornalismo, ele afirma: “sem falar do que tem de homossexual pra todos os lados, nas redações”.

Emerson também recorre aos valores do profissionalismo para dizer que mesmo existindo, as diferenças de gênero não importam na profissão, pois são superadas pela competência profissional:

Às vezes eu tento adivinhar se o texto que eu estou lendo é de um homem ou de uma mulher, mas é só nessa questão, acho que há diferença nesse aspecto, a linguagem feminina é diferente... mas acho que o que prevalece é a competência profissional, o resultado final do

trabalho, o texto do jornalista, e aí, a maneira de exercer a profissão acaba sendo a mesma coisa.

*Emerson, 59 anos, divorciado, duas filhas, ocupa um cargo de liderança no SJSP*

Na opinião de Igor, o conhecimento do profissional e seu relacionamento interpessoal são mais relevantes para a carreira do jornalista:

É recente que a mulher vem conquistando espaço... Mas comparando com outras profissões, talvez o jornalismo tenha até mais mulheres na chefia do que em outras profissões. Porque é muito liberal mesmo no jornalismo, não tem muito preconceito... é uma questão cultural, de escrever, de ter ideias, não tem isso de preconceito. A pessoa se destaca, não pelo sexo, mas pelo conhecimento, pela questão do relacionamento pessoal. É claro que em algumas áreas sim, a área do esporte tem mais preconceito... porque a primeira impressão é: o quê que ela vai saber de futebol? Isso ainda tem esses preconceitos, mas no dia-a-dia, numa área não específica, aí não.

*Igor, 34 anos, solteiro, sem filhos, editor PJ de uma revista online e professor universitário*

Eduardo também nega as diferenças entre homens e mulheres no jornalismo. Diz que presenciou exclusivamente uma diferença de tratamento aos deficientes físicos nos jornais em que atuou:

Nos lugares onde trabalhei nunca vi distinção por nada, a não ser com deficientes físicos que têm dificuldades de locomoção e, portanto, ficavam na redação... Acho que não tem diferença nenhuma entre homens e mulheres... Já tive várias chefes mulheres, incluindo direção de jornalismo.

*Eduardo, 45 anos, casado, sem filhos, repórter de televisão*

### **5.3.2. Construções fixas da diferença**

Brah (2006) esclarece que algumas construções da diferença baseiam-se em “fronteiras fixas e imutáveis entre grupos tidos como inerentemente



diferentes” (p. 374). Identificamos nos discursos dos jornalistas diversas construções essencialistas de fronteiras de grupos. Aqui os discursos da diferença são reproduzidos. O simples reconhecimento da diferença entre homens e mulheres no jornalismo pode se dar por visões estereotipadas que identificam categorias unitárias, que são entendidas como natural e essencialmente opostas. É recorrente a percepção de que a diferença de gênero na carreira é resultante da natureza de homens e mulheres. No jornalismo, a representação de papéis fixos femininos e masculinos assume grande importância, já que a própria interpretação da experiência de ser jornalista passa por elementos essencializantes, naturais, permanentes: os jornalistas se imaginam como vocacionados, com talento para escrever, com uma missão ou sacerdócio. Além disso, embora as mulheres se constituam como o grupo que mais investe na carreira, com maior proporção de diplomadas, as distâncias entre o saber teórico e o saber profissional dos jornalistas e todas as tensões entre a formação escolar e a prática profissional remetem a este imaginário de que são profissionais “naturalmente” talentosos. O modo como o gênero se essencializa pode ser observado em diversas falas. Isabel e Iara falam sobre as diferenças de se trabalhar com homens e mulheres:

Eu acho que homem é mais duro no trato, sabe? Aí se o negócio ficar ruim, ele diz mesmo: isso aí ficou uma porcaria, e aí você vai chorar no banheiro. E a mulher tem mais jeito, mas no final ela é mais dura, talvez até porque ela não fale o que ela deveria falar, porque ela toma mais cuidado, e aí depois é mais difícil.

*Isabel, 35 anos, casada, um filho pequeno, editora freelancer*

O meu trabalho, por exemplo, de 10 jornalistas, há apenas 1 homem... É difícil... Mulheres, de maneira geral, são muito competitivas entre si, levam coisas para o lado pessoal. Já os homens são mais objetivos e menos encrenqueiros. É sempre bom haver equilíbrio na equipe.

*Iara, 38 anos, solteira, sem filhos, assessora de imprensa CLT*

As preferências por áreas no curso de jornalismo também são vistas como naturalmente orientadas:

No curso de jornalismo, menino fala que vai trabalhar com esporte. Então, eles têm essa tendência ao esporte... pode ser qualquer um, pode ser rádio, pode ser TV, pode ser jornal. As meninas se dividem... a gente tem as que querem televisão, e tem as de revista... Menina gosta muito de revista, porque é um texto mais trabalhado, você pesquisa muito mais, você tem mais tempo pra fazer.

*Isadora, 34 anos, solteira, sem filhos, coordenadora de comunicação e professora universitária*

E, depois, para se inserirem no mercado de trabalho, os homens têm uma “inclinação maior ao poder”, sendo naturalmente ambiciosos:

Talvez, o homem tenha uma inclinação maior a ser motivado pelo poder, né? Mas aí eu acho que não é só no jornalismo, é do gênero mesmo. Então, os homens podem ser mais ambiciosos nesse sentido, e a maioria das mulheres quer um equilíbrio entre vida profissional e pessoal, mas não acho que isso é uma característica do jornalismo, acho que é humana. E acho até que os jornalistas homens são menos ambiciosos que os outros profissionais em geral. Eles não têm essa ânsia por dinheiro, até porque se tivessem, não seriam jornalistas.

*Iolanda, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista feminina*

Júlia entende que as mulheres têm mais sensibilidade, intuição e senso de percepção, e são mais competitivas, porque precisam “provar” que são capazes:

Olha, não vejo desvantagem porque acredito que cada um tem uma forma de agir e de oferecer. Mulheres são mais sensíveis, mais intuitivas e tem mais senso de percepção, positivo ao jornalismo. Os homens são mais analíticos, duros e racionais... Então, quando não puder mais seguir o ritmo de uma redação, por exemplo, a mulher vai saber... que pode optar por escolher outra área mais tranquila, como a assessoria de imprensa...Acho as mulheres mais competitivas, mas com certeza é porque é mais difícil alcançar o sucesso e temos que mostrar com todas as nossas forças e capacidade que somos capazes.

*Júlia, 26 anos, solteira, sem filhos, assessora de imprensa freelancer e dona de um site de cultura*

As representações estereotipadas também estão presentes na fala de Isadora: “a mulher é mais organizada”, tem um “lado mais sentimental” e sabe “lidar com pessoas diferentes”. Este tipo de discurso pode sinalizar um “essencialismo estratégico”, a que se refere Brah (2006, p. 376), por “afirmar uma diferença aparentemente essencial” a fim de recorrer a “laços de experiência cultural comum” para defender suas posições como sujeito dominado. Na opinião de Isadora, a sensibilidade é valorizada como uma competência específica das mulheres. A jornalista justifica a exigência das empresas de que o “funcionário seja mulher”, em razão de “a mulher ser mais organizada”, “cumprir com prazo”, “saber lidar com pessoas diferentes” e ter “esse lado mais sentimental”. Enfim, “a mulher”, vista como uma categoria unitária, universal, teria “essa sensibilidade que o mercado gosta”. A diferença, nestas falas, é percebida como um “meio de afirmar a diversidade” (BRAH, 2006):

Não, a característica é a mesma. O que a gente tem ainda é um tipo de preconceito, mas eu acho que isso é geral no mercado de trabalho. A mulher ainda ganha, a gente tem piso... Mas a gente sabe que lá dentro, a gente sabe que o valor varia... Tem salário de mulher e salário de homem. Isso é normal... Isso existe ainda em todas as profissões. Então, a mulher prova o tempo todo que ela é competente, mas hoje a gente tem várias empresas que determinam que “eu quero que este funcionário seja mulher”... Porque a mulher é mais organizada, de cumprir com prazo, saber lidar com pessoas diferentes... A mulher tem esse lado mais sentimental, consegue lidar um pouco melhor. Então, a gente hoje tem empresa que já exige que a vaga seja pra mulher. Então, além de ser a profissional... que é igual a do homem... Ela tem que seguir... Ela tem essa sensibilidade que o mercado gosta. Eu, por exemplo, a minha equipe... E é diversa, eu tenho homem e tenho mulher na equipe... Então às vezes você precisa... Às vezes você tem um que é mais nervoso, um que é menos. Às vezes a pessoa tem crise, e chora! Mas a mulher consegue lidar... a organização... Mas a mulher tem que estar provando... Dizendo, eu sou competente. Mas depois que ela chega e prova competência, aí eu acho que não tem mais problema.

*Isadora, 34 anos, solteira, sem filhos, coordenadora de comunicação e professora universitária*

A percepção de que a mulher tem que “chegar e provar competência, e aí não tem mais problema” mostra que para ser reconhecida na profissão, as mulheres precisam se diferenciar da expectativa que se tem sobre como seria a atuação de uma mulher no jornalismo. À medida que ela se distingue do tipo imaginado, e mostra sua particularidade dentro do universo feminino, prova que tem capacidade, o que na representação do trabalho dos homens essa questão da competência seria “natural”.

Como observado por Lombardi (2006), em seu estudo sobre as engenheiras, para conseguir ascender na hierarquia, espera-se que as mulheres sigam “o modelo masculino de disponibilidade de tempo e dedicação exclusiva à carreira” (p. 2). Assim, em sua ascensão, as mulheres têm de comprovar que tem competências profissionais: “E este é um diferencial de gênero, na medida em que os homens não precisam passar por essa prova constantemente” (LOMBARDI, 2006, p. 2).

Pensando nas diferenças “inerentes” entre homens e mulheres, Isadora afirma preferir ambientes mais equilibrados. Sua preferência em “mesclar” sua equipe, trabalhando “meio a meio”, com um grupo formado por homens e mulheres, resulta de uma noção essencialista de gênero. Em seu discurso, é importante combinar “uma visão mais prática” do homem à observação mais detalhista da mulher:

Eu gosto muito de conhecer mesmo o profissional. Minha equipe é bem dividida. Mas eu gosto de mesclar, eu acho que você não pode ter uma equipe só feminina ou só masculina... Mas eu gosto de mesclar mais, porque eu acho que equilibra... O homem tem uma visão mais prática. E às vezes a gente sabe que essa visão tão prática não é o que resolve na hora... Então às vezes a gente precisa mais dessa questão mais minuciosa da mulher, porque a mulher é mais minuciosa... Quando eu fui coordenadora numa emissora, então era um programa feminino, e a equipe era bem mesclada mesmo, era meio a meio... então eu gostava de mesclar, mesmo sendo um programa feminino.

*Isadora, 34 anos, solteira, sem filhos, coordenadora de comunicação e professora universitária.*

Estudando as engenheiras, Lombardi (2006, p. 14) percebeu que as mulheres que exercem cargos de chefia, como gerentes e diretoras, são duplamente desafiadas: têm de provar que são capazes de comandar equipes tão bem ou até melhor que os colegas homens e, além disso, têm de achar um “jeito próprio de gerenciar, que difira do proposto no modelo estabelecido”. Neste caso, as mulheres podem valorizar a própria feminilidade como marca da diferença.

Essa percepção da diferença de gênero como positiva também pode ser observada nos seguintes depoimentos, que afirmam que “a variedade é importante”, “a gente gostaria que tivesse mais homem em revistas femininas pra ficar mais equilibrado o ambiente”, “a variedade de sexo contribui para ter um jornal plural”:

No caso de uma revista cultural, que não é uma revista nem feminina, nem masculina, acho que tem algumas matérias mais femininas e matérias mais masculinas. A variedade é importante. A entrevista tem uma questão de sedução. Às vezes, tem uma química que rola melhor entre pessoas do mesmo sexo ou entre pessoas do sexo oposto. No caso de revistas consideradas “neutras”, a própria matéria encaminha, já que o profissional dá o tom das matérias.

*Iracema, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista da área de jornalismo cultural.*

Eu acho que é mais determinado pela área dentro do jornalismo. A [editora], inclusive, acho que tem mais jornalista mulher do que homem. Acho que é uma profissão que é bem equilibrado o número de homens e mulheres e até tem uma tendência a ter mais mulher. Mas aí é isso. Depende da área. Se você chegar na [revista], é muito difícil você encontrar uma mulher lá, se tiver uma mulher na redação, já é muito. Numa revista feminina, normalmente, o que tem de homem é gay ou algum homem na arte. No texto, homem hetero em revista feminina é bem raro. A gente até gostaria que tivesse pra ficar mais equilibrado o ambiente. Mas é difícil... Eu acho que o ambiente ideal é aquele que tem 50% homem e 50% mulher. Acho mais equilibrado o ambiente, o yin-yang mesmo. É melhor pros dois. Muito homem ou muita mulher eu acho que não é legal. Mas é inevitável... Ambientes muito masculinos gostam de ter mulheres e ambientes muito femininos gostam de ter homens, mas é difícil encontrar pessoas que preencham... que tenham afinidade pra estar naquele ambiente. É difícil um homem homossexual que vai se interessar a falar de beleza. Ou então ter uma mulher que vai se interessar a falar de carro. Pode existir, mas é raro.

*Iolanda, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista feminina*

Eu acho que em algumas áreas, você sendo mulher ou mais nova, você tem que se impor mais, em outras, você, com um jeitinho mais doce, mais amigável, você consegue mais coisas... No meu caso pessoal, por exemplo, quando eu fui trabalhar numa revista, eu fazia um trabalho de redação e existiam mulheres que faziam as visitas, mas era um tipo de trabalho que tinha uma tendência maior a contratar homens pra fazer, porque a pessoa ia viajar sozinha, toda semana. Era uma preocupação da chefia que me contratou na época e que preferia me manter na redação do que me mandar nas viagens... Em várias situações, eu acho que interfere. Em alguns casos, faz diferença se você é homem ou mulher. Uma vez eu tive que ir visitar o presídio para entrevistar uma mulher, eu tinha que ser mulher e eu precisei chamar uma fotógrafa mulher, porque homem não entra no presídio feminino. Além disso, às vezes, se eu precisar viajar com um fotógrafo, se eu for com uma fotógrafa mulher, a gente pode ficar no mesmo quarto. É mais barato. No jornalismo político, por exemplo, uma vez eu fui entrevistar um político famoso, que é muito machista, e eu fui com um colega homem. Eu percebi que foi muito importante ter o colega homem comigo, porque ele levou mais a sério.

*Iracema, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista da área de jornalismo cultural*

O bom é você ter os dois na redação, porque a mulher tem uma reflexão diferente, então é uma opinião diferente e o homem também. Então, essa variedade de sexo contribui pra ter um jornal plural, uma revista plural...

*Igor, 34 anos, solteiro, sem filhos, editor PJ de uma revista online e professor universitário*

A respeito de existirem diferenças em relação ao que homens e mulheres agregam na profissão, Iolanda afirma que no momento de fazer a matéria, “o sexo vai dar uma inclinação natural” para determinados assuntos:

Eu diria sensibilidade, mas é uma coisa que você pode ter nos dois gêneros... A mulher tende a ser mais sensível, né? Mas pra alguns assuntos, o sexo vai te dar uma inclinação natural... Por exemplo, você vai fazer uma matéria sobre parto humanizado. Qual que é a sensibilidade de um homem para um assunto desses? Uma mulher, provavelmente, vai ter uma sensibilidade maior. Da mesma forma que se você fizer uma matéria sobre impotência. Para o homem, é mais interessante, ele vai se sensibilizar mais com este assunto do que uma mulher. Mas é isso. Acho que são assuntos muito focados no sexo, mas no resto eu não vejo tanta diferença.

*Iolanda, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista feminina*

Sobre o que as mulheres acrescentariam à profissão, Igor lembra que as mulheres estão mais presentes em revistas femininas porque “mulher entende mais de mulher”. Elas escrevem matérias femininas, não porque são profissionais com um treinamento especializado, formadas em instituições de ensino superior e com experiência na profissão, mas porque “elas vivem aquilo”. É como se elas não tivessem aprendido para serem profissionais; as áreas em que dominam são justamente aquelas em que sabem naturalmente:

Uma visão feminina daquele mesmo fato, depende se for um veículo segmentado, específico, vai ser sempre uma visão feminina, mas se for jornalismo diário, acho que acrescentaria tanto quanto o homem, igual e no mesmo caráter... Depende do veículo. Se for uma revista masculina, às vezes é legal ter uma opinião feminina pra falar isso e vice-versa. Agora numa revista feminina, você vai ter que ter mulher escrevendo. Agora se for um jornal diário, de assuntos comuns do dia-a-dia, aí tanto faz. É que a mulher entende mais de mulher, né? O homem não sabe dessas matérias femininas... Eu já fiz matéria feminina, mas a maioria, uns 80% são mulheres que fazem, porque elas vivem aquilo, ela está escrevendo para um público que é igual a ela, que tem as mesmas expectativas, os mesmos anseios e tudo... Quando é segmentado, sim, ele vai buscar nos seus quadros, uma maioria de mulher, não que vai restringir 100% o homem, mas a maioria vai ser mulher. Você vê, nas revistas femininas todas as editoras são mulheres, e a maioria que trabalham são mulheres, tem 1, 2, 3 homens... Quase 100%, se não for 100%, é 90% são mulheres que chefiam esse veículo.

*Igor, 34 anos, solteiro, sem filhos, editor PJ de uma revista online e professor universitário*

Podemos observar que, segundo Igor, o preconceito sofrido pelas mulheres não se dá da mesma forma em todas as áreas do jornalismo. Para ele, algumas áreas não seriam preconceituosas, por estarem mais associadas com o que seria visto como o universo feminino, como moda e saúde:

Não vai ter diferença se a mulher tiver em tecnologia, no dia-a-dia, assuntos cotidianos, moda, por exemplo, cidades, informática, saúde,

aí tanto faz, não são áreas preconceituosas... agora futebol, aí o pensamento é: o que que essa mulher conhece de futebol, ela torce pra que time? Ela nunca jogou bola... Sobre carro: ah, essa mulher não sabe dirigir... Talvez na televisão, tem um pouco mais... você vê que ela sofre preconceito até hoje, falam que ela não entende nada. Toda hora ela se justifica, dizendo que ela acompanha o jogo, que ela estuda. Então, o próprio meio também gera esse preconceito externo. Quando é modelo, também tem um preconceito maior, né? Porque as pessoas pensam: está lá porque é bonita. A beleza gera essa questão também... Às vezes a pessoa tem que provar duas vezes. Ela é bonita... tá lá por que? Deu pra alguém? Ou só porque era modelo, então causa um preconceito também. Eles falam: ela está tirando o lugar de uma pessoa que estudou... só pela beleza, mas na televisão também a beleza conta, porque a pessoa não quer ver pessoas feias na televisão. Faz parte de um conjunto.

*Igor, 34 anos, solteiro, sem filhos, editor PJ de uma revista online e professor universitário*

Os discursos essencialistas de gênero também fazem referência à imagem da mulher como associada à beleza, à delicadeza, à sutileza e à habilidade nos relacionamentos pessoais. As mulheres estão associadas à busca pelo “glamour” da televisão. Além disso, “a mulher” é vista como “mais delicada e sutil”, o que a beneficiaria por ter um jeito diferente para conseguir as informações:

Eu acho que há uma tendência a se inserir na televisão. Como a imagem feminina é glamourizada e sexualizada... na televisão não existem feios. Mas isso não quer dizer que as mulheres que estão lá sejam idiotas e burras... Mulher é um ser muito superior ao homem. Eu sou um admirador da mulher. Eu acho que o homem é um rascunho da mulher.

*Emerson, 59 anos, divorciado, duas filhas, ocupa um cargo de liderança no SJSP*

Percebo que as mulheres consideradas mais bonitas são colocadas nas bancadas de jornais e programas do gênero. Imagino que os homens são mais empregados na parte de redação interna e os veículos de comunicação têm dado preferência para colocar a imagem da mulher, incluindo nisso também o rádio. Atualmente não vejo vantagens ou desvantagens. Existem áreas do jornalismo, como cobertura da violência e de guerras... aí se imagina que o homem tem preferência, mas existem muitas mulheres que não tem nenhum receio e fazem tais coberturas de forma muito competente.

*Janete, 23 anos, casada, sem filhos, redatora de revista CLT*



Acho que são os mesmos requisitos... Talvez a mulher seja mais delicada, ou tem um jeito de conseguir as informações de forma mais sutil. Mas as características são as mesmas. São características pessoais também. Acho que é importante também, ter um bom relacionamento pessoal, porque ela vai trabalhar com pessoas, com entrevistas, né? Tem que ter essa habilidade pessoal também... A pessoa não quer ser jornalista, ela quer aparecer na televisão. A delicadeza, a fragilidade feminina podem ser qualidades exaltadas, mas em outras áreas, não.

*Igor, 34 anos, solteiro, sem filhos, editor PJ de uma revista online e professor universitário*

Para Isabel, a mulher, em sua “essência”, sofre influência das alterações hormonais, “cede mais a picuinhas” e pode, ao contrário do homem, nos momentos de crise ir “chorar no banheiro”:

Tem uma coisa que é fogo. Eu acho que ter chefe mulher é muito difícil. Porque as mulheres deixaram um pouco de lado essa compreensão feminina. Como você também tem que mostrar que, embora você seja mulher, você é muito boa, que embora você tenha TPM, você é muito boa, aí você endurece mais ainda... E mulher cede mais a picuinhas, né? Mas talvez seja uma experiência muito específica com as mulheres com as quais eu trabalhei. Mas falta um pouco de foco à mulher. Como a mulher tem muito talento para olhar o todo, às vezes falta um pouco de foco, assim: tudo bem, vamos fazer isso, vamos lá e esquece essas bobagens.

*Isabel, 35 anos, casada, um filho pequeno, editora freelancer*

Para Isabel e Iolanda, o gênero representa um prejuízo às carreiras das mulheres: “você tem que mostrar que *embora* você seja mulher, você é muito boa, que *embora* você tenha TPM você é muito boa”; a mulher se magoa, “vai chorar no banheiro”. Elas remetem a aspectos explicativos de uma “natureza feminina” para mostrar que é muito difícil lidar com mulheres no trabalho:

É muito difícil chefiar mulher, porque você tem que lidar com o emocional, com o seu e o dela. Acho que dá um curto-circuito às vezes, mulher com mulher. Mulher se magoa, se você faz alguma crítica, você tem que tentar escolher as palavras que você vai usar.

Com homem, nem tanto, porque ele não vai chorar no banheiro. Com a mulher, você tem que selecionar melhor as palavras. Tem que tomar mais cuidado com o que você fala. E fora que têm as oscilações hormonais também, né? E influenciam muito. É verdade, você percebe quando o momento está mais tenso... é porque a mulherada está na TPM. Você tem que ter mais tato do que nunca. Fora que você também está na TPM, aí você também fica mais explosiva e escolhe menos as palavras.

*Iolanda, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista feminina*

O maior problema de se reproduzir essas fronteiras permanentemente fixas entre os gêneros ocorre, como afirma Brah (2006), quando os valores culturais em que um grupo se fundamenta e por meio dos quais continua reconstruindo a mesma representação forem precisamente aqueles que dão destaque à subordinação das mulheres, a características essencialmente negativas, que desvalorizam o trabalho das mulheres.

O discurso de Ítalo adquire conotações essencialistas à medida que naturaliza os comportamentos femininos e masculinos. A jornalista é vista como mais organizada, e, em razão disso, conseguiria realizar um número maior de atividades ao mesmo tempo, o que possibilitaria exercer cargos de chefia. Por outro lado, a representação da mulher estaria vinculada ao “glamour” proporcionado pela televisão, enquanto os homens, por terem um “espírito aventureiro”, se direcionariam aos esportes e à cobertura de guerras:

Engraçado você perguntar isso, porque de uns tempos pra cá, a profissão de jornalismo está muito feminilizada, nós temos muitas mulheres, e muitas mulheres em função de direção... Então, se você me perguntar por que que tem mais mulheres fazendo o curso, seria difícil te responder... Tem um pouco do glamour, né, que pode ser alguma coisa que a mulher se identifique um pouco mais... Pro homem... Ele tem mais esse espírito de gostar de alguns assuntos... por exemplo, vou falar por mim, eu queria ser repórter de guerra, correspondente de guerra. Então, eu não estava preocupado com o glamour. Pelo que eu vejo dos meus alunos, muitos deles querem ser repórteres de campo... querem trabalhar com o jornalismo esportivo.. Agora, as meninas, eu as vejo querendo trabalhar com a televisão. Então assim, sem correr o risco de parecer um certo machismo e tal, mas tem essa questão da imagem, que pra mulher é assim uma coisa que está mais ligado a elas. Mas existem grandes repórteres mulheres e grandes repórteres homens. Eu acho que nesse processo de

industrialização do jornalismo, como a mulher é mais organizada, elas acabam pegando essas funções de chefia, por causa disso. A mulher consegue se concentrar mais e dar conta das demandas todas...

*Ítalo, 35 anos, casado, dois filhos, coordenador de curso universitário de jornalismo*

Em sua explicação, como coordenador de curso universitário de jornalismo, as mulheres ingressam na profissão, por meio dos cursos universitários, em virtude da idealização da profissão, com o “glamour” da profissão: “as meninas querem trabalhar com a televisão”. Os homens, tipicamente, não se interessam por isso, têm preocupações consideradas mais sérias, como ser correspondente de guerra.

Ítalo destaca algumas características consideradas femininas, como maior concentração, dedicação e atenção aos detalhes. A dedicação é vista como uma característica do profissional do jornalismo em geral, que precisa cumprir prazos bem estabelecidos e fechar as matérias. Apesar de ser uma característica “cultuada na profissão”, são as mulheres que se destacam por serem “mais atenciosas”, terem “um grau de concentração maior”, sendo, com isso, capazes “de fazer mais coisas”.

Bom, a questão da concentração. Eu acho que a mulher tem um cuidado com o trabalho final. Acho que eu estou generalizando, sempre há as exceções todas aí, mas enfim, eu vejo pelos meus próprios colegas... A questão do *deadline* para o jornalista... Isso está no sangue dele, ele trabalha com *deadline*... Tanto que a gente tem dificuldade quando não coloca um prazo pra gente... a gente fica perdido pra fazer o trabalho. A mulher tem uma finalização do trabalho mais atenciosa. Como no guarda-chuva maior, está a questão do *deadline*, e como a mulher tem um grau de concentração maior, ela é capaz de fazer mais coisas e dar esta mesma atenção.. Então ela fica mais horas trabalhando... Eu tive uma diretora de redação, que ela ficava... Nós entrávamos às 2 da tarde e saíamos às 6 da manhã pra fechar a revista... Enquanto ela não fechou a matéria, ela não ia embora. Então assim, era um andar, e a luz do andar era desligada pela administração. Ela pegava o telefone e ligava pro rapaz, dizendo: “Me dá mais meia hora”... Isso umas 2h30 da manhã. E aí, ia até às 3h. Aí o cara desligava às 3h. Aí ela falava: “Me dá mais uma hora” Enquanto ela não fechou a matéria, a gente não foi embora... Homem também faz isso. Isso é uma característica do jornalista. Enquanto você não entrega a sua reportagem, você não vai embora. E isso é uma

coisa cultuada na profissão, desde os primeiros dias... Os meus colegas eram loucos pra fazer um “pescoção”... Pescoção é a expressão dada pra quando o jornalista tem que esperar o jornal sair... então, ele acaba o horário dele, mas enquanto o jornal não é impresso, ele não vai embora.. Eu lembro que os meus colegas diziam: Ah, eu peguei um pescoção hoje... Com aquela alegria, coisa que hoje, eu casado, com filhos, eu abominaria ter que fazer um pescoção. Mas, isso era tão mágico pro jornalista que isso era cultuado... A gente não via a hora de pegar um plantão.

*Ítalo, 35 anos, casado, dois filhos, coordenador de curso universitário de jornalismo*

Na percepção de Isadora, algumas áreas do jornalismo favorecem “naturalmente” à mulher. Segundo ela, para alguns assuntos, as mulheres são consideradas profissionais com mais credibilidade para fazer matérias e comentários. É o caso de temas como saúde, beleza e comportamento feminino:

Se a gente vai falar numa matéria sobre cabelo, por exemplo, e você coloca um homem falando, eu acho que não passa a mesma credibilidade, porque o homem não entende a cor... Os meninos que trabalham comigo falam assim: “Ah, pra mim tem branco, preto e colorido”. Então não adianta colocar um menino falando de moda, ou pra falar de cabelo, por exemplo... Então eu acho que a gente tem que direcionar mais...

*Isadora, 34 anos, solteira, sem filhos, coordenadora de comunicação e professora universitária*

Ressaltando ainda características “essenciais” da mulher, alguns depoimentos posicionam-se no sentido de mostrar as “limitações próprias” das mulheres em algumas áreas da profissão. Para explicar quais seriam as mídias consideradas mais adequadas ao trabalho das mulheres, Igor narra uma situação em que num jornal diário, uma matéria que estava sendo feita por uma estagiária acabou virando um anúncio publicitário, para ocupar o espaço, já que a jornalista não conseguiu finalizar seu trabalho no tempo estabelecido. Em sua percepção, por ser mulher, ela “é mais delicada” e não aguentou as cobranças e reagiu à pressão chorando:

Talvez, a revista... Porque a mulher é mais delicada. Então, a revista a mulher tem um mês pra fazer, que é diferente do jornal, que é todo dia... No jornal é muita pressão. Teve uma vez que um editor... Ele foi diretor de grandes jornais. Tem uma história dele que tinha uma moça, uma estagiária... Que o jornal tinha que ir pra gráfica às 6 horas da tarde... e ele ficou falando: “cadê a matéria? Olha, daqui a 5 minutos tem que estar pronta essa matéria”. Não pode esperar, porque tem anúncio... tem que estar no interior o jornal a tal hora. E a moça não fazia, não fazia. Ela dizia só mais um minuto, só mais um minuto. Não tinha mais um minuto, acabou, acabou. Ele falou: Ah é? Não precisa mais fazer. Ele foi lá e desligou da tomada. Põe um anúncio em cima, um calhau e pronto. E a moça chorou e tal. Então, às vezes, o jornal diário tem muito essa pressão de ter que entregar, ter que mostrar resultados. Mas eu não sei, porque eu sou homem, né? De repente, ela é mais delicada nesta questão. Será que ela vai aguentar alguém cobrando ela? Ela trabalhando 12 horas direto? Ou ela dando plantão no final de semana? Tem muita mulher que faz isso, mas acho que bem menos... A mulher que é casada e tem filhos vai ter mais dificuldade de aguentar essa rotina.

*Igor, 34 anos, solteiro, sem filhos, editor PJ de uma revista online e professor universitário*

No caso descrito, as mulheres podem se ajustar melhor aos trabalhos realizados em revistas mensais, que não têm muita pressão, na medida em que as mulheres têm “um mês para fazer” e têm uma rotina mais adequada às demandas familiares. No caso das revistas semanais, ele argumenta que “esse tipo de trabalho é mais homem que faz”:

Às vezes, na revista o *cara* começa a fechar uma matéria na segunda-feira, e aí na terça e na quarta, ele tem que dormir lá, pô. A revista vai sexta-feira, se ele não fizer, quem vai fazer? Vai deixar em branco? Esse tipo de trabalho é mais homem que faz. Outras revistas não... Por exemplo, na revista em que eu trabalho... aí é mais *light*, você tem um mês pra fazer, a redação é unida, você não tem esse *stress*... você trabalha em casa, ou faz lá na redação, você tem um mês pra entregar, só sai uma vez por mês, você já tem as pautas antes... Vai trabalhando. E a gente preza a qualidade de vida, porque é o próprio estilo... A gente não pode trabalhar num lugar e fazer um negócio contrário ao que a gente prega para o público. Nesse tipo de trabalho tem mais mulher, porque é muito mais tranquilo de você se adaptar, vamos dizer assim.

*Igor, 34 anos, solteiro, sem filhos, editor PJ de uma revista online e professor universitário*

No relato abaixo, Igor explica porque, em sua opinião, são os homens que estão mais inseridos no jornalismo esportivo, cobrindo matérias sobre futebol:

Tem a questão do horário também. Quem faz jogo, por exemplo. O jogo começa às 21h40, 22h da noite. Então, ele tem que estar no estádio às 18h, 19h, no mínimo. Ele vai ter que ter estudado antes, quem vai jogar... os times e tal. O jogo vai acabar à meia-noite. Então, ele vai ter que mandar a matéria até meia-noite e meia, uma hora, no máximo. Depois, ele vai ter que ainda ir pros vestiários pra entrevistar e pegar matéria... Então, ele vai voltar pra casa 3 ou 4 horas da manhã. E jogo tem quarta e domingo. E o cara que trabalha em TV vai ter que viajar... Então, ele fica 3, 4 dias fora de casa e 1, 2 dias em casa. E domingo ele viaja de novo. Ele viaja quarta e domingo... direto.

*Igor, 34 anos, solteiro, sem filhos, editor PJ de uma revista online e professor universitário*

Quanto ao recrutamento e seleção de profissionais no jornalismo, Isabel compara as diferenças existentes entre homens e mulheres às diferenças entre fotógrafos e jornalistas. Nas negociações e nas relações de trabalho, os homens, assim como os fotógrafos, valorizam-se mais. Na avaliação a seguir, percebemos que na percepção da jornalista, da diferença como identidade, as mulheres têm mais possibilidade de conseguir emprego, no entanto, são empregos precários, desvalorizados. Os homens, assim como os fotógrafos entre os jornalistas, valorizam melhor seu “passe”. Representa uma vantagem no sentido de que tem mais emprego para as mulheres, no entanto, seu salário será menor:

Eu acho que conta até a favor da mulher. Acho que no caso dos homens... Nós, jornalistas, sempre falamos sobre a classe dos fotógrafos e dos jornalistas. É que os fotógrafos são mais organizados, eles se valorizam mais... Hoje em dia com a Internet e com a foto digital mudou um pouco, né, mas antes como eles detinham um *know-how* e só eles podiam fazer... é claro que hoje acho que essa coisa digital pros fotógrafos é até pior, porque todos nós viramos fotógrafos e com esses filtros e tal você faz foto muito boa... Então, acho que dá pra comparar o caso dos homens ao dos fotógrafos. Os fotógrafos são mais organizados, eles se valorizam mais, então, eles exigem mais, então, eles são menos, ou eram, menos tripudiados. Eles tinham um valor de saída que era padrão, eles tinham um número de horas estabelecido e eles não passavam disso, e eles continuavam valorizados e as empresas continuavam chamando esses fotógrafos.

Enquanto os jornalistas trabalham 15 horas quando era pra trabalhar 8... Aí, acho que ajuda no começo, mas no final das contas, ajuda e atrapalha... Porque, na verdade, você está sendo recrutada como mulher porque você é mais “bovina”, então, você se submete mais, você briga menos... Eu acho que é porque ou é da personalidade da mulher ou porque a mulher é mais insegura, porque ela acha que deve, de alguma maneira, alguma coisa, então, ela se submete mais. Tem mais emprego, mas aí você é mais explorada, porque os homens se submetem menos... Porque as mulheres são dedicadas, né? Aí elas vão se dedicando e elas se entregam muito... e os homens acho que tem uma hora que eles dão um basta, e simplesmente dizem que não vão mais fazer...

*Isabel, 35 anos, casada, um filho pequeno, editora freelancer*

Na percepção da jornalista, as diferenças entre homens e mulheres têm consequências sobre quem vai ser mais empregado, explorado e valorizado na profissão, e resultam da “natureza” da mulher: a mulher é mais recrutada por se submeter mais, brigar menos, ser mais insegura e mais dedicada na profissão.

### **5.3.3. A experiência da discriminação de gênero**

Há outras formas de se perceber a diferença de gênero na carreira. Quanto ao discurso sobre o preconceito de gênero, identificamos a diferença como experiência quando a narrativa revela uma situação de discriminação vivenciada pela entrevistada, pensando a experiência como uma “construção cultural”; isto é, “uma prática de atribuir sentido” (BRAH, 2006, p. 360). As práticas culturais cotidianas e a subjetividade se encontram no nível da experiência, que é edificada juntamente com o sujeito, porque, na verdade, a experiência é precisamente o “lugar da formação do sujeito”. Ingrid percebe a diferença como experiência e faz um relato sobre as situações de discriminação que experimentou:

Sobre discriminação de gênero, bom, eu poderia escrever uma Bíblia relatando diversas situações que passei. Não falo de situações dentro da empresa... sempre me senti respeitada e bastante ouvida, especialmente no [jornal]. Mas são situações relacionadas aos homens com quem você tem de lidar fora da empresa. Por exemplo,

o jornalista que trabalha como repórter, como eu sempre trabalhei, expõe-se bastante, lida com muita gente e com muitos homens. No meu caso, a imensa maioria dos ministros, prefeitos, governadores, reitores, presidentes de empresas, cientistas que já entrevistei eram homens brancos de meia idade. Eu estava sempre no meio desses homens... Já fui cantada infinitas vezes em pauta, já fui chamada de “linda” pelo entrevistado, já me olharam com desdém quando cheguei para fazer uma entrevista importante... e eu acho que é por ser mulher e jovem... já ouvi piadas machistas de entrevistados e até já fui lembrada da minha condição feminina várias vezes durante pautas. Uma vez, entrevistando um cientista renomado... durante a cobertura da Rio+20, ele falava sobre o aquecimento global e disse que aquilo que ele estava explicando eu entenderia muito bem porque era a mesma coisa que acontecia com uma panela. E isso não foi piada, ele estava falando sério!

*Ingrid, 33 anos, solteira, sem filhos, repórter freelancer de jornal e professora de pós-graduação em jornalismo*

A jornalista chama a atenção para a naturalização das diferenças de gênero empreendida pelos homens com quem estabelece contato em sua profissão. Ela identifica o preconceito que sofreu e os estereótipos de gênero a partir dos quais é vista na profissão. Como estratégia para experimentar o gênero de modo que os efeitos em sua carreira sejam mínimos, a jornalista faz uso da neutralidade do profissionalismo:

Minha estratégia sempre foi seguir firme, não ceder, agir de maneira muito séria e comprometida. Sempre me preocupei com pontualidade, com postura, com tom de voz, com as minhas roupas... Eu tenho perna grossa porque faço muito esporte e isso chama muita atenção; nunca uso saia acima do joelho ou calça minimamente justa no trabalho que marque as pernas... Também sempre estudei muito e me preparei muito para todas as entrevistas, sempre gostei de impressionar meus entrevistados pela inteligência. O problema é que nada disso eu aprendi na faculdade. Nunca me disseram que seria mais difícil porque eu sou mulher. Na verdade, na [universidade] eu tive poucas professoras mulheres que tinham atuado no mercado. Olhando para trás, penso que eu gostaria de ter sido preparada para enfrentar essa realidade. Acredito que muitas mulheres levam um susto no meio do caminho e acabam desistindo... No meu caso, a vontade de ser jornalista era tanta, eu tinha tanto combustível, que nada foi capaz de me segurar. E nunca será.

*Ingrid, 33 anos, solteira, sem filhos, repórter freelancer de jornal e professora de pós-graduação em jornalismo*



Neste caso, a construção da diferença é contingente e variável. Ela percebe e experimenta concretamente a diferença de gênero na profissão. Diz que não foi alertada a respeito das dificuldades que enfrentaria, o que representou um “choque de realidade”. Ingrid se construiu juntamente com sua experiência nesta profissão. E nesse processo de construção, sua experiência foi ajustando a percepção que tinha da carreira, considerando-se que a experiência diz respeito a uma “interpretação” de sua vivência (SCOTT, 1992, Apud BRAH, 2006). De acordo com Brah (2006, p. 361), o sujeito está em processo de construção à medida que constrói a si mesmo em sua experiência:

Pensar a experiência e a formação do sujeito como processos é reformular a questão da “agência”. O “eu” e o “nós” que agem não desaparecem, mas o que desaparece é a noção de que essas categorias são entidades unificadas, fixas e já existentes, e não modalidades de múltipla localidade, continuamente marcadas por práticas culturais e políticas cotidianas (BRAH, 2006, p. 361).

A partir de suas posições de sujeito na profissão – jornalista com mais de 10 anos de experiência na carreira, da geração intermediária, especialista em Ciência, que é reconhecida como uma área tradicionalmente masculina, doutoranda, professora de pós-graduação, repórter *freelancer*, solteira, sem filhos, Ingrid experimentou a diferença na profissão, o que transformou sua percepção da diferença, resignificando-a. Ninguém a informou sobre o que enfrentaria na profissão: “Nunca me disseram que seria mais difícil porque eu sou mulher”. O mundo da formação universitária é lembrado como muito diferente do universo da carreira profissional: “O problema é que nada disso eu aprendi na faculdade”, isto é, diz que não foi preparada para enfrentar essa realidade da discriminação de gênero na carreira. Passou então por um “choque de realidade”, um “susto no meio do caminho”.

Como vimos, objetivamente, as mulheres são maioria entre os jornalistas que exercem suas atividades no setor formal da profissão em São Paulo; também têm presença majoritária entre os universitários de Comunicação Social; e têm

uma proporção de jornalistas diplomadas maior do que a dos homens. Entretanto, o amplo ingresso de mulheres, tanto nas universidades como no mercado de trabalho, não alterou significativamente as estratificações entre homens e mulheres no jornalismo. O fato de esta profissão ser hierarquizada a partir de valores específicos, que escapam da lógica da educação formal, pode representar prejuízos para as carreiras femininas. As mulheres podem ter controle sobre alguns aspectos objetivos da profissão, como ter um diploma de jornalismo, fazer uma pós-graduação, investir em cursos especializados. E elas superam os homens em termos educacionais em praticamente todas as funções exercidas pelos jornalistas da cidade de São Paulo. Porém, não é só isso que conta. Elas têm de lidar com os aspectos simbólicos da profissão, sobre os quais é mais difícil ter controle.

Para tentar controlar estes aspectos simbólicos, esta visão de que os jornalistas são “competentes por natureza” e que essencializa sua identidade, porque a representa como delicada, frágil, chorona, especialista somente nos assuntos para os quais tem uma “inclinação natural”, por “ser mulher”, a jornalista pode assumir uma neutralidade para não ser prejudicada na carreira.

Ingrid ressignificou sua experiência e, como resultado, suas interpretações acerca da profissão, passando a adotar uma estratégia para permanecer na carreira: “Minha estratégia sempre foi seguir firme, não ceder, agir de maneira muito séria e comprometida”. Ela se constituiu nesse processo de ressignificação da percepção da diferença e buscou assumir uma posição neutra na profissão. A neutralidade está inscrita em seu corpo. Seu profissionalismo pode ser facilmente notado: pela pontualidade, postura, tom de voz e cuidado com a escolha de roupas discretas, além da preocupação em mostrar sua capacidade profissional: “sempre estudei muito e me preparei muito para todas as entrevistas, sempre gostei de impressionar meus entrevistados pela inteligência”.

Isabel, que assim como Ingrid é da geração intermediária, mas se diferencia de todas as outras entrevistadas por ter um filho pequeno, também percebe a diferença como experiência. Ao comentar sobre o perfil de profissional

favorecido segundo os critérios de promoção na carreira, a jornalista afirma que em sua área, a valorização profissional está ligada à dedicação integral à carreira, o que se torna inviável no seu caso, após o nascimento de seu filho:

Depois que eu tive filho, eu percebi que o jornalismo é uma profissão muito boa pra mulheres que estejam dispostas a se dedicar 100% à carreira e isso não inclui mulheres que são mães. Por exemplo, na minha redação, na minha área, só eu era mãe, entendeu? Não tinha mãe. E na minha área era mais bem visto você faltar porque seu cachorro ficou doente do que porque você tinha que pegar seu filho na escola, porque você não tinha babá. E eu percebi logo que toda vez que eu falava que eu estava com uma dificuldade porque eu estava sem babá, e eu precisava, de repente, sair mais cedo ou mudar meu horário, isso era mal visto. Então, era melhor eu falar que eu ia fazer um *peeling* no dermatologista do que eu ia fazer alguma coisa pelo meu filho. E isso era verdade mesmo! Eu via isso! Porque tinha muito essa coisa de valorização de si mesmo, do indivíduo, mas não o outro, porque fazer alguma coisa pelo outro significava que eu estava me desconcentrando, que eu estava com outra prioridade fora do trabalho... mas você priorizar você mesmo aí é bem visto, assim: ah, ela está se cuidando... ou ela tem um *hobby*, o cachorro, porque todos têm bichos, então todos entendem...

*Isabel, 35 anos, casada, um filho pequeno, editora freelancer*

A jornalista se ressentia profundamente ao narrar as situações de constrangimento experimentadas na profissão depois de ter se tornado mãe. Em sua interpretação, foi isso que a conduziu a uma nova relação de trabalho, marcada pela flexibilidade de horários. Antes do nascimento de seu filho, ela trabalhava como editora vinculada formalmente a um portal de notícias *online*. Em razão das dificuldades descritas, a jornalista passou a ser editora *freelancer*, mas entendeu que: “mesmo trabalhando bastante, não consigo mais atingir o salário de antes”.

Indagando as mulheres sobre como elas hierarquizariam os seguintes fatores a gerar mais ou menos problemas a serem enfrentados na carreira: o gênero e a criação de filhos, todas responderam que a criação dos filhos é entendida como maior “geradora de problemas” da vida profissional da mulher, representando maiores dificuldades a sua ascensão profissional.

Isabel vivenciou esta questão e interpretou que para obter êxito na profissão, deveria “anular sua condição de mulher”. Ela buscou apagar suas marcas distintivas que a diferenciavam dos homens e das outras mulheres sem filhos, enfatizando que trabalhou até os nove meses de gestação:

Se você for uma mulher que anule a sua condição de mulher, aí tudo bem. Agora se você for uma mulher que leva em conta... aí é visto como frescura. Até pra gente, por exemplo, se tiver numa redação, aí a sua funcionária começa a todo mês... Imagina se todo mês, eu mesma como chefe, uma menina que trabalha comigo me ligar e falar: olha, eu estou com muita cólica, não posso ir. Eu vou achar a maior frescurada, entendeu? Você achar: “imagina, o que será que ela pensa?” E a gente sabe que às vezes é fogo mesmo... Mas ela pode até ter direito, mas internamente, eu não vou aceitar. E eu mesma, por exemplo, quando eu fiquei grávida, eu trabalhei até nove meses, eu saí na sexta-feira e na terça-feira eu tive filho. E eu tenho certeza que em vários momentos, foi usado injustamente o fato de eu ter filho, como se fosse assim: tá vendo, é porque ela tem filho. Ninguém diria: tá vendo, é porque ela tem dois cachorros.

*Isabel, 35 anos, casada, um filho pequeno, editora freelancer*

#### **5.3.4. A construção de vivências históricas coletivas**

Identificamos a diferença como relação social nos relatos em que o evento se referir à vivência de outra pessoa. As mulheres relatam experiências históricas coletivas, forjando uma identidade de grupo, buscando, assim, criar uma representação comum. Falam da vivência de discriminação das mulheres como grupo, com o qual se identificam e percebem características compartilhadas.

Isabel relata o preconceito vivido por mulheres que são jornalistas e mães. Podemos identificar sua definição da diferença como relação social, já que no seu depoimento, Isabel, recorrendo a uma memória comum, refere-se às vivências compartilhadas pelas mulheres de “outra época” e as “mulheres de hoje”. Segundo sua concepção, no jornalismo, “não tem espaço para mulher que é mulher mesmo no trabalho”:

E as mulheres de hoje... A minha mãe é jornalista também e uma jornalista de uma outra época e eu achava que essa coisa de preconceito contra mulheres mães era coisa do passado, que isso não existia mais, mas não viu, é igualzinho, não mudou nada, porque eu acho que a mulher ainda acha que ela precisa se comportar como um homem no trabalho. Na verdade, não tem espaço para mulher que é mulher mesmo no trabalho. E aí ela se comportando como um homem, ela se beneficia, porque ela é mais dedicada, ela é mais centrada e ela também se comporta como um homem, então aí, ela vira uma super funcionária, né? Por isso que eu acho que tem mais mulher em cargo de chefia, porque a mulher se dedica e vai, sem nem olhar pro lado. E o homem, não, como ele já está há muito tempo no mercado de trabalho, ele olha pro lado também. Eu acho que a mulher, eu não sei se é impressão minha, mas eu acho que as mulheres ainda têm uma pequena insegurança no mercado de trabalho, é assim: a gente acha que tem que fazer mais do que os homens, pra conseguir se dar bem... Eu acho que talvez às vezes as mulheres não têm muito essa confiança, por isso que elas se esforçam tanto.

*Isabel, 35 anos, casada, um filho pequeno, editora freelancer*

Para Isabel, “se comportar como um homem no trabalho” implica, para as mulheres, ter uma chance de ter uma carreira bem-sucedida nesta profissão, podendo gerar alguns benefícios. Neste raciocínio, ao se comportar como um homem, apagando sua marca distintiva, a mulher torna-se uma “super funcionária”.

Iara também percebe a diferença como relação social. A jornalista reconhece que ser casada e ter filhos têm certas consequências para as carreiras das mulheres. Afirmo que sua situação é favorável e que pode dedicar-se integralmente à profissão por não ser casada nem ter filhos. Faz questão de enfatizar que mesmo sendo dedicada ao trabalho, mantém um equilíbrio entre vida profissional e vida pessoal. Ao ser indagada sobre que implicações sua carreira traz para sua vida pessoal e sobre se a quantidade de tempo dedicada ao trabalho representa um problema, a jornalista afirma que:

Minha situação atual é bem favorável à dedicação ao trabalho pois não sou casada e nem tenho filhos. No entanto, considero minha carga de trabalho equilibrada e raramente preciso ficar até mais tarde no

trabalho... Pelo que eu vejo, as mulheres sofrem muito com isso... eu sei o que as mulheres que são mães passam...

*Iara, 38 anos, solteira, sem filhos, assessora de imprensa CLT*

Jacqueline percebe que por não ter filhos ainda não vivencia concretamente as dificuldades de ser mãe e de conseguir manter uma posição diferenciada na carreira, mas interpreta que se trata de um enfrentamento compartilhado pelas mulheres nesta profissão:

No momento, ainda não. Ainda não tenho filhos, então não tenho esses problemas. Mas sei que, se optar por ter filhos, isso vai mudar... O ritmo alucinado só é bom quando não se é mãe. Depois disso fica difícil manter uma rotina sem horários e regras. Como social media, é mais fácil, pois trabalho em horário comercial e raramente cubro eventos aos finais de semana, mas nada que venha a me atrapalhar. Talvez venha a ter problemas futuramente com isso, terei que me adaptar... Os homens ainda alcançam mais sucesso que as mulheres, crescem mais rápido e também ganham mais. Nós ainda precisamos fazer escolhas, em um certo momento da vida, entre manter uma profissão com ritmo doido ou ser mãe e optar por algo mais tranquilo. E isto não é só no jornalismo. Como em outras profissões, nós ainda precisamos fazer muitas escolhas, ser jornalista demanda tempo e dedicação, muitas vezes, impossível para a mulher que é esposa e mãe em tempo integral.

*Jacqueline, 24 anos, casada, sem filhos, social media freelancer*

Aos 24 anos e com quatro anos de carreira, a jornalista já se prepara para perceber a profissão diferentemente do modo como a vê ainda jovem. Por ter ideias de “circunstâncias econômicas e políticas compartilhadas” (BRAH, 2006) com o grupo das mulheres, terá mudanças em suas expectativas e representações:

Até podemos ter as mesmas expectativas de crescimento e ousadia. Mas, para a mulher isto muda uma hora. Enquanto nós somos jovens, acreditamos que teremos todo o tempo do mundo para fazer reportagens em qualquer horário e lugar... Se você for homem, ok continuar com este pensamento, mesmo que ele venha a ter filhos, a responsabilidade maior ainda recai sobre a mulher. Para a mulher, isto é diferente. De maneira nenhuma, se uma mulher engravidar, continuará correndo riscos como antes, assim como não estará 100% disponível na redação quanto tiver o filho. A profissão pode não mudar, mas as prioridades sim...

*Jacqueline, 24 anos, casada, sem filhos, social media freelancer*

Dependendo do tipo de mídia, pode haver uma dificuldade ainda maior para as mulheres com filhos pequenos, o que as direciona com mais frequência, ao regime flexível de trabalho, preferindo não se dedicar integralmente à profissão ou a trabalhar em mídias que não exigem uma rotina de trabalho tão intensa como os jornais diários, os programas de televisão diários e as revistas semanais.

Rocha (2004) argumenta que na prática, a duração da jornada de trabalho depende do campo de atuação:

Veículos como jornais diários e revistas semanais com cobertura nacional exigem mais do profissional. Agências de notícias e assessorias de imprensa, em geral, conseguem manter a jornada dentro do limite legal. Nas emissoras de rádio e televisão, a jornada de trabalho depende da função do profissional e do porte da empresa de comunicação, mas em média segue as sete horas e meia, com uma folga semanal (p. 13).

É muito comum que as mulheres mudem sua rotina de trabalho após a maternidade, e com isso, passem a se inserir em outro tipo de veículo de comunicação, ou podem buscar também mudanças em suas relações de trabalho, com alterações no contrato de trabalho, exercendo suas atividades profissionais como *freelancer*. As mulheres ponderam sobre a possibilidade de trabalhar em casa, em meio período e poder, assim, organizar melhor seus horários de trabalho.

Com isso, as mulheres passam a exercer as atividades que requerem um menor tempo de dedicação ao trabalho, permitindo arranjos mais flexíveis. Em determinadas fases da carreira profissional, as mulheres podem buscar adequar seu trabalho ao papel de mãe, atuando, por exemplo, como *freelancers*:

Eu acho que é filho, né? Mas como é em todas as profissões. Você não vai conseguir ser uma mãe completa, sendo jornalista, a não ser que você seja *freelancer*. Ai você pode escolher trabalhar em casa. Mas se

você trabalhar numa redação, não adianta... você tem *deadline*, você tem horário, você não vai conseguir estar tão presente quanto se você trabalhasse em casa. Ela pode ser *freelancer*, mas ela perderia a estabilidade. Se você trabalhar num site, numa rádio, num jornal diário, numa revista semanal, maior é o impacto na sua vida pessoal. Quanto menor a periodicidade, mais atrapalha. Muitas mudam. Quando viram mães, muitas deixam a profissão, vão trabalhar em casa, viram *freelancers*, viram blogueiras, tem um movimento sim nesse sentido... de mulheres que largam a redação para poder se dedicar à maternidade.

*Iolanda, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista feminina*

O jornalismo é uma profissão que exige muita dedicação, então na televisão você não tem muito horário, então a gente vê muito... No corporativo, no empresarial, a gente vê que as jornalistas são mães, são casadas... Porque você tem um horário mais programado, você tem um horário, assim, você trabalha das 8h às 18h, das 9h às 18h, das 8h às 17h... Agora em TV, por exemplo, você vê que a gente não tem muito horário. Então, geralmente, as pessoas são solteiras, ou não têm filhos, quando têm filhos, você já tem que começar a encaixar os horários... Então, o jornalismo é uma profissão que precisa de muita dedicação, e isso às vezes é um fator complicado pra mulher... Porque a gente sabe que a mulher não tem só o trabalho, ela tem a jornada de casa ainda... A mídia não, mas a própria mulher acaba procurando um trabalho que ela... Quando ela já tem filho, principalmente, ela acaba procurando uma empresa que aí ela vai no corporativo ou como assessora de imprensa... Porque ela vai ter um horário um pouco mais fixo, porque o jornalismo não tem muito horário... Quem trabalha em mídia diária, em jornalismo diário mesmo, jornal ou televisão, rádio, não tem muito horário. Não tem essa: Ai, eu vou trabalhar até às 17h... Porque se acontecer alguma coisa, você vai até às 19h, 20h, 21h... dependendo do que acontece. Essas mídias empregam mulheres, mas a gente vê muita gente solteira ou que não tenha filhos. Mas é a pessoa que procura. A gente vê que é mais da gente mesmo procurar um horário que se adeque melhor.

*Isadora, 34 anos, solteira, sem filhos, coordenadora de comunicação e professora universitária*

Eu ainda não tive filho, mas eu trabalhava com uma amiga que ficou grávida e ela é muito feliz por ter tido uma chefe mulher nesse momento e que deu todo o apoio pra ela na licença, deixando essa minha amiga muito tranquila. Mas acho que varia muito.

*Iracema, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista da área de jornalismo cultural*

Os homens saem na frente, na medida em que eles não engravidam, não amamentam, não cuidam do filho do mesmo jeito que a mulher



cuida. Então, para a mulher estar em igualdade de posição com o homem, ela vai ter que delegar a maternidade dela. E não é muito tranquilo isso não, eu tenho amigas que tiveram bebê e isso foi um motivo de stress com a chefe aqui dentro da [editora]. Porque você não vai conseguir sair cedo pra levar seu filho na escola, pra pegar seu filho na escola, pra levar no médico. E isso vai ser um momento de stress. E essas normalmente são atividades que ficam concentradas na mulher mesmo. Você não vai ter uma maternidade plena, com certeza, se você quiser subir na carreira, você vai ter que escolher. Então, quando minha amiga comunicou com a chefe dela que ela estava grávida, a chefe falou que ela estava acabando com a carreira dela. Esse tipo de coisa ainda acontece. É raro, mas ainda acontece.

*Iolanda, 34 anos, solteira, sem filhos, editora de uma revista feminina*

Na percepção das profissionais entrevistadas, por se tratar de uma profissão em que a rotina de trabalho é difícil de sustentar a longo prazo, sendo vista até mesmo como um “trabalho pouco amigável para as relações de família”, a condição de *freelancer* é preferida por mulheres que se tornaram mães, no intuito de a profissional organizar sua rotina de trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa intenção nesta pesquisa era entender como as pessoas vivenciam a profissão de jornalismo dentro da concepção de diferença. Consideramos que a interseção entre profissionalismo, diferença, gênero e geração pode ser pensada como uma das formas de se debater a questão da identidade e de como a subjetividade é construída dentro de uma profissão.

O jornalismo tem uma série de especificidades que o tornam interessante como objeto de estudo dentro do mundo das profissões. Experimenta um processo de profissionalização que ainda hoje é colocado em questionamento por não estar consolidado. Tem um saber especializado contestado, embora seja oferecido nas universidades, mas não monopolizado, por isso, não convence a sociedade de que somente seus pares teriam exclusividade sobre sua área de atuação. Além disso, tem sua competência e qualificação questionadas e por consequência também não possui um controle do mercado de trabalho. O jornalismo vem passando por transformações que resultaram em um novo perfil de profissional: hoje o perfil de jornalista de São Paulo é uma mulher, jovem, solteira, diplomada e pós-graduada.

Observar a questão de gênero e suas conexões de poder na profissão do jornalismo implica examinar os mecanismos de estratificação que são estruturados pelo gênero e, com isso, entender como operam nesta profissão os “diferenciais de poder entre homens e mulheres” (SCOTT, 2005, p. 18). O valor

do trabalho se diferencia entre um trabalho jornalístico feito por mulheres ou por homens, no que concerne às diferenças de rendimento – em São Paulo, as mulheres se concentram precisamente nas funções em que recebem menos do que os homens e nas funções que pagam os salários mais baixos da profissão; à possibilidade de se manter um contrato formal de trabalho, ou atuar como *freelancer* e em assessorias de imprensa, considerando-se que, no Brasil, dentro do grupo dos profissionais “fora da mídia”, onde se encontram os assessores de imprensa, as mulheres representam quase 70% dos profissionais; às expectativas em torno do tipo de notícia que cada gênero vai cobrir: espera-se dos homens a discussão de notícias mais importantes, mais sérias, e que demandam um nível de comprometimento com o trabalho de quem não precisa equilibrar seu tempo com preocupações com casa e filhos.

Porém, as diferenças nesta profissão não se restringem a uma questão de gênero. As mulheres também se distinguem entre si e nas formas de perceberem a diferença. Pensar sobre a diferença nos discursos dos profissionais do jornalismo nos conduziu a buscar reconstruir as experiências que criaram os sujeitos, sua subjetividade, seus processos de identificação, entendendo que as pessoas não estão “prontas”, já constituídas, devendo apenas ser inseridas em representações definidas previamente e que teriam expectativas de fala e de comportamento. Por trás das definições sociais, que aparecem concretamente nas circunstâncias materiais e nas narrativas, existem relações sociais, posições de sujeito e subjetividades.

A sociedade e a subjetividade estão imbricadas. Relacionam-se e formam-se permanentemente. E nesse processo, o que as pessoas entendem sobre suas vivências, sobre as trajetórias dos outros, que em suas percepções se parecem e observam alguma identificação, e sobre o que imaginam que seria sua representação de uma coletividade pode se transformar, ganhar outro sentido, porque também se encontram em processo: o próprio sujeito adquire significado em suas relações culturais à medida que atribui significado e confere sentido às suas relações na vida cotidiana. É a pessoa que dá uma definição para suas práticas, vivências e experiências, sendo ao mesmo tempo construída nesses

“múltiplos campos de significação”. Seu mundo é criado a partir das negociações desses significados com seus pares e os demais sujeitos com os quais interage.

Quanto ao significado da profissão, era bastante comum nas falas fazer referência à vocação, sacerdócio, missão, talento, função social da profissão e papel social do jornalismo. Os jornalistas, homens e mulheres, afirmavam que os jornalistas se definem por “gostar de contar histórias”, porque têm talento e porque “gostam de escrever”. A figura de um jornalista universal aparecia nos discursos à medida que eles e elas descreviam a profissão e o profissional. Na verdade, os profissionais empenham-se em torno desses discursos, manuseando os significados do que é ser jornalista, seja na assessoria de imprensa, seja na redação, seja nas oportunidades que fabricam.

Observamos que no jornalismo, os grupos dominantes dentro da profissão, que são os jornalistas que trabalham nas redações, consideram-se o grupo mais valorizado da profissão e tentam usar o discurso do profissionalismo para legitimar a ideia de que são a referência dos profissionais. Contudo, nesta profissão, esta fala não está sendo unívoca e os produtores do discurso hegemônico não são mais a referência de valor na carreira. Entendemos que a definição do profissionalismo como um projeto de reserva de mercado se aplica ao grupo dos profissionais que trabalham nas empresas jornalísticas e buscam mostrar que os grupos ligados às assessorias de imprensa são precarizados, desconsiderando as possibilidades de autonomização do trabalho. Como afirma Evetts (2012), o conceito de profissionalismo serve aos profissionais para a construção e manutenção das identidades profissionais, processos de tomada de decisão e construção de sentimentos de pertencimento de um grupo.

O contraste geracional permitiu observar as diferenças entre as mulheres. Os significados percebidos pelas mais jovens referem-se a uma autoimagem positiva. As jornalistas mais jovens trazem uma linguagem mais técnica, empresarial e objetiva. E têm percepções idealizadas, diferentes da rotina de trabalho da profissão. Eram mulheres recém-formadas no curso de jornalismo e sem filhos. As jornalistas com mais tempo de experiência na carreira percebem a

profissão sem este “véu da idealização” das recém-formadas. São mulheres que têm cerca de 15 anos de carreira e uma visão mais crítica, em virtude do “choque de realidade” que experimentaram em sua trajetória, que as fizeram questionar suas representações e idealizações da profissão e o que de fato experimentam na carreira. Das jornalistas que estavam nesta fase da carreira, duas percebiam a diferença como experiência, como prática discriminatória: a jornalista que tinha se especializado em uma área considerada *hard news*, mais frequentemente ocupada por homens, e a jornalista que tinha um filho pequeno. A entrevistada com quase 50 anos de carreira não experimentava mais as tensões da realidade. Percebia a profissão como “encantadora” e contestava a diferença como relação social, a partir de um “apagamento de gênero”, em que isolava a diferença como interiorização da subjetividade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. **A mídia na transição democrática brasileira.** Sociologia, Problemas e Práticas, n. 48, 2005, p. 53-65.

ADGHIRNI, Zélia Leal. **Blogs: a invasão dos profanos do mundo digital na esfera sagrada do jornalismo.** Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, UMESP, nov. 2008.

\_\_\_\_\_. **O jornalista: do mito ao mercado.** Estudos em Jornalismo e Mídia, v.2, n. 1, p. 45-57, jan. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2088> Acesso em: 23/11/2014.

ALDRIDGE, Meryl. *The Paradigm contingent career? Women in regional newspaper journalism.* Sociological Research Online, vol. 6, n.3, 2001.

ALDRIDGE, Meryl and EVETTS, Julia. *Rethinking the concept of professionalism: the case of journalism.* 6<sup>th</sup> ESA Conference Research Network 15 – Sociology of Professions, 54 (4), 2003. Disponível em: [https://www.um.es/ESA/papers/Rn15\\_23.pdf](https://www.um.es/ESA/papers/Rn15_23.pdf) Acesso em: 15/10/2014

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. **Gênero, Identidade, Diferença.** UFMG, 2002, p. 90-97. Disponível em: <<http://letras.ufmg.br/poslit> Acesso em: 17/10/2014.

ARBEX Jr., José. **Showrnalismo – a notícia como espetáculo.** São Paulo: Editora Casa Amarela, 2005.

BARBALHO, Rennê Martins. **A feminização das carreiras jurídicas: construções identitárias de advogadas e juízas no âmbito do profissionalismo**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFSCar, São Carlos, 2008.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BONELLI, Maria da Glória. **Profissionalismo e gênero na magistratura paulista**. Porto Alegre: Civitas, n. 2, v. 10, 2010, p. 270-292.

\_\_\_\_\_. **Identidade profissional e mercado de trabalho dos cientistas sociais: as ciências sociais no sistema das profissões**. Tese (Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Televisão**. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRAH, Avtar. **Diferença, Diversidade, Diferenciação**. In: Cadernos Pagu, v. 26, 2006, p. 329-376.

BRASIL. Decreto-lei n. 972, de 17 de outubro de 1969. Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0972.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0972.htm) Acesso em 24/03/2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais, RAIS, Acesso online às bases estatísticas, SGT. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp?viewarea=rais> Acesso em 21/10/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/> Acesso em 16/01/2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero? Feminismo e Subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CARDOSO, Adalberto M. **Jornalistas: ética e democracia no exercício da profissão**. Novos Estudos, CEBRAP, n. 42, julho 1995, p. 130-140.

CHALABY, Jean. **O jornalismo como invenção anglo-americana – Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920)**. Mídia e Jornalismo, n. 3, 2003, p. 29-50.

CHAMBERS, Debora; STEINER, Linda; FLEMING, Carole. *Women and Journalism*. London: Routledge, 2004.

CHAMPAGNE, Patrick; MARCHETTI, Dominique. *The Contaminated Blood Scandal: Reframing medical news*. In: BENSON, Rodney; NEVEU, Erik. *Bourdieu and the journalistic field*. Cambridge: Polity Press, 2005.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a Opinião**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades – A interpretação de uma mutação**. Tradução de Mary Amazonas L. de Barros. São Paulo: EDUSP, 2009.

\_\_\_\_\_. **A socialização – construção das identidades sociais e profissionais**. Tradução Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência**. Educação e Sociedade. Campinas, v. 19, n. 64, set 1998.

EVETTS, Julia. *Professionalism: value and ideology*. Current Sociology Review, 61, n. 5-6, 2013.

\_\_\_\_\_. *Professionalism in turbulent times: Changes, challenges and opportunities*. Propel International Conference, Stirling, Scotland, 2012. Disponível em:

<http://www.propel.stir.ac.uk/downloads/JuliaEvetts-FullPaper.pdf> Acesso em: 23/12/2014.



\_\_\_\_\_. *The management of professionalism: A contemporary paradox.* ESRC Seminar Series. **Changing Teacher Roles, Identities and Professionalism.** Kings College, London, 2005. Disponível em:

<http://www.tlrp.org/themes/seminar/gewirtz/papers/seminar5/paper%20-%20evetts.doc> Acesso em: 23/12/2014.

FERREIRA, Jairo. **Mídia, jornalismo e sociedade: a herança normalizada e Bourdieu.** Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 2, n. 1, 2005, p. 35-44. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2087> Acesso em: 08/08/2010.

FIDALGO, Joaquim - **Jornalistas na busca inacabada de identidade.** In FIDALGO, António [et al.], ed lit. – “Repensar os media : novos contextos da comunicação e da informação : actas do Congresso Nacional da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), 4, Aveiro, Portugal, 2005 [CD-ROM]. Aveiro : Universidade, 2005.

\_\_\_\_\_. **A valorização “teórica” do saber “prático” no jornalismo.** Congresso LUSOCOM 2006 (*Comunicación local: da pesquisa à produção*). Faculdade de Ciências da Comunicação de Santiago de Compostela, Galiza, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/7434>. Acesso em 10/08/2010.

FÍGARO, Roseli (org.). **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista.** São Paulo: Salta, 2013.

FÍGARO, Roseli (coord.). **O perfil do jornalista e os discursos sobre o jornalismo: um estudo das mudanças no mundo do trabalho do jornalista profissional em São Paulo.** Grupo de Pesquisa Comunicação e Trabalho CNPq/ECA-USP, São Paulo: FAPESP, 2012.

FÍGARO, Roseli; LIMA, Cláudia do Carmo Nonato; GROHMANN, Rafael. **Comunicação no mundo do trabalho dos jornalistas: mudanças no perfil dos profissionais de São Paulo.** SBPJor, Anais 9º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. RJ, ECO – UFRJ, nov. 2011. Disponível em:

[http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/9encontro/CL\\_126.pdf](http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/9encontro/CL_126.pdf) Acesso em: 16/10/2014

FREIDSON, Eliot. **Professionalism: the third logic.** Cambridge: Polity Press, 2001.

\_\_\_\_\_. **Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política.** Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Edusp, n. 12, 1998.

\_\_\_\_\_. **Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 31, junho de 1996.

FRITH, Simon e MEECH, Peter. *Becoming a Journalist: Journalism Education and Journalism Culture.* *Journalism.* Vol. 8, n. 2. Scotland, UK, Sage, 2007, p. 137-164.

GALEAZZI, Irene. Precarização do Trabalho. In: CATTANI, Antônio David e HOLZMANN, Lorena (orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia.** Porto Alegre: Zouk, 2011.

GARCIA, José Luís. Introdução ao estudo dos jornalistas portugueses – Os jornalistas e as contradições do capitalismo jornalístico no limiar do século XXI. In GARCIA, José Luís (org.) **Estudos sobre os Jornalistas Portugueses – Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI.** Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

GEORGES, Isabel Pauline Hildegard. Mulheres entre vida doméstica e profissões de nível superior: comparações internacionais (o caso das engenheiras). In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (orgs.). **Mercado de Trabalho e Gênero: Comparações Internacionais.** Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 285-294.

GOMIDE, Maria Fernandes e NUNES, Jordão Horta. **A profissionalização de enfermeiras (os) obstetras: um estudo de caso em Goiás.** In: V Simpósio Internacional de Trabalho, Relações de Trabalho, Educação e Identidade, Anais. Belo Horizonte: CEFETMG, v. 1, 2014, p. 56-77. Disponível em:

<http://www.sitre.cefetmg.br/arquivos/gt10.pdf> Acesso em: 06/12/2014.

GROHMANN, Rafael do Nascimento. **Os discursos dos jornalistas freelancers sobre o trabalho: comunicação, mediações e recepção.** Dissertação (Mestrado). São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2012.

GROSSI, Miriam Pillar. Estudos sobre mulheres ou de gênero? Afinal o que fazemos? (Teorias Sociais e paradigmas teóricos). In: SILVA, Alcione Leite;

LAGO, Mara Coelho; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (org.). **Falas de gênero**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999, p. 329-343.

\_\_\_\_\_. **A Revista Estudos Feministas faz 10 anos – Uma breve história do feminismo no Brasil**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis: UFSC, 12, 2004, p. 211-221.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.

\_\_\_\_\_. A Centralidade da Cultura. In: THOMPSON, Kenneth. **Media and Cultural Regulation**. Tradução de Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa. London, 1997.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. **Media roles and ethics: perceptions of Brazilian, American and French journalists**. Brazilian Journalism Research, vol. 1, no. 1, 2005, p. 87-109.

\_\_\_\_\_. **Jornalistas de São Paulo: quem são e o que pensam em comparação aos jornalistas americanos e franceses**. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. Vol. XXIII, nº 2, julho/dezembro de 2000, p. 65-86.

HUGHES, Everett Cherrington. **Men at their work**. Glencoe, III: Greenwood Press Reprint, 1958. Disponível em:

<http://archive.org/details/mentheirwork00hugh> Acesso em: 05/01/2013.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo: Norte e Sul – Manual de Comunicação**. São Paulo: Editora USP, 1997.

LIMA, Cláudia do Carmo Nonato. **Comunicação e mundo do trabalho do jornalista: o perfil dos jornalistas de São Paulo a partir da reconfiguração dos processos produtivos da informação**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2010.

LIMA, Jacob Carlos. Trabalho, **Precarização e Sindicalismo: os trabalhadores e as cooperativas de trabalho**. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 11, n. 21, p. 59-71, 2006.

LOMBARDI, Maria Rosa. **Engenheira & gerente: desafios enfrentados por mulheres em posições de comando na área tecnológica.** Revista Tecnologia e Sociedade, n. 3. PPGTE – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da UTFPR, 2006. Disponível em:

[http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/revistatecnologiaesociedade/rev03/rev03\\_artigo03.pdf](http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/revistatecnologiaesociedade/rev03/rev03_artigo03.pdf) Acesso em: 10/04/2012.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos.** São Paulo: Hacker Editores, 2002.

MARCHETTI, D. e RUELLAN, D. **Devenir journalistes. Sociologie de l'entrée sur le marché du travail.** Paris, La Documentation française, 2001.

MARQUES DE MELO, José e MOREIRA, Sônia Regina. **Brazilian journalism – the state of research, education and media: Special Issue of Journalism: Theory, Practice and Criticism.** *Journalism*, v. 10, n. 5, 2009, p. 5-8.

MARQUES, Márcia. **As mudanças nas rotinas de produção das agências de notícias com a consolidação da internet no Brasil.** Dissertação (Mestrado). Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

MATOS, Carolina. **Mulheres jornalistas no Telejornalismo: a cidadania das que constroem a cidadania.** Dissertação (Mestrado). São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, Lerisson. **Diploma em jornalismo no Brasil: saberes em disputa no campo jurídico.** XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011a. Disponível:[http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=190&limit=100&limitstart=0&order=name&dir=ASC&Itemid=171](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=190&limit=100&limitstart=0&order=name&dir=ASC&Itemid=171) Acesso em 10/12/2011.

\_\_\_\_\_. **Um diploma em disputa: a obrigatoriedade do diploma em jornalismo no Brasil.** *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 141-150, jan./jun. 2011b.

NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo.** Tradução Daniela Dariano. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

NORTH, Louise. *Women's struggle for top jobs in the news media. Seizing the initiative: Australian women leaders in politics, workplaces and communities*. University of Melbourne, 2012. Disponível em:

[http://www.womenaustralia.info/leaders/sti/pdfs/18\\_North.pdf](http://www.womenaustralia.info/leaders/sti/pdfs/18_North.pdf) Acesso em: 02/10/2014

\_\_\_\_\_. *“Blokey” Newsroom Culture*. Media International Australia, Incorporating Culture & Policy, n. 132, 2009, p. 5-15. Disponível em:

<http://search.informit.com.au/documentSummary;dn=121009183154906;res=IELLCC> Acesso em: 02/10/2014

PACCOLA, Carina. **Um retrato de quem retrata o mundo: um estudo sobre a estruturação da prática profissional dos jornalistas**. Dissertação (Mestrado). Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2003.

PEREIRA, Fábio Henrique. **O jornalista online: um novo status profissional? Uma análise sobre a produção da notícia na internet a partir da aplicação do conceito de “jornalista sentado”**. Dissertação (Mestrado), Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

RAMONET, Ignácio. **A Tirania da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Jornalismo, literatura e política: a modernização da carioca nos anos 1950**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 31, 2003, p. 147-160.

ROCHA, Paula Melani e WOITOWICZ, Karina Janz. **Representações de gênero na mídia: um estudo sobre a imagem de homens e mulheres em jornais e revistas segmentadas**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos). Florianópolis, 2013. Disponível em:

[http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1382121210\\_ARQUIV\\_O\\_REPRESENTACOES\\_DE\\_GENERO\\_NA\\_MIDIA.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1382121210_ARQUIV_O_REPRESENTACOES_DE_GENERO_NA_MIDIA.pdf)

Acesso em 04/08/2014.

ROCHA, Paula Melani. **A importância do jornalismo como ciência no processo de profissionalização da carreira**. VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom – NP Teorias da Comunicação. Biblioteca *online* em Ciências da Comunicação, 2008. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rocha-paula-importancia-jornalismo.pdf>. Acesso em 30/07/2009.

\_\_\_\_\_. **Mulher jornalista – Relações familiares e profissionais.** *Comunicación e Cidadania*, n1. 2007. Disponível em:

[www.dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2542864.pdf](http://www.dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2542864.pdf) Acesso em 09/10/2009.

\_\_\_\_\_. **As mulheres jornalistas no Estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira.** Tese (Doutorado). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2004.

RODRIGUES, Maria de Lurdes. **Sociologia das Profissões**, Celta, Portugal: Oeiras, 1997.

RUBIN, Gayle S. **Pensando sobre sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade.** Cadernos Pagu: UNICAMP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Tráfico de mulheres: notas para uma economia política do sexo.** Trad. de Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sônia Corrêa. Recife: Ed. SOS Corpo, 1993. Disponível em:

<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1919> Acesso em: 20/07/2013.

RUELLAN, Denis. **A roupa justa do jornalista: o estatuto profissional à prova da jurisprudência.** Texto apresentado no XII Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPOS). São Bernardo do Campo (SP), 2004a.

RUELLAN, Denis. Grupo profissional e mercado de trabalho do jornalismo. In: PINTO, Manuel (coord.). **Comunicação e Sociedade 5 – O Ensino do Jornalismo.** Portugal: Campo das Letras, 2004b, p. 9-24.

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das fontes: o difusor do jornalismo corporativo.** Brasília: Casa das Musas, 2005.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo, cada vez mais, uma profissão das mulheres.** Blog Chico Sant'Anna e a Infocom, 08/03/2013. Disponível em:

<http://chicosantannaeainfocom.blogspot.com.br/2013/03/jornalismo-cada-vez-mais-uma-profissao.html> Acesso em: 02/02/2014.

SANTOS, Tania Steren. **Carreira profissional e gênero – trajetórias de homens e mulheres na medicina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

SATO, Nelson Kengo. **Número de jornalistas no Brasil – 1986 a 2002**. Assessoria Econômica da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), 2005. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/economico.php?id=8#docs> Acesso em: 05/04/2013

SCOTT, Joan W. **O enigma da igualdade**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 13, n. 1, 2005, p. 11-30.

\_\_\_\_\_. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul/dez 1995, p. 71-99.

SILVA, Adaci Rosa da. **O mundo do trabalho dos jornalistas na realidade e na ficção. Uma análise comparativa do perfil do profissional e dos discursos da telenovela sobre as práticas do jornalista**. Dissertação (Mestrado), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, Cláudio Marcos. **A precarização da atividade jornalística e o avanço da pejetização**. Dissertação (Mestrado). Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e os seus efeitos – As “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos**. Universidade Fernando Pessoa, 1999.

Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/texto.php?html2=sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html> Acesso em: 13/09/2014.

SUBTIL, Filipa. Anotações sobre o processo de feminização da profissão de jornalista na década de 1990. In: GARCIA, José Luís (org.). **Estudos sobre os Jornalistas Portugueses – Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo – por que as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

WEBER, Max. **Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa**. São Paulo: Lua Nova, 2002, n. 55-56, p. 185-194. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a08n5556.pdf>. Acesso em 10 de novembro de 2012.

WEAVER, David & WILHOIT, Cleveland. *The American Journalist in the 1990s: U.S. news people at the end of an era*. Mahwah, NJ: Erlbaum, 1996.

## APÊNDICE I

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa sociológica realizada por Aline Tereza Borghi Leite (estudante de Doutorado), sob a orientação da professora Doutora Maria da Glória Bonelli do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. Sua participação neste estudo é inteiramente voluntária. Por favor, leia as informações a seguir, antes de decidir se participará ou não da pesquisa.

#### Procedimentos

Se você concordar em participar da minha pesquisa, eu farei uma entrevista semiestruturada no local e hora de sua conveniência. A entrevista dura em média 30 minutos. Com sua permissão, a entrevista será gravada e também farei algumas anotações durante nossa conversa. A gravação tem como finalidade registrar precisamente a informação que você fornecer e será usada somente para propósitos de transcrição.

Toda informação transmitida será confidencial e você permanecerá estritamente anônimo. Se os resultados deste estudo forem publicados ou apresentados, os nomes dos entrevistados ou qualquer tipo de informação que identifique pessoalmente não serão usados.

Obrigada por seu tempo!

Eu concordo em participar desta pesquisa.



---

Assinatura

---

Data

## APÊNDICE II

### ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Data: \_\_/\_\_/\_\_

- 1) Para começar, gostaria que você me falasse brevemente sobre você: sua idade, estado civil, ocupação do cônjuge, filhos (idade, ocupação):
- 2) Idade: \_\_\_\_\_
- 3) Estado civil: Solteiro/a( ) Casado/a( ) Separado/a ou Divorciado/a( )  
Viúvo/a( )
- 4) Qual é a ocupação do(a) cônjuge?  
\_\_\_\_\_
- 5) Você tem filhos? Não( ) Sim( ) Quantos?  
\_\_\_\_\_
- 6) É natural de que cidade/estado?  
\_\_\_\_\_
- 7) Qual é o nível de instrução de seus pais? O que faziam?  
\_\_\_\_\_
- 8) Em que curso de graduação você se formou?  
\_\_\_\_\_
- 9) Em que Universidade? \_\_\_\_\_
- 10) É formado(a) há quantos anos?  
\_\_\_\_\_
- 11) Tem Pós-graduação? Não ( ) Sim ( )  
Especialização ( ) em \_\_\_\_\_  
Mestrado ( ) Área de Concentração:  
\_\_\_\_\_  
Doutorado ( ) Área de Concentração:  
\_\_\_\_\_
- 12) Há quantos anos trabalha na profissão?

- 
- 13) Já exercia a profissão antes de obter o diploma? \_\_\_\_\_
- 14) Mídia em que trabalha: Jornal(  ) Revista(  ) Emissora de TV(  )  
Emissora de Rádio(  ) Agência de notícias e de comunicação(  )  
Assessoria de Imprensa(  )
- 15) Função exercida: Repórter(  ) Editor(  ) Produtor(  ) Apresentador (  )  
Radialista(  ) Assessor de Imprensa(  ) Outra(  )  
Qual? \_\_\_\_\_
- 16) Você é filiado(a) ao Sindicato dos Jornalistas? Não (  ) Sim (  )
- 17) Qual é a instituição em que trabalha? \_\_\_\_\_
- 18) Tipo de contrato de trabalho: Efetivo/CLT(  ) Autônomo/*Freelancer*(  )  
Pessoa Jurídica(  ) Estágio(  )
- 19) Qual é sua faixa salarial?  
Até R\$ 2.000,00 (  )  
R\$ 2.001,00 a R\$ 4.000,00 (  )  
R\$ 4.001,00 a R\$ 7.000,00 (  )  
R\$ 7.001,00 a R\$ 10.000,00 (  )  
Mais de R\$ 10.000,00 (  )
- 20) Além do jornalismo, você exerce outra atividade remunerada?  
Qual? \_\_\_\_\_
- 21) Atualmente, em que posição você está na carreira? Fale um pouco da função que desempenha.
- 22) Usando sua experiência na profissão, quais foram as repercussões das decisões de 2001 e 2009, em que a legislação passou a considerar o diploma como não obrigatório para exercer a profissão? O que mudou, em sua opinião?
- 23) Qual é sua opinião a respeito dos jornalistas que não têm título superior?
- 24) Qual é sua opinião a respeito dos jornalistas que não têm diploma de Jornalismo?
- 25) Qual é sua concepção sobre “jornalista profissional”?
- 26) Quais são as habilidades e competências que caracterizam um “bom jornalista” e o que faz de uma jornalista uma profissional competente?
- 27) O que faz um jornalista ser considerado “amador” ou “profissional”? E o que faz uma jornalista ser considerada “amadora” ou “profissional”?

- 28) Você acredita que há funções que só um (uma) jornalista profissional pode executar?
- 29) Há diferenças entre o trabalho desempenhado pelo homem e pela mulher no jornalismo? Quais são?
- 30) Há áreas que concentram mais mulheres e mais homens? Há características que favorecem mais a um gênero do que a outro?
- 31) Você acredita que as mulheres estão afastadas das posições de poder no jornalismo?
- 32) Há um tipo de mídia específico mais associado ao trabalho feminino?